



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de São José do Rio Preto

Aline Gomes Garcia

**Estudo do processo de Organização Tópica em editoriais
de jornais paulistas do século XXI**

São José do Rio Preto
2018

Aline Gomes Garcia

**Estudo do processo de Organização Tópica em editoriais
de jornais paulistas do século XXI**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos obrigatórios para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *Campus* de São José do Rio Preto.

Financiadora: FAPESP – Proc. n. 2016/09046-1.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Penhavel de Souza

São José do Rio Preto
2018

Garcia, Aline Gomes.

Estudo do processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI / Aline Gomes Garcia. -- São José do Rio Preto, 2018

278 f.: il.

Orientador: Eduardo Penhavel de Souza

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Editoriais. 3. Jornais – São Paulo (SP) – Século XXI. 4. Jornais – Análise crítica. 5. Crítica textual. 6. Organização tópica. I. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. II. Título.

CDU – 07(816.11)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

Aline Gomes Garcia

**Estudo do processo de Organização Tópica em editoriais
de jornais paulistas do século XXI**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos obrigatórios para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *Campus* de São José do Rio Preto.

Financiadora: FAPESP – Proc. n. 2016/09046-1.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Eduardo Penhavel de Souza
UNESP – *Campus* de São José do Rio Preto
Orientador

Prof. Dr. Clemilton Lopes Pinheiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos
UNESP – *Campus* de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
02 de maio de 2018

AGRADECIMENTOS

A Deus: por guiar todos os meus passos, fazendo com que o seu Espírito Santo seja sempre meu companheiro de caminho, e por ter me agraciado com a presença em minha vida de todas as pessoas a quem agradeço nesta dissertação.

Ao Prof. Dr. Eduardo Penhavel: pela sua confiança em meu trabalho (em certas ocasiões, maior do que a minha confiança em mim mesma); por orientar com muito comprometimento a minha formação nos estudos linguísticos; por todas as discussões que tivemos sobre questões teóricas, metodológicas e também sobre caminhos a trilhar. Registro também o meu agradecimento pela sua generosidade intelectual; por toda a sua paciência, calma, humildade e competência na orientação de toda a pesquisa e por sempre torcer pelas minhas conquistas.

À Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos: por ter sido a minha primeira orientadora, me ensinando os primeiros passos no mundo da pesquisa; por acompanhar de perto os meus passos na universidade durante todos os meus anos de graduação e de mestrado; por todas as suas críticas, conselhos e broncas, que certamente contribuíram muito para a minha formação acadêmica e pessoal. Agradeço também por ser sempre uma professora muito preocupada com a formação de seus alunos e pelas suas sugestões para esta dissertação apresentadas na Qualificação e na Defesa.

Ao Prof. Dr. Clemliton Lopes Pinheiro: por ter aceitado prontamente o convite para participar da banca examinadora nos exames de Qualificação e de Defesa, compartilhando comigo um pouco do seu valioso conhecimento sobre a Gramática Textual-Interativa e contribuindo para o amadurecimento textual-interativo deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo: pelo debate deste trabalho, por ocasião do IX Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP (SELin), o que me levou a lançar um olhar mais crítico sobre o meu objeto de estudo e avançar no desenvolvimento da pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP): pela concessão da bolsa de mestrado (Processo n. 2016/09046-1).

Aos meus pais, Nilton Santos Garcia e Sueli Rodrigues Gomes Garcia: pelo amor incondicional que sempre dedicaram a mim e pela nobre educação que me deram. Também agradeço por terem me apoiado em tudo o que pude durante esta jornada, sempre sonhando e comemorando cada nova conquista junto comigo, me oferecendo conforto nas horas mais difíceis e compreendendo todas as minhas renúncias.

Ao meu irmão, Homenigui Gomes Garcia: por todo o seu amor e carinho; por preocupar-se tanto comigo e por me apoiar a continuar seguindo os caminhos da pesquisa.

À minha avó, Candida Conceição de Souza Gomes (“Joana”): por sempre rezar por mim e me ensinar a ter fé e força para ir em busca dos meus sonhos e por ser para mim um grande exemplo de mulher forte, acolhedora e cheia de amor a compartilhar.

Às amigas Ana Luiza Ferancini Nogueira, Bárbara Ribeiro Fante e Fátima Beatriz Manieiro do Amaral: pelas longas horas que passamos juntas estudando na biblioteca do IBILCE; por terem compartilhado comigo momentos tão bons e outros tão difíceis e pela graça de termos construído, desde o início de nossa graduação, uma grande amizade que, sem dúvidas, colaborou muito para o meu crescimento enquanto ser humano e também para a conquista deste sonho.

Aos amigos Mariana Pelegrini, Monielly Serafim, Luísa Ferrari, José Roberto Prezotto Júnior, Bruna Carmelin, Helker Nhoato, Luana Bianchi, Roberta Fiel e Guilherme Louzada: por terem compartilhado comigo sonhos, conquistas, dúvidas, angústias, enxaquecas, alegrias, esperas, viagens, quartos de hotéis, histórias e muitas risadas, contribuindo muito para o meu equilíbrio mental durante o percurso do mestrado e alegrando os meus dias.

À colega de pesquisa Cleide Vilanova Hanisch: por, apesar da distância geográfica, estar sempre disposta a me ajudar no desenvolvimento da minha pesquisa, compartilhando comigo um pouco de suas análises e, com isso, me ajudando a pensar nos meus dados.

Aos meus familiares, amigos e professores que aqui não foram citados, mas que também rezaram e torceram por mim e me deram forças para que eu concluísse esta etapa de minha formação.

“O texto é o resultado de uma ação linguística cujas fronteiras são em geral definidas por seus vínculos com o mundo no qual ele surge e funciona.”

Luiz Antônio Marcuschi (2008, p. 71-72).

RESUMO

Com base no quadro teórico-metodológico da Gramática Textual-Interativa, no presente trabalho, apresentamos um estudo do processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI. Abordamos os dois níveis de funcionamento desse processo – o intertópico e o intratópico. No que diz respeito ao primeiro nível, analisamos a complexidade intertópica dos editoriais a partir de três aspectos: (i) quantidade de tópicos discursivos específicos por editorial; (ii) grau de complexidade hierárquica; (iii) formas de linearização tópica. Quanto ao segundo nível, investigamos a existência de uma regra geral de estruturação interna de Segmentos Tópicos mínimos (SegTs) nos editoriais paulistas atuais. Na análise desses dois níveis do processo de Organização Tópica, procuramos discutir em que medida particularidades da Organização Tópica no gênero editorial estariam vinculadas a aspectos da finalidade sociocomunicativa do gênero. O material de análise compreende editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, publicados ao longo do mês de agosto de 2016, e a investigação segue o *método de análise tópica*, que possibilita a análise textual com base na categoria analítica abstrata do tópico discursivo e na unidade de análise chamada de Segmento Tópico. Os dados revelam que os editoriais paulistas podem apresentar dois, três ou quatro tópicos discursivos mais específicos, organizados, no que diz respeito à complexidade hierárquica, em um ou dois Quadros Tópicos. Além disso, nossas análises mostram que o gênero editorial se caracteriza por apresentar a continuidade como a forma de linearização tópica predominante. Nosso estudo também demonstra que, no gênero editorial, o SegT mínimo organiza-se internamente segundo a combinação potencialmente recursiva de duas unidades de organização intratópica – *posição* e *suporte*, ou seja, nosso trabalho mostra que, no gênero em estudo, a estruturação interna de SegTs mínimos envolve a combinação potencialmente recursiva de grupos de enunciados que constroem referências centrais e agrupamentos de enunciados que constroem referências subsidiárias relativamente ao tópico discursivo do SegT. Defendemos que o funcionamento do processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI está bastante relacionado com a finalidade sociocomunicativa de defesa de

posicionamento crítico do gênero editorial e assumimos ainda que o caráter bastante fixo do editorial e a restrição quanto ao espaço ocupado pelo gênero no jornal determinam características da Organização Tópica nos editoriais paulistas atuais.

Palavras-chave: Gramática Textual-Interativa. Tópico Discursivo. Organização Tópica. Segmento Tópico. Editorial.

ABSTRACT

In this work, based on the theoretical framework of Textual-Interactive Grammar, we present a study of the Topic Organization process in newspaper editorials in the state of São Paulo of the 21st century. We broach the two levels of functioning of this process – the intertopic and intratopic levels. With regard to the first level, we analyze the intertopic complexity of editorials from three aspects: (i) quantity of specific discourse topics for each editorial; (ii) degree of hierarchical complexity; (iii) forms of topic sequencing. As for the second level, we investigate the existence of a general rule of internal structuring of minimal Topic Segments (SegTs) in current São Paulo editorials. In the analysis of these two levels of the Topic Organization process, we tried to demonstrate to what extent particularities of Topic Organization in the editorial genre would be related to aspects of the sociocommunicative purpose of the genre. The corpus includes editorials from *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* newspapers, published during August 2016, and the research follows the *method of topic analysis*, which enables textual analysis based on the abstract category of discourse topic and on the unit of analysis called the Topic Segment. The data show that newspaper editorials from São Paulo can present two, three or four more particularizing discourse topics, organized, in terms of hierarchical complexity, in one or two Topic Frames. Furthermore, our analyzes show that the editorial genre is characterized by presenting continuity as the predominant topical linearization form. Our research also shows that, in the editorial genre, the minimal SegT is organized internally according to the potentially recursive combination of two units of intratopic organization – *position* and *support*, that is, our work shows that, in the genre studied, the internal structuring of minimal SegTs involves the potentially recursive combination of groups of utterances the construct central references and groupings of statements that construct subsidiary references to the discourse topic of SegT. We argue that the functioning of the Topic Organization process in editorial of São Paulo newspapers of 21st century is closely related to sociocommunicative purpose of critical position defense of editorial genre. We also assume that the very fixed character of the editorial and restriction regarding the space occupied by the

genre in the newspaper determine features Topic Organization in the current editorials of the state of São Paulo.

Keywords: Textual-Interactive Grammar. Discourse Topic. Topic Organization. Topic Segment. Editorial.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Exemplo hipotético de relações de Organização Tópica.....	33
FIGURA 2: Tipologia de formas de linearização tópica proposta por Jubran (2015b)	36
FIGURA 3: Disposição dos editoriais no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	70
FIGURA 4: Disposição dos editoriais no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	71
FIGURA 5: Hierarquia tópica em um QT	87
FIGURA 6: Hierarquia tópica em dois QTs.....	91

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1: Lista dos editoriais investigados	68
TABELA 1: Quantidade de tópicos discursivos mais específicos por editorial.....	76
TABELA 2: Quantidades de QTs por editorial e percentuais de ocorrências.....	82
TABELA 3: Formas de linearização tópica em editoriais paulistas atuais	94
TABELA 4: Quantidade de domínios de estruturação intratópica por SegT mínimo.....	105
TABELA 5: Combinações entre posição-suporte dentro dos domínios de organização intratópica.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS

GTI = Gramática Textual-Interativa

MDs = Marcadores Discursivos

QT = Quadro Tópico

Sbt = Subtópico

SegT = Segmento Tópico

ST = Supertópico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I. Contextualização, justificativa e relevância do tema de pesquisa.....	14
II. Objetivos, perguntas de pesquisa e hipóteses	17
III. Organização da dissertação	20
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
1.1. Introdução.....	21
1.2. A Gramática Textual-Interativa.....	21
1.3. O processo de Organização Tópica	29
1.3.1. A propriedade da centração	30
1.3.2. A propriedade da organicidade.....	32
1.3.2.1. A hierarquia na Organização Tópica	32
1.3.2.2. A linearidade na Organização Tópica	35
1.3.3. A organização intratópica.....	48
1.4. Os gêneros textuais e o gênero editorial.....	55
1.4.1. A concepção de gênero textual adotada	55
1.4.2. O gênero textual editorial	59
1.5. Considerações finais	64
CAPÍTULO II: ANÁLISE DE DADOS	66
2.1. Introdução.....	66
2.2. Procedimentos de análise.....	66
2.3. Análise de dados	75
2.3.1. A organização intertópica em editoriais paulistas atuais.....	75
2.3.1.1. Quantidade de tópicos discursivos por editorial.....	76
2.3.1.2. Hierarquização tópica	82
2.3.1.3. Modos de linearização tópica	93
2.3.2. A organização intratópica em editoriais paulistas atuais.....	100
2.3.3. Relação entre o processo de Organização Tópica em editoriais paulistas atuais e aspectos caracterizadores do gênero.....	126
2.4. Considerações finais	137

CONCLUSÕES.....	139
REFERÊNCIAS	144
ANEXO I: ANÁLISE INTERTÓPICA.....	148
ANEXO II: ANÁLISE INTRATÓPICA	204

INTRODUÇÃO

I. Contextualização, justificativa e relevância do tema de pesquisa

O presente trabalho tem como ponto de partida uma pesquisa realizada em nível de iniciação científica, intitulada *Análise do processo de linearização tópica em narrativas de experiência e descrições* (GARCIA, 2015). Com base no quadro teórico-metodológico da Gramática Textual-Interativa, nessa pesquisa passada, investigamos um dos planos de funcionamento do processo de Organização Tópica, a saber, a linearização tópica, nos gêneros narrativa de experiência e descrição, extraídos do Banco de Dados IBORUNA (GONÇALVES, 2007).¹

A partir do desenvolvimento dessa pesquisa de iniciação científica, nasceu o nosso interesse em expandir o estudo do processo de Organização Tópica, de modo que investigássemos não apenas a linearização, mas todos os planos e níveis de funcionamento desse processo. A presente pesquisa de mestrado parte, então, desse contexto, tendo encontrado motivação especial no nosso interesse em contribuir com a descrição do processo de Organização Tópica nos diferentes gêneros textuais, para a validação, consolidação e refinamento de princípios teórico-metodológicos da Gramática Textual-Interativa, bem como para o desenvolvimento dos Estudos Linguísticos, particularmente para os estudos em Linguística Textual.

Com base nesses interesses, esboçamos o Projeto de Pesquisa, vinculado a um projeto temático financiado pela FAPESP, intitulado *Projeto de História do Português Paulista II*, também conhecido como *Projeto Caipira II* (Processo FAPESP n. 11/51787-5). Esse projeto temático procura principalmente coletar, organizar e disponibilizar *corpora* diacrônicos do português paulista e analisar esses *corpora*. A pesquisa aqui relatada insere-se em um subprojeto desenvolvido no interior do *Projeto Caipira II*, intitulado “Processos de Construção Textual: uma abordagem diacrônica”. Com base no quadro teórico-metodológico da Gramática Textual-Interativa (JUBRAN, 2015a), esse subprojeto objetiva investigar a

¹ O Banco de Dados IBORUNA, disponível em www.iboruna.ibilce.unesp.br, reúne amostras de fala de parte da região noroeste do estado de São Paulo, especificamente da região de São José do Rio Preto, selecionadas com base em critérios sociolinguísticos, como faixa etária, sexo e grau de escolaridade. Os seguintes gêneros textuais são contemplados pelo IBORUNA: narrativa de experiência, descrição, narrativa recontada, relato de procedimento, relato de opinião e conversação espontânea.

diacronia de processos de construção textual em alguns gêneros estudados no *Projeto Caipira II*, considerando o uso desses gêneros nos séculos XIX, XX e XXI.

No referido subprojeto, são estudados alguns processos de construção textual reconhecidos pela Gramática Textual-Interativa – Organização Tópica, Referenciação, Repetição e Parentetização – nos seguintes gêneros textuais: carta de leitor, editorial e carta de redator, todos extraídos de jornais paulistas. No interior desse subprojeto, é desenvolvido um projeto particular de pesquisa (PENHAVEL; GUERRA, 2011) dedicado a investigar a diacronia do processo de Organização Tópica nos gêneros citados. Essa pesquisa particular tem como objetivo principal estudar o processo de Organização Tópica, no âmbito de cada gênero listado, em cada século separadamente, para posterior comparação entre os séculos.

A investigação de mestrado aqui apresentada insere-se, então, nesse contexto, objetivando analisar o processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI. Para tanto, montamos um *corpus* com vinte e cinco editoriais extraídos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, publicados no mês de agosto de 2016.

Como destacamos, o processo de Organização Tópica constitui um dos processos de construção textual distinguidos pela Gramática Textual-Interativa, sendo reconhecido como o processo central de construção do texto. Esse processo compreende dois níveis de funcionamento: a organização intertópica e a organização intratópica. A organização intertópica consiste na organização (especificação) do texto em partes e subpartes no que diz respeito à organização temática interacionalmente construída pelos interlocutores no texto. Os temas interacionalmente construídos na situação de comunicação verbal constituem os *tópicos discursivos* e são materializados em segmentos do texto, os chamados *Segmentos Tópicos* (SegTs). Em outras palavras, este nível diz respeito à combinação hierárquica entre tópicos discursivos (desde tópicos mais amplos até os mais específicos), assim como à articulação entre SegTs, inclusive entre os SegTs mínimos, que dizem respeito aos menores SegTs que podem ser distinguidos em um texto. Já a organização intratópica consiste na estruturação interna de SegTs mínimos, isto é, na divisão de SegTs mínimos em grupos e subgrupos de enunciados. Neste estudo, focalizamos esses dois níveis de funcionamento do processo de Organização Tópica.

No que diz respeito à organização intertópica, a presente investigação encontra justificativa em estudos desenvolvidos no interior da Gramática Textual-Interativa que assumem que particularidades nesse nível de organização tópica podem estar entre os fatores que colaboram para diferenciar os gêneros entre si ou diferentes fases históricas do mesmo

gênero. Nesse caso, o aspecto principal particularizador de um gênero reside na existência ou não de complexidade intertópica (isto é, presença de mais de um tópico discursivo em um texto) e no grau dessa complexidade. Por exemplo, ao comparar cartas de leitores dos séculos XIX e XXI, Oliveira (2016) mostra que cada carta apresenta, geralmente, apenas um tópico discursivo. Já os editoriais oitocentistas, analisados por Penhavel e Guerra (2016b), caracterizam-se por apresentar, na grande maioria dos casos, mais de um tópico discursivo por editorial. Com base nesses estudos, a presente pesquisa focaliza o mesmo tipo de questão em editoriais atuais, verificando como esses textos se realizam em termos da presença de apenas um ou mais de um tópico discursivo por editorial.

No que tange à organização intratópica, também vem sendo demonstrado que diferenças nesse nível de Organização Tópica podem estar entre os fatores que contribuem para caracterizar cada um dos gêneros e, ainda, para sinalizar diferentes momentos históricos de um mesmo gênero. A esse respeito, em Penhavel (2010), com base em análise detalhada do gênero relato de opinião, é formulada a hipótese de que a organização intratópica constitui um processo altamente sistemático, passível de descrição em termos de regras gerais de estruturação intratópica. Segundo essa hipótese, cada gênero apresentaria uma regra geral de estruturação intratópica (no sentido de que, em cada gênero particular, a maioria dos SegTs mínimos seria estruturada internamente seguindo um mesmo padrão, específico do gênero). Essa hipótese é confirmada em Guerra e Penhavel (2010), no estudo de cartas de leitores paulistas oitocentistas, e em Penhavel e Diniz (2014), na análise de cartas de leitores mineiras atuais. Nessa mesma direção, este último trabalho aponta para a existência de alterações interessantes, do século XIX para o XXI, na regra geral de organização intratópica em cartas de leitores. Baseando-se nesses trabalhos, nosso estudo averigua a existência de uma regra geral de estruturação intratópica em editoriais de jornais paulistas atuais.

A delimitação do estudo a um gênero textual particular alinha-se a um dos pressupostos assumidos no interior da Gramática Textual-Interativa, segundo o qual os processos de construção textual são determinados pelas situações concretas de interlocução em que se efetivam. Dessa forma, a finalidade sociocomunicativa de certo gênero determina, em grande medida, os processos de construção textual inscritos nesse gênero – é naturalmente nesse mesmo sentido que consideramos acima que particularidades no processo de Organização Tópica estão entre os fatores que diferenciam os gêneros uns dos outros. Nesse âmbito, esta investigação inclui a análise de aspectos da finalidade sociocomunicativa do gênero editorial a fim de avaliar em que medida esses aspectos interferem no funcionamento

da Organização Tópica.

Consideramos que a pesquisa aqui relatada tem condições de oferecer contribuições aos estudos linguísticos de forma geral, ao desenvolvimento da Linguística Textual, da Gramática Textual-Interativa, assim como para o *Projeto Caipira II* e, particularmente, para o subprojeto dedicado aos estudos dos processos de construção textual.

Com relação às contribuições a esse subprojeto e ao *Projeto Caipira II*, destacamos que nosso estudo desenvolve parte dos objetivos do subprojeto, na medida em que analisa um dos processos de construção textual previstos, em um dos gêneros e em um dos séculos estudados no interior desse subprojeto. Nesse sentido, destacamos que esta investigação não se constitui uma pesquisa isolada, com resultados pontuais, mas como um estudo capaz de apresentar resultados que podem ser articulados a um extenso conjunto de resultados, propiciando uma análise bastante significativa do português paulista.

Outra contribuição significativa que nossa pesquisa pode oferecer consiste em dar andamento à hipótese formulada em Penhavel (2010), a respeito da sistematicidade do processo de estruturação interna de SegTs mínimos. A nosso ver, a confirmação da hipótese do autor contribuiria para a indicação da existência de uma unidade linguística sistemática no domínio da organização textual da língua, particularmente na dimensão da Organização Tópica. Nessa direção, a confirmação dessa hipótese apontaria para a possibilidade de desenvolvimento de um amplo conjunto de pesquisas voltadas para analisar as regras gerais de estruturação interna de SegTs mínimos nos mais diversos gêneros textuais e identificar um inventário das regras à disposição dos interlocutores no momento da construção e da interpretação de textos.

Além disso, por aplicarmos pressupostos e procedimentos do quadro teórico-metodológico da Gramática Textual-Interativa, acreditamos que nossa pesquisa pode contribuir para a consolidação e para o aprimoramento dessa abordagem, ainda recente na história da Linguística Textual e genuinamente brasileira.

II. Objetivos, perguntas de pesquisa e hipóteses

O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI. De modo específico, este estudo compreende os seguintes objetivos:

i) analisar se os editoriais paulistas atuais apresentam ou não complexidade intertópica, ou seja, analisar se cada editorial apresenta apenas um tópico discursivo (ausência de complexidade) ou se cada editorial comporta mais de um tópico discursivo (existência de complexidade). Na identificação de complexidade, nosso objetivo compreende descrever a quantidade de tópicos discursivos mais específicos (materializados em SegTs mínimos) por editorial, a quantidade de Quadros Tópicos e de níveis de hierarquização e, ainda, as formas de linearização tópica;²

ii) analisar o processo de organização intratópica em editoriais de jornais paulistas atuais; ou seja, analisar se, nos editoriais, os SegTs mínimos configuram-se como um processo sistemático, passível de ser descrito como tendo uma regra geral de estruturação interna, ou se é um processo essencialmente variável, que não chega a apresentar uma regra geral de estruturação; no caso da existência de uma regra geral, esse objetivo compreende descrever essa regra;

iii) descrever os principais aspectos da finalidade sociocomunicativa do gênero editorial, conforme seu uso no século XXI, e analisar em que medida as particularidades da Organização Tópica nesse gênero estariam vinculadas a essa finalidade.

Esses objetivos podem ser traduzidos nas seguintes perguntas:

i) editoriais atuais de jornais paulistas manifestam complexidade intertópica?; se manifestam, quantos tópicos discursivos mais específicos, Quadros Tópicos e

² Conforme apresentamos ao longo de toda a dissertação, neste trabalho, ao analisarmos a complexidade intertópica dos editoriais, tratamos a quantidade de tópicos discursivos específicos e a hierarquização tópica, que envolve os Quadros Tópicos e os níveis de hierarquização instaurados no texto, como dois aspectos diferentes que estão envolvidos na complexidade intertópica e que, portanto, colaboram para a descrição dessa complexidade em editoriais. Entretanto, assumimos que a questão da quantidade de tópicos discursivos poderia não ser tão relevante para a análise da complexidade intertópica, de modo que essa complexidade pudesse ser descrita apenas por dois aspectos – hierarquização e formas de linearização tópica. De todo modo, acreditamos que a análise da quantidade de tópicos discursivos específicos por editorial pode colaborar para a compreensão da complexidade intertópica nesse gênero, contribuindo, dessa forma, para caracterizar o gênero editorial e para diferenciá-lo de outro gênero textual.

níveis de hierarquização cada editorial apresenta via de regra?; quais são as formas de linearização tópica características do gênero?

ii) é possível identificar uma regra geral de estruturação de SegTs mínimos em editoriais atuais de jornais paulistas?; se for possível, qual seria essa regra?;

iii) quais são os principais aspectos da finalidade sociocomunicativa do gênero editorial?; como esses aspectos influenciam o processo de Organização Tópica nesse gênero?

Quanto às perguntas de pesquisa em (i), nossa hipótese foi a de que os editoriais tenderiam a instaurar poucos tópicos discursivos por editorial, entre os quais provavelmente se instaurariam poucos níveis hierárquicos) ou tenderiam até mesmo a apresentar unicidade tópica (isto é, em cada editorial, haveria um único tópico discursivo, concretizado por apenas um SegT mínimo). Essa hipótese foi baseada em uma observação prévia que fizemos segundo a qual editoriais atuais de jornais, em geral, teriam uma extensão menor que a de editoriais mais antigos e segundo a qual cada editorial focalizaria um único tópico discursivo (contendo, assim, um único SegT mínimo). A possível confirmação dessa hipótese indicaria uma diferença significativa entre editoriais atuais e oitocentistas, já que estes últimos parecem manifestar, em geral, uma maior complexidade tópica intertópica (cf. PENHAVEL; GUERRA, 2015, para uma análise de editoriais de jornais paulistas do século XIX).

No que concerne às perguntas colocadas em (ii), nossa hipótese foi a de que seria possível, de fato, identificar uma regra geral de estruturação de SegTs mínimos em editoriais atuais de jornais paulistas, assim como tem sido verificado em outros gêneros já estudados (cf. PENHAVEL, 2010; GUERRA; PENHAVEL, 2010; PENHAVEL; DINIZ, 2014) e que essa regra seria, em certa medida, similar à regra detectada no gênero relato de opinião (cf. seção 1.3.3, do capítulo I), dado o fato de que editoriais apresentariam uma natureza essencialmente argumentativa, assim como relatos de opinião.

Por fim, quanto às perguntas colocadas em (iii), a hipótese assumida foi a de que a Organização Tópica de cada gênero estaria diretamente vinculada à finalidade sociocomunicativa caracterizadora do gênero. Ou seja, a hipótese foi que a estruturação tópica seria um recurso linguístico-textual utilizado a serviço da efetivação do objetivo comunicativo do gênero, sendo, assim, determinada pelo gênero. Nesse sentido, nossa expectativa foi a de

que a possível unicidade tópica, no plano intertópico, e a combinação entre unidades argumentativas, no plano intratópico, estivessem vinculadas à função essencial de defesa de determinado ponto de vista específico, característica dos editoriais.

No decorrer deste trabalho, mostraremos que nossos dados, por um lado, corroboram algumas de nossas hipóteses iniciais e, por outro lado, revelam características dos editoriais que são relativamente diferentes do esperado inicialmente.

III. Organização da dissertação

A presente dissertação encontra-se organizada da seguinte maneira: no capítulo I, apresentamos a fundamentação teórica do trabalho; no capítulo II, inicialmente detalhamos o material e os procedimentos de análise e, na sequência, discutimos as análises da Organização Tópica nos editoriais paulistas do século XXI. Em seguida, apresentamos a seção de conclusões e a de referências. Por fim, nos anexos I e II, disponibilizamos todas as análises desenvolvidas em nosso estudo, apresentando primeiramente a análise intertópica e posteriormente a análise intratópica.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Introdução

Neste capítulo, procuramos sistematizar os fundamentos teóricos que embasam nosso trabalho. Para tanto, na seção 1.2, apresentamos uma síntese da Gramática Textual-Interativa, focalizando os seus princípios teóricos, a concepção de linguagem assumida e seus objetos de estudo. Na seção 1.3, detalhamos o processo de Organização Tópica, pormenorizando as propriedades particularizadoras desse processo e os seus dois níveis de funcionamento, o intertópico e o intratópico. Na sequência, em 1.4, discutimos a concepção de gênero textual adotada neste trabalho e caracterizamos o gênero textual editorial, dando especial enfoque à finalidade sociocomunicativa do gênero. Finalmente, na seção 1.5, apresentamos as considerações finais relativas a este capítulo.

1.2. A Gramática Textual-Interativa

Há alguns anos, no Brasil, no interior de um projeto de pesquisa passado conhecido como Projeto de Gramática do Português Falado (CASTILHO, 1990), formou-se um grupo de pesquisadores responsáveis pelos estudos dos processos de organização do texto falado, coordenado por Ingedore Grunfeld Villaça Koch. Esse grupo apresentava uma grande peculiaridade em relação ao projeto de elaboração de uma gramática para o português culto falado no Brasil, pois, ao discutir e sistematizar uma série de conceitos e princípios analíticos para o estudo do texto sob o enfoque pragmático, enfrentou o desafio de elaborar uma proposta teórico-metodológica para a análise textual, que ficou conhecida como “Perspectiva Textual-Interativa”, ou “Gramática Textual-Interativa”, sistematizada, principalmente, em Jubran (2007, 2015a).³

³ Daqui em diante, ao fazermos referência ao quadro teórico-metodológico que fundamenta este trabalho, optaremos por utilizar a denominação “Gramática Textual Interativa”, em vez de “Perspectiva Textual-Interativa”. O termo “Gramática”, conforme aqui usado e conforme, a nosso ver, pode ser interpretado a partir de Jubran (2007), não se refere à descrição da gramática de uma língua (como parece ser o caso no Projeto de Gramática do Português Falado), mas se refere ao fato de que o domínio dos fenômenos textual-interativos possui regularidades estruturais e interacionais que podem ser referidas como uma gramática. Assim, a expressão “Gramática Textual-Interativa”, como utilizada aqui, faria referência não à gramática do português (embora, é claro, o trabalho descreva dados do português), mas a um domínio de funcionamento da linguagem verbal.

Como destaca Jubran (2015a), a Gramática Textual-Interativa (doravante GTI), vertente da Linguística Textual, é uma opção teórica frente a diferentes formas de conceber os fenômenos linguísticos, que considera a linguagem como atividade de interação social, como forma de ação verbal exercida entre pelo menos dois interlocutores, inseridos em uma localização contextual, em que um se situa reciprocamente em relação ao outro, considerando as circunstâncias de enunciação. Nesse contexto, a linguagem é ancorada na interação social, estando, inclusive, a serviço dessa interação. Assim, a linguagem é o meio pelo qual os interlocutores realizam tarefas comunicativas, como de troca de representações, metas e interesses, no contexto de um espaço discursivo sempre orientado para os parceiros da comunicação. A linguagem, então, é responsável por orientar o comportamento recíproco dos interlocutores, conforme suas representações mútuas no que diz respeito a papéis sociais e discursivos, conhecimento compartilhado de mundo, atitudes, propósitos e reações assumidas no intercâmbio comunicativo. Desse modo, a linguagem requer, dentre outros, o conhecimento sociointeracional, que engloba os conhecimentos do tipo ilocucional, comunicacional e metacomunicativo.

Segundo Jubran (2007), o conhecimento ilocucional relaciona-se a tipos de objetivos ou atos de fala, permitindo colocar em prática os propósitos comunicativo-interacionais na sua formulação por parte do locutor ou na sua interpretação por parte do interlocutor. O conhecimento comunicacional, por sua vez, abrange os conhecimentos relacionados às regras gerais de comunicação da situação de interação verbal, como as máximas griceanas,⁴ e também conhecimentos que auxiliam, por exemplo, na escolha do gênero e da variante linguística adequados a uma situação específica de interlocução, bem como na seleção das informações necessárias para o cumprimento do objetivo comunicativo. Por fim, o conhecimento metacomunicativo diz respeito aos diferentes procedimentos linguístico-discursivos que monitoram o processamento do texto, a fim de assegurar a sua compreensão segundo o objetivo com que é produzido. São exemplos desses procedimentos o uso de articuladores textuais e os processos de construção textual.

⁴ Grice (1975, 1978 *apud* CANÇADO, 2008, p. 132) propõe quatro máximas conversacionais que realizam linguisticamente um princípio de cooperação entre falantes, definido como um acordo subjacente de comunicação linguística. Tais máximas são identificadas pelo autor como: (i) Máxima de Qualidade: diga apenas aquilo que você acredita que seja verdadeiro, ou não diga nada sobre o qual não tenha evidências adequadas; (ii) Máxima de Quantidade: diga apenas aquilo que você julga informativo e necessário para o objetivo da comunicação, nem menos nem mais informação; (iii) Máxima de Relevância: faça com que suas contribuições sejam relevantes para a situação de comunicação; (iv) Máxima de Modo: seja claro, evitando, principalmente, ambiguidades e obscuridades, e seja breve e ordenado.

O destaque dado à necessidade do conhecimento sociointeracional na efetivação da linguagem justifica-se pelo fato de que, em uma gramática textual de natureza interacional, é fundamental considerar esse conhecimento, uma vez que a formulação textual dele derivada também se liga ao conhecimento de mundo, crenças e convicções dos usuários da língua e ao seu domínio de estratégias socioculturalmente determinadas que visam ao estabelecimento, manutenção e eficácia da interação verbal, como estratégias de preservação da face, polidez, negociação dos diferentes aspectos da situação comunicativa.

De forma resumida, a concepção adotada na GTI e, portanto, também neste trabalho, é a de linguagem como forma de ação verbal realizada a serviço da interação social e inserida em uma localização contextual na qual os interlocutores se situam reciprocamente um em relação ao outro, levando em conta as condições de efetivação.

Partindo dessa concepção de linguagem, Jubran (2007) destaca que a GTI se pauta, principalmente, em dois princípios norteadores. O primeiro é o de que os fenômenos textuais têm suas propriedades e funções definidas no seu contexto de uso, nas situações concretas de interlocução, envolvendo as circunstâncias enunciativas. Dessa forma, tanto na produção e interpretação textual como na análise dos fenômenos do texto, o contexto de interlocução deve ser tomado em conta, já que este contexto está fortemente atrelado às estruturas textuais.

O princípio de que os fenômenos textuais têm suas propriedades e funções definidas no contexto de interlocução indica que, na efetivação da atividade verbal, os interlocutores manifestam a sua competência comunicativa, compreendida como a capacidade que têm os interlocutores de manter a interação social por meio de textos.

Conforme Jubran (2007), no processamento do texto, a competência comunicativa é responsável por mobilizar conhecimentos de sistemas cognitivos, como o conhecimento sociointeracional, ao qual nos referimos anteriormente, e também os conhecimentos acerca de modelos textuais globais, que dão condições aos interlocutores para reconhecer um texto como exemplar de um determinado gênero e para selecionar o gênero pertinente aos objetivos de uma dada situação de interação verbal.

Além da mobilização de um conjunto de sistemas cognitivos, a competência comunicativa mobiliza ainda um saber linguístico, que pode ser compreendido como o conhecimento de um sistema de regras que permite que os usuários da língua operem, na organização dos enunciados que se articulam na elaboração textual, com os subsistemas fonológico, morfossintático, semântico, de acordo com as restrições estruturais de cada um desses subsistemas, bem como com as pressões de ordem interacional que permitem aos

usuários da língua fazerem escolhas linguísticas para se adaptarem continuamente às necessidades comunicativas. Dessa forma, retomando Neves (1996), Jubran (2007) conclui que a competência comunicativa pode ser entendida como a capacidade que os falantes têm de lidar com as restrições da língua nas diferentes situações sociocomunicativas, assim como de proceder a escolhas comunicativamente adequadas.

O segundo princípio teórico que orienta a GTI é o de que os fatores interacionais constituem o texto e são inerentes à expressão linguística, considerando que há uma introjeção natural de dados de natureza interativa no processamento verbal de um ato comunicativo. Nesse sentido, os dados pragmáticos não são vistos como uma moldura dentro da qual se processa o intercâmbio linguístico, ou como uma camada de enunciação que envolve o texto. A proposta de uma gramática textual-interativa assume que as condições comunicativas que sustentam a ação verbal se inscrevem na superfície textual, por meio das próprias escolhas comunicativas dos falantes adequadas à situação sociointerativa de comunicação verbal. Dessa forma, o texto, produto da efetivação da atividade interacional, emerge a partir de um jogo de atuação comunicativa, projetado na sua construção, constituindo-se como o lugar de identificação das pistas indicadoras das regularidades de um sistema de desempenho verbal. É, então, a concepção de que a superfície textual é permeada pelas marcas reguladoras do processamento interacional que justifica a escolha do objeto de estudos da GTI – o texto –, já que, no âmbito de uma descrição textual-interativa, a análise das marcas concretas que a situação comunicativa imprime na superfície textual permite distinguir os processos de construção textual e também as funções textual-interativas exercidas por eles, dadas em conformidade com o contexto comunicativo.

Correlacionando os dois principais princípios teóricos que orientam a GTI, o de que os fenômenos textuais têm suas funções e propriedades definidas no uso e o de que os fatores interacionais são inerentes à expressão linguística, pode-se justificar a proposta de uma gramática textual de natureza interacional que visa à investigação dos processos de construção textual atrelados às funções textual-interativas exercidas por eles, o que já evidencia o distanciamento da GTI de recortes dicotômicos como língua/fala, competência/desempenho. Nesse contexto, ao considerar que as características estruturais do texto estão altamente vinculadas à dinâmica dos processos formulativo-interacionais envolvidos na sua produção, a GTI reafirma a sua concepção de linguagem como forma de ação verbal realizada a serviço da interação social e efetivada em uma localização contextual e ainda direciona o enfoque de suas pesquisas gramaticais não somente para regularidades estruturais, mas também para

princípios que gerenciam a atividade textual, orientados segundo as restrições estruturais de cada situação de comunicação verbal e as escolhas interacionalmente feitas pelos falantes.

Em uma gramática textual-interativa, reconhecer que a construção da unidade textual se dá segundo o seu contexto de uso implica assumir que a atividade verbal é carregada de regularidades, definíveis por princípios de processamento de estruturas textuais. Assim, situações de interlocução verbal semelhantes envolvem princípios de construção textual também semelhantes, podendo, portanto, serem descritas conforme regularidades similares no que concerne aos seus procedimentos de construção textual e às funções textual-interativas exercidas por eles. Dessa forma, a construção de uma gramática do texto como a GTI encontra justificativa no princípio de que a formulação textual é carregada de regularidades atreladas ao seu contexto de processamento. Nesse âmbito, a GTI tem o papel de descrever as regularidades relacionadas ao processamento textual, observando o caráter sistemático desse processamento pela análise da recorrência dos procedimentos de construção do texto em contextos definidos, das marcas formais que os caracterizam e do preenchimento de funções textual-interativas que os especificam. (cf. JUBRAN, 2007).

Os princípios teóricos que orientam a GTI encontram base teórica em um tripé que congrega a Pragmática, a Linguística Textual e a Análise da Conversação. A presença da ótica pragmática na GTI orienta a descrição de dados linguístico-textuais dentro de seu contexto de efetivação. Como a GTI considera que os processos de formulação textual e de interação estão estritamente imbricados, a investigação dos processos de construção textual e das marcas linguísticas que gerenciam esses processos não coloca em oposição as funções textual e interativa, mas sim as conjuga, segundo um princípio de gradiência, conforme a dominância de uma ou de outra. Desse modo, de acordo com Jubran (2015a), quando um determinado procedimento de elaboração textual atua especialmente na construção informacional do texto, sua função interativa decresce no texto, sem que se apaguem as suas funções pragmáticas no processamento textual. Paralelamente, quando um procedimento de textualização focaliza a atividade enunciativa, apontando o predomínio de sua função interativa, diminui a sua funcionalidade no andamento do fluxo de informação textual, sem que seja anulada a sua atuação no desenvolvimento informacional do texto. Em outras palavras, pode-se dizer que o princípio de gradiência fundamenta uma análise textual-interativa que considera que os processos de elaboração textual tendem ora a focalizar mais a organização informacional do texto, ora mais a sua organização interativa, sempre congregando as funções textual e interativa. Assim, mesmo o fenômeno textual reconhecido em determinado contexto como

mais prototipicamente informacional assume funções interativas. Da mesma forma, ainda o fenômeno tido como mais interativo em certo contexto de interação verbal manifesta funções informacionais.

Pautando-se no referido princípio de gradiência, a GTI propõe uma tipologia funcional dos processos de construção textual baseada em *funções textual-interativas dominantes* exercidas por esses processos. Nesse sentido, nessa tipologia, de um lado, estão os elementos linguísticos cuja função *dominante* é a organização, condução, manutenção ou quebra do fluxo de informação do texto e, de outro lado, os elementos predominantemente focalizadores das circunstâncias enunciativas. Entre os grupos de elementos com funções mais predominantemente textuais ou interacionais, encontram-se classes intermediárias, organizadas segundo a projeção da função textual sobre a interacional e da interacional sobre a textual.

A presença da Linguística Textual no tripé que fundamenta a GTI encontra justificativa na contribuição desse ramo da Linguística para a configuração do objeto de estudo da GTI – o texto. A concepção de texto adotada pela GTI distancia-se daquela difundida na primeira fase da Linguística Textual no Brasil, na qual se entendia o texto como uma frase complexa, uma sequência de frases coesivamente relacionadas e, a partir dessa concepção, estendiam-se ao texto princípios teóricos vigentes para as análises linguísticas desenvolvidas no âmbito frasal. A perspectiva adotada para o tratamento do objeto de estudo da GTI baseia-se principalmente na fase pragmática da Linguística Textual, que reconhece o texto como instrumento de efetivação de intenções comunicativas e sociais dos falantes, como unidade sociocomunicativa que ganha existência em determinado contexto interacional, concepção que se baseou em orientações teóricas que atribuíam também ao texto a qualidade de ação verbal e tinham como um de seus objetivos de análise a descrição das regras envolvidas na relação entre texto, seu contexto comunicativo-situacional e as ações intencionalmente representadas na materialidade linguística, como a Teoria dos Atos de Fala e a Teoria da Atividade Verbal (cf. KOCH, 2004).

Em meio a este cenário, como a GTI envolve, além do estudo de gêneros textuais escritos, a análise de gêneros orais, a descrição textual-interativa busca embasamento teórico também na Análise da Conversação que, ao examinar a oralidade, inclui em seus princípios teórico-analíticos questões específicas relativamente à modalidade falada da língua, abrangendo contextos diversificados de intercurso verbal.

Com base, principalmente, nesses conceitos e princípios teóricos, a GTI toma o texto como objeto de estudo, a fim de investigar, especificamente, os processos de construção

textual, assumindo o processo de Organização Tópica como o fio condutor da construção textual. Além de estudar a Organização Tópica em si, a GTI investiga outros processos de construção textual que atuam concomitantemente à Organização Tópica. Esses processos podem ser reunidos em dois grupos – o grupo dos processos de formulação e o grupo dos processos de reformulação textual. No primeiro grupo estão os processos de Referenciação, Parentetização e Tematização/Rematização, que são responsáveis pela introdução de referentes no texto. No segundo conjunto encontram-se os processos de Parafraseamento, Repetição e Correção, referindo-se a algo já mencionado no texto, que se firma como algo reiterado, como no caso da Repetição, ou anulado por uma nova formulação, como no caso da Correção, ou ainda como algo que tem seu conteúdo semântico parcialmente reelaborado, como no caso do Parafraseamento. Na sequência, sintetizamos brevemente cada um desses processos que compõem o programa de pesquisa da GTI, reservando para a seção seguinte a discussão detalhada do processo central de construção textual reconhecido pela GTI e objeto de estudo do presente trabalho.

A Referenciação pode ser entendida como o processo discursivo, criado na dinâmica interacional, que faz com que os referentes acionados na produção textual sejam concebidos como objetos de discurso, e não como objetos de mundo. Nesse sentido, os elementos linguísticos que fazem referência não estão prontos *a priori*, mas constituem-se no próprio texto, de modo que é o texto que constrói os próprios elementos aos quais faz referência. A partir dessa definição de Referenciação, pode-se entender que cabe à linguagem (re)construir a realidade em contextos situados e interacionais.

No interior da GTI, a Parentetização é definida no contexto do Segmento Tópico, de modo que é necessário considerar um dos traços básicos do tópico discursivo, a centração,⁵ para definir a noção de parênteses. A centração pode ser vista como um parâmetro para o reconhecimento da Parentetização porque é propriamente no interior de Segmento Tópico que ocorre tal processo, considerando que a inserção parentética se configura como um breve desvio de um tópico discursivo, que não afeta a coerência do Segmento Tópico no qual ocorre.

O processo de Tematização/Rematização envolve os constituintes com função de tema e de rema. Os constituintes temáticos selecionam um elemento (um estado de coisas, um indivíduo, uma propriedade) que é ativado ou reativado na memória do interlocutor e que é

⁵ Como detalharemos na seção 1.3.1, a centração pode ser entendida como a propriedade de concentração da interação verbal em um determinado conjunto de referentes, explícitos ou inferíveis, concernentes entre si.

focalizado em determinado ponto do texto, constituindo-se como o assunto sobre o que se trata na situação de interlocução. Já os constituintes remáticos apresentam a informação relativamente mais importante sobre o constituinte temático ao qual se relacionam. Nesse âmbito, a inversão ou o deslocamento dos constituintes com função de tema ou de rema na oração, em relação à ordem canônica das sentenças, pode provocar o processo de Tematização/Rematização, dando indícios, por exemplo, a respeito do assunto focalizado na interação verbal.

O Parafraseamento, por sua vez, é o processo de construção textual por meio do qual novos enunciados remetem a enunciados anteriores, modificando-os total ou parcialmente. Como um processo de reformulação textual, o Parafraseamento tem um escopo retrospectivo, já que busca dar um tratamento linguístico-discursivo a segmentos já formalmente instaurados no texto. No Parafraseamento, a relação semântica entre o enunciado parafraseado e o enunciado parafraseador é sempre de parentesco semântico, que pode se dar segundo um menor ou maior grau, nunca, porém, estabelecendo uma absoluta equivalência semântica. De todo modo, o Parafraseamento sempre vai gerar novos sentidos, determinando, portanto, uma progressão textual.

O processo de Repetição pode ser entendido como a produção de segmentos textuais idênticos ou semelhantes, duas ou mais vezes, no contexto de um mesmo evento comunicativo, sem que se estabeleça uma relação de espelhamento automático entre o constituinte matriz da repetição e o item repetido, mas sim uma relação de caráter paradigmático. Os elementos repetidos podem compor o nível fonológico, morfológico, sintático da língua, ter estatuto de sintagma, partes de oração ou inclusive constituírem orações.

Finalmente, a Correção consiste na produção de um enunciado linguístico que reformula um enunciado anterior, considerado inadequado para certa situação de comunicação verbal aos olhos dos interlocutores. Para Fávero, Andrade e Aquino (2015), na Correção há uma relação semântica de contraste, entendendo “contraste” pela oposição semântica entre o enunciado inadequado e o enunciado reformulador. Essa relação de contraste estabelece um apagamento do enunciado fonte da Correção para a introdução de um enunciado reformulador.

Além da Organização Tópica e dos processos de construção textual aqui ligeiramente sintetizados, o programa de pesquisa da GTI ainda escopa o conjunto das expressões linguísticas que gerenciam o funcionamento de tais processos e codificam as intenções

textual-interativas dos falantes. Essas expressões linguísticas são chamadas de Marcadores Discursivos (MDs) e a elas pode ser atribuída a tarefa de marcar, estabelecer, evidenciar, criar relações de sentido mais predominantemente textuais ou interacionais, a depender do contexto sociocomunicativo em que se inserem.

Na GTI, o grupo dos MDs é recortado em duas categorias: (i) os MDs basicamente sequenciadores e (ii) os MDs basicamente interacionais. Os MDs da primeira categoria atuam no amarramento de porções textuais, introduzindo, reintroduzindo, fechando, relacionando SegTs mínimos e partes de SegTs mínimos. Os MDs basicamente interacionais, por seu turno, atuam na codificação de impressões que os falantes têm sobre o processo de interação verbal, exercendo funções, por exemplo, de solicitar a atenção do interlocutor e de garantir tempo ao falante para planejar o seu texto.

Definidos os processos envolvidos na construção do texto e o grupo de expressões linguísticas envolvidas no gerenciamento textual-interativo desses processos, discutimos ainda um último princípio envolvido no programa de pesquisa da GTI. Ao considerar que a linguagem está organizada segundo intenções comunicativas relacionadas ao contexto de uso, a GTI assume que, na dinâmica das relações textual e interativa, uma mesma forma pode apresentar diferentes funções e, por essa razão, compor as diferentes classes de elementos envolvidos na construção textual. Dessa forma, Jubran (2007) argumenta que a GTI reconhece a existência de classes não-discretas de elementos, o que é sustentado pela fluidez de limites entre as classes, em razão do equilíbrio instável das configurações textuais. O reconhecimento dessa fluidez aponta para uma característica de uma gramática textual de orientação interacional que considera o texto como uma entidade sistemática e, ao mesmo tempo, dinâmica, que se constitui como ação linguística a partir das intenções comunicativas dos falantes dadas nos diversos contextos de interlocução.

Feita uma síntese da GTI, quadro teórico-metodológico que embasa esta investigação, a seguir trataremos detalhadamente do processo de Organização Tópica, objeto de estudo da presente pesquisa.

1.3. O processo de Organização Tópica

O processo de Organização Tópica consiste na organização do texto mediante a construção e articulação linear e hierárquica de grupos de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância

em determinados pontos do texto (cf. PINHEIRO, 2005, 2011; JUBRAN, 2015b; GUERRA; PENHAVEL, 2010). Essa definição revela que o processo de Organização Tópica é regido por duas propriedades particularizadoras: a da centração e a da organicidade.

1.3.1. A propriedade da centração

A propriedade da centração pode ser entendida como a propriedade de concentração da interação verbal em um determinado conjunto de referentes, explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância em determinados pontos do texto. Partindo dessa definição, Jubran (2015b) considera que a centração comporta três traços, como apresentamos a seguir:

- a) **concernência**: relação de interdependência semântica entre os elementos constituintes dos enunciados de um segmento textual – implicativa, associativa, exemplificativa, ou de outra ordem – firmada por mecanismos coesivos de sequenciação ou referenciação. Essa relação de interdependência é o meio pelo qual se dá a integração desses enunciados em um conjunto específico de referentes (objetos de discurso, não de mundo) explícitos ou inferíveis, instaurado no texto como alvo do processo textual-interativo;
- b) **relevância**: proeminência de certos elementos textuais na constituição desse conjunto de referentes, decorrente da posição focal sobre esses elementos assumida pelos interlocutores, em determinado ponto do texto, considerando o processo textual-interativo;
- c) **pontualização**: localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento do texto, levando em consideração a concernência e a relevância de seus elementos interacionalmente instaurados. Nesse sentido, considera-se que em cada momento do texto o falante terá como foco um determinado conjunto de referentes e os pontos de início e de fim de desenvolvimento de cada um desses conjuntos de referentes marcam a sua pontualização na linearidade textual.

Desse modo, o processo de construção textual compreende a construção, pelos falantes, de vários grupos de enunciados, cada um reunindo os três traços apresentados acima. Os traços definidores da centração colaboram para o reconhecimento do estatuto tópico de determinado fragmento textual. A partir da aplicação desses critérios na análise textual, pode-se recortar o texto em SegTs, entendidos, segundo Jubran (2015b), como fragmentos textuais que materializam o princípio da centração na superfície textual. Para exemplificar os traços da centração, apresentamos o segmento a seguir:

(1)

tem... aí depois saindo do corredor tem a cozinha... a cozinha é bem grande com uma mesa de made(i)ra bem... grande mesmo aquelas mesa de área mesmo... lá geralmente eu guardo a minha moto fica tudo abarrotado todo dia... (...) tem a pi::a o fogão do lado da pi::a... a gelade::(i)ra... é bem grande também... um armário de cozinha... nesse armário fica o telefone na parte de ba(i)xo... onde guarda (as coisa talheres essas coisas)... (PENHAVEL; GARCIA, 2017, p. 1801).

Na descrição em que se insere o exemplo em (1), a informante descreve a sua casa, focalizando os diferentes cômodos desse lugar. No segmento em questão, a *concernência* verifica-se na construção de um conjunto de enunciados relativo à *cozinha* da casa onde mora a informante. A integração dos elementos constitutivos desse conjunto referencial é instaurada pela relação de interdependência semântica entre os elementos *cozinha*, *mesa de madeira*, *pia*, *fogão*, *geladeira*, *armário de cozinha*, *talheres*. Além disso, os mecanismos de articulação textual *aí* e *depois* também concorrem para a construção da coesão, já que, conforme Jubran (2015b), eles “costuram” a estrutura do segmento.

A *relevância* do tópico *cozinha da casa da informante* pode ser notada por um conjunto referencial que expressa a dominância do tópico em questão, na medida em que trata, por exemplo, de vários objetos que fazem parte da cozinha. Além disso, a relevância do tópico cozinha pode ser evidenciada pelo contexto em que o segmento se insere. No caso de um texto em que a informante focaliza a descrição de sua casa, tratando de cada um dos cômodos do lugar onde mora, um segmento que focaliza a descrição da cozinha tem relevância tópica porque a cozinha faz parte do conjunto de cômodos da casa.

A *concernência* e a *relevância* dos elementos textuais permitem-nos, então, identificar a *pontualização* de um conjunto referencial coeso e coerente no interior de um texto. Em outras palavras, é possível dizer que a *concernência* e a *relevância* permitem identificar os pontos de início e de fim do desenvolvimento de um conjunto de referentes específicos na linearidade do texto. Pode-se dizer que os traços de *concernência* e *relevância* dão condições para a localização, na linearidade do texto, dos diferentes conjuntos referenciais

interacionalmente instaurados. Assim, segundo Jubran (2015b), a concernência e a relevância são *traços imprescindíveis* para determinar a centração tópica e, conseqüentemente, para identificar um Segmento Tópico.

Além de encerrar a centração, apresentando a construção de grupos de enunciados, a Organização Tópica também compreende a articulação entre esses grupos, o que já diz respeito à propriedade da organicidade.

1.3.2. A propriedade da organicidade

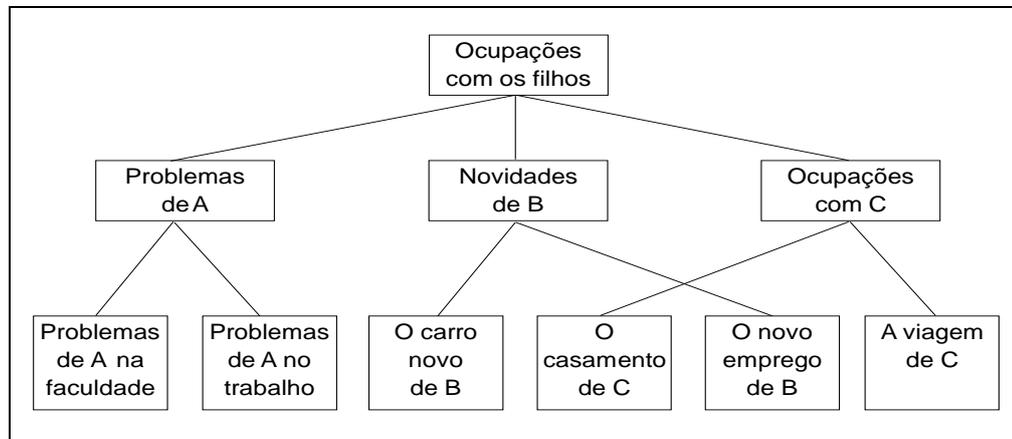
A organicidade, segunda propriedade definidora da Organização Tópica, estabelece-se por meio de relações de interdependência tópica estabelecidas simultaneamente em dois planos:

- a) no plano hierárquico: de acordo com as dependências de superordenação e subordenação entre os tópicos que se organizam segundo o grau de abrangência do assunto;
- b) no plano linear: segundo as relações intertópicas em termos de adjacência ou interposições de diferentes tópicos, na relação de encadeamento entre unidades tópicas.

1.3.2.1. A hierarquia na Organização Tópica

Na dimensão hierárquica, ou vertical, da estruturação tópica, as relações de interdependência entre tópicos são orientadas a partir do grau de abrangência do assunto desenvolvido no texto, de modo que se estabeleçam níveis de estruturação tópica segundo o maior ou menor grau de abrangência do assunto em pauta. Desse modo, há tópicos mais amplos que abrangem tópicos mais particularizadores que, por sua vez, abrangem tópicos ainda mais específicos, até que se alcancem constituintes tópicos mínimos. Essa relação pode ser observada na figura 1, a seguir:

Figura 1: Exemplo hipotético de relações de Organização Tópica



Fonte: Guerra e Penhavel (2010, p. 142).

Guerra e Penhavel (2010), utilizando a figura acima para ilustrar o processo de Organização Tópica, explicam que cada quadro da figura 1 reúne um grupo de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referências concernentes entre si e em relevância em determinado ponto do texto, caracterizando a propriedade de contração tópica.

Ademais, ilustram que há níveis hierárquicos de Organização Tópica, de modo que o primeiro nível da figura representa o agrupamento de enunciados mais amplo do texto, ou seja, o seu tópico central,⁶ intitulado “Ocupações com os filhos”. Esse tópico mais amplo abrange tópicos mais particularizadores, que ocupam o segundo nível da figura, intitulados “Problemas de A”, “Novidades de B” e “Ocupações com C”. Esses três tópicos mais particulares, por sua vez, abrangem outros tópicos ainda mais específicos, que se distribuem no nível mais baixo da hierarquia representada na figura 1. Esse desenvolvimento do texto em unidades e subunidades tópicas caracterizam, então, a hierarquização tópica.⁷

⁶ Em conformidade com Jubran (2015b), estamos chamando de “tópico central” o tópico mais abrangente do texto, que perpassa toda a sua organização textual-interativa. Em outros termos, a noção de tópico central empregada neste trabalho faz referência ao maior supertópico do texto. Contudo, admitimos que o termo “supertópico” também seria pertinente para fazer referência ao tópico que perpassa todo o texto, de modo que seria necessária uma reflexão mais ampla para discutir essa questão.

⁷ Seguindo Jubran (2015b), estamos utilizando o termo “nível” para fazermos referência a cada um dos níveis de abrangência do tópico discursivo central, definíveis pelo maior ou menor grau de particularização do assunto desenvolvido no texto. Ou seja, entendemos que o tópico discursivo central do texto, portanto, o seu tópico mais relevante e abrangente, ocupa o primeiro nível na

Todos os tópicos discursivos destacados na figura 1 são materializados em segmentos do texto, isto é, em trechos do texto. Cada trecho do texto correspondente a um tópico discursivo constitui a unidade chamada de Segmento Tópico (SegT). Os menores SegTs de um texto são, então, os chamados “SegTs mínimos”. No caso da figura 1, os SegTs mínimos seriam os segmentos textuais correspondentes aos seis tópicos que ocupam o nível mais baixo da figura.

Cumpramos aqui esclarecer, como já fizemos brevemente na seção de introdução, que a categoria *tópico discursivo* se refere ao tema (ou assunto) interacionalmente construído pelos interlocutores em determinado ponto do texto (cf. PENHABEL; GARCIA, 2017). A categoria ainda é utilizada na GTI para referir-se ao processo de Organização Tópica do texto. Nesse sentido, Pinheiro (2005) destaca que o *tópico discursivo* é uma categoria analítica abstrata, ao passo que o *Segmento Tópico* é o segmento textual que preenche as propriedades dessa categoria. Seguindo essa definição, o autor conclui que o Segmento Tópico é a unidade textual concreta que materializa a propriedade da centração, apresentando, portanto, concernência e relevância no conjunto de seus elementos textual-interativos e, ainda, localizando-se em um determinado ponto do texto.

Retomando Pinheiro (2005), enfatizamos que o esclarecimento da noção de Segmento Tópico se faz importante, entre outras razões, pelo fato de o Segmento Tópico poder ser considerado a unidade de análise da GTI. O autor destaca que, como os diferentes gêneros são compostos em variadas extensões, é necessário recortá-los em unidades menores para analisá-los e, em uma GTI, as unidades que comportam as mesmas características formulativo-interacionais do texto, ou seja, que são estrategicamente organizadas e veiculadoras de sentido, são os Segmentos Tópicos.

Voltando a focalizar a discussão da hierarquia na Organização Tópica, a figura 1 ainda pode exemplificar o que Jubran (2015b) considera como Quadro Tópico (QT), caracterizado pela autora por duas condições necessárias (i e ii) e uma possível (iii):

hierarquia tópica. O segundo nível hierárquico é ocupado, então, por todos os tópicos igualmente relevantes e mais particulares em relação ao tópico central. No terceiro nível estão todos os tópicos de mesma relevância tópica e mais específicos relativamente aos tópicos do segundo nível e assim sucessivamente. Por outro lado, reconhecemos também que o termo “nível” pode fazer referência à relação estabelecida entre um tópico discursivo mais amplo e todos os seus tópicos discursivos coconstituintes. Nessa interpretação, na figura 1 o primeiro nível de hierarquização seria composto pelo tópico central “Ocupações com os filhos” e os seus três tópicos discursivos mais particularizadores: “Problemas de A”, “Novidades de B” e “Ocupações com C”.

i) centração em um tópico mais abrangente (supertópico – ST), que delimita a porção textual em que determinado assunto é focal. Na figura 1, o ST configura-se como “Ocupações com os filhos”;

ii) desdobramento interno em tópicos coconstituintes (subtópicos – SbTs), na medida em que certos SbTs apresentam o mesmo grau de concernência em relação ao ST que lhes é comum. Por exemplo, desdobramento do ST “Ocupações com os filhos” em três SbTs constituintes: “Problemas de A”, “Novidades de B” e “Ocupações com C”, todos do mesmo nível hierárquico;

iii) desdobramentos sucessivos no interior de cada tópico coconstituente, de forma que um SbT de um ST superior passa a ser um ST em relação aos tópicos mais particularizadores que o integram (SbTs, constituindo, com eles, um outro Quadro Tópico, de nível inferior na hierarquia tópica). Por exemplo, desdobramento do tópico “Problemas de A” nos seus dois SbTs “Problemas de A na faculdade” e “Problemas de A no trabalho”.

Considerando as relações de superordenação e subordenação estabelecidas no QT, observa-se que a sua noção é abstrata e só pode ser estabelecida a partir do nível de hierarquia que o analista observa no texto por ele analisado. Nesse contexto, as noções de supertópico e subtópico são relativas, haja vista que é possível a formação de QTs em qualquer ponto da hierarquia tópica.

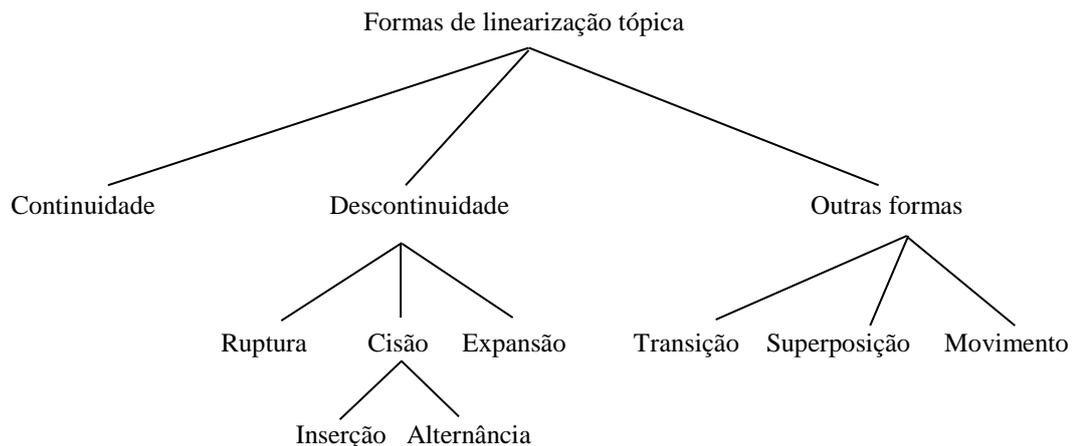
No caso da figura 1, o desdobramento interno do ST “Ocupações com os filhos” em três tópicos coconstituintes (SbTs) provoca a formação de um QT. O desdobramento desses três SbTs em tópicos ainda mais específicos faz com que esses SbTs que ocupam o segundo nível da figura se tornem STs em relação a cada um dos seus dois tópicos coconstituintes, o que instaura mais três QTs, que se estabelecem na relação entre “Problemas de A”, “Novidades de B” e “Ocupações com C” e seus dois respectivos SbTs.

1.3.2.2. A linearidade na Organização Tópica

A linearidade, ou sequenciamento, ou ainda linearização, no processo de Organização Tópica consiste no encadeamento de SegTs mínimos, ou seja, no sequenciamento entre SegTs

mínimos. Jubran (2015b) oferece uma distinção entre vários tipos de linearização tópica, estabelecendo, dessa forma, uma tipologia de formas de linearização. A autora distingue três grupos de formas de linearização: (i) continuidade, (ii) descontinuidade e (iii) outras formas de linearização tópica.⁸ Além dos processos de identificados pela autora, Penhavel e Garcia (2017) reconhecem também a possibilidade de simultaneidade de formas de linearização, o que não seria uma nova forma de linearização, mas uma especificação da tipologia proposta por Jubran (2015b). Na figura 2, demonstramos, então, a tipologia de formas de linearização definida pela autora, para, na sequência, sintetizarmos e exemplificarmos essas formas. Em seguida, discutiremos o que Penhavel e Garcia (2017) chamam de simultaneidade de formas de linearização tópica.

Figura 2: Tipologia de formas de linearização tópica proposta por Jubran (2015b)



(i) A continuidade tópica

A continuidade consiste na relação de adjacência entre os SegTs mínimos, de forma que a abertura de um novo SegT se dá apenas após o fechamento do tópico que o precede. Dessa forma, um novo SegT mínimo é iniciado somente quando o SegT anterior é finalizado no que diz respeito ao desenvolvimento temático construído pelos interlocutores.

O exemplo em (2), a seguir, ilustra um caso de continuidade tópica:

⁸ A nosso ver, é pertinente pensar que haveria apenas duas formas de linearização tópica – continuidade e descontinuidade – e que as formas reunidas no terceiro grupo não estariam no mesmo paradigma que a continuidade e a descontinuidade, de maneira que seriam fenômenos de natureza diferente dessas duas formas. De todo modo, optamos por seguir a classificação de Jubran (2006, 2015b), que reconhece três formas de linearização, conforme demonstramos na figura 2.

(2)

[SegT mínimo 1]

L2 – e dão muito trabalho tem esses problemas de juventude esses negócios () (não está muito na idade né?)

[

L1 – não por enquanto não porque ... estão entrando na as mais velhas estão entrando agora na adolescência e...

L2 – ()

L1 – mas são muito acomodadas ... ainda não começaram assim ... aquela fase ... chamada de ... mais difícil de crítica

L2 – (chamada mais difícil)

L1 – né?

L2 – ahn ahn

L1 – ainda não ... felizmente (ainda não) começaram

L2 – ()

L1 – agora ... eu acho que:: ... eu ... espero não:: ter problema com elas porque ... nós mantemos assim um diálogo bem aberto sabe?

L2 – uhn uhn

L1 – com as crianças ... então ... esperamos que não:: haja maiores problemas

L2 – ahn ahn

L1 – com o avançar dos anos ... enfim ... o futuro

L2 – ()

L1 – pertence ...

L2 – ah

L1 – a Deus e não ... a nós

L2 – ()

[SegT mínimo 2]

L2 – realmente deve ser uma delícia ter uma família gran/bem grande com bastante gente ... eu sou filha única ... ah tenho um irmão de treze anos ... mas gostaria deMAIS de ter tido ... mais irmãos ... porque quando:: ... com meu irmão eu já:: tinha curso universitários já já tinha saído da faculdade quer dizer então não tem quase que vantagem nenhuma não é? ... eu queria então uma família grande tínhamos pensa::do ... numa família maior mas depois do segundo ... já deve estar todo mundo tão desesperado que nós ((risos)) estamos pensando ...

L1 – ()

L2 – é (pensamos) seriamente em parar ... (JUBRAN, 2015b, p. 93).

No exemplo em (2) são abordados os tópicos *Problemas com filhos adolescentes de L1* e *Tamanho da família de origem de L2*, concretizados no exemplo em questão nos SegTs 1 e 2, respectivamente. Note-se que no fim do SegT 1, especialmente a partir do enunciado *então ... esperamos que não:: haja maiores problemas*, ocorrem diversas marcas de desaceleração do tópico, sinalizando o seu gradativo esgotamento. Essas marcas podem ser:

- i) a própria repetição que esse enunciado apresenta, de outro realizado há pouco (*eu ... espero não:: ter problema com elas*) – o que reapresenta a mesma informação, como se o tópico não pudesse mais avançar;
- ii) a incidência de pausas não preenchidas mais longas do que as verificadas no desenvolvimento do tópico;
- iii) a restrita participação da interlocutora L2 na progressão tópica, uma vez que ela se limita a emitir sinais de ouvinte (*uhn uhn, ahn ahn, ah*), não formulando nenhum enunciado de desenvolvimento tópico;
- iv) o uso de marcadores discursivos encaminhadores de conclusão de assunto (*então, enfim*);
- v) a entonação acentuadamente descendente dos dois enunciados iniciados por esses marcadores;⁹
- vi) finalmente, o clichê *o futuro pertence ... a Deus e não ... a nós*, que proverbialmente marca o fecho do tópico.

Nessas circunstâncias, a manutenção da conversação e a sua progressão dão-se pela entrada de um novo tópico na linearidade textual, materializado no SegT 2 do exemplo em (2), quando L2 toma a palavra para discorrer sobre o tamanho reduzido de sua família de origem (*realmente deve ser uma delícia ter uma família gran/ bem grande com bastante gente ... eu sou filha única*). Assim, fica evidente a mudança de centração do tópico 1 para o 2, dada apenas após o esgotamento do tópico 1, o que marca a continuidade na distribuição linear dos tópicos.

(ii) A descontinuidade tópica

A descontinuidade ocorre a partir de “uma perturbação na sequencialidade linear” (JUBRAN, 2015b, p. 94). Nesse caso, um novo tópico pode ser introduzido na linearidade do

⁹ Apesar de a entonação acentuadamente descendente ser uma marca de esgotamento de um tópico discursivo apontada por Jubran (2015b), em (2), essa marca não está formalmente sinalizada.

texto antes que o seu tópico precedente tenha sido esgotado, podendo ou não haver retorno do tópico interrompido; ser abordado em determinado momento do texto e, posteriormente, ser reintroduzido, de modo que seus segmentos coconstituintes fiquem distanciados na linha do texto; ser anunciado em determinado momento do texto, para, somente em momento posterior, ser desenvolvido.

Nesse sentido, a descontinuidade tópica define-se da seguinte forma:

- a) suspensão definitiva de um tópico provocada pela introdução de um novo tópico; nesse caso, não há retorno do tópico interrompido – trata-se do caso denominado de “ruptura tópica”;
- b) separação de um tópico em partes, de modo que suas partes não estejam organizadas de forma adjacente na linearidade textual – trata-se do caso chamado de “cisão tópica”;
- c) expansão posterior de um tópico apenas anunciado anteriormente – caso chamado de “expansão tópica”.

A seguir, explicamos mais detalhadamente e exemplificamos esses três casos de descontinuidade tópica.

a) Ruptura tópica

Jubran (2015b) destaca que a ruptura tópica se realiza quando um novo tópico é introduzido no texto, mas não chega propriamente a se desenvolver, porque outro tópico é logo introduzido, interrompendo o anterior. Nesse caso, o tópico que sofre a ruptura não volta a aparecer no texto.

O exemplo em (3) ilustra um caso de ruptura tópica tal como define Jubran (2015b):

- (3) [SegT mínimo 1]
 L2 – e apesar de todas essas restrições feitas ... pelos homens ... é inCRÍvel o número de candidatas para prestar concurso ... o número de homens que se candidatam ...
- [SegT mínimo 2]
 L2 – e por aí a gente vê por Fora ... como a coisa está difícil () por isso eu vejo pelo meu marido ... como eu falei para vocês ele faz seleção de pessoal né? ... então ... ele diz que para ... por exemplo cada cem engenheiros que é pedido ... [...] então eu estava

explicando ... que para cem engenheiros que são pedidos ... é pedido UM advogado ... quer dizer a desproporção é inCRÍvel ... (JUBRAN, 2015b, p. 95).

Como se pode observar no segmento ilustrado em (3), no tópico 1, nomeado como *Número elevado de homens candidatos em concurso de procurador*, L2 faz uma referência rápida a esse número e, a partir da expressão *e por aí a gente vê por FOra ... como a coisa está difícil*, passa a focar um novo tópico, materializado no SegT 2, a respeito da *Cotação de algumas profissões no mercado de trabalho*. Desse modo, o tópico concretizado no SegT 1 é interrompido, saindo definitivamente de cena sem que haja nenhum outro esclarecimento a respeito da quantidade de homens que prestam concurso para procurador. Essa introdução de um tópico na linearidade textual sem que esse tópico chegue propriamente a se desenvolver em razão da mudança de centração do tópico interrompido para outro tópico, não havendo reintrodução desse tópico suspenso, configura o que Jubran (2015b) reconhece como ruptura tópica.

b) Cisão tópica

De acordo com Jubran (2015b), na linearidade textual, um tópico pode estar organizado em segmentos descontínuos segundo duas formas distintas: *inserção* e *alternância*.

A *inserção* caracteriza-se pela divisão de um tópico em partes não-contíguas, segundo o esquema *A B A*, em que o tópico *A* é interrompido pelo tópico *B* e, após o desenvolvimento do tópico *B*, o *A* volta a ser desenvolvido. O tópico *B* pode ser considerado um tópico discursivo dentro de outro tópico porque institui outra centração dentro de um tópico que estava em curso.

O exemplo que se segue ilustra um caso de inserção:

- (4) [SegT mínimo 1]
 L2 – tem que levantar tem que vestir os dois ...
 L1 – são pequeninos né?
 []
 L2 – e tenho de me vestir ... porque ambos são pequenos ...
- [SegT mínimo 2]
 L2 – então eles não aceitam muito a pajem né para éh:: ... aliás não é pajem é pajem e arrumadeira mas
 L1 – ()
 []
 L2 – quer dizer não é só não vive em função deles mas de manhã ... a única função dela é me ajudar com eles ... mas eles não aceitam o menino porque ... quer fazer tudo sozinho

... no que eu procuro deixar ... e a menina porque quer que seja a (mamãe) que faça né?
então sou eu que:: tenho que ir fazer et cetera et cetera ...

[SegT mínimo 1]

L2 – depois o café:: em casa o café é muito demorado ... muito complicado quer dizer então até eles comerem todas as coisas que fazem ... parte do café eles demo::ram um briga com o outro a divisão tem que ser Absolutamente exata ... porque se um tiver mais do que o outro sai um monte de briga na realidade não acabam tomando tudo não comendo tudo que tem

L1 – (e eles tem)

L2 – mas preCISA TER IGUAL

L1 – ()

L2 – basta ser igual ... pode sobrar tudo mas a divisão tem que ser igual (JUBRAN, 2015b, p. 96-97).

No segmento em (4), inicia-se o SegT 1 com a enumeração das atividades de L2 com os filhos no período da manhã. Essa enumeração é suspensa com a entrada do SegT 2, cuja centração se dá em torno da ideia *Não aceitação da pajem pelos filhos*, e retomada posteriormente, com as referências ao café. Note-se que a reintrodução do SegT 1 é marcada, inclusive, pelo sequenciador textual *depois*, que evidencia a continuação da enumeração que havia sido interrompida no ponto de inserção do SegT 2. Nesse sentido, a ocorrência do SegT 2 no interior do SegT 1 provoca a descontinuidade deste último SegT, que se desenvolve em segmentos textuais não adjacentes.

Já a *alternância* faz com que um SegT se torne descontínuo por conta de interpolação de outro SegT, de modo que há uma espécie de revezamento entre tópicos, em que o tópico *B* interrompe o tópico *A* e, posteriormente, este mesmo interrompe o tópico *B*, que volta a ser desenvolvido após a interpolação de *A*. Dessa forma, dois SegTs se tornam descontínuos na linearidade textual em razão da interpolação entre um e outro tópico.

O exemplo seguinte ilustra um caso de alternância tópica:

(5)

[SegT mínimo 1]

L1 – ... agora a Laura não:: ... não se definiu que é muito pequena

[SegT mínimo 2]

L1 – a outra de nove quer ser bailarina

L2 – ahn ahn

[

L1 – ela vive dançando ((risos))

[

L2 – dançan/ ((risos))

L1 – é ela vive dançando a Laura a:: Estela

[SegT mínimo 1]

L1 – a Laura não se definiu tenho impressão

[

L2 – ()

L1 – de que ela vai ser PROMotora ...

dentre elas a de ter que fazer tudo correndo. As referências a essa situação de corrida expandem-se em um ponto posterior da conversa, por meio de enunciados que se centram especificamente no tópico *Correria da manhã de L2*, como ilustramos em (6):

- (6) [SegT mínimo 1]
 L2 – tem que levantar tem que vestir os dois ...
 L1 – são pequeninos né?
 [...]
 L2 – e tenho que me vestir ... [...] depois o café:: em casa o café é muito demorado ... muito complicado quer dizer então até eles comerem todas as coisas que fazem ... parte do café eles demo::ram [...] quer dizer que então:: é demorado ... depois ainda tem que escovar dente para sair ... éh tem que cada um pegar sua lancheira o menino pega a pasta porque ele já tem lição de casa quer dizer é uma corrida assim:: bárbara ... (JUBRAN, 2015b, p. 99).

Conforme a autora, esse processo de expansão tópica está sempre relacionado a indícios de tópicos que já começam a ser anunciados no interior de um SegT precedente ao SegT em que ocorre expansão. A autora afirma ainda, por outro lado, que, na linearidade textual, podem ocorrer resquícios de tópicos já abordados no texto, mas que continuam a aparecer na progressão textual, entremeando o desenvolvimento de outros tópicos. Nesse caso, esses resquícios são meras alusões a um outro conjunto de referentes, diferente daquele focalizado no momento, que podem atuar, algumas vezes, como tentativa de mudança de tópico.

iii) Outras formas de linearização tópica

Além da continuidade e da descontinuidade, processos básicos de linearização tópica reconhecidos por Jubran (2015b), a autora distingue outros três procedimentos, menos usuais, de passagem de um tópico a outro: transição, superposição e movimento de tópicos.

a) Transição de tópicos

A transição de tópicos é o recurso que permite a passagem gradual de um tópico discursivo a outro. Nesse caso, a transição gradual estabelecida entre dois tópicos realiza-se por meio de um tópico de transição, havendo, pois, uma porção textual que não pertence a nenhum dos seus tópicos circunvizinhos, uma vez que é um tópico, com centração própria, que liga um SegT a outro. A seguir, mostramos um exemplo de Jubran (2015b) que ilustra um caso de transição de tópicos:

- (7) L2 – *é e a/ e ainda agora que estão todos maiores quer dizer cada um já fica mais ou menos responsável por si*
 L1 – certo
 L2 – *pelo menos na ... a ... ah por si ... fisicamente né?*
 L1 – [*isso já se cuidam*
 L2 – [*de higiene de:: ... trocar de rou::pa*
todo esse negócio (quer dizer) já é alguma coisa que eles fazem porque
 L1 – [*ah ajuda*
demais né?
 L2 – [*já já*
ajudam
bem ...
 L1 – agora tem sempre
 L2 – *um já ajuda o outro*
 L1 – numa família grande há sempre um com tarefa de supervisor ... por instinto não é por obrigação ...
 L2 – [(risos)
 L1 – então a minha de onze anos ... ela supervisiona o trabalho dos cinco ... então ela vê se as gavetas estão em orde/ ... em ordem se o:: material escolar já foi re/arrumado para o dia seguinte ... se nenhum ::
 L2 – [*é*
 L1 – fez:: arte demais no banheiro ... porque às vezes ficam jogando água pela janela quer dizer ... essa ... é supervisora nata é assim ... ah ... toma conta ... precocemente não? das:: atividades dos irmãos (JUBRAN, 2015b, p. 101).

No exemplo em questão, o trecho destacado em itálico é classificado por Jubran (2015b) como um tópico de transição. No SegT anterior ao trecho transcrito em (7), L1 havia falado sobre o acúmulo de suas atividades dentro e fora do lar. Então, L2 introduz o segmento transcrito em (7), assinalado em itálico, abordando a atenuação do acúmulo de suas tarefas de mãe pela autonomia dos filhos mais velhos. Desse modo, o segmento em itálico configura-se como um tópico que liga o tópico a respeito do acúmulo de atividades dentro e fora do lar de L1 e o tópico sobre a atitude de supervisora de uma das filhas de L1, que é inserido depois do segmento destacado em itálico em (7). Seguindo a argumentação da autora, o trecho em itálico configura-se como um recurso de manutenção textual, que evita a mudança brusca de um tópico a outro.

A nosso ver, a transição de tópicos parece ser um recurso bastante peculiar em relação à continuidade e a descontinuidade. Na análise desses dois principais processos de linearização tópica reconhecidos por Jubran (2015b), há que se pensar, por exemplo, nos limites, em termos de extensão textual, de um SegT. Já na identificação de um tópico de

transição, além da análise do limite do segmento textual com estatuto de SegT, deve-se refletir acerca da funcionalidade dos SegTs na linearidade do texto.

b) Superposição de tópicos

Em situações em que há a tentativa, por parte de um dos interlocutores, de introdução de um novo tópico, pode haver o que Jubran (2015b) identifica como superposição de tópicos. Nesse caso, enquanto um dos falantes está desenvolvendo um tópico, o outro tenta introduzir um novo SegT, fazendo com que dois tópicos convivam temporariamente em um ponto do texto.

Jubran (2015b) menciona que uma ocorrência de superposição de tópicos se dá no exemplo ilustrado anteriormente em (7). Na passagem do tópico de transição para o seu tópico subsequente, L1 começa a inserir o tópico subsequente ao de transição (*agora tem sempre*), mas, na sequência, o tópico de transição ainda aparece no texto no turno de L2 (*um já ajuda o outro*). Assim, o próximo tópico só se instala a partir da fala de L1 (*numa família grande há sempre um com tarefa de supervisor*).

c) Movimento de tópico

O movimento de tópico ocorre em circunstâncias em que os interlocutores “deslizam” de um para outro aspecto do mesmo tópico. Nesse tipo particular de linearização, dois ou mais SegTs mínimos desenvolvem, cada, um aspecto particular de um mesmo tema geral, podendo, então, formar um QT.

Para Jubran *et al* (2002), a identificação do movimento de tópico pode ser facilitada quando nos atentamos à questão da *uniformidade* de tratamento, da perspectiva de um conjunto de entidades linguísticas a respeito de determinada questão. Conforme os autores, essa uniformidade embasa a identificação dos SegTs e subordinação dos respectivos tópicos desses SegTs, no plano hierárquico, a um tópico mais abrangente.

O movimento de tópico pode realizar-se por meio dos seguintes processos:

- i) falar de entidades que podem ser consideradas membros de uma mesma classe. Por exemplo, no *corpus* analisado por Jubran (2015b), L1 aborda as tendências

vocacionais de seus filhos, focalizando cada um deles como membros da classe *filhos*;

ii) usar formulações alternativas sobre um objeto, para constituir linhas diferentes de falas. Por exemplo, abordar o mesmo tópico sob pontos de vista diversos;

iii) expandir um elemento que, no tópico em curso, fora rapidamente referido ou figurava como marginal em relação ao foco daquele tópico;

iv) dar exemplos do que se fala;

v) fazer sínteses ou análises do que foi dito;

vi) fazer comparações entre dados ou fatos mencionados.

iv) Simultaneidade de formas de linearização tópica

Como mencionamos, além das formas de sequenciamento tópico distinguidas por Jubran (2015b), Penhavel e Garcia (2017) reconhecem a possibilidade de ocorrência simultânea de formas de linearização tópica. Conforme os autores, a tipologia de Jubran (2015b) parece pressupor que a distribuição linear dos SegTs envolve sempre uma única forma de linearização. Contudo, para Penhavel e Garcia (2017), podem ocorrer simultaneamente duas formas de sequenciamento tópico, ou seja, a introdução de um SegT mínimo no decorrer do texto pode envolver dois tipos de transição.

A esse respeito, os autores identificam dois tipos de simultaneidade de formas de linearização, ambos envolvendo a categoria da expansão tópica. O primeiro tipo diz respeito ao fato de que o processo de expansão tópica, que é um processo de descontinuidade, pode envolver também um processo de continuidade tópica. Assim, segundo os autores, por um lado, há descontinuidade entre o SegT desenvolvido por expansão e a primeira menção a seu tópico em algum SegT anterior e, por outro lado, há continuidade entre esse SegT expandido e o SegT imediatamente anterior a ele. O segundo tipo de simultaneidade de formas identificado pelos autores ocorre quando o SegT expandido é inserido no interior de outro SegT. Nesse caso ocorre a simultaneidade de dois processos de descontinuidade – expansão e

inserção. A seguir, exemplificamos esse segundo tipo de simultaneidade de formas de linearização distinguidos pelos autores:

- (8) [SegT mínimo 1]
 Inf.: posso... então você conhece ali Fronte(i)ra né?... (...) então entrando ali... a/ tem bastante condomínios né?... e o nosso ahm:: rancho é no condomínio:: Lago e Sol... então a gente tem lá um rancho bom::... né?... um rancho gran::de... ele tem quatro quar::tos... ele tem três banhe::(i)ro né?... tem uma lavanderia gran::de... uma área da frente bem gran::de... tem uma frente boni::ta... e na fre/ nosso rancho fica BEM assim pertinho da água... (...)
- [SegT mínimo 2]
 mas é muito gosto::so... você vai lá você passa um feria::do... você leva a famí::lia você leva os í(r)/ conheci::do... os cole::ga... (...)
- [SegT mínimo 3]
 fim de ano quando chega... no::... na fase do Ano Novo... a gente costuma í(r) né?... quase tudo:: a família no ran::cho... teve:: fim de ano... nos já até jantamo(s) em cinqüenta pessoa Doc.: nesse rancho? Inf.: nesse rancho
- [SegT 4]
 Doc.: então os quartos são bem grandes? Inf.: é é beliche... cada quarto... tem... duas beliche de casal e duas de solte(i)ro... uma em cima o(u)tra em ba(i)xo... de alvenaria [Doc.: ah de alvenaria?] de alvenaria (...)
- [SegT mínimo 3]
 então e a gente passa lá Ano No::vo... Carnaval::... eles levam aqueles ca/ som::... ah no Ano Novo é muito lindo... tem queima de fo:gos (...) (PENHAVEL; GARCIA, 2017, p. 1805).

Segundo Penhavel e Garcia (2017), no SegT 1, extraído de uma descrição, a informante descreve, em termos gerais, o rancho da família, mencionando, de passagem, os quartos do rancho. Posteriormente, os dados colocados de passagem a respeito dos quartos, no interior do SegT 1, são expandidos e desenvolvidos na forma de um SegT mínimo, no caso, o SegT 4. Nesse SegT, a informante centra seu texto especificamente nas características do quarto do rancho. Considerando, então, que o SegT 4 é desenvolvido a partir de dados anunciados de passagem no interior do SegT 1, observa-se que, do SegT 1 para o SegT 4, ocorre um processo de descontinuidade por *expansão tópica*.

Simultaneamente, o exemplo em (8) apresenta um caso de *inserção* tópica envolvendo o tópico expandido. No SegT 3, a informante começa a tratar dos fins de ano que a família costuma passar no rancho. Entretanto, a informante interrompe o SegT 3 e desenvolve o SegT 4. Após a finalização do SegT 4, o SegT 3 é, então, retomado e concluído pela informante. Assim, a introdução do SegT 4 no decorrer da descrição em que se encontra o exemplo em (8), especificamente no interior do SegT 3, representa um caso de *inserção* tópica.

Desse modo, como o SegT 4 está envolvido, simultaneamente, em um processo de expansão e em um processo de descontinuidade por inserção tópica, os autores consideram que, na linearidade textual, a transição entre tópicos pode envolver, simultaneamente, dois processos de descontinuidade.

Casos dessa natureza mostram a possibilidade de ocorrência de duas formas de linearização tópica na introdução de um mesmo SegT mínimo, evidenciando, então, segundo Penhavel e Garcia (2017), a dinamicidade e a complexidade da condução do processo de Organização Tópica pelos interlocutores.

Como procuramos demonstrar ao longo desta seção, as propriedades de centração e de organicidade particularizam a Organização Tópica do texto. Além disso, os traços de concernência, relevância e pontualização, caracterizadores da centração, dão condições ao analista para reconhecer a Organização Tópica de um texto, mostrando, assim, a sistematicidade do processo de construção textual.

1.3.3. A organização intratópica

No que diz respeito à organização intratópica, ou seja, à estruturação interna dos SegTs mínimos, tem sido considerado na GTI que cada gênero textual apresenta uma determinada regra geral. Por exemplo, Penhavel (2010) demonstra que, no gênero relato de opinião, o SegT mínimo estrutura-se com base na variação entre grupos de enunciados que constroem referências centrais e grupos de enunciados que constroem referências subsidiárias em relação ao tópico central do SegT mínimo. Dessa forma, no gênero relato de opinião, a organização intratópica baseia-se na relação *central-subsidiário*.

O SegT mínimo a seguir exemplifica essa relação *central-subsidiário*:

(9)	então eu acho que <u>nossa cidade é uma das cidades boa</u> né	1
	porque nossa população é grande... e ainda tem os de fora também que (estuda)	2
	aqui né... porque cê vê (doc.: sei) quantos e quantos que vem de LONGE... cê vai	3
	no Hospital de Base lá cê fala – “não eu num tô em Rio Preto” – ... de tanta	4
	ambulância que você vê de cidades de fora né...	5
	então eu acho que <u>nossa cidade é uma cidade boa</u> né...	6
	contentar todo mundo eu acho que o prefeito num vai contentar mesmo (doc.: num	7
	tem como né)... num tem como... ninguém vai contentar né...	8
	mas eu acho <u>uma cidade muito boa</u> e gosto daqui...	9
	inclusive num tenho vontade de mudar daqui não (doc.: é isso é verdade) vou	10
	morrer aqui mesmo tá (inint.) (PENHAVEL, 2010, p. 58).	11

Com base na propriedade tópica da *centração*, Penhavel (2010) nomeia o tópico do SegT em (9) como *Nossa cidade é uma cidade boa*. Conforme sublinhado no exemplo, há três enunciados muito similares que expressam esse tópico de maneira direta (linhas 1, 6 e 9). Os demais enunciados expressam, cada um de forma particular, aspectos específicos do tópico central. O grupo de enunciados nas linhas 2-5 aborda o fato de a cidade ter uma população grande e comportar ainda pessoas que vêm de outros lugares para estudar ou para cuidar da saúde. Dessa forma, a cidade parece ser boa porque tem uma grande população e ainda recebe pessoas de outros municípios. O grupo de enunciados nas linhas 7-8 trata do prefeito e, nesse trecho, parece ficar evidente que a cidade é boa apesar de o prefeito não conseguir contentar todos os moradores, já que seria normal nem todos os munícipes aprovarem o trabalho do prefeito. Por fim, o conjunto de enunciados nas linhas 10-11 mostra que a informante não pretende se mudar da cidade, o que pode ser visto como uma evidência de que a cidade é boa.

A relação apreendida da variação entre os grupos de enunciados que constroem referências centrais e os grupos de enunciados que constroem referências específicas em relação ao tópico central do SegT mínimo é que permite dizer, então, que a organização intratópica desse SegT se baseia na relação *central-subsidiário*. Assim, os enunciados nas linhas 1, 6 e 9 constituem-se como três unidades centrais que abordam, de forma mais direta, a ideia do tópico geral do SegT mínimo. Já os grupos de enunciados nas linhas 2-5, 7-8 e 10-11 constituem três unidades subsidiárias que desenvolvem aspectos mais específicos desse tópico central.

O SegT mínimo em (10) também ilustra a relação *central-subsidiário*:

(10)	olha o que eu posso dizer... <u>eu gosto de São José do Rio Preto</u> ...	1
	cê vê há trinta e tantos anos né trinta e três anos que eu mudei prá cá:... quando	2
	eu mudei prá cá... nem a minha rua num era asfaltada... (aqui era um bairro)	3
	jardim Urano... naquele tempo era UM BAIRRO... hoje num se considera mais	4
	como um bairro... hoje é quase como no centro da cidade... né (doc.: certo)	5
	e <u>eu gosto é uma cidade que eu gos::to</u> ...	6
	eu acho uma cidade lim::pa...bem organiza::da... nosso prefeito também... eu acho	7
	que esse prefeito faz bastante coi::sa... porque tudo lugar que você va::i tá tudo	8
	mundo... tá tudo bem arrumadi::nho... né... cê vê – “ah o prefeito num faz nada” –	9
	faz sim é que você não sai de casa... prá você ver as benfeitoria que ele fez...	10
	passa no Hospital de Ba::se... que é um hospital né (doc.: éh) que tem socorrido	11
	não só os de Rio Preto como os de fora também	12
	então eu acho assim que nossa cidade ((ruído)) é grande... um porte grande... bastante	13
	habitan::tes né... <u>eu num tenho queixa não</u> ... <u>eu gosto de Rio Preto toda vida</u> ... <u>eu</u>	14
	<u>gostei de Rio Preto</u> ...	15
	eu morei... em Pindorama onze anos né que eu me casei fui prá... Pindorama...	16
	morei onze anos em Pindorama... e aqui eu tô com trinta e três/ três prá trinta e	17
	quatro anos que eu tô morando aqui né...	18
	mas <u>eu gosto de Rio Preto</u> ... <u>gosto</u> ... acho uma cidade muito bo::a... (PENHAVEL,	19
	2010, p. 59).	

Penhavel (2010) nomeia o tópico do SegT em (10) como *Apreço por São José do Rio Preto*. Neste exemplo, as referências centrais relativamente ao tópico geral estão presentes nos enunciados nas linhas 1, 6, 13-15 e 19, conforme sublinhado no exemplo. Nesse sentido, esses quatro conjuntos de enunciados expressam de maneira direta a ideia de que a informante gosta de São José do Rio Preto, o que permite que esses conjuntos de enunciados sejam analisados como quatro unidades centrais. Já as referências subsidiárias em relação ao tópico central são expressas por três conjuntos de enunciados. No primeiro conjunto, linhas 2-5, a informante parece tentar convencer o interlocutor de que gosta da cidade onde mora, dizendo que reside nessa cidade há trinta e três anos. No segundo conjunto, linhas 7-12, a informante destaca que a cidade é limpa e organizada e que o prefeito faz várias benfeitorias, o que contribui para que a informante goste da sua cidade. Semelhantemente ao que ocorre nas linhas 2-5, o terceiro conjunto, linhas 16-18, destaca que a informante reside na cidade há trinta e três anos. Dessa forma, esses três grupos de enunciados abordam questões específicas do tópico central, constituindo-se como unidades que expressam esse tópico de maneira indireta.

A relação *central-subsidiário* pode também ser entendida, em outros termos, como uma relação do tipo *geral-específico*, uma vez que os enunciados centrais são aqueles que comportam aspectos mais gerais em relação ao tópico central e os grupos de enunciados

subsidiários encerram aspectos específicos que desenvolvem o tópico central. Ainda assim, todos os enunciados do SegT, ou seja, todos os enunciados centrais e todos os subsidiários, são concernentes entre si e giram em torno de um tópico comum, o que confere ao segmento textual o estatuto de SegT.

As noções de *central-subsidiário* podem ainda ser expressas por meio dos termos *posição* e *suporte*. De acordo com Penhavel (2010), os termos *posição* e *suporte*, geralmente, estão associados à ideia de estrutura argumentativa, o primeiro significando uma tese e o segundo envolvendo os argumentos que sustentam essa tese. Entretanto, os termos *central* e *subsidiário* envolvem mais do que apenas a relação tese-argumento, podendo compreender outras relações, como a apresentação de uma ideia e seu desenvolvimento, a formulação de uma ideia seguida de uma ressalva, a delimitação de um problema acompanhado de uma consequência. Dessa forma, os termos *posição* e *suporte* são utilizados pelo autor em sentido mais amplo do que a pura ideia de relação entre tese e seus argumentos.

Além de todo o SegT poder se estruturar com base na relação *posição-suporte*, no gênero relato de opinião, partes do SegT também estruturam-se segundo essa relação. Essa constatação indica que segmentos identificados como *posição* e *suporte* podem, recursivamente, ser organizados com base nessa forma de estruturação. O SegT a seguir exemplifica essa recursividade:

(11a)	bom e isso é uma parte d/da adolescência mas é claro que a <u>gente não tem... só isso</u>	1
	claro que <u>tem aquelas pessoas que sabem aproveitar</u> (sabe) aquelas pessoas que tão	2
	sempre contando... com a mãe... com o pai com a família... que é/ com o namorado	3
	claro mas o namorado também eu acho que (não) tem que ser tudo na vida a gente	4
	tem que... saber ter amigos <u>saber aproveitar...</u>	5
	<u>ir numa balada não precisa beber tudo o que tem na balada...</u> bebe o:: tem/o::	6
	tanto que você acha que você vai agüentar... o tanto que você acha que vai ser	7
	legal pra VOcê se divertir não pra você passar mal... porque <u>o bom de uma</u>	8
	<u>balada</u> não é você beber e depois sair vomitando e ficar... né todo mundo lá te	9
	olhando feio tal... (inint.) o legal é você beber pra ficar alegre... pra brincar não	10
	pra ficar estúpido com ninguém e tal.. (PENHAVEL, 2010, p.62).	11

O tópico do SegT em (11a) é nomeado por Penhavel (2010) como *Saber aproveitar a adolescência*. O conjunto de enunciados nas linhas 1-5 pode ser analisado como *posição*, pois veicula referências mais centrais em relação ao tópico nuclear, como mostram os enunciados sublinhados. Já o grupo de enunciados nas linhas 6-11 pode ser interpretado como *suporte*, visto que desenvolve um aspecto particular do tópico central. Nesse sentido, essa unidade de suporte poderia ser sintetizada como *Beber moderadamente em uma balada*.

O suporte de (11a), por sua vez, pode também ser estruturado segundo a relação posição-suporte. Assim, os enunciados nas linhas 6-8 (até a barra) são interpretados como posição, pois veiculam, de forma mais direta, a ideia nuclear *Beber moderadamente em uma balada*, e os enunciados nas linhas 8-11 (a partir da barra) são analisados como suporte, já que desenvolvem um aspecto específico da referida ideia central. Dessa forma, conforme indicam os enunciados sublinhados, a centração específica nas linhas 8-11 pode ser sintetizada como *O bom de uma balada não é beber exageradamente*. A partir dessa análise, o SegT em (11a) seria estruturado da seguinte forma:

(11b)	bom e isso é uma parte d/da adolescência mas é claro que a <u>gente não tem... só isso</u>	1
	claro que <u>tem aquelas pessoas que sabem aproveitar</u> (sabe) aquelas pessoas que tão	2
	sempre contando... com a mãe... com o pai com a família... que é/ com o namorado	3
	claro mas o namorado também eu acho que (não) tem que ser tudo na vida a gente	4
	tem que... saber ter amigos <u>saber aproveitar...</u>	5
	<u>ir numa balada não precisa beber tudo o que tem na balada...</u> bebe o:: tem/o::	6
	tanto que você acha que você vai agüentar... o tanto que você acha que vai ser	7
	legal pra VOcê se divertir não pra você passar mal...	8
	porque <u>o bom de uma balada</u> não é você beber e depois sair vomitando e	9
	ficar... né todo mundo lá te olhando feio tal... (inint.) o legal é você beber pra	10
	ficar alegre... pra brincar não pra ficar estúpido com ninguém e tal..	11
	(PENHAVEL, 2010, p.62).	

Então, no âmbito de todo o SegT mínimo, o trecho nas linhas 1-5 é identificado como posição e o trecho nas linhas 6-11 é analisado como suporte. Da mesma forma, no contexto do segmento nas linhas 6-11, as linhas 6-8 são identificadas como posição e o trecho nas linha 9-11, como suporte.

O exemplo em (12) ilustra mais um caso da recursividade da relação posição-suporte:

(12)	então é tudo... eu acho assim que é uma <u>cidade tranquila sossega::da...</u>	1
	cê vê eu moro num <u>lugar tão sossegado...</u>	2
	cê vê ó... minha casa... cê viu né... que eu moro nesses três cômodo... mas lá	3
	fora eu cozinho eu lavo eu passo eu cozinho... deixo tudo lá fora... <u>nunca</u>	4
	<u>ninguém mexeu nada...</u>	5
	então <u>Rio Preto</u> tá crescendo? tá crescendo... é perigoso? é perigoso... mas prá nós	6
	por enquanto ta <u>tudo sossegadinho</u> ainda né... <u>num tem tanto perigo...</u> <u>num tem na::da</u>	7
	né... (PENHAVEL, 2010, p. 63).	8

Considerando o tópico do SegT em (12) como *A cidade é tranquila/sossegada*, no âmbito de todo o SegT, as linhas 1 e 6-8 podem ser analisadas como posição e o conjunto de enunciados nas linhas 2-5 pode ser interpretado como suporte. Como se pode observar por

meio dos enunciados sublinhados, as linhas 1 e 6-8 expressam, de forma direta, que a informante considera a sua cidade sossegada, ideia central do SegT. Nas linhas 2-5, a informante procura reforçar a tese de que a cidade é tranquila dizendo, especificamente, que o lugar onde mora é sossegado. Na mesma direção, o segmento textual nas linhas 2-5, identificado como suporte do SegT como um todo, também pode ser analisado segundo a relação posição-suporte. As referências desse segmento giram em torno da ideia *O lugar onde moro é sossegado*. Assim, a linha 2 apresenta uma ideia mais geral dessa ideia central e que a aborda mais diretamente, enquanto as linhas 3-5 tratam de tal ideia de modo mais específico, centrando-se particularmente na ideia *Nunca ninguém mexeu em casa*. Dessa forma, no âmbito das linhas 2-5, a linha 2 pode ser analisada como posição e as linhas 3-5, como suporte.

O caráter fundamental da relação posição-suporte na estruturação interna de SegTs mínimos no gênero relato de opinião parece ser indicado pela regularidade dessa relação ao longo de todos os SegTs investigados por Penhavel (2010) e pela aplicação recursiva da relação posição-suporte. Ainda, conforme o autor, outro fato que parece deixar evidente que a relação posição-suporte é um princípio elementar que norteia toda a estruturação interna de SegTs mínimos no gênero relato de opinião é o de que a maioria das partes e subpartes identificadas como posição e suporte é introduzida por expressões sequenciadoras. De acordo com o autor, 68% das unidades distinguidas como posição ou suporte, em seu trabalho, são introduzidas por algum tipo de expressão sequenciadora. O exemplo em (9), repetido a seguir, mostra a ocorrência dessas expressões no início das partes do SegT:

(13)	então eu acho que <u>nossa cidade é uma das cidades boa</u> né	1
	porque nossa população é grande... e ainda tem os de fora também que (estuda) aqui né... porque cê vê (doc.: sei) quantos e quantos que vem de LONGE... cê vai no Hospital de Base lá cê fala – “não eu num tô em Rio Preto” – ... de tanta ambulância que você vê de cidades de fora né...	2 3 4 5
	então eu acho que <u>nossa cidade é uma cidade boa</u> né...	6
	contentar todo mundo eu acho que o prefeito num vai contentar mesmo (doc.: num tem como né)... num tem como... ninguém vai contentar né...	7 8
	mas eu acho <u>uma cidade muito boa</u> e gosto daqui...	9
	inclusive num tenho vontade de mudar daqui não (doc.: é isso é verdade) vou morrer aqui mesmo tá (inint.) (PENHAVAL, 2010, p. 66).	10 11

A alta incidência de expressões sequenciadoras no início das partes e subpartes do SegT mínimo evidencia que os momentos de transição entre as partes distinguidas como

posição e suporte constituem, de fato, momentos de articulação que atuam na construção do SegT. Assim, essa alta incidência parece ser uma forte evidência de que a relação posição-suporte é um princípio fundamental de estruturação intratópica no gênero relato de opinião.

No que diz respeito especificamente à natureza das unidades de posição e de suporte, ambas estão vinculadas a uma mesma ideia nuclear que percorre todo o SegT. Contudo, como destacado anteriormente, o grau de proximidade da posição em relação a essa ideia nuclear é maior, ao passo que o suporte agrega um menor grau de proximidade com a ideia central do SegT, apresentando uma centração específica no interior de um SegT que particulariza determinado aspecto da ideia nuclear.

A possibilidade de ocorrência de uma sequência de agrupamentos subsidiários requer que todos esses agrupamentos tenham, entre si, uma mesma relação subsidiária relativamente à ideia central do SegT. Em outros termos, em uma sequência de unidades identificadas como suportes em determinado ponto do SegT, todas essas unidades devem ser igualmente subsidiárias relativamente a uma mesma ideia nuclear.

A aplicação da recursividade permite falar, segundo Penhavel (2010), em posição e suporte mínimos. Essa noção diz respeito a segmentos textuais identificados como posições e suportes que não podem mais ser divididos em posições e suportes menores, ou seja, são segmentos textuais que não comportam mais uma segmentação interna baseada na relação posição-suporte.

A recursividade da relação posição-suporte instaura, dentro de um SegT mínimo, o que Penhavel (2010) chama de *domínio de estruturação intratópica*. Trata-se de unidades textuais particulares que comportam, no interior de um SegT, relações de construção tópica, como de posição e suporte, no caso do gênero relato de opinião. Assim, um domínio seria uma unidade composta de uma posição e seus respectivos suportes. Nesse sentido, conforme o autor, o próprio SegT mínimo como um todo constitui um domínio, já que sua estruturação interna é baseada na relação posição-suporte. A cada vez que uma unidade de posição ou de suporte se subdivide, com base na mesma relação de estruturação intratópica, um novo domínio é instaurado.¹⁰ Em (12), por exemplo, podem ser reconhecidos dois domínios: domínio 1 (linhas 1-7), estruturado conforme a combinação posição (linha 1) - suporte (linhas

¹⁰ Penhavel (2010) não chegou a identificar, em suas análises, nenhuma ocorrência de unidade de posição que se organize em partes e subpartes menores, instaurando uma posição e um suporte de níveis mais baixos na organização intratópica. Apesar disso, a regra de organização interna do SegT no gênero relato de opinião indica a possibilidade dessa divisão, assim como ocorre nas unidades de suporte.

2-5) - posição (linhas 6-7); domínio 2 (linhas 2-5), estruturado segundo a combinação posição (linha 2) - suporte (linhas 3-5).

Em resumo, conforme buscamos discutir nesta seção, de acordo com Penhavel (2010), no gênero relato de opinião, o SegT mínimo estrutura-se internamente segundo a aplicação potencialmente recursiva da relação posição-suporte. A identificação e compreensão da estruturação do SegT em unidades de estruturação tópica indica a natureza sistemática da organização interna de SegTs mínimos no gênero relato de opinião. Essa sistematicidade baseada na relação posição-suporte poderia ser identificada também em outros gêneros textuais, como o editorial, dada à natureza argumentativa de ambos os gêneros. Ainda, a sistematicidade de organização intratópica identificada pelo autor nos relatos de opinião pode impulsionar o estudo de um amplo conjunto de gêneros, não somente de cunho argumentativo, de modo que se busque verificar se, em diferentes gêneros textuais, os SegTs mínimos organizam-se com base em uma mesma regra geral particular de cada gênero (ou de cada conjunto de gêneros), ou se uma relação do tipo posição-suporte, ou central-subsidiário seria uma característica da língua em geral. É nesse sentido que buscamos observar, nesta pesquisa, se os SegTs mínimos, em editoriais de jornais atuais, podem apresentar uma regra geral de estruturação interna.

1.4. Os gêneros textuais e o gênero editorial

Nos trabalhos desenvolvidos no interior da GTI, assume-se que os processos envolvidos na construção textual estão ligados aos diferentes gêneros textuais nos quais se efetivam. Com base nessa premissa, cumpre esclarecer a noção de gênero textual adotada neste trabalho e também aspectos particularizadores do gênero editorial. Desse modo, na seção 1.4.1, sintetizamos a concepção de gênero textual aqui assumida e, na sequência, em 1.4.2, fazemos uma discussão acerca de aspectos caracterizadores do gênero textual editorial.

1.4.1. A concepção de gênero textual adotada

Como destacamos, os trabalhos desenvolvidos no interior da GTI embasam-se em um pressuposto segundo o qual os processos de construção textual são determinados pelas situações concretas de interlocução nas quais se efetivam. Seguindo esse princípio, no presente trabalho estudamos o processo de Organização Tópica no gênero editorial e

procuramos avaliar em que medida particularidades desse gênero se relacionam a tal processo. Para tanto, salientamos a importância de se explicitar a concepção de gênero textual assumida neste estudo.

O conceito de gênero aqui adotado, que também é utilizado na GTI, baseia-se principalmente nos trabalhos de Koch (2015) e de Marcuschi (2008), que retomam, em grande medida, a concepção bakhtiniana de gênero, segundo a qual os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados que refletem as condições específicas e as finalidades do campo de atividade humana em que estão inseridos por meio de um conteúdo temático, um estilo de linguagem e uma construção composicional, sendo esses três elementos determinados pela especificidade do campo da comunicação (cf. BAKHTIN, 2003). Nesse sentido, Koch (2015) define os gêneros como formas-padrão e relativamente estáveis de enunciados, relacionadas às diferentes situações sociais e, portanto, marcadas sócio-historicamente. Ainda, para a autora, além de os gêneros estarem relacionados às situações sociais em que se efetivam, são essas situações que os determinam, o que faz com que os gêneros estejam sujeitos a mudanças decorrentes de transformações sociais, novos procedimentos de organização e acabamento verbal e modificações do lugar atribuído ao ouvinte.

Para definir o conceito de gênero, Marcuschi (2008) enfatiza que o estudo dos gêneros é um empreendimento multidisciplinar, de modo que engloba uma análise do texto e do discurso, uma descrição da língua, uma visão de sociedade e ainda lida com questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. Desse modo, conforme o autor, lidar com os gêneros implica o trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas. Com base em Miller (1984), o autor ainda acrescenta que os gêneros são formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas na linguagem e que, portanto, devem ser entendidos como entidades dinâmicas, cujos limites e demarcação se tornam fluidos.

Nessa mesma direção, Marcuschi (2008) argumenta que os gêneros podem ser distinguidos como uma categoria cultural, um esquema cognitivo, uma forma de ação social, uma estrutura textual, uma forma de organização social, uma ação retórica. Ainda, o autor defende que o gênero pode ser tudo isso ao mesmo tempo, uma vez que cada um desses indicadores pode sinalizar um aspecto diferente da observação dos gêneros.

Marcuschi (2008) também defende que o estudo dos gêneros pode mostrar o funcionamento da sociedade. Assim, baseando-se em Bhatia (1997), o autor lança a seguinte questão: por que os membros de comunidades discursivas específicas usam a língua da

maneira como o fazem? Por exemplo, por que todos aqueles que escrevem uma monografia de fim de curso fazem mais ou menos a mesma coisa? Ou mesmo por que quando pronunciamos uma conferência, damos uma aula expositiva, escrevemos uma tese de doutorado, fazemos um resumo, por exemplo, produzimos textos estruturalmente similares que circulam em ambientes recorrentes e próprios?

Com base ainda em Bhatia (1997), Marcuschi (2008) defende que a resposta a essas questões envolve mais do que apenas questões socioculturais e cognitivas, pois a produção de gêneros engloba ações de ordem comunicativa com estratégias convencionais para atingir determinados objetivos. Por exemplo, uma publicidade é produzida com o objetivo de promover a venda de um produto, uma receita culinária visa orientar o preparo de uma comida, o que já indica que cada gênero textual tem um propósito que o determina e lhe dá uma esfera de circulação. Nesse contexto, o autor argumenta que todos os gêneros comportam uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo, mas são determinados essencialmente pela função, não pela forma.

Essa visão a respeito da dependência de um gênero textual à sua funcionalidade é um dos pontos fundamentais da concepção de gênero de Marcuschi (2008) para este trabalho, haja vista que, na perspectiva do autor, todo gênero tem uma finalidade sociocomunicativa que lhe caracteriza. A noção de gênero do autor, que, como dissemos, retoma Bakhtin, considera que os gêneros se definem, dentre outros aspectos, em termos de padrões sociocomunicativos, definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos realizados segundo a integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Partindo desses aspectos definidores dos gêneros textuais apontados pelo autor, em nosso trabalho, seguindo a GTI, estudamos um aspecto que atuaria na composição funcional do gênero textual editorial – a Organização Tópica – e procuramos refletir, no momento da discussão da relação entre o processo de Organização Tópica em editoriais atuais e os aspectos caracterizadores do gênero, como a composição funcional do editorial estaria vinculada a características desse gênero, como a sua finalidade sociocomunicativa.

Com base, então, no princípio de que os gêneros são determinados principalmente pela função sociocomunicativa que efetivam, Marcuschi (2008) destaca que, quando dominamos um gênero textual, na verdade não dominamos uma forma linguística, mas sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares, o que já evidencia a pertinência de considerarmos a concepção de gênero do autor no interior de estudos da GTI, já que, como discutimos, a GTI assume que a linguagem pode ser entendida

como uma forma de ação verbal inserida em um contexto comunicativo específico. Nesse contexto, dominar um gênero seria dominar uma forma específica de agir por meio da linguagem com o objetivo de efetivar linguisticamente objetivos particulares de comunicação em situações sociais determinadas.

No trecho seguinte, Marcuschi (2008) sintetiza a sua definição de gênero textual:

Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. [...] os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em situações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. [...] os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155)

De acordo com a definição do autor, os gêneros apresentam padrões textuais situados em contextos sociocomunicativos recorrentes, constituem-se em situações de fala ou de escrita e são formas textuais bastantes estáveis, situados histórica e socialmente.

Corroborando a concepção bakhtiniana de gênero, a noção apresentada por Marcuschi (2008) baseia-se na ideia de que todas as atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua em situações efetivadas por meio de enunciados orais e escritos que têm origem nas diferentes esferas da atividade humana. Seguindo, então, essa posição teórica, o autor reconhece a união do gênero textual ao seu envolvimento social, de modo que não se pode pensar a respeito do gênero independentemente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas. É nesse contexto que defendemos que os processos de construção textual, como o processo de Organização Tópica, estão relacionados com os contextos de interlocução nos quais se efetivam. Em outros termos, é o reconhecimento de que os gêneros textuais se relacionam estritamente ao seu entorno social que embasa o posicionamento assumido neste trabalho acerca da relação entre o processo de Organização Tópica e os aspectos que caracterizam o gênero editorial.

Marcuschi (2008) ainda admite a dinamicidade e, ao mesmo tempo, a regularidade dos gêneros textuais. Para o autor, a concepção dos gêneros como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem embasa o posicionamento de que os gêneros textuais são entidades dinâmicas. Por outro lado, os gêneros apresentam uma identidade e essa identidade é tão poderosa que, na produção textual, condicionam os falantes

a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, o que já indica a natureza regular e sistemática dos gêneros textuais. Nesse âmbito, ao mesmo tempo que a produção de um gênero textual é um convite a escolhas, impõe restrições e padronizações próprias do contexto sociocomunicativo. Nesse sentido, no presente trabalho, buscamos descrever principalmente as padronizações do gênero editorial, quanto à sua Organização Tópica, no momento da produção e compreensão desse gênero.

De forma sintética, realçamos, com base em Koch (2015) e em Marcuschi (2008), que os gêneros textuais são formas textuais comunicativas dinâmicas e sistemáticas, situadas histórica e socialmente, orientadas especialmente segundo os objetivos comunicativos da situação de comunicação verbal nas quais se inscrevem, estabelecendo, desse modo, estreita relação com a realidade social e com as atividades humanas em que se efetivam. É essa noção geral de gênero textual que assumimos no presente trabalho, focalizando, especialmente, a ideia de que os gêneros se relacionam ao seu entorno social e que, portanto, as características dos processos de construção textual de um gênero específico estão estritamente ligadas ao contexto sociocomunicativo em que se efetivam.

1.4.2. O gênero textual editorial

Nesta seção, discutimos aspectos caracterizadores do gênero textual editorial, a fim de embasar a discussão que realizaremos posteriormente, na seção de análise de dados, a respeito da relação entre particularidades do gênero, especialmente sua finalidade sociocomunicativa, e características do processo de Organização Tópica nesse gênero.¹¹

Segundo Gomes (2007), o editorial pode ser definido como um gênero que segue padrões estruturais bastante fixos e marcados institucionalmente. Em geral, os editoriais jornalísticos seguem um mesmo padrão de organização, que determina a quantidade e também a extensão dos parágrafos. Essa disposição formal dos editoriais nos jornais já comporta finalidade sociocomunicativa, funcionando como um “enquadre interpretativo que auxilia o leitor na construção do sentido do texto” (GOMES, 2007, p. 54). A autora ainda argumenta

¹¹ Apesar de o nosso trabalho investigar o processo de Organização Tópica em editoriais do século XXI, nesta seção, ao discutirmos os aspectos da finalidade sociocomunicativa dos editoriais, tratamos do gênero editorial como um todo, não apenas dos editoriais do século XXI, já que, como destaca Bhatia (1993), quando nos deparamos com propósitos comunicativos bastante diferentes, estamos também diante de gêneros textuais diferentes. Desse modo, consideramos que a finalidade sociocomunicativa do editorial, mesmo em séculos diferentes, dá-se em torno de uma mesma ideia central.

que o editorial também pode ser caracterizado como o porta-voz da instituição que o veicula. Contudo, de acordo com Melo (1985), a condição de porta-voz da instituição não diz respeito, necessariamente, à veiculação da opinião do dono da instituição que publica o editorial, mas refere-se, em sociedades capitalistas, à expressão da opinião das forças que mantêm a instituição jornalística. Nesse sentido, conforme o autor, o editorial reflete mais propriamente o ponto de vista do poder político-econômico das empresas que estão ligadas ao veículo de comunicação.

No tocante ao seu interlocutor, embora os editoriais dirijam-se formalmente à opinião pública, Melo (1985) argumenta que o editorial encerra uma relação dialógica com o Estado, orientada segundo os interesses empresariais e financeiros que são representados pelo jornal. Assim, de acordo com as convicções do grupo social que é representado no veículo de comunicação, o editorialista age como se estivesse ensinando os governantes a agir para manter a ordem no país.

Com relação à finalidade sociocomunicativa, Zavam (2009) afirma que o editorial tem a finalidade de defender o posicionamento crítico assumido pelo jornal. Nesse cenário, como Melo (1985) destaca que o editorial se dirige formalmente à opinião pública, mas estabelece propriamente um diálogo com o Estado, acreditamos que a finalidade sociocomunicativa do editorial é defender o posicionamento crítico assumido pelo jornal, conforme já afirma Zavam (2009), contudo a defesa desse posicionamento dá-se no intento de induzir o Estado a agir de acordo com os interesses dos grupos sociais que são representados no jornal.

Como Swales (1990) aponta a possibilidade de haver mais de um propósito comunicativo em um único gênero, o que, a nosso ver, indicaria que os diversos propósitos comunicativos estariam a serviço da efetivação de um propósito mais amplo, apresentaremos, a seguir, o que Zavam (2009) chama de “desdobramentos” desse propósito. Nosso intento é que a discussão desses diversos propósitos possa contribuir para compreender a finalidade sociocomunicativa central do gênero aqui em estudo.

Zavam (2009) mostra que uma das finalidades sociocomunicativas dos editoriais publicados já na segunda metade do século XIX era defender-se de e/ou criticar o adversário político, como ilustra o excerto a seguir:

- (14) Os homens do *Cearense* estremece - | ram, quando viram que o egoísmo do | chefe de seu partido, tornando-se dia- || fano, começou a deixar intrever que | esse chefe em vez de agrupar seus cor- | religionarios em torno de alguma ideia | política, encaminhando-se para fazel-a | triumphar, ao contrario preocupava- | se com arranjos pessoaes para si e | seus parentes, trocando visivelmente o | titulo honroso de chefe de um partido | pelo de chefe de uma olygarchia ca- | ricata [...] (ZAVAM, 2009, p. 176).

A crítica ao adversário político feita nos editoriais também se estende à atuação do governo (caso o governo não seja do mesmo partido dos redatores do jornal), que frequentemente pode ser visto como incompetente para lidar com os problemas que envolvem a população e, portanto, responsáveis pelas situações penosas em que os cidadãos se encontram, como evidencia o editorial de 1 de maio de 1996, no qual o editorialista, no contexto das comemorações do Dia do Trabalho, critica a forma como o governo vinha lidando com o desemprego no Brasil:

- (15) [...] O País não criou uma | estrutura de assistência ao dessem- | pregado, capaz de lhe permitir o | mínimo de condições de subsis- | tência, enquanto está parado, co- | mo acontece nas nações mais de- | senvolvidas. [...] O Esta- | do tem a obriga- | ção de intervir para garantir condi- | ções mínimas de sobrevivência ao | cidadão. Não pode simplesmente | cruzar os braços. [...] Cabe às autoridades emitir | sinais mais visíveis de reação ao | quadro desolador na área do Tra- | balho. (ZAVAM, 2009, p. 177).

Se os editoriais visam, por um lado, tecer críticas ao governo quando os governantes não são do mesmo partido do jornal, por outro lado, os editoriais também procuram valorizar as ações do governo, quando convém aos redatores do jornal. Essa situação de exaltação do governo é ilustrada no exemplo em (16), publicado em 1972:

- (16) [...] Por espaço de quinze | minutos, calculadamente, o estadista brasileiro ocupou câmeras e microfones | para dar ao povo uma ótima notícia das mais gratas, [...] Foi, não dúvida, uma fala alvissareira, a última feita pelo Presidente da | República [...] (ZAVAM, 2009, p. 117-178).

Outra finalidade sociocomunicativa do gênero editorial destacada por Zavam (2009) é a defesa de um posicionamento a favor dos interesses do grupo político-econômico ao qual está filiado o jornal, como exemplificado em (17), trecho no qual o editorialista destaca os problemas que o voto distrital poderia causar à representatividade dos candidatos eleitos:

- (17) [...] O voto distrital começa por distorcer a | natureza da representatividade, tornando | os deputados federais e estaduais represen- | tantes de distritos e não, dos Estados. || [...] || Mas não é só isso que desaconselha o | sistema, e sim a possibilidade de concentra- | ção de recursos de candidatos em áreas res- | tritas, facilitando o trabalho de aliciamen- | to, [...] (ZAVAM, 2009, p. 178).

Zavam (2009) ainda argumenta que os editoriais assumem também a finalidade de denunciar ações do poder público, conforme ilustra o exemplo seguinte, publicado em 2008:

- (18) [...] No ano de 2007, passando | por cima da Lei e menos- | prezando pessoas que pas- | saram no concurso público, | a Prefeitura de Cratêus teve | 2.231 empregados e essa | verdade tem que ser levada | ao conhecimento da socie- | dade e dos Poderes Públicos | Constituídos. [...] (ZAVAM, 2009, p. 179).

Finalmente, Zavam (2009) sublinha que os editoriais também cumprem a finalidade sociocomunicativa de opinar a respeito de assuntos que fazem parte da pauta das discussões políticas, econômicas e sociais, com o intuito específico de cobrar ações do governo. Na sequência, exemplificamos um trecho de um editorial que argumenta a favor do pedido de financiamento para aquisição de novos equipamentos de coleta de lixo:

- (19) [...] entendemos até aqui que a Prefeitura já pode- | ria pensar em adquirir um equipamento exis- | tente no Sul para picar galhos, facilitando | sumamente a remoção desse lixo verde re- | sultante de podaço ou queda de árvo- | res. [...] Com a aquisição dos novos equipamen- | tos, acreditamos que a campanha da limpe- | za pública será menos boa vontade e mais | eficiência [...] (ZAVAM, 2009, p. 181).

Como destaca Zavam (2009), a finalidade sociocomunicativa tem sua ancoragem no conteúdo, visto como o assunto ou tema interacionalmente instaurado nas situações concretas de uso da linguagem. Nesse sentido, os aspectos caracterizadores do gênero editorial também envolvem os temas tratados nos editoriais, definidos aqui como os tópicos discursivos dos editoriais.

De acordo com a autora, como o propósito comunicativo central do editorial é defender o posicionamento crítico do jornal, os tópicos discursivos instaurados nos editoriais sempre vão estar a serviço desse propósito. Nesse sentido, Zavam (2009) observa, em suas análises, que alguns dos tópicos discursivos abordados envolvem a manifestação de opinião acerca de um tema que mobilize a atenção dos leitores, sobre o qual o editorialista firme seu posicionamento, como ocorre no fragmento seguinte, no qual o tópico *acidentes fatais em uma avenida da capital cearense* funciona como um argumento para o posicionamento crítico do jornal em relação à administração municipal:

- (20) A tragédia ocorrida ao meio-dia de ontem na | Volta da Jurema, na qual três crianças perderam | a vida, esmagadas por um carro-pipa do Corpo | de Bombeiros, causou comoção na cidade [...] O índice de acidentes está | em aumento constante e a Inspetoria tem-se li- | mitado a fazer exposição macabra de veículos | destruídos, em busca de um problemático efeito | psicológico sôbre os motoristas. Mas no caso da | avenida ao porto o que ocorre é uma completa | omissão, uma ausência injustificável. (ZAVAM, 2009, p. 183).

Parte dos editoriais analisados por Zavam (2009) voltavam a sua atenção a tópicos relacionados à cobrança de ações e atitudes do poder público para problemas que afetavam a sociedade civil, como mostram os excertos na sequência:

- (21) A GRIPE [...] E' tempo, portanto, de evitar-se o surto polêmico. | Já devia achar-se em campo a Saude Pública, porque, de- | pois do fato consumado, as suas atividades se tornam li-liputianas, para não dizer ridículas. (ZAVAM, 2009, p. 184).
- (22) **Medicamentos e monopólios** [...] O Brasil tem a obrigação de debruçar-se | sobre essa questão de forma mais responsá- | vel e consciente. Não deve ter pruridos de | enfrentar lobbies poderosos que lançam mão | da cortina de fumaça ideológica para impe- | dir qualquer controle de sua atividade pelo | poder público, sob o pretexto da liberdade de | iniciativa. [...] O País não | pode ficar refém de grupos de interesses res- | tritos quando está em jogo a necessidade | mais geral da sociedade. (ZAVAM, 2009, p. 184).

No que concerne ao propósito de defender interesses de grupos (políticos, profissionais, religiosos), Zavam (2009) argumenta que o lugar de onde emana a voz do editorial é que vai determinar o seu conteúdo. Paralelamente, o propósito de defender interesses da população determina também o conteúdo do editorial, apresentando, então, conteúdos relacionados a anseios e opiniões populares:

- (23) [...] A Imprensa, esta grande | fenda de trabalho em que, prazerosamente, vamos en- | tregar uma bõa somma das nossas energias: a Imprensa | bem entendida, é um verda- | deiro apostolado, uma pode- | rosa alavanca com que muito | se póde fazer em prol da col- | lectividade humana. Com ella, | com este vehiculo máximo de | divulgação de idéas e conhe- | cimentos, que leva luz aos | mais obscuros recantos do | globo, se se póde instruir e ori- | entar um povo, fazer uma | verdadeira obra de regenera- | ção social. (ZAVAM, 2009, p. 185-186).
- (24) [...] grandes campanhas empreen- | didas na Imprensa em favor do desenvolvimento da avia- | ção, logo identificada em um país das dimensões do nos- | so como sendo o meio mais rápido e mais eficaz de conso- | lidar a sua unidade política, social e econômica. (ZAVAM, 2009, p. 186).

Além dos traços já apontados, os editoriais também apresentam, segundo Gomes (2007), algumas estratégias linguísticas que, em pontos específicos do texto, buscam estreitar o contato com os interlocutores, diminuindo o tom hermético do editorial e fazendo com que alguns pontos dos editoriais sejam mais interativos que outros.

Uma das estratégias de quebra da sequência hermética da erudição editorialística e também de aproximação e, conseqüentemente, de maior envolvimento interativo com o público leitor do editorial apontada por Gomes (2007) é a ocorrência de perguntas retóricas, que, segundo a autora, caracteriza os editoriais desde o século XIX até os dias atuais. O

exemplo seguinte ilustra a ocorrência de perguntas retóricas nos editoriais analisados pela autora:

- (25) ... longe de querer-se huma reforma se | pretende acabar como todo pacto social, eliminan- | do a forma do governo, e levando de rojo, todo o sis- | tema político da Nação Brasileira. He isto o que | determina o art. 174? Respondão os Deputados Françaes. (GOMES, 2007, p. 171).

Segundo Gomes (2007), essas perguntas retóricas extrapolam os limites textuais, fazendo referência externa aos possíveis interlocutores dos editoriais e constituindo-se, assim, como um recurso argumentativo e interativo que busca envolver mais diretamente os interlocutores nas discussões.

Em resumo, procuramos, nesta seção, focalizar aspectos caracterizadores do gênero textual editorial, dando especial enfoque para a finalidade sociocomunicativa do gênero. Conforme discutimos, os editoriais assumem a finalidade de defender um posicionamento crítico assumido pelo jornal, tentando pressionar o Estado a agir segundo os interesses dos grupos sociais que são representados no jornal e ainda buscando condicionar a opinião pública. Além disso, discutimos que a finalidade sociocomunicativa do gênero em questão pode estabelecer uma relação estreita com os tópicos discursivos instaurados nos editoriais, uma vez que esses tópicos estariam a serviço da finalidade de defesa de posicionamento crítico do editorial. Outra questão destacada que pode contribuir para o entendimento do funcionamento do processo de Organização Tópica em editoriais paulistas atuais é o caráter fixo, delimitado do editorial quanto a questões de ordem estrutural e sua disposição formal no veículo de publicação. Por fim, consideramos ainda que a identificação de estratégias linguísticas que visam estreitar o contato entre locutor e interlocutor no gênero editorial, fazendo com que alguns pontos dos editoriais sejam mais interativos que outros, pode assumir um papel importante na compreensão da Organização Tópica em editoriais paulistas atuais.

1.5. Considerações finais

No presente capítulo, procuramos apresentar os princípios teóricos mais relevantes para o entendimento da GTI e do processo de Organização Tópica, além de esclarecer a concepção de gênero assumida neste trabalho e as principais características do gênero textual editorial. As sínteses aqui empreendidas podem ajudar a compreender o atual estado de desenvolvimento da GTI e o diálogo dessa vertente da Linguística Textual com outras áreas de estudos da linguagem, especialmente os estudos desenvolvidos na área da pragmática. A

partir desses diálogos, pode-se esclarecer melhor a concepção de linguagem da GTI como forma de ação verbal realizada dentro de uma localização contextual, o que já pressupõe que o funcionamento da língua, incluindo os processos de construção textual, relaciona-se à situação concreta de uso verbal na qual se inscreve. Nesse contexto, os princípios apresentados neste capítulo cumprem o papel de fundamentar as análises feitas no capítulo seguinte, que deverão destacar, dentre outras questões, que o processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas atuais pode ser compreendido segundo aspectos caracterizadores da situação verbal em que se efetiva, no caso, aspectos particularizadores do gênero editorial.

CAPÍTULO II: ANÁLISE DE DADOS

2.1. Introdução

Neste capítulo, explicamos os procedimentos de análise e desenvolvemos os três objetivos de pesquisa de nosso trabalho, que dizem respeito à análise da possível existência de complexidade intertópica em editoriais paulistas do século XXI, à análise do processo de organização intratópica nesses editoriais e à investigação de como o processo de Organização Tópica em editoriais paulistas atuais estaria vinculado a aspectos caracterizadores do gênero editorial, particularmente à sua finalidade sociocomunicativa. Para tanto, organizamos o presente capítulo em duas partes. Primeiramente, na seção 2.2, explicamos em detalhes o *corpus* e a metodologia de pesquisa empregados em nosso estudo. Em seguida, na seção 2.3, apresentamos e discutimos a análise de dados referente a cada um dos objetivos de nossa investigação.

2.2. Procedimentos de análise

Como apresentamos brevemente na seção de introdução, a escolha do gênero textual editorial deu-se em razão de a presente pesquisa inserir-se em um projeto temático, intitulado *Projeto de História do Português Paulista II*, conhecido também como *Projeto Caipira II* (Processo FAPESP n. 11/51787-5), que engloba um subprojeto intitulado “Processos de Construção Textual: uma abordagem diacrônica”, no qual é desenvolvido um projeto particular de pesquisa (PENHAVEL; GUERRA, 2011) dedicado a investigar a diacronia do processo de Organização Tópica em diferentes gêneros, como o editorial, nos séculos XIX, XX e XXI.

Delimitado o gênero textual objeto de nossa investigação, o passo seguinte foi a escolha do período de coleta de nossos dados. No tocante a essa questão, o período selecionado foi determinado pelo mês de início do desenvolvimento de nossas análises – agosto de 2016. Tendo em mente esse recorte temporal para a coleta de dados, montamos o *corpus* de nossa pesquisa, que se constitui de vinte e cinco editoriais extraídos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, dois jornais de grande circulação e tradição no estado paulista. A seleção dos editoriais foi organizada de modo que pudéssemos recobrir editoriais publicados ao longo de um mês inteiro, com o intuito de abarcar possíveis

diferentes padrões de estruturas textuais do gênero investigado. Dessa forma, coletamos todos os editoriais publicados em ambos os jornais a cada seis dias, iniciando no dia um e finalizando no dia vinte e cinco. Assim, foram levantados os editoriais dos dias 01, 07, 13, 19 e 25 de agosto de 2016.¹²

Este intervalo para a coleta de dados se justifica na medida em que avaliamos, com base em outros trabalhos sobre Organização Tópica já desenvolvidos no âmbito da GTI (PENHAVEL, 2010; OLIVEIRA, 2016), que o conjunto de vinte e cinco editoriais nos ofereceria dados quantitativa e qualitativamente suficientes para o desenvolvimento dos objetivos de investigação da presente pesquisa de mestrado. Assim, determinamos, então, que, coletando todos os editoriais publicados a cada seis dias em ambos os jornais selecionados para coleta de dados, teríamos um conjunto de editoriais que possibilitaria o desenvolvimento de nossa pesquisa – e, de fato, com o decorrer da análise, pudemos confirmar que esse quantitativo de editoriais foi suficiente para a identificação de regularidades de Organização Tópica, como mostraremos na seção seguinte.

Com base em tal recorte para a coleta de dados, no quadro discriminado a seguir, apresentamos o título de cada um dos editoriais analisados em nosso estudo, a ordenação desses editoriais no *corpus* de nossa pesquisa, bem como a sua data de publicação e o jornal em que foram publicados:

¹² Em todos os cinco dias selecionados para coleta de dados, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou dois editoriais e o jornal *O Estado de S. Paulo*, três editoriais, o que resultou no total de cinco editoriais em cada um dos dias selecionados.

Quadro 1: Lista dos editoriais investigados

Nº no corpus	Título do editorial	Jornal de publicação	Data de publicação
1.	Debate incipiente	Folha de S. Paulo	1 ago. 2016
2.	Novos ventos na energia	Folha de S. Paulo	1 ago. 2016
3.	Os militares e a segurança pública	O Estado de S. Paulo	1 ago. 2016
4.	O novo Ciência sem Fronteiras	O Estado de S. Paulo	1 ago. 2016
5.	Pior do que parece	O Estado de S. Paulo	1 ago. 2016
6.	Obsoleta e excludente	Folha de S. Paulo	7 ago. 2016
7.	Impasse no Mercosul	Folha de S. Paulo	7 ago. 2016
8.	O papel de Lula	O Estado de S. Paulo	7 ago. 2016
9.	O STF por seus ministros	O Estado de S. Paulo	7 ago. 2016
10.	Militares e segurança pública	O Estado de S. Paulo	7 ago. 2016
11.	Diversidade em alta	Folha de S. Paulo	13 ago. 2016
12.	Injustiças com o SUS	Folha de S. Paulo	13 ago. 2016
13.	A corrupção nos municípios	O Estado de S. Paulo	13 ago. 2016
14.	Recuperação lenta da Petrobrás	O Estado de S. Paulo	13 ago. 2016
15.	Selo de qualidade	O Estado de S. Paulo	13 ago. 2016
16.	Regras demais	Folha de S. Paulo	19 ago. 2016
17.	Autonomia desvirtuada	Folha de S. Paulo	19 ago. 2016
18.	O parto da montanha	O Estado de S. Paulo	19 ago. 2016
19.	O difícil combate ao PCC	O Estado de S. Paulo	19 ago. 2016
20.	A herança do desemprego	O Estado de S. Paulo	19 ago. 2016
21.	Sem tempo a perder	Folha de S. Paulo	25 ago. 2016
22.	Compêndio de falcatuas	Folha de S. Paulo	25 ago. 2016
23.	Exige-se serenidade	O Estado de S. Paulo	25 ago. 2016
24.	Haddad, o tormento	O Estado de S. Paulo	25 ago. 2016
25.	O julgamento	O Estado de S. Paulo	25 ago. 2016

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação a especificidades dos editoriais de cada um dos jornais selecionados, observamos que os publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, via de regra, eram um pouco menos extensos, em termos de número de palavras, do que os editoriais publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Mesmo assim, nossas análises mostram que a Organização Tópica nos editoriais de ambos os jornais segue a mesma direção. Por exemplo, observamos a recorrência da mesma quantidade de tópicos discursivos e de QTs nos dois jornais.¹³

Quanto à disposição dos editoriais no veículo de publicação, os editoriais analisados em nosso estudo ocupam um espaço bastante fixo em ambos os jornais selecionados. No jornal *Folha de S. Paulo*, os dois editoriais publicados diariamente em todos os dias selecionados para coleta de dados ocupam menos de metade de uma página do jornal. Já no *O Estado de S. Paulo*, os três editoriais publicados diariamente em todos os dias selecionados ocupam, juntos, pouco menos de uma página do jornal. Ilustramos nas figuras 3 e 4, a seguir, a disposição dos editoriais nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, respectivamente:

¹³ No Anexo I, os editoriais 2 e 14 são exemplos de editoriais de jornais diferentes que comportam características semelhantes no que concerne à sua Organização Tópica, apresentando, por exemplo, a mesma quantidade de tópicos discursivos e de QTs.

Figura 3: Disposição dos editoriais no jornal *Folha de S. Paulo*



Editoriais

FOLHA DE S. PAULO, 1 ago. 2016. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20669&anchor=6030527&origem=busca&pd=ce1830ab7f8616ef9302a1ebac506b06e>. Acesso em 20 fev. 2018.

Figura 4: Disposição dos editoriais no jornal *O Estado de S. Paulo*



Editoriais

Os militares e a segurança pública

Os militares e a segurança pública são temas que se tornaram cada vez mais relevantes no Brasil. O debate sobre o papel das Forças Armadas na sociedade é complexo e envolve aspectos históricos, políticos e sociais. A discussão sobre a segurança pública é igualmente ampla, abrangendo desde a atuação das polícias até o papel do Estado na garantia da ordem e da justiça.

O novo Ciência sem Fronteiras

Legislação que altera o modelo de ensino superior no Brasil, o novo Ciência sem Fronteiras, promete trazer mudanças significativas para o sistema educacional. A proposta visa ampliar o acesso à educação superior, permitindo que estudantes de instituições de ensino técnico e de instituições de ensino médio possam ingressar diretamente no ensino superior, sem a necessidade de cursar o ensino médio.

Pior do que parece

Estudo recente aponta que a situação econômica do Brasil é pior do que parece. Apesar de indicadores que sugerem crescimento, a realidade é de estagnação e desigualdade. O desemprego permanece elevado, e a renda da população não acompanha o ritmo da inflação. Além disso, a corrupção continua a ser um dos maiores problemas do país, afetando a confiança da população no governo e nas instituições.

O ESTADO DE S. PAULO, 1 ago. 2016. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160801-44848-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Ainda sobre o *corpus*, enfatizamos que a escolha dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* para a coleta de nosso *corpus* justifica-se, como já mencionamos brevemente, por esses dois jornais serem de grande tradição no estado paulista e de circulação em todo o estado, configurando-se, portanto, como representativos do português paulista e podendo, então, servir como base de dados para a descrição do português do estado de São Paulo de modo amplo. O jornal *O Estado de S. Paulo* circula desde a segunda metade do século XIX, quando recebia o nome de *A Província de São Paulo*. Já a *Folha de S. Paulo* data a sua primeira publicação da primeira metade do século XX.

Esse recorte intencionalmente deixa de focalizar separadamente a análise de textos mais prototípicos de certas regiões do estado de São Paulo, como o português falado na região de São José do Rio Preto, de Piracicaba, ou de cidades litorâneas, por exemplo. Nesse sentido, por certo, o que estamos chamando de “português paulista” é uma generalização de um português que circula em todo o estado de São Paulo, o que já evidencia que o trabalho de pesquisa e a definição de um *corpus* pressupõe e, inclusive, exige um recorte, fazendo com que uma série de outros fenômenos seja, em certa medida, deixada de lado.

Tratando agora propriamente do método de análise, nossa pesquisa utilizou o método empírico-indutivo de investigação e teve caráter essencialmente qualitativo, utilizando, na sistematização dos dados, algumas análises quantitativas de frequências de ocorrências de estruturas textuais.

Na análise da organização intertópica dos editoriais, utilizamos, especificamente, o *método da análise tópica*, detalhadamente definido em Jubran (2015b). Por meio de uma análise desenvolvida com base nas propriedades de *centração* e *organicidade*, esse método possibilita a identificação do processo central de construção textual reconhecido pela GTI – o processo de Organização Tópica. Os traços de relevância, concernência e pontualização, caracterizadores da centração tópica, permitem ao analista identificar os SegTs de um texto. Já a organicidade oferece suporte ao analista para verificar as relações de interdependência entre os tópicos discursivos de determinado texto.

Desse modo, tal método permite identificar a estrutura tópica de qualquer texto, por meio de estruturas como a ilustrada na figura 1 da seção 1.3.2.1. A aplicação desse método permitiu, então, analisar como ocorre a organização intertópica no gênero textual aqui em apreço. De acordo com esse método, foi possível identificar todos os tópicos discursivos dos editoriais e seus respectivos SegTs mínimos, observando se o gênero aqui em pauta se caracterizaria pela unicidade ou pela complexidade intertópica. Verificada a presença de

complexidade intertópica nos editoriais, o passo seguinte consistiu especificamente na análise da quantidade de tópicos discursivos, de QTs e de níveis de hierarquização tópica por editorial. Ainda, a verificação de complexidade intertópica possibilitou-nos investigar as formas de linearização tópica predominantes nos editoriais paulistas atuais. Nesse sentido, o método de análise tópica possibilitou-nos distinguir os tópicos discursivos dos editoriais estudados e também a relação de interdependência entre os tópicos.

Durante todo o desenvolvimento da análise intertópica, fomos sublinhando, no interior de cada SegT mínimo, os referentes concernentes entre si e em relevância no ponto do texto em que estão inseridos, como uma maneira técnica de indicar a ideia central do SegT e também de justificar o estatuto de SegT mínimo de determinado fragmento textual.

O seguinte passo consistiu no início da análise do nível da organização intratópica. Nesse plano, a metodologia utilizada é semelhante à adotada em Penhavel (2010, 2017), que envolve a identificação da estruturação interna de SegTs mínimos mediante a identificação da maneira como se manifestam os traços componentes da *centração* tópica – concernência, relevância e pontualização – em determinado gênero textual. A análise de como se materializam esses traços oferece condições de identificar possíveis organizações de partes e subpartes da estruturação interna de SegTs mínimos.

Nesse sentido, com base no traço da concernência, procuramos verificar se há alguma divisão entre grupos de enunciados na qual exista, dentro de cada grupo, uma concernência entre enunciados maior do que a concernência geral que integra todos os enunciados dentro do mesmo SegT mínimo. No mesmo sentido, a partir do traço da relevância, procuramos identificar a relação que esses possíveis grupos de enunciados têm entre si, verificando a relevância de cada um em relação ao tópico do SegT mínimo, isto é, ao tema geral, nuclear, que abrange todo o SegT mínimo. Além disso, com base no traço da pontualização, pressupomos que, assim como os tópicos de um texto manifestam-se em segmentos textuais concretos (grupos de enunciados), como os SegTs mínimos, também diferentes aspectos de um tópico podem se manifestar em subagrupamentos de enunciados dentro do SegT mínimo.

Para proceder à análise intratópica, a princípio, selecionamos um número reduzido de editoriais do universo de nosso *corpus* a fim de examinar se haveria, de fato, alguma regularidade na estruturação interna dos SegTs mínimos desse conjunto menor de textos. Nesse momento, a segmentação foi feita de maneira intuitiva, porém fiel à categoria do tópico discursivo. Identificados possíveis padrões na estruturação interna dos SegTs mínimos no grupo reduzido de editoriais, nosso procedimento consistiu em estender a análise a um grupo

maior de editoriais da amostra, com o intuito de avaliar se os possíveis padrões identificados a princípio se confirmariam ou não como uma regra geral de organização intratópica nos editoriais. Seguindo esse procedimento, apuramos que seria possível identificar uma regra geral de organização intratópica no gênero, conforme discutimos adiante na seção 2.3.2. A partir dessa constatação a respeito da possibilidade de generalização acerca da estruturação interna de SegTs mínimos nos editoriais, estendemos a análise ao conjunto total de 75 SegTs mínimos que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, o que nos possibilitou, então, sistematizar a regra de organização interna dos SegTs mínimos nos editoriais de jornais paulistas atuais.

Assim como procedemos no desenvolvimento da análise intertópica, na análise intratópica também fomos sublinhando, no interior de cada unidade de estruturação intratópica reconhecida, os referentes concernentes entre si e em relevância no ponto do texto em que se inscrevem, como uma metodologia para apontar a ideia central de cada unidade de organização intratópica e também para facilitar e justificar a identificação de determinado segmento textual como uma unidade de estruturação intratópica.

Durante as análises inter e intratópica, fomos avaliando possíveis relações entre o processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulista do século XXI, conforme descrevemos neste trabalho, e os principais aspectos caracterizadores do gênero editorial, em especial, a sua finalidade sociocomunicativa, para, enfim, sistematizarmos essas relações.

2.3. Análise de dados

Conforme apresentado anteriormente, em nossa pesquisa analisamos o processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI, considerando os dois níveis de funcionamento desse processo – o intertópico e o intratópico. Além disso, na análise desses dois níveis, identificamos aspectos caracterizadores do gênero editorial, em especial, a finalidade sociocomunicativa do gênero, e avaliamos em que medida esses aspectos se relacionam com a Organização Tópica no gênero aqui em estudo.

Nesta seção 2.3, apresentamos, então, os resultados de nossa pesquisa. O texto foi organizado de modo a tratar de cada um dos objetivos de pesquisa de nosso estudo. Na seção 2.3.1, desenvolvemos, em particular, o primeiro objetivo de nossa pesquisa, que consiste na análise da organização intertópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI. Na seção 2.3.2, apresentamos a análise de dados referente ao segundo objetivo de nossa investigação, que compreende a análise da organização intratópica em editoriais paulistas atuais. Finalmente, na seção 2.3.3, discutimos como o processo de Organização Tópica nos editoriais de jornais paulistas do século XXI poderia estar relacionado a aspectos caracterizadores do gênero editorial, especialmente à finalidade sociocomunicativa do gênero.

2.3.1. A organização intertópica em editoriais paulistas atuais

Conforme vem sendo assumido em trabalhos sobre Organização Tópica na GTI (PENHAVEL; GUERRA, 2016; OLIVEIRA, 2016), os gêneros textuais podem se diferenciar uns dos outros, no que se refere à organização intertópica, pela ausência ou pela presença de complexidade intertópica. Assim, ao analisar a organização intertópica dos editoriais paulistas atuais, objetivamos investigar se os editoriais apresentariam ou não complexidade intertópica, ou seja, se cada editorial compreenderia apenas um tópico discursivo (materializado em apenas um SegT mínimo) por editorial ou se cada editorial comportaria mais de um tópico discursivo (o que corresponderia, então, à construção de mais de um SegT mínimo), apresentando, dessa forma, complexidade intertópica. Em havendo complexidade intertópica nos editoriais investigados, nosso objetivo requer avaliar (i) a quantidade de tópicos discursivos mais particularizadores por editorial, (ii) a hierarquização tópica, tratando da quantidade de QTs e níveis de hierarquização e ainda (iii) as formas de linearização tópica.

Com relação a essas questões, nossas análises mostram que os editoriais se caracterizam por apresentarem, de fato, complexidade intertópica, pois cada editorial não é composto por apenas um tópico discursivo, como é o caso, em geral, de cartas de leitores, por exemplo (cf. OLIVEIRA, 2016), existindo, nos editoriais, o desdobramento do tópico central em tópicos mais específicos. Nas três seções seguintes, apresentamos, então, a análise detalhada da complexidade intertópica nos editoriais de jornais paulistas atuais. A organização dessas seções dá-se do seguinte modo: na seção 2.3.1.1, tratamos de discutir a quantidade de tópicos discursivos por editorial; na seção 2.3.1.2, analisamos a hierarquização tópica, focalizando a quantidade de QTs por editorial; por último, na seção 2.3.1.3, discutimos as formas de linearização tópica distinguidas no gênero em pauta.

2.3.1.1. Quantidade de tópicos discursivos por editorial

Como mencionamos, os editoriais investigados apresentam complexidade intertópica. Para calcular a existência dessa complexidade, levantamos dados a respeito da quantidade de tópicos discursivos mais específicos por editorial, conforme sintetizamos na tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Quantidade de tópicos discursivos mais específicos por editorial

Quantidade de tópicos discursivos por editorial	Percentuais de ocorrência no <i>corpus</i>
2	28% (7/25 casos)
3	44% (11/25 casos)
4	28% (7/25 casos)

Fonte: Elaborada pela autora

A tabela 1 evidencia a presença de complexidade intertópica na totalidade dos editoriais investigados. Como se pode ver, identificamos que, na maior parte dos casos (44%), os editoriais apresentam três tópicos discursivos que particularizam o assunto abordado no texto. Em nosso *corpus*, apuramos também que os editoriais podem compreender dois ou quatro tópicos na mesma proporção (em 28% das ocorrências).

Essa manifestação de dois, três ou quatro tópicos discursivos mais específicos nos editoriais indica que há uma certa regularidade no que diz respeito à quantidade de tópicos discursivos (e de SegTs mínimos) nos editoriais investigados, na medida em que se verificam

apenas três formas diferentes de especificação tópica, em termos do número de tópicos discursivos mais particularizadores em cada editorial.

A seguir, ilustramos um editorial com três tópicos discursivos:

(20) Tópico central: *A carta de Dilma sobre o impeachment*

[Tópico Discursivo 1: SegT mínimo 1 – *Mau momento para Dilma falar de sua inocência*]

Na fábula de Esopo, depois de muito estrondo a montanha pariu um rato. Dilma Rousseff repetiu a proeza com a divulgação da “mensagem” com a qual pretende convencer de sua inocência o mundo e especialmente os senadores que vão decidir sobre o impeachment no fim do mês. Mas, depois de tanta hesitação, Dilma acabou escolhendo um mau momento para falar de inocência e se apresentar, mais uma vez, como uma mulher honesta, pois, simultaneamente, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o Ministério Público a abrir inquérito contra ela, o ex-presidente Lula, os ex-ministros Aloizio Mercadante e José Eduardo Cardozo e dois ministros do STJ, destinado a investigar a tentativa de obstrução da Justiça no âmbito da Operação Lava Jato.

Na mensagem lida no Palácio da Alvorada, a presidente afastada reitera, candidamente, seu “compromisso com a democracia e com a necessidade da “superação do impasse político que tantos prejuízos já causou ao País”. Parecia estar falando de um outro país e de outra pessoa que não ela, cuja biografia revela total falta de compromisso com a democracia e a proeza de ter arruinado o Brasil. Finalmente, fez um apelo patético a seus julgadores: “Não se faça a injustiça de me condenar por um crime que não cometi”. A uma plateia de jornalistas a quem proibiu de fazer perguntas, Dilma repetiu a necessidade de “diálogo”, defendeu um plebiscito e a delirante ideia da antecipação das eleições presidenciais. Distanciou-se assim, ainda mais, da Nação e até da posição oficial do PT. Promete, agora, comparecer ao Senado para defender-se pessoalmente.

O melancólico evento mostrou ao País exatamente a mesma Dilma cujos defeitos seis anos na Presidência da República só fizeram acentuar: a arrogância, a teimosia, a hipocrisia mal disfarçada na tentativa de parecer humilde, a falta de senso crítico que a impede de se ver como responsável por erros e omissões graves cometidos no catastrófico exercício da Presidência da República. Quando, logo nas primeiras linhas, menciona o “impasse político que tantos prejuízos causou ao País”, fala sobre sujeito indeterminado para não ter que admitir o seu autoritarismo empedernido que envenenou as relações do Executivo com o Legislativo e, depois, com toda a Nação.

[Tópico Discursivo 2: SegT mínimo 2 – *Caráter político do julgamento de impeachment*]

O argumento central da defesa de Dilma no processo de impeachment, por ela insistentemente repetido na tal carta, é o de que, como presidente da República, não cometeu nenhum crime de responsabilidade e não pode ser julgada pelo “conjunto da obra”. O julgamento do impeachment pelo Parlamento, no entanto, é essencialmente político, sustentado pela comprovação jurídica do crime de responsabilidade. No caso de Dilma o crime de responsabilidade foi reconhecido, por ampla maioria de deputados e senadores, nas votações de admissibilidade do processo.

A defesa tem, é claro, o direito de alegar que não houve crime e tentar provar isso. Cabe aos jurados, no caso os senadores, em sessão presidida pelo chefe do poder Judiciário, decidir pela culpa ou pela absolvição. Trata-se, portanto, não de um golpe, mas de um procedimento público – na verdade, escancarado – regido pela Constituição e pelas leis e que segue rito determinado pelo Poder Judiciário.

Mas esse está sendo um julgamento essencialmente político, alega Dilma. É claro que é, pois se refere a um crime de responsabilidade. Os crimes de responsabilidades imputados à presidente são inexpressivos, protestam os dilmistas. As pedaladas fiscais e a liberação de recursos sem autorização prévia do Congresso objetos do processo não são fatos isolados nem corriqueiros. Foram violações flagrantes da lei que constituem, na verdade, o *modus operandi* de um governo autoritário que desprezava o papel constitucional e as finalidades precípuas do Parlamento como órgão da soberania nacional e de representação do povo.

[Tópico Discursivo 3: SegT mínimo 3 – *Patética manifestação epistolar de Dilma*]

A patética manifestação epistolar de Dilma Rousseff é um conjunto de frases feitas, 43
tiradas retóricas, expressões piegas. De platitudes e obviedades que inevitavelmente assomam em 44
discursos políticos que, por falta de conteúdo fático e genuinamente programático, abusam de 45
falsidades demagógicas na tentativa de conquistar o ouvinte pela emoção. Mas a paciência do povo 46
brasileiro com o ilusionismo lulopetista está esgotada. (O parto da montanha, *O Estado de S. Paulo*, 19 47
ago. 2017).

Segundo nossa análise, o editorial em (20) apresenta o tópico central *A carta de Dilma sobre o impeachment*, que se desdobra em três tópicos discursivos mais particularizadores. O primeiro tópico é centrado na ideia *Mau momento para Dilma falar de sua inocência*, conforme aponta a relação de interdependência semântica entre, por exemplo, as expressões *mau momento para falar de inocência* (linha 4), *apelo patético a seus julgadores* (linha 13) e *melancólico evento* (linha 18). Todos esses elementos textuais, assim como os sublinhados no interior do SegT em questão, são concernentes entre si na constituição desse conjunto referencial a respeito do mau momento de Dilma para falar de sua inocência no processo de *impeachment*.

O tópico discursivo 2, por sua vez, centra-se na ideia *Caráter político do julgamento de impeachment*, como mostram, dentre outros, os enunciados *o julgamento do impeachment é essencialmente político* (linhas 27-28), *o crime de responsabilidade foi reconhecido* (linha 29) e *um procedimento público regido pela constituição e pelas leis* (linhas 33-34). Assim, a relação de interdependência semântica entre esses enunciados, assim como entre os outros enunciados destacados no interior do SegT mínimo 2, colaboram para a instauração do tópico em questão – caráter político do julgamento de *impeachment*.

Finalmente, o tópico discursivo 3 é centrado na ideia *Patética manifestação epistolar de Dilma*, como indicam as expressões *a patética manifestação epistolar de Dilma Rousseff* (linha 42), *conjunto de frases feitas* (linha 42) e *falsidades demagógicas* (linha 44).

O exemplo em (21) mostra um editorial com dois tópicos discursivos específicos:

(21) Tópico central: *Impasse na presença da Venezuela no Mercosul*

[Tópico Discursivo 1: SegT mínimo 1 – *Ironias político-ideológicas nas relações com a Venezuela*]

A reviravolta político-ideológica na América do Sul produz lances irônicos. A 1
Venezuela boliviana, regime que cerceia as liberdades civis e sufoca os controles republicanos, se 2
esgueira de ser suspensa do Mercosul pela chamada cláusula democrática. 3

Brasil, Argentina e Paraguai, cujos governantes se distanciaram do populismo 4
esquerdista hegemônico havia mais de uma década, aparentemente relutam em aplicar contra Caracas o 5
dispositivo conhecido como Protocolo de Ushuaia. 6

A ironia se completa porque a Venezuela só foi aceita no bloco, em 2012, graças ao 7
emprego da cláusula contra o Paraguai, que resistia ao novo parceiro, numa lamentável manobra da 8

diplomacia brasileira. É bom, agora, que os métodos tenham mudado e se tenha evitado o revanchismo pueril.	9 10
Cogitava-se mobilizar o protocolo para desfazer o <u>impasse na presidência rotativa do bloco</u> . Pelo disposto nas regras, o Mercosul deveria ser liderado nos próximos seis meses pela Venezuela.	11 12 13
<u>Brasília, Buenos Aires e Assunção resistem a passar o bastão ao governo periclitante de Nicolás Maduro</u> , encurralado por uma crise que já deixou de ser apenas política e econômica para tornar-se humanitária. O Uruguai, porém, defende manter a ordem estabelecida para a chefia do Mercosul.	14 15 16 17
<u>A Venezuela também poderia sofrer sanção por descumprimento de quase metade dos compromissos tarifários e normativos assumidos na adesão</u> . Tal como no quesito direitos humanos, há razões várias para enquadrar o governo Maduro por deslealdade comercial.	18 19 20

[Tópico discursivo 2: SegT mínimo 2 – *Necessidade de cuidados nas relações com a Venezuela*]

Por esses motivos, <u>teria sido melhor não incluir a Venezuela no Mercosul com tal açodamento</u> . Agora, com o fato consumado e o regime perto do colapso, <u>há que observar o cuidado diplomático</u> .	21 22 23
Maduro utiliza todo pretexto para adiar o referendo que pode revogar seu mandato. A oposição de Brasil, Argentina e Paraguai já é manipulada como trunfo pelo acossado dirigente, que aponta um complô regional da direita contra um governo popular.	24 25 26
Caso Maduro consiga arrastar o referendo além de 10 de janeiro de 2017, sua eventual substituição não ocorrerá por eleições diretas. Assumiria, com mandato até 2019, um vice indicado pelo chavismo.	27 28 29
Nessa hipótese, não se poderia descartar a conflagração civil em meio ao desabastecimento e à frustração dos venezuelanos. Para o Itamaraty, <u>evitar surtos de violência na transição política do vizinho ao norte é objetivo tão importante</u> quanto reativar a missão do Mercosul de abrir mercados. (Impasse no Mercosul, <i>Folha de S. Paulo</i> , 7 ago. 2016).	30 31 32 33

Em (21), o editorial apresenta o tópico central *Impasse na presença da Venezuela no Mercosul*. No tópico discursivo 1, nomeado como *Ironias político-ideológicas nas relações com a Venezuela*, a instauração do tópico em questão ocorre pela concernência e relevância de trechos como *lances irônicos* (linha 1), *A ironia se completa porque a Venezuela só foi aceita no bloco, em 2012, graças ao emprego da cláusula contra o Paraguai* (linhas 7-8) e *o impasse na presidência rotativa do bloco* (linhas 11-12).

O tópico discursivo 2, por seu turno, instaura centração na ideia *Necessidade de cuidados nas relações com a Venezuela*. A integração de elementos relativos a esse conjunto referencial é dada pela relação de interdependência entre determinados elementos textuais que apontam o alvo do processo textual-interativo, como o trecho *teria sido melhor não incluir a Venezuela no Mercosul com tal açodamento. Agora, com o fato consumado e o regime perto do colapso, há que observar o cuidado diplomático* (linhas 21-23).

O exemplo em (22) ilustra um editorial com quatro tópicos discursivos:

(22) Tópico central: *A crítica situação de Lula nas investigações da Lava Jato*

[Tópico Discursivo 1: SegT mínimo 1 – *Dificuldade para Lula negar seu envolvimento em corrupção na Petrobrás*]

Caberá à Justiça decidir se Lula da Silva é a “viva alma mais honesta do Brasil”, como o ex-presidente se jactou algumas vezes, ou se o chefão petista não só “tinha ciência do esquema criminoso” na Petrobrás, como “dele se beneficiou”, como acusaram quatro procuradores da República que compõem a equipe da Operação Lava Jato, em um documento tornado público na sexta-feira passada.

Obviamente, uma das duas versões é completamente falsa, e será necessário aguardar a conclusão das investigações e do eventual julgamento para que o distinto público possa decidir em quem deve acreditar. No entanto, impressiona, nas 70 páginas do parecer do Ministério Público, a quantidade de informações que, se acompanhadas de prova, podem comprometer Lula, colocando-o na condição de beneficiário do assalto ao Estado realizado em seu governo e no de sua sucessora, Dilma Rousseff. A julgar pelo que lá vai, dificilmente Lula poderá alegar que nada sabia, como fez, candidamente, quando estourou o escândalo do mensalão, espécie de *avant-première* do monumental esquema que dilapidou a Petrobrás e outras estatais.

[Tópico Discursivo 2: SegT mínimo 2 – *Pertinência do julgamento de Lula perante Moro*]

A manifestação do Ministério Público Federal se deu em razão de uma consulta da 13.^a Vara Federal de Curitiba, depois que a defesa de Lula alegou que aquele tribunal, onde atua o juiz Sérgio Moro, não teria competência para avaliar as acusações relacionadas ao caso do sítio em Atibaia e do apartamento no Guarujá. Como as propriedades estão em São Paulo, os advogados do ex-presidente entendem que o processo deveria ser julgado por um tribunal paulista.

Para o Ministério Público, não se pode falar de exceção de incompetência em relação a Moro a esta altura porque ainda não há nenhuma ação penal contra Lula, apenas investigações policiais. Mesmo assim, os procuradores entenderam que o caso deva ser encaminhado ao juiz paranaense, responsável pela Lava Jato, porque, em sua opinião, as acusações contra Lula dizem respeito a desdobramentos do petróleo. Trata-se, diz o Ministério Público, de “uma só organização, com o mesmo *modus operandi*, integrada pelos mesmos agentes, em contextos parcialmente diferentes, mas sempre com o mesmo fim: enriquecimento ilícito dos seus integrantes e manutenção do poder político”. Sendo assim, continua o parecer, “a investigação e o processo de cada infração devem correr perante os mesmos órgãos, que possuem a visão de todo o esquema criminoso”.

[Tópico Discursivo 3: SegT mínimo 3 – *Provável envolvimento de Lula na Lava Jato*]

Segundo os procuradores, as provas recolhidas até aqui no âmbito da Lava Jato permitem entender as formas pelas quais os operadores do propinoduto da Petrobrás repassaram o dinheiro desviado para seus beneficiários. Entre esses mecanismos estão “a compra e reforma de imóveis pelas empreiteiras ou empresas intermediárias da lavagem de ativos, em benefício dos destinatários finais da propina” – justamente a suspeita que recai sobre Lula e os misteriosos imóveis sem dono em Atibaia e no Guarujá.

Outra forma de esquentar o dinheiro desviado da Petrobrás, dizem os procuradores, foi disfarçá-lo de doações eleitorais. Nesse caso, o parecer lembra que, “ainda em 2005, Lula admitiu ter conhecimento sobre a prática de caixa dois no financiamento de campanhas eleitorais ‘por fora’ e que havia um ávido loteamento de cargos públicos”.

Ademais, os procuradores lembram que a “estrutura criminosa perdeu por, pelo menos, uma década” e que Lula ocupou nesse período “posição central em relação a entidades e indivíduos que diretamente se beneficiaram do esquema”. Dizem também que “não é crível que ele desconhecesse a existência dos ilícitos” e que muito provavelmente “foi beneficiado direta e indiretamente por repasses financeiros de empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato”.

[Tópico Discursivo 4: SegT mínimo 4 – *Necessidade de fortalecimento dos argumentos em defesa de Lula*]

Por ora, a defesa de Lula preferiu recorrer a uma escalafobética denúncia à Comissão de Direitos Humanos da ONU e apelar à ironia, ao dizer que o caso do sítio em Atibaia não pode ser

julgado pela Justiça paranaense porque “Atibaia não é Atobá, uma cidade do Paraná”. A julgar pela força da acusação do Ministério Público, porém, os mais de 20 advogados de Lula, mais cedo ou mais tarde, terão de ter argumentos um pouco mais sólidos para defendê-lo. (O papel de Lula, *O Estado de S. Paulo*, 7 ago. 2016). 45 46 47

O editorial em (22) apresenta o tópico central *A crítica situação de Lula nas investigações da Lava Jato*, como indicam, por exemplo, as passagens *o chefão petista não só “tinha ciência do estratagema criminoso” na Petrobrás, como “dele se beneficiou”* (linhas 2-3), *as acusações contra Lula dizem respeito a desdobramentos do petróleo* (linhas 22-23), *a suspeita que recai sobre Lula* (linha 32) e *argumentos um pouco mais sólidos para defendê-lo* (linha 47). Todos esses elementos textuais integram um mesmo conjunto referencial, realçando, então, que a ideia a respeito da crítica situação de Lula nas investigações da Lava Jato perpassa toda a organização textual-interativa do editorial em (22).

O tópico central do editorial aqui discutido desdobra-se em quatro tópicos discursivos particulares que desenvolvem, cada um, aspectos específicos a respeito desse tópico mais amplo. No tópico 1, a ideia central gira em torno da *Dificuldade de Lula para negar seu envolvimento em corrupção na Petrobrás*, como sugerem os enunciados *a quantidade de informações que, se acompanhadas de prova, podem comprometer Lula* (linhas 8-9) e *difícilmente Lula poderá alegar que nada sabia* (linha 11). O tópico discursivo 2, por sua vez, comporta uma centração específica relativamente à *Pertinência do julgamento de Lula perante Moro*, como evidenciam os enunciados *não se pode falar de exceção de incompetência em relação a Moro* (linhas 19-20) e *o caso deva ser encaminhado ao juiz paranaense* (linha 21).

No tópico discursivo 3, a centração instaura-se em torno do *Provável envolvimento de Lula na Lava Jato*, ideia ressaltada, por exemplo, pelos trechos *não é crível que ele desconhecesse a existência dos ilícitos* (linhas 40-41) e *muito provavelmente “foi beneficiado direta e indiretamente por repasses financeiros de empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato”* (linhas 41-42). Por fim, no tópico discursivo 4, o editorial instaura centração na ideia *Necessidade de fortalecimento dos argumentos em defesa de Lula*, como sugere o enunciado *os mais de 20 advogados de Lula, mais cedo ou mais tarde, terão de ter argumentos um pouco mais sólidos para defendê-lo* (linhas 46-47).

Em todos os SegTs mínimos que concretizam esses quatro tópicos discursivos, a concernência e a relevância dos elementos textuais sublinhados no interior de cada um dos SegTs mínimos concorrem para a construção e a identificação do núcleo do processo textual-interativo em cada ponto do texto. Ou seja, a concernência e a relevância dos enunciados

destacados nas quatro porções textuais em (22) indicam o tópico discursivo de cada um dos SegTs mínimos no exemplo em questão. Desse modo, é a identificação de quatro conjuntos referenciais distintos no editorial ora analisado que nos possibilita argumentar que o tópico central do exemplo em (22) se particulariza em quatro tópicos discursivos específicos.

As análises discutidas nesta seção mostram o desdobramento do tópico central dos editoriais de jornais paulistas atuais em dois, três ou quatro tópicos discursivos mais específicos, com predomínio de desdobramento em três tópicos, revelando, dessa forma, a pouca diversidade na quantidade de tópicos discursivos nos editoriais investigados, se comparamos à quantidade identificada no gênero conversação espontânea, investigado no trabalho de Jubran *et al* (2002), no qual os autores apuraram a ocorrência de uma conversação com sessenta e um tópicos discursivos mais específicos e seus respectivos SegTs mínimos.

2.3.1.2. Hierarquização tópica

No que concerne à investigação da hierarquização tópica, nossa pesquisa procurou analisar a quantidade de QTs por editorial (conforme explicado anteriormente, um QT ocorre a cada vez que um tópico discursivo se desdobra em tópicos mais específicos) e os níveis de hierarquização tópica. Na tabela seguinte, sintetizamos os resultados dessa análise:

Tabela 2: Quantidades de QTs por editorial e percentuais de ocorrências

Quantidade de QTs por editorial	Percentuais de ocorrências nos dados
1 QT (2 níveis)	88% (22/25 casos)
2 QTs (3 níveis)	12% (3/25 casos)

Fonte: Elaborada pela autora

A primeira coluna da tabela mostra as quantidades de QTs e níveis de hierarquização por editorial que encontramos no conjunto de editoriais que compõem o nosso *corpus*. Como se pode observar, os editoriais investigados apresentam um QT (o que já indica a instauração de dois níveis na hierarquia tópica) ou dois QTs (o que também já pressupõe a instauração de três níveis hierárquicos).

Aqui convém esclarecer que, logicamente, a formação de um QT acarreta a instauração de dois níveis de hierarquização. Por outro lado, já não existe esse tipo de relação necessária entre dois QTs e três níveis de hierarquização: a construção de dois QTs, de fato,

acarreta a instauração de três níveis, porém a instauração de três níveis não pressupõe a construção de apenas dois QTs, podendo um texto construir mais de dois QTs distribuídos em apenas três níveis de hierarquização – o que é justamente a situação que se manifesta, por exemplo, na figura 1 do capítulo 1. Assim, a existência, nos editoriais analisados, de instauração de três níveis hierárquicos relacionados sempre a apenas dois QTs (e não a mais do que dois) pode ser entendida como uma das características do gênero editorial, já que essa correlação entre três níveis e apenas dois QTs constitui uma forma particular de organização hierárquica dentre outras formas possíveis.

A segunda coluna da tabela ilustra o percentual de ocorrências de cada uma das duas possibilidades de QTs identificadas – um ou dois por editorial. A grande maioria dos editoriais apresenta apenas um QT e, portanto, dois níveis hierárquicos. Esses são casos em que o editorial é composto de um tópico central que se desdobra em subtópicos, os quais, porém, não se especificam em subtópicos ainda mais específicos. Os casos menos recorrentes são aqueles em que o editorial apresenta dois QTs, estruturados, portanto, em três níveis na hierarquia tópica. Esses são casos em que o tópico central se desenvolve em tópicos mais específicos e algum destes, por sua vez, desdobra-se em tópicos ainda mais particularizadores.

Os editoriais acima em (20), (21) e (22) apresentam, cada um, apenas um QT. Em (23), ilustramos também um editorial desse mesmo tipo, que serve para ilustrar algumas características sobre a Organização Tópica:

(23) Tópico central: *Necessidade de novas leis trabalhistas no Brasil*

[Tópico Discursivo 1: SegT mínimo 1 – *Degradação do mercado de trabalho*]

Como aconteceu há duas décadas, <u>o avanço do desemprego e da informalidade</u>	1
despertou o mundo político para a obsolescência da legislação trabalhista no país.	2
Após anos de melhora quase contínua, <u>o mercado degradou-se rapidamente.</u> Desde	3
2015, <u>o contingente que busca ocupação foi de 8 milhões para além dos 11 milhões e segue em alta.</u>	4
Ao mesmo tempo, <u>encolheu de 41 milhões para 39 milhões o número de assalariados</u>	5
<u>com carteira assinada</u> – os que desfrutam das garantias da septuagenária Consolidação das Leis do	6
Trabalho (CLT).	7
Tal grupo, em nome do qual se batem os adversários de reformas do diploma legal,	8
constitui parcela minoritária entre os mais de 100 milhões de brasileiros ocupados ou à procura de	9
emprego.	10
Além de servidores públicos, que dispõem de estatuto próprio, e patrões, há <u>o estrato,</u>	11
<u>hoje mais numeroso que o dos celetistas, composto essencialmente por trabalhadores informais e</u>	12
<u>autônomos</u> , que labutam, no mais das vezes, sob condições precárias.	13

[Tópico Discursivo 2: SegT mínimo 2 – *Dificuldade de acordos entre empregados e empregadores em razão da CLT*]

Forjada nos primórdios da industrialização do país, <u>a CLT impôs a tutela estatal</u>	14
<u>sobre as relações entre os empregados e empregadores. A profusão e o detalhismo das regras criadas</u>	15
<u>para proteger os primeiros mostraram-se, com o passar do tempo, empecilhos para os acordos entre as</u>	16

<u>partes.</u>	17
Basta notar que, no ranking do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa vexatório	18
137º lugar, entre 140 países, quanto à facilidade de contratar e demitir mão de obra. Rever tais amarras	19
será complexo.	20
O governo provisório de Michel Temer (PMDB) mede palavras e ambições ao	21
anunciar o intento de modificar a <u>lei</u> e ampliar a possibilidade de negociações para reduzir salários e	22
mudar jornadas em troca da preservação de vagas.	23
Mesmo admitidos pela Constituição e demandados pelos sindicatos, <u>tais acordos</u>	24
<u>coletivos não raro esbarram na CLT ou nos tribunais.</u>	25
[Tópico Discursivo 3: SegT mínimo 3 – <i>Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho</i>]	
<u>Há muita coisa mais a reformar, da representação sindical aos encargos sobre a folha.</u>	26
Para além do alívio à recessão, o fim do paternalismo do Estado permitiria maior inclusão no mercado	27
formal. (Obsoleta e excludente, <i>Folha de S. Paulo</i> , 7 ago. 2016).	28

De acordo com nossa análise, o tópico central do exemplo em (23) é *Necessidade de novas leis trabalhistas no Brasil*. Esse tópico amplo se desdobra em três tópicos mais específicos (concretizados no texto em três SegTs mínimos). No tópico 1, a centração gira em torno da *Degradação do mercado de trabalho*, como sugere a integração de fragmentos textuais como *o avanço do desemprego e da informalidade* (linha 1), *o mercado degradou-se rapidamente* (linha 3) e *encolheu de 41 milhões para 39 milhões o número de assalariados com carteira assinada* (linhas 5-6), que indicam o foco do processo textual-interativo nesse ponto do editorial.

O tópico discursivo 2 instaura centração acerca da ideia *Dificuldade de acertos entre empregados e empregadores em razão da CLT*, como sugere o conjunto referencial construído por trechos como *a CLT impôs a tutela estatal sobre as relações entre os empregados e empregadores* (linhas 14-15) e *A profusão e o detalhismo das regras criadas para proteger os primeiros mostraram-se, com o passar do tempo, empecilhos para os acertos entre as partes* (linhas 15-17).

Apresentadas as ideias acerca da degradação do mercado de trabalho e da dificuldade de acertos entre empregados e empregadores em razão da CLT, tópicos discursivos instaurados nos SegTs mínimos 1 e 2, respectivamente, o editorial centra-se, enfim, em um conjunto referencial relativo à *Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho*, distinguido como tópico discursivo 3 do editorial em (23). Nesse ponto do texto, o alvo do processo textual-interativo pode ser identificado pela proeminência do enunciado *Há muita coisa mais a reformar, da representação sindical aos encargos sobre a folha* (linhas 26-27).

Convém aqui fazer um parêntese para justificar o estatuto tópico do agrupamento de enunciados recortado nas linhas 26-28 e identificado como SegT mínimo 3 do editorial ora analisado. Apesar de o tópico discursivo 3 ser instaurado por um pequeno conjunto de

elementos textuais, materializando-se em um SegT mínimo muito curto, em termos de extensão, composto de apenas um parágrafo organizado em três linhas, a porção textual na qual reconhecemos o tópico discursivo 3 pode, de fato, ter estatuto tópico por apresentar concentração específica no editorial. Dessa forma, é desenvolvido por meio de um conjunto referencial centrado na ideia *Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho*. Nesse sentido, com a introdução do tópico discursivo 3, o que estava sendo dito no tópico 2 é encerrado completamente e se inicia, então, a argumentação sobre a necessidade de reformulação das leis trabalhistas. Ademais, após a construção de dois tópicos discursivos que sublinham a degradação do mercado de trabalho e a dificuldade de acordos entre empregados e empregadores em razão da CLT (tópicos materializados, respectivamente, nos SegTs mínimos 1 e 2), a introdução do tópico discursivo 3 no editorial é relevante no ponto do texto em que é inserido, haja vista que a necessidade de reformulação das leis trabalhistas, conforme tratada no tópico discursivo 3, poderia contribuir para a diminuição da degradação do mercado de trabalho e para a facilitação do acordo entre empregadores e empregados, questões relacionadas aos tópicos materializados nos SegTs mínimos 1 e 2.

A propósito, em nossos dados, observamos a recorrência de editoriais com o último tópico discursivo materializado em um SegT mínimo mais curto em relação aos SegTs mínimos que concretizam os demais tópicos do editorial. Conforme apuramos, 52% dos editoriais (13/25 casos) apresentam o último tópico discursivo materializado em um só parágrafo, constituído, muitas vezes, de três ou quatro linhas. A esse respeito, nossas análises sugerem que, em parte dos casos analisados, o SegT que materializa o último tópico discursivo do editorial tende a apresentar marcas do tipo textual injuntivo.

De acordo com Koch e Fávero (1987), o tipo textual injuntivo pode ser caracterizado, no que concerne à sua dimensão pragmática, como o macroato de fala que direciona, orienta, com a atitude comunicativa de *fazer saber fazer*, ocorrendo frequentemente em manuais de instruções, receitas culinárias, bulas de remédios. Sendo assim, o tipo injuntivo teria uma superestrutura *diretiva*, prescrevendo comportamentos sequencialmente ordenados e informando o resultado ou o produto dos comportamentos prescritos. Quanto à dimensão linguística de superfície, as autoras apontam que o tipo injuntivo seria caracterizado por modos e tempos verbais como o imperativo, infinitivo, futuro do pretérito, por vocativos, verbos performativos, períodos simples, parataxe, nexos ou articuladores adequados ao encadeamento sequencial de ações.

No caso do exemplo em (23), pode-se dizer que há marcas do tipo injuntivo no emprego do futuro do pretérito em *permitiria* (linha 27), na prescrição de comportamentos em *há muita coisa mais a reformar, da representação sindical aos encargos sobre a folha* (linha 26), bem como na informação sobre o resultado dos comportamentos prescritos em *para além do alívio à recessão, o fim do paternalismo do Estado permitiria maior inclusão no mercado formal* (linhas 27-28).

Tendo em vista que o SegT que materializa o último tópico discursivo dos editoriais analisados em nosso estudo tende a apresentar traços do tipo textual injuntivo, direcionando o interlocutor a agir, prescrevendo comportamentos, oferecendo resultados das ações direcionadas, podemos aqui lançar a hipótese de que o tópico materializado nesse SegT caracterizaria um momento mais interativo dos editoriais paulistas atuais, na medida em que estabeleceria um diálogo mais direto com o interlocutor ao lhe oferecer instruções e orientações, típicas do tipo textual injuntivo. Essa questão poderia ainda levantar uma segunda hipótese, sobre a qual falaremos a seguir.

De acordo com o princípio de gradiência da GTI, discutido no capítulo de fundamentação teórica, os procedimentos de elaboração textual tendem ora a focalizar mais a organização informacional do texto, ora a sua organização interativa, sempre congregando as funções textual e interativa. Dessa forma, o referido princípio sustenta a construção de uma tipologia funcional dos processos de construção textual segundo funções textual-interativas dominantes, na qual, de um lado, distribuem-se os elementos linguísticos cuja função dominante é a organização, condução, manutenção ou quebra do fluxo de informação e, de outro, dispõem-se os elementos focalizadores das circunstâncias enunciativas. Com base, então, nesse princípio de gradiência, podemos também levantar a hipótese de que os diferentes tópicos discursivos de um texto, como um editorial, comportariam diferentes funções textual-interativas, podendo haver tópicos com dominância da função textual sobre a interacional, da interacional sobre a textual, ou ainda tópicos que ocupariam classes intermediárias entre os dois extremos mais predominantemente textuais ou interacionais da tipologia textual-interativa dos elementos envolvidos na construção textual proposta pela GTI.

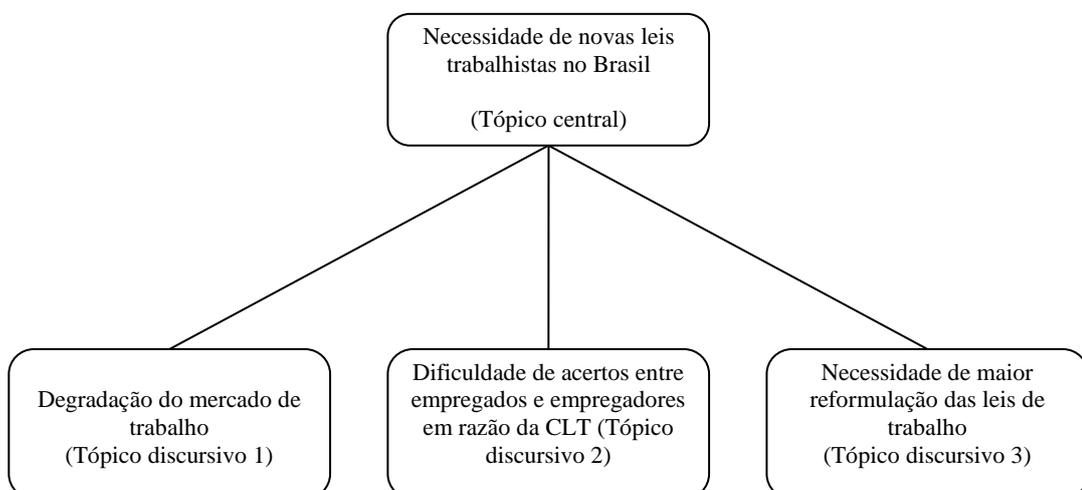
Nesse contexto, a articulação dos tópicos discursivos de um editorial mostraria a imbricação dos processos de formulação textual e de interação na construção da unidade textual. Além disso, a identificação de diferentes tópicos discursivos com funções predominantemente informacionais ou enunciativas poderia indicar como as funções textual-interativas dos processos de construção textual se manifestaria no processo de Organização

Tópica, o que poderia orientar a construção de uma tipologia das funções textual-interativas exercidas pelo processo de Organização Tópica e contribuir para a verificação da validade do princípio de gradiência da GTI, na medida em que evidenciaria que a construção textual congrega, de fato, fatores informativos e interacionais, segundo a dominância de um ou de outro nos diferentes pontos do texto, o que colaboraria, enfim, para a consolidação da GTI como um quadro teórico-metodológico capaz de fundamentar o estudo dos processos envolvidos na formulação textual.

Retomando a discussão a respeito da formação do QT no editorial exemplificado em (23), é possível, então, notar que o tópico mais amplo, do primeiro nível na hierarquização tópica, intitulado *Necessidade de novas leis trabalhistas no Brasil*, desdobra-se em três tópicos coconstituintes, os três situados no segundo nível de organização tópica por apresentarem um mesmo teor de relevância tópica em relação ao tópico central. Esse desdobramento do tópico central em três tópicos mais particulares constitui, então, um QT. Assim, podemos dizer que a formação do QT em (23) se dá na relação do ST *Necessidade de novas leis trabalhistas no Brasil* com os seus três SbTs: *Degradação do mercado de trabalho*, *Dificuldade de acertos entre empregados e empregadores em razão da CLT* e *Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho*.

A figura 5 permite visualizar a relação de hierarquização tópica do exemplo em (23), ilustrando a subordinação hierárquica dos três tópicos discursivos do editorial em questão em relação ao tópico central do texto, bem como a formação do QT desse editorial:

Figura 5: Hierarquia tópica em um QT



Já o exemplo em (24) ilustra um editorial que contém dois QTs, organizados, portanto, em três níveis na hierarquização tópica. No caso em (24), o tópico central desenvolve-se em três tópicos mais específicos e um destes desdobra-se em dois tópicos ainda mais particularizadores:

(24) Tópico central: *Promessas para o setor de energia brasileiro*

[Tópico Discursivo 1: SegT mínimo 1 – *Aspectos favoráveis ao campo das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial*]

Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise. No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor. 1
2

Em 2015, as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica. É o equivalente a quase seis usinas como Belo Monte e acarretou um investimento de US\$ 329 bilhões. 3
4
5

Nesse mesmo ano, enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%. 6
7

O dado se encontra no “Balanço Energético Nacional 2016”, recém-divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e recebeu destaque no caderno especial “Brasil que Dá Certo – Energia Renovável”, publicado na quinta-feira (28) por esta **Folha**. 8
9
10

O desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país. Com isso, sua contribuição firmou-se à frente da fatia das usinas nucleares (1,3%) na produção nacional. 11
12
13

[Tópico Discursivo 2: SegT mínimo 2 – *A liderança da hidroeletricidade na produção de energia no Brasil*]

A liderança incontestada, como de sabe, segue com a hidroeletricidade. Turbinas movidas com a força dos rios produziram 66,7% da energia elétrica consumida no mercado doméstico. 14
15

Como se trata de uma fonte renovável (assim como a eólica e a biomassa), essa modalidade contribui para manter a matriz elétrica brasileira como uma das mais limpas do planeta. Mais de três quartos da eletricidade aqui produzida provêm de fontes que não agravam o aquecimento global. 16
17
18
19

[Tópico Discursivo 3 – *Consequências da crise econômica brasileira no setor de energias*]

[Tópico Discursivo 3.1: SegT mínimo 3 – *Consequências negativas da crise econômica no setor de energias*]

Todas elas, é verdade, inclusive a eólica, sofrem de um modo ou de outro as consequências da crise econômica que se abateu sobre o Brasil e da intervenção desastrosa do governo Dilma Rousseff (PT) no setor elétrico. 20
21
22

O consumo de eletricidade recuou 1,9% em 2015, como seria de esperar com a retração do PIB. Se há poucos anos se falava em risco de desabastecimento, por força da crise hídrica e do intervencionismo petista, agora se experimenta uma paradoxal sobra de energia contratada, o que decerto não ajuda a estimular investidores. 23
24
25
26

[Tópico Discursivo 3.2: SegT mínimo 4 – *Boas perspectivas da crise para o setor de energia eólica*]

Em termos relativos, contudo, essa situação anômala abre perspectivas mais promissoras para energia eólica (e até para a incipiente solar fotovoltaica). 27
28

O custo de seus equipamentos está caindo, o preço de geração já é competitivo e a instalação é mais rápida que a de usinas hidrelétricas e nucleares – as preferidas das grandes empreiteiras, hoje enredadas com os próceres do setor elétrico nas malhas da Lava Jato. (Novos ventos 29
30
31

na energia, *Folha de S. Paulo*, 1 ago. 2016).

32

No exemplo em (24), o editorial tem como tópico discursivo central *Promessas para o setor de energia brasileiro*. Esse tópico mais amplo desdobra-se em três tópicos discursivos mais particularizadores, que compõem o segundo nível na hierarquização tópica do editorial em (24). Esses três tópicos discursivos mais específicos em relação ao tópico central são nomeados, respectivamente, como (i) *Aspectos favoráveis ao campo das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial*, (ii) *A liderança da hidroeletricidade na produção de energia no Brasil* e (iii) *Consequências da crise econômica brasileira no setor de energias*. O tópico discursivo (iii), por sua vez, particulariza-se em dois tópicos discursivos ainda mais específicos, os quais ocupam o terceiro nível na hierarquia tópica do editorial e se centram, especificamente, nas consequências negativas da crise e nas boas perspectivas da crise no setor de energia eólica.

No tópico discursivo 1, a centração acerca da ideia *Aspectos favoráveis ao campo das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial* pode ser evidenciada pelos enunciados *No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor* (linha 2), *em 2015, as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica* (linhas 3-4) e *o desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país* (linhas 11-12).

No tópico discursivo 2 do editorial, a concernência e a relevância do conjunto referencial envolvendo *A liderança da hidroeletricidade na produção de energia no Brasil* são dadas por enunciados como *a liderança incontestada segue com a hidroeletricidade* (linha 14) e *turbinas movidas com a força dos rios produziram 66,7% da energia elétrica consumida no mercado doméstico* (linhas 14-15).

Como ressaltamos, o terceiro tópico do editorial em (24) desdobra-se em dois tópicos discursivos ainda mais particularizadores, instaurando, então, dois subtópicos – materializados em dois SegTs mínimos – subordinados a ele. Caracterizamos esses dois tópicos discursivos mais específicos subordinados ao tópico (iii) como tópico discursivo 3.1 e tópico discursivo 3.2 do editorial.

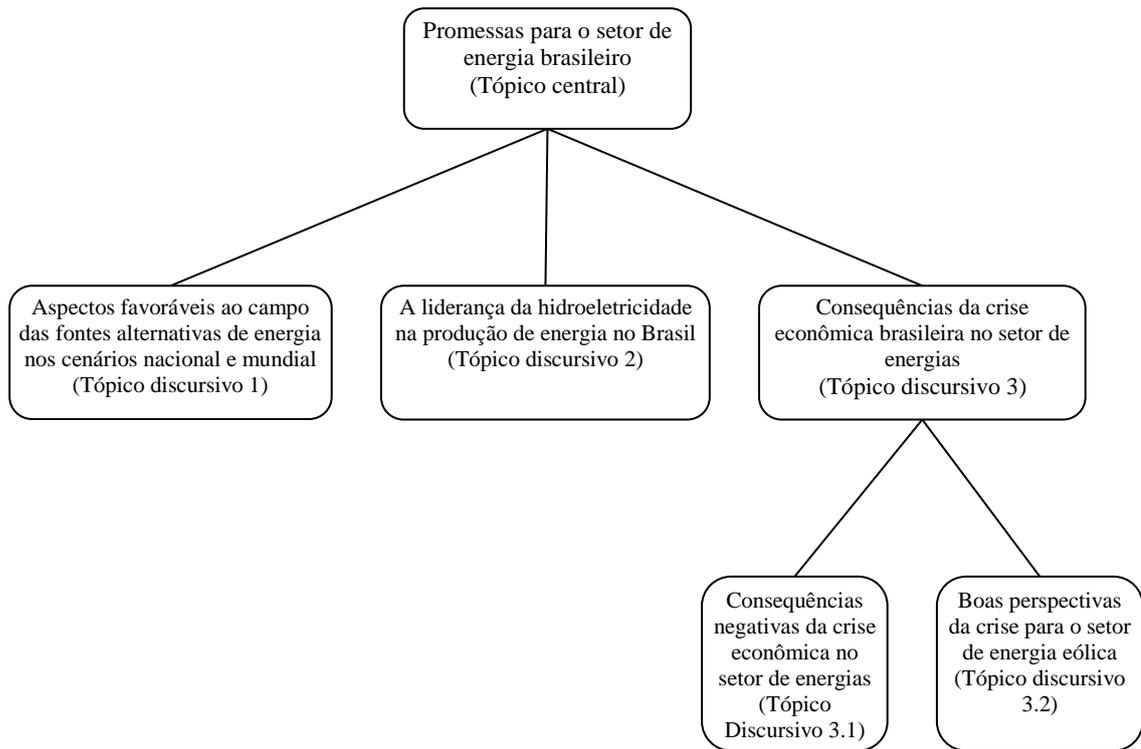
No caso do tópico discursivo 3.1, a interação se concentra na ideia *Consequências negativas da crise econômica no setor de energias*, como sugerem os enunciados *todas elas, é verdade, inclusive a eólica, sofrem de um modo ou de outro as consequências da crise econômica que se abateu sobre o Brasil* (linhas 20-21) e *o consumo de eletricidade recuou 1,9% em 2015* (linha 23). Já no tópico discursivo 3.2, também subordinado ao tópico (iii), os

trechos *perspectivas mais promissoras para energia eólica* (linhas 27-28) e *O custo de seus equipamentos está caindo, o preço de geração já é competitivo e a instalação é mais rápida que a de usinas hidrelétricas e nucleares* (linhas 29-30) concorrem para indicar a concernência e a relevância de um conjunto referencial relativo às *Boas perspectivas da crise para o setor de energia eólica*.¹⁴

Conforme observamos, o tópico central do editorial em (24) desdobra-se em três tópicos discursivos mais específicos que compõem o segundo nível da hierarquia tópica. Nesse desdobramento, o tópico central configura-se como um ST e os três tópicos mais específicos relativamente ao tópico central se estabelecem como SbTs, compondo o primeiro QT do texto. Como destaca Jubran (2015b), o estatuto de ST e SbT é relacional. Por isso, quando um SbT se desdobra em tópicos ainda mais específicos, este SbT passa a ser um ST em relação aos tópicos que o integram. Em (24), o desdobramento do SbT *Consequências da crise econômica brasileira no setor de energias* em dois tópicos mais particulares, do terceiro nível na hierarquização tópica, faz com que este SbT adquira estatuto de ST em relação aos seus dois tópicos coconstituintes, os quais se configuram, então, como SbTs, concentrados, respectivamente, nas ideias *Consequências negativas da crise econômica no setor de energias* e *Boas perspectivas da crise para o setor de energia eólica*. Esse desdobramento progressivo do exemplo em (24) dá origem a mais um QT, de nível inferior na hierarquia tópica.

A figura 6 ilustra a hierarquia tópica instaurada no exemplo em (24):

¹⁴ A nosso ver, os tópicos 3.1 e 3.2 podem, de fato, ser identificados como dois tópicos discursivos específicos, subordinados a um mesmo tópico mais amplo, porque cada um instaura uma centração particular acerca das consequências da crise econômica no setor de energias brasileiro. De todo modo, reconhecemos a dificuldade para a identificação desses tópicos como dois tópicos específicos distintos, não como um único tópico discursivo particular. Essa questão parece estar relacionada com a dificuldade no estabelecimento de limites entre os níveis intertópico e intratópico do processo de Organização Tópica, conforme chamamos a atenção adiante, na discussão dos exemplos em (35a) e (35b).

Figura 6: Hierarquia tópica em dois QTs

A discussão da análise da Organização Tópica do editorial em (24) exige-nos, ainda, o esclarecimento de uma questão que pode ser bastante interessante para a distinção dos diferentes tópicos discursivos instaurados em um texto. Conforme buscamos esclarecer, no editorial ora analisado, o tópico discursivo 1 concentra a interação nos aspectos que favorecem o setor das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial, como indicam os trechos *Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise* (linhas 1-2), *Em 2015, as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica* (linhas 3-4) e *enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%* (linhas 6-7). O tópico discursivo 3.2, por sua vez, aborda as boas perspectivas no setor de energia eólica no cenário brasileiro em decorrência da crise econômica que se abateu sobre o Brasil, como mostra o enunciado *Em termos relativos, contudo, essa situação anômala [consequências da crise econômica brasileira no setor de energias] abre perspectivas mais promissoras para energia eólica* (linhas 27-28). Desse modo, podemos dizer que os tópicos discursivos 1 e 3.2, identificados nos SegTs mínimos 1 e 4 do editorial em questão, podem, de fato, ser considerados dois tópicos discursivos distintos porque cada um apresenta uma concentração particular, de modo que o tópico 1 trata das questões que favorecem o campo das fontes alternativas de energia nos cenários brasileiro e mundial e o tópico 3.2 apresenta um

conjunto específico de referentes concernentes às boas perspectivas no setor de energia eólica no contexto brasileiro em razão da crise econômica instalada no Brasil.

Voltando a tratar especificamente da instauração de QTs nos editoriais analisados em nosso estudo, ressaltamos que, apesar de a formação de um QT poder ocorrer em qualquer ponto da hierarquização tópica, possibilitando que qualquer um dos tópicos de determinado nível da hierarquia se desdobre em tópicos ainda mais particulares, em nossos dados não identificamos nenhuma ocorrência de desdobramento do primeiro SbT do tópico central. Ou seja, a formação do segundo QT do editorial ocorre sempre pela particularização do segundo ou do terceiro SbT do tópico central. A esse respeito, apuramos que, em dois editoriais, é o segundo SbT do tópico central que se desdobra em tópicos ainda mais específicos e, em um editorial, é o terceiro SbT do tópico mais abrangente que se desenvolve em tópicos mais particularizadores.

A não ocorrência de desdobramento do primeiro tópico discursivo dos editoriais investigados em tópicos mais específicos poderia ser explicada pelo aparente caráter introdutório, contextualizador desse tópico discursivo em relação aos demais tópicos dos editoriais. Nossas análises sugerem que o primeiro tópico dos editoriais é, em geral, mais dedicado a apresentar, informar fatos, contextualizando a discussão a ser desenvolvida no restante do editorial. Assim, esse possível caráter mais introdutório do primeiro tópico discursivo faria com que esse tópico não chegasse a discutir com mais detalhes uma questão, o que justificaria a ausência de desdobramento do primeiro tópico dos editoriais em tópicos discursivos mais específicos. Esse aspecto supostamente introdutório do primeiro tópico discursivo dos editoriais poderia corroborar a hipótese que lançamos anteriormente a respeito de possíveis diferentes funções textual-interativas dos tópicos discursivos de um determinado texto, uma vez que, como um tópico introdutório, que apresenta, contextualiza fatos, esse tópico poderia ser compreendido como mais voltado para o conteúdo do editorial, se comparado ao último tópico dos editoriais. Nesse contexto, na gradiência das funções textual-interativas dos fenômenos linguísticos proposta pela GTI, o primeiro tópico discursivo dos editoriais tenderia a apresentar uma função mais informacional ao focalizar a contextualização de fatos discutidos no editorial.

Em resumo, nesta seção, delineamos uma discussão a respeito da quantidade de QTs e níveis de hierarquização tópica por editorial investigado. Nossas análises revelam que o desdobramento do tópico central dos editoriais em tópicos mais específicos tende a formar um ou dois QTs, que se organizam, portanto, em dois ou três níveis hierárquicos (na grande

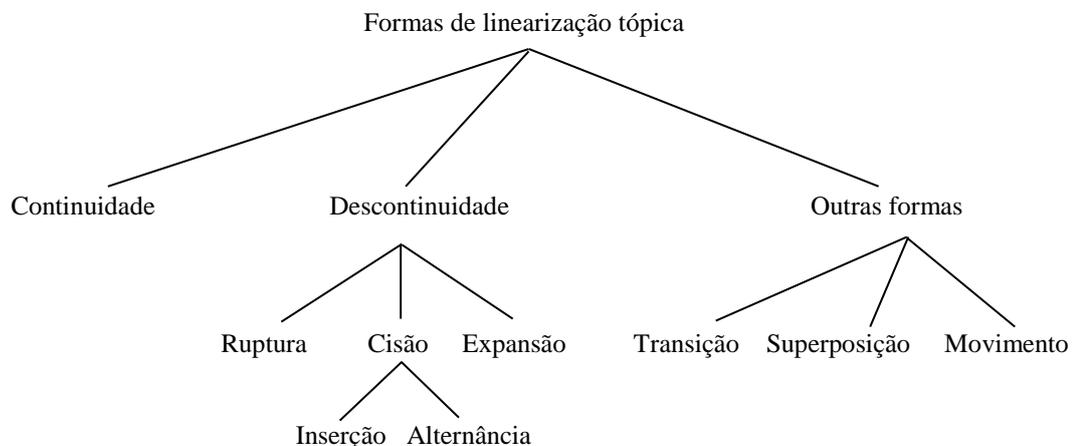
maioria dos casos, os editoriais apresentam apenas um QT, pressupondo, pois, a instauração de dois níveis hierárquicos). Apuramos também que, nos casos de formação de dois QTs, o desdobramento que origina esse segundo QT ocorre sempre no segundo ou no terceiro subtópico do tópico central, o que poderia ser explicado pelo aspecto mais introdutório do primeiro subtópico do tópico central, que o impossibilitaria de discutir uma questão com um pouco mais de detalhes, não originando, portanto, tópicos subordinados a ele.

2.3.1.3. Modos de linearização tópica

Uma vez constatada a existência de complexidade intertópica nos editoriais analisados, nosso estudo também incluiu a análise da organização intertópica linear, ou seja, a análise do encadeamento de SegTs mínimos na linearidade textual, a fim de observar como o gênero ora investigado pode se caracterizar em termos do uso de formas de linearização. Mais especificamente, o objetivo é verificar quais formas de linearização ocorrem no gênero, identificando as formas predominantes.

Conforme apresentamos na seção 1.3.2.2, a tipologia de linearização tópica distinguida por Jubran (2015b) envolve as seguintes formas de linearização: (i) continuidade, (ii) descontinuidade e (iii) outros processos de linearização. Na sequência, ilustramos novamente a figura 2 a fim de retomar com maior clareza a tipologia de formas de linearização tópica distinguida por Jubran (2015b):

Figura 2: Tipologia de formas de linearização tópica proposta por Jubran (2015b)



Dentre essas formas de linearização tópica, identificamos que os editoriais apresentam três formas: continuidade tópica, descontinuidade por inserção tópica e movimento de tópico. A tabela 3, a seguir, mostra os resultados obtidos no levantamento das formas de linearização identificadas nos editoriais:

Tabela 3: Formas de linearização tópica em editoriais paulistas atuais

Formas de linearização tópica	Percentuais de ocorrências
Continuidade tópica	94,34% (50/53 casos)
Descontinuidade por inserção tópica	1,89% (1/53 casos)
Movimento de tópico	3,77% (2/53 casos) ¹⁵

Fonte: Elaborada pela autora

A primeira coluna da tabela mostra as formas de linearização encontradas em nossos dados e a segunda coluna o percentual de ocorrências de cada uma dessas formas. Como se pode observar, na quase totalidade dos casos, os editoriais apresentam continuidade tópica (94,34% dos casos). Além dessa forma predominante de linearização tópica, identificamos um caso de descontinuidade por inserção tópica e dois casos de movimento de tópico (1,89% e 3,77% das ocorrências, respectivamente).

A pouca diversidade nas formas de linearização tópica nos editoriais estudados indica, mais uma vez, a regularidade que constitui o processo de organização intertópica no gênero em questão. Conforme destacamos nas duas seções anteriores, no que diz respeito à quantidade de tópicos discursivos e de QTs, os editoriais manifestam uma expressiva uniformidade de funcionamento. No mesmo sentido, a análise das formas de linearização tópica predominantes nos editoriais reforça a sistematicidade que rege a constituição do processo de organização intertópica nos editoriais.

Para proceder à discussão dos dados apresentados tabela 3, ilustraremos um caso de cada forma de linearização tópica identificada em nossos dados. Começamos, então, com um exemplo de continuidade tópica:

¹⁵ O total de 53 casos considerado na tabela 3 diz respeito ao total de casos de transições entre SegTs mínimos, levando em conta os SegTs mínimos de todos os editoriais de nosso *corpus*, inclusive as transições que, a nosso ver, envolvem duas formas de linearização.

(25) Tópico central: *O desfecho do impeachment da presidenta Dilma*

[Tópico Discursivo 1: SegT mínimo 1 – *Condenação certa de Dilma no processo de impeachment*]

Oito meses depois do início do processo, começa hoje no Senado o julgamento final do impeachment da presidente Dilma Rousseff. De acordo com o cronograma estabelecido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski – que preside também o juízo desde a fase da pronúncia –, tudo será decidido até o dia 31. Os votos de pelo menos 54 dos 81 senadores decretarão a perda definitiva do mandato de Dilma e a suspensão de seus direitos políticos por 8 anos. Se o impeachment não atingir o quórum qualificado, o processo será arquivado e Dilma Rousseff reassumirá imediatamente a Presidência da República. De acordo com todos os prognósticos, inclusive de quem se opõe ao impeachment, a condenação de Dilma Rousseff é líquida e certa. De pouco adiantará, para efeitos práticos, que à acusada seja permitido apresentar suas razões, agora pessoalmente, em atendimento ao princípio constitucional de ampla defesa.

Aproxima-se de seu desfecho, assim, o conturbado processo que, ao permanecer rigorosamente dentro dos parâmetros legais e do rito estabelecido pelo Poder Judiciário para a adoção da medida extrema da cassação de um mandato eletivo, reafirma a solidez das instituições democráticas brasileiras e abre perspectiva para a criação de um novo consenso para a reconstrução nacional.

[Tópico Discursivo 2: SegT mínimo 2 – *Depoimentos das testemunhas a favor e contra o impeachment*]

Hoje serão ouvidas as testemunhas a favor e contra o impeachment, logo depois que for superada a previsível tentativa dos defensores de afastar de procrastinar ao máximo os trabalhos com a repetição das mesmas questões de ordem que têm levantado em vão desde a primeira fase do processo. É compreensível: trata-se de uma rara oportunidade para parlamentares ávidos por promoção pessoal se exibirem diante das câmeras de televisão em rede nacional. Oportunidade de que se aproveitarão, também, os defensores do impeachment. Todos, a favor e contra, serão vistos e ouvidos por uma massa de eleitores que a esta altura estão fartos de retórica e ansiosos pelo encerramento desse lamentável episódio da história da República.

Na próxima segunda-feira, Dilma Rousseff comparecerá ao plenário para defender-se. Quando decidiu que iria pessoalmente à sessão, Dilma imaginava que poderia impor a condição de não ter de responder a questionamentos. Essa possibilidade, que só poderia ser cogitada por uma mente autoritária, foi obviamente negada. Assim, ela terá de se haver com perguntas sobre como e por que se dispôs a convalidar com sua presença um julgamento que insiste em definir como “golpe”. Ou por que se compromete a, se for reconduzida à Presidência, convocar um plebiscito para definir a realização de eleições presidenciais antecipadas, o que implicaria sua renúncia e a consequente confissão de fracasso na missão que lhe foi atribuída por 54 milhões de brasileiros [...].¹⁶ (O julgamento, *O Estado de S. Paulo*, 25 ago. 2016).

O editorial do qual extraímos o exemplo em (25) tem como tópico central *O desfecho do impeachment da presidenta Dilma*. No SegT mínimo 1, o tópico discursivo sobre o qual se concentra a interação pode ser nomeado como *Condenação certa de Dilma no processo de impeachment*. Observe-se que há elementos textuais concernentes entre si que indicam o tópico desse SegT, como sugerem os enunciados *os votos de pelo menos 54 dos 81 senadores decretarão a perda definitiva do mandato de Dilma* (linhas 4-5) e *a condenação de Dilma*

¹⁶ Na exemplificação das formas de linearização tópica, a presença de reticências dentro do sinal de colchetes indica que um ou mais SegTs dos editoriais originais foram suprimidos para que pudéssemos discutir cada uma das formas de linearização apenas com os SegTs envolvidos no sequenciamento. Por exemplo, na discussão da continuidade tópica, suprimimos o terceiro SegT do editorial do qual o exemplo em (25) foi retirado porque a disposição dos SegTs 1 e 2 na linearidade textual do editorial em questão já é suficiente para ilustrar o processo de continuidade tópica.

Rousseff é líquida e certa (linha 8). Esses trechos, como também os demais destacados no interior do SegT, são relevantes entre si no ponto do texto em que são inseridos, instaurando o alvo do processo textual-interativo no segmento nas linhas 1-14: a ideia de que Dilma, certamente, seria condenada no julgamento do *impeachment*.

Com a finalização dos enunciados a respeito da condenação certa de Dilma, no SegT mínimo 2, iniciam-se as referências acerca dos *Depoimentos das testemunhas a favor e contra o impeachment*, como se vê, por exemplo, nos enunciados *serão ouvidas as testemunhas a favor e contra o impeachment* (linha 15), *todos, a favor e contra, serão vistos e ouvidos* (linha 20) e *Dilma Rousseff comparecerá ao plenário para defender-se* (linha 23).

Na linearidade textual, os SegTs mínimos 1 e 2 estão dispostos de maneira contínua, haja vista que há finalização da centração sobre a condenação certa de Dilma no processo de *impeachment* (tópico discursivo instaurado no SegT 1) para o início da porção textual que focaliza especificamente os depoimentos das testemunhas a favor e contra o *impeachment* (tópico sobre o qual se concentra a interação no SegT 2). Nesse sentido, é o esgotamento dos enunciados em torno da condenação certa de Dilma, tópico abordado no SegT 1, para a posterior introdução do grupo de enunciados sobre os depoimentos das testemunhas a favor e contra o *impeachment*, tópico tratado no SegT 2, que nos permite defender que ocorre continuidade tópica na disposição linear dos SegTs 1 e 2 no exemplo em (25).

Apesar de termos averiguado a ocorrência de continuidade tópica na quase totalidade dos nossos dados, conforme ilustramos na tabela 3, identificamos também mais dois processos de linearização diferentes da continuidade. Na sequência, ilustramos e discutimos um desses dois processos, a saber, a descontinuidade por inserção tópica:

(26) Tópico central: *Projeto de lei que altera o Código Penal Militar*

[Tópico Discursivo 1: SegT mínimo 1 – *Projeto de má qualidade*]

O projeto, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), altera o Código Penal Militar, introduzindo um parágrafo segundo o qual crimes dolorosos cometidos por militares contra civis serão da competência da Justiça Militar da União se forem praticados no contexto “do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo presidente da República ou o ministro de Estado da Defesa” e “de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou atribuição subsidiária”. 1
2
3
4
5

A menção ao presidente, diz a justificativa do projeto, visou a “ampliar a guarda a ser conferida aos militares que estejam sendo empregados em atividades excepcionais”, pois não seria incomum, prossegue o texto, que o chefe de governo determine “o emprego das Forças Armadas em missões atípicas”. A margem para a arbitrariedade que esse trecho da lei proporciona é gritante, ao deixar à imaginação quais situações permitirão que os militares acusados de crimes dolorosos contra civis sejam julgados por seus pares, e não pela sociedade. 6
7
8
9
10
11

A menção à manutenção da lei e da ordem é igualmente grave, posto que tem sido recorrente o uso das Forças Armadas como órgão de segurança pública, conforme lembra o próprio projeto de lei, a título de argumentação a favor do texto: “Dessa forma, estando cada vez mais recorrente 12
13
14

a atuação do militar em tais operações, nas quais, inclusive, ele se encontra mais exposto à prática da conduta delituosa em questão, nada mais correto do que buscar-se deixar de forma clarividente o seu amparo no projeto de lei”. Errado: nada pior do que tentar corrigir um erro com outro.

[Tópico Discursivo 2: SegT mínimo 2 – *Exemplo negativo de atuação militar em operação policial para a qual não foi treinada*]

Como exemplo dessa atuação, o texto faz referência às ocupações militares em alguns morros no Rio de Janeiro. O que o texto não diz é que a convocação da tropa foi tida como necessária justamente porque fracassou a chamada “pacificação” desses morros por parte do governo estadual. Ou seja, os militares foram chamados para fazer o trabalho que deveria caber apenas à polícia e para o qual eles não foram treinados – afinal, soldados devem atuar em ambientes nos quais não se dá voz de prisão ao inimigo. O resultado é que a ocupação militar não apenas não deu nenhum resultado prático, como indispôs os moradores com os soldados e ainda os submeteu a servidões para as quais não estão preparados e não aceitam. Haja vista a alegada necessidade de uma alteração legal que, de fato, apenas consagrará um privilégio indevido.

[Tópico Discursivo 1: SegT mínimo 1 – *Projeto de má qualidade*]

O autor do projeto reconhece que se trata de um “improviso na lei penal”, mas diz que é necessário para dar segurança jurídica aos militares que trabalham em policiamento ostensivo. Ou seja, em vez de combater o sucateamento da polícia, criam-se mecanismos provisórios para conviver com seus efeitos nefastos [...]. (Os militares e a segurança pública, *O Estado de São Paulo*, 1 ago. 2016).

O editorial em que se encontra o exemplo em (26) tem como central o tópico nomeado como *Projeto de lei que altera o código penal militar*. No trecho aqui transcrito, o SegT mínimo 1 começa a ser desenvolvido centrando-se no tópico *Projeto de má qualidade*, como indicam os enunciados *o projeto altera o Código Penal Militar* (linha 1), *a margem para a arbitrariedade que esse trecho da lei proporciona é gritante* (linha 10) e *nada pior do que tentar corrigir um erro com outro* (linha 18).

Antes do esgotamento total dos enunciados sobre o projeto de má qualidade, o editorial introduz na linearidade textual o SegT mínimo 2, centrando-se especificamente no tópico *Exemplo negativo de atuação militar em operação policial para a qual não foi treinada*. Nesse ponto do texto, há uma proeminência dos enunciados *os militares foram chamados para fazer o trabalho que deveria caber apenas à polícia e para o qual eles não foram treinados* (linhas 22-23), *servidões para as quais não estão preparados e não aceitam* (linhas 25-26), assim como dos demais enunciados sublinhados no interior do SegT em questão, que converge para que esses elementos textuais constituam um conjunto de referentes tido como alvo do processo textual-iterativo. Encerrada a centração acerca do exemplo de atuação militar em operação para a qual não foi treinada, tópico abordado no SegT 2 do trecho ora exemplificado, voltam a aparecer no texto referentes a respeito do tópico *Projeto de má qualidade* (SegT 1). Assim, há a introdução, por exemplo, dos enunciados *se trata de um “improviso na lei penal”* (linha 28) e *criam-se mecanismos provisórios para*

conviver com seus efeitos nefastos (linhas 30-31). Nesse ponto do texto, o tópico discursivo 1 é, então, finalizado.

Seguindo essa análise, na linearidade textual, o SegT 1 é disposto de forma descontínua, uma vez que o SegT 2 é inserido no texto antes do esgotamento do tópico materializado no SegT 1. Observe que o SegT 1 do trecho exemplificado em (26) é dividido em duas partes não contíguas (linhas 1 a 18 e 28 a 31). Entre essas duas partes, há um conjunto de enunciados que adquire estatuto tópico por apresentar centração específica em determinado ponto do texto, formando, então, o SegT mínimo 2. É essa divisão do SegT em duas partes não adjacentes na linearidade textual, provocada pela inserção do SegT 2 no interior do SegT 1, que provoca, na disposição linear do SegT 1, o processo reconhecido por Jubran (2015b) como inserção tópica.

Por fim, exemplificamos um dos casos de movimento de tópico identificados em nossos dados:

(27) Tópico central: *A incompetência do prefeito Haddad para administrar São Paulo*

[Tópico Discursivo 1: *Falta de planejamento do prefeito Haddad*]

[Tópico Discursivo 1.1: SegT mínimo 1: *Falta de planejamento nas regras do táxi preto*]

Surpreende a falta de planejamento do prefeito Fernando Haddad. Periodicamente, ele 1
lança novas regras, muitas vezes em sentido oposto ao que ele próprio havia determinado anteriormente, 2
gerando insegurança jurídica, bagunçando a vida das pessoas e desestimulando investimentos. 3

Basta ver que, em dezembro do ano passado, por exemplo, a gestão Haddad promoveu 4
um sorteio de 5 mil alvarás do chamado “táxi preto”, cuja finalidade era oferecer um serviço de alto 5
padrão, com carros melhores. Muita gente se interessou, com mais de 27 mil inscrições para o sorteio, 6
Agora, menos de um ano depois, as regras são alteradas e quem investiu suas reservas para ingressar na 7
categoria dos táxis pretos – cujas tarifas originalmente podiam ser até 25% mais caras que as do táxi 8
comum – tem de se contentar em cobrar o preço mais baixo. 9

[Tópico Discursivo 1.2: SegT mínimo 2: *Falta de planejamento de regras para 10
circulação de táxis nas faixas de ônibus*]

Outro exemplo de arbitrariedade da Prefeitura ocorreu com as regras para circulação de 10
táxi nas faixas exclusivas de ônibus. Num determinado momento, a gestão Haddad proibiu a utilização 11
dessas faixas pelos táxis, sob o argumento de que eles atrapalhavam a circulação dos ônibus. Na ocasião, 12
não apresentou qualquer estudo para justificar a medida – ia ser assim e acabou. Passaram-se alguns 13
meses e a Prefeitura regulamentou o serviço de transporte individual por aplicativo. Diante da oposição 14
dos taxistas a essa medida municipal, a Prefeitura ofereceu-lhes uma espécie de presente de consolação, 15
liberando novamente o uso das faixas de ônibus pelos táxis. (Haddad, o tormento, *O Estado de S. Paulo*, 16
25 ago. 2016).

O tópico central do editorial em (27) gira em torno da ideia *A incompetência do prefeito Haddad para administrar São Paulo*. No trecho aqui ilustrado, a centração específica dá-se a respeito da *Falta de planejamento do prefeito Haddad*, tópico discursivo mais amplo

do trecho recortado no exemplo ora analisado. Nesse cenário, são abordados dois exemplos da falta de planejamento de Haddad para administrar a capital paulistana, a falta de planejamento para organizar as regras dos chamados “táxis pretos” e a falta de planejamento para orientar a circulação de táxis nas faixas de ônibus, os quais se materializam, respectivamente, no SegT 1 e no SegT 2 do exemplo em (27).

Desse modo, no SegT mínimo 1, o tópico pode ser nomeado como *Falta de planejamento nas regras do táxi preto*. Nesse segmento textual, o alvo da interação dá-se, então, pela integração e relevância de elementos textuais como *a gestão Haddad promoveu um sorteio de 5 mil alvarás do chamado “táxi preto”* (linhas 4-5) e *agora, menos de um ano depois, as regras são alteradas* (linha 7). No SegT mínimo 2, a ideia central gira em torno da *Falta de planejamento de regras para circulação de táxis nas faixas de ônibus*, como indicam, por exemplo, os enunciados *arbitrariedade da Prefeitura ocorreu com as regras para circulação de táxi nas faixas exclusivas de ônibus* (linhas 10-11), *a gestão Haddad proibiu a utilização dessas faixas pelos táxis* (linhas 11-12) e *não apresentou qualquer estudo para justificar a medida* (linha 13). Percebe-se que a relação de interdependência entre os enunciados a respeito da falta de planejamento de Haddad para a circulação de táxi em corredores de ônibus ocorre ao longo de todo o SegT mínimo 2, salientando, então, o foco do processo textual-interativo nesse ponto do texto.

Como sublinhamos, os tópicos discursivos 1 e 2 desenvolvem, cada um, um exemplo que procura ilustrar a falta de planejamento de Fernando Haddad para administrar a cidade de São Paulo. De acordo, então, com essa análise, a disposição dos SegTs 1 e 2 na linearidade textual envolve o processo que Jubran (2015b) identifica como movimento de tópico. Observe-se, inclusive, que a exemplificação de dois pontos da falta de planejamento de Haddad na administração da capital paulista é marcada no texto por meio dos sintagmas *por exemplo*, na linha 4 do SegT 1, e *outro exemplo*, na linha 10 do SegT 2. Assim, no exemplo em questão, o “deslizamento” de um aspecto para outro do mesmo tópico, que, segundo Jubran (2015b), caracteriza o movimento de tópico, é indicado linguisticamente.

Conforme discutimos no capítulo I, de fundamentação teórica, Penhavel e Garcia (2017) argumentam a favor da possibilidade de ocorrência simultânea de duas formas de linearização tópica. Em um dos casos discutidos pelos autores, a simultaneidade envolve o processo de expansão tópica e o processo de continuidade tópica e, em outro caso, a simultaneidade compreende a expansão e a inserção tópica. Com base nessa constatação dos

autores, acreditamos que, além do processo de movimento de tópico, em (27) ocorre também continuidade tópica.

Veja-se que no SegT 1 o tópico discursivo se centra na falta de planejamento de Haddad para organizar as regras do chamado táxi preto. Após o esgotamento desse tópico, inicia-se o SegT 2, cujo tópico se volta para a falta de planejamento do então prefeito Haddad para regularizar a circulação de táxis nas faixas exclusivas de ônibus. Desse modo, a disposição dos SegTs 1 e 2 na linearidade textual envolve continuidade tópica, dado que o SegT 2 só é iniciado após o encerramento do seu tópico imediatamente anterior.

Considerando, então, que os tópicos discursivos concretizados nos SegTs 1 e 2 abordam, cada um, um exemplo da falta de planejamento de Haddad na administração da capital paulista e que o SegT 2 só é introduzido na linearidade textual após o esgotamento do conjunto de referentes relativos ao seu tópico imediatamente anterior, podemos concluir que, na disposição linear dos SegTs 1 e 2, ocorre, simultaneamente, movimento de tópico e continuidade tópica. Ou seja, o deslizamento de um para outro aspecto do mesmo tópico pode envolver, simultaneamente, dois diferentes processos de linearização: movimento de tópico, conforme postula Jubran (2015b), e continuidade tópica, conforme concluímos a partir de nossos dados. Essa constatação feita em nossas análises parece bastante relevante na medida em que, além de caracterizar o gênero editorial, mostrando as formas de linearização típicas desse gênero, ainda reforça a proposta de Penhavel e Garcia (2017) a respeito da possibilidade de ocorrência simultânea de duas formas de linearização tópica.

Em síntese, assim como destacamos na discussão da quantidade de tópicos discursivos e de QTs por editorial, nossas análises a respeito das formas de linearização tópica nos editoriais de jornais paulistas atuais revelam que o gênero em estudo se caracteriza pela alta regularidade na sua organização intertópica, dado que há pouca diversidade de formas de sequenciamento tópico. Conforme demonstramos, os editoriais investigados apresentam apenas três formas de linearização: continuidade, descontinuidade por inserção tópica e movimento de tópico, com predomínio quase absoluto da continuidade tópica.

2.3.2. A organização intratópica em editoriais paulistas atuais

Nesta seção, apresentamos os resultados referentes ao segundo objetivo de nossa pesquisa, que consiste em analisar se o processo de organização intratópica em editoriais de

jornais paulistas atuais consiste em um processo sistemático, passível de ser descrito como tendo uma regra geral de estruturação.

Conforme apuramos em nossas análises, os editoriais de jornais paulistas do século XXI comportam um padrão de estruturação interna de SegTs mínimos. Segundo a análise realizada com o total de 75 SegTs mínimos que compõem o nosso *corpus*, identificamos que 100% desses SegTs se organizam mediante a combinação de duas unidades de estruturação intratópica.¹⁷ Assim, propomos que a combinação dessas unidades se constitui como uma regra geral de estruturação interna de SegTs mínimos em editoriais de jornais paulistas atuais.

Com base em Penhavel (2010), chamamos essas unidades de *posição* e *suporte*, já que, semelhantemente ao que ocorre no gênero relato de opinião, a unidade de posição, nos editoriais, expressa a ideia central do tópico de maneira direta, ou seja, a unidade de posição estabelece o tópico do SegT mínimo, construindo referências centrais em relação a esse tópico, ao passo que a unidade de suporte desenvolve uma ideia subsidiária relativamente ao tópico central do SegT. Desse modo, de forma similar ao que se verifica no gênero relato de opinião, a organização interna de SegTs mínimos em editoriais paulistas atuais pode ser generalizada do seguinte modo:

no gênero editorial, no interior do SegT mínimo, há agrupamentos de enunciados que constroem referências centrais e agrupamentos de enunciados que constroem referências subsidiárias em relação ao tópico discursivo que perpassa todo o SegT (bem como conjuntos de enunciados que desenvolvem referências centrais e subsidiárias em relação a partes específicas desse SegT), havendo uma variação na ordenação desses grupos de enunciados centrais e subsidiários.

Em outros termos, podemos dizer que a regra geral de estruturação interna de SegTs mínimos em editoriais de jornais paulistas do século XXI envolve a combinação potencialmente recursiva das unidades de posição e suporte.

Nesta seção, discutimos os exemplos com o intento de demonstrar a generalização acerca da estruturação interna de SegTs mínimos em editoriais paulistas atuais. No exemplo

¹⁷ Como discutimos a seguir, encontramos em nossos dados casos de SegTs mínimos que não apresentam explicitamente uma das unidades de organização intratópica identificadas em nosso *corpus*. São casos em que uma dessas unidades – a posição – manifesta-se implicitamente. Mesmo assim, consideramos que esses SegTs também estão organizados segundo a combinação posição-suporte.

seguinte, apresentamos um SegT que ilustra as unidades de organização intratópica identificadas em nossas análises:

(28)	<u>Sobressaem, nesse quadro de penúria, debates sobre as poucas inovações que podem ser feitas a baixo custo</u> – a exemplo das ciclovias e da redução dos limites de velocidade para automóveis, marcas da gestão de Fernando Haddad.	1 2 3
	Em busca de um novo oposicionismo com vistas ao eleitorado de classe média – lógica que explica sua aliança com Andrea Matarazzo, antes também candidato pelo PSD – <u>Marta Suplicy (PMDB) fala em rever a política de ciclovias.</u>	4 5 6
	<u>João Doria Jr. (PSDB) promete elevar a velocidade permitida nas marginais. O tucano também cogita privatizar os corredores de ônibus e até a gestão das ciclovias.</u> (Debate incipiente, <i>Folha de S. Paulo</i> , 1 ago. 2016). ¹⁸	7 8 9

O editorial do qual extraímos o exemplo em (28) destaca o início dos debates pela prefeitura de São Paulo nas eleições municipais de 2016. Nesse contexto, com base na propriedade da *centração*, pode-se dizer que o tópico ilustrado em (28) se centra na ideia *Destaque dos debates sobre inovações a baixo custo*. Note-se que há elementos textuais concernentes a essa ideia, como sugere, por exemplo, o trecho *debates sobre as poucas inovações que podem ser feitas a baixo custo* (linhas 1-2). Além disso, no contexto de um editorial que focaliza o início dos primeiros debates pela prefeitura paulistana, a porção textual ilustrada em (28) comporta relevância tópica por destacar um dos tipos de debates que se sobressaíram no início da campanha eleitoral – o debate sobre as possíveis inovações a baixo custo.

Como realçam os trechos sublinhados no exemplo, as linhas 1-3 apresentam o tópico do SegT, ou seja, expressam diretamente a ideia nuclear do SegT, enquanto o conjunto de enunciados nas linhas 4-9 trata de um aspecto subsidiário em relação a tal ideia, abordando, especificamente, as promessas de alguns dos candidatos sobre inovações que podem ser feitas a baixo custo, como evidenciam os enunciados *Marta Suplicy (PMDB) fala em rever a política de ciclovias* (linha 6), *João Doria Jr. (PSDB) promete elevar a velocidade permitida nas marginais* (linha 7) e *O tucano também cogita privatizar os corredores de ônibus e até a gestão das ciclovias* (linhas 7-8). Por isso, chamamos os enunciados nas linhas 1-3 de posição e os enunciados nas linhas 4-9, de suporte.

Note-se que o grau de concernência dentro de cada um dos grupos de enunciados distinguidos é maior do que o grau de concernência geral do SegT mínimo como um todo. Nas linhas 1-3, a concernência dá-se diretamente em torno do próprio tópico do SegT. Já nas

¹⁸ Nesta seção, na transcrição de todos os exemplos, distinguimos a unidade de posição da unidade de suporte com adentramento à direita desta última.

linhas 4-9, os enunciados se concentram especificamente na ideia *Promessas de alguns candidatos sobre inovações a baixo custo*.¹⁹ Essa possibilidade de reconhecimento de pontos de concernência particulares dentro do SegT mínimo seria, então, decisiva para a distinção de diferentes partes dentro do SegT, tendo em vista que a concernência é um dos traços definidores da propriedade da centração tópica.

Na mesma direção, parece haver uma relação de subordinação temática entre as duas unidades identificadas no exemplo em (28). A unidade analisada como suporte, nas linhas 4-9, seria uma especificação temática da unidade de posição, nas linhas 1-3, pois, enquanto a posição ressalta que os debates sobre inovações a baixo custo vêm ganhando destaque, o suporte, por sua vez, enfatiza como *alguns dos candidatos* vêm propondo inovações a baixo custo para a cidade de São Paulo. Sendo assim, no exemplo ora discutido, a unidade de suporte particulariza um aspecto específico da ideia central do tópico apresentada na posição, o que faz com que o suporte seja subsidiário, em termos de organização intratópica, à posição. Isso significa dizer que as unidades que estamos chamando de posição e suporte têm relevâncias diferentes dentro do SegT mínimo, sendo a posição mais relevante que o suporte, o que é determinante para a distinção dessas partes como duas unidades diferentes dentro do SegT mínimo – duas unidades de natureza tópica, já que a relevância é, como explicado acima, um dos traços constituintes da propriedade da centração tópica.

O SegT seguinte mostra mais um caso em que identificamos as unidades de organização intratópica de posição e suporte:

(29)	<u>A soma dos gastos normalmente contabilizados com a folha com aqueles que continuam ocultos nas demonstrações financeiras certamente mostraria uma situação muito mais dramática do que aquela que aparece nos relatórios convencionais.</u>	1 2 3
	<u>A secretária da Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão Costa – que busca apresentar ao público demonstrações financeiras mais confiáveis –, estima que os gastos com o pessoal podem superar 80% da receita líquida. Sobra muito pouco para outras atividades.</u>	4 5 6 7
	<u>Excessos de contratações e de generosidade na concessão de aumentos e benefícios armaram uma bomba-relógio nas contas dos Estados. Mas, por causa das falhas de registro dessas despesas, não há certeza sobre o potencial destrutivo do artefato.</u> (Pior do que parece, <i>O Estado de S. Paulo</i> , 1 ago. 2016)	8 9 10 11

¹⁹ Mesmo assim, é possível dizer que os dois conjuntos de enunciados pertencem a um mesmo SegT porque compartilham, entre si, referentes concernentes ao tópico *Destaque dos debates sobre inovações a baixo custo*. Em outros termos, os dois grupos de enunciados distinguidos em (28) compartilham referentes concernentes entre si que os integram a um tópico comum.

Segundo nossa análise, o tópico do SegT em (29) pode ser nomeado como *Possibilidade de existência de uma situação mais dramática do que se imagina nas contas dos Estados*. Note-se que o primeiro conjunto de enunciados destacados no exemplo, linhas 1-3, estabelece esse tópico de forma direta, o que nos motivou, portanto, a classificar esse trecho como a unidade de posição do segmento.

Os dois grupos de enunciados na sequência podem ser identificados como duas unidades de suporte, tratando, cada um, de aspectos secundários relativamente à ideia central do tópico. Nas linhas 4-7, a preocupação específica gira em torno da *Estimativa da secretária da Fazenda de Goiás sobre os excessivos gastos com pessoal*, como indicam as passagens *A secretária da Fazenda de Goiás* (linha 4) e *os gastos com pessoal podem superar 80% da receita líquida* (linha 6). No conjunto de enunciados nas linhas 8-11, a preocupação verifica-se, particularmente, em relação à *Incerteza acerca dos efeitos destrutivos dos gastos não contabilizados nas contas dos Estados*, conforme sugere o enunciado *não há certeza sobre o potencial destrutivo do artefato* (linhas 10-11). Observe-se que os dois segmentos distinguidos como suportes podem ser interpretados como manifestando um mesmo grau de relevância entre si dentro do SegT, estando ambos igualmente subordinados ao que consta na posição, em termos de abrangência temática.

Como destacamos no capítulo de fundamentação teórica, de acordo com Penhavel (2010), as unidades de organização intratópica identificadas no interior de um SegT no gênero relato de opinião podem, recursivamente, estruturarem-se com base na mesma relação de estruturação intratópica do SegT. Assim, as unidades de posição e de suporte também podem se subdividir segundo a relação posição-suporte. A aplicação recursiva da relação das unidades de organização intratópica instaura o que o autor chama de *domínio de estruturação intratópica*. Conforme discutimos na seção 1.3.3, a noção de *domínio* abrange uma unidade textual na qual se mantêm as relações de construção tópica de posição e de suporte, ou seja, um segmento formado por uma posição e seus respectivos suportes (no caso do gênero relato de opinião). Nesse sentido, o próprio SegT constitui-se como um domínio, uma vez que ele próprio é organizado internamente segundo a relação posição-suporte. A cada vez que tal relação se repete, instaura-se um novo domínio de estruturação intratópica. Em outros termos, a cada nova divisão de um segmento identificado como posição ou como suporte com base na referida relação, instaura-se um novo domínio.

Em nossos dados, apuramos a aplicação recursiva da relação posição-suporte. A tabela discriminada a seguir apresenta a quantidade de domínios por SegT mínimo instaurada no conjunto de SegTs analisado:

Tabela 4: Quantidade de domínios de estruturação intratópica por SegT mínimo

Quantidade de domínios	Percentuais de ocorrências
1	37,33% (28/75 casos)
2	36% (27/75 casos)
3	18,67% (14/75 casos)
4	4% (3/75 casos)
5	4% (3/75 casos)

Fonte: Elaborada pela autora

A tabela 4 indica que 37,33% dos SegTs analisados apresentam apenas um domínio de estruturação intratópica. Os dados também mostram que a recursividade da relação posição-suporte acontece com bastante frequência. Conforme a tabela, em 62,67% dos casos analisados identificamos mais de um domínio, considerando a somatória das ocorrências de SegTs que comportam dois, três, quatro ou cinco domínios.

Os exemplos em (28) e (29) acima servem de ilustração de SegTs mínimos com apenas um domínio. Já o exemplo em (30a-b) ilustra a relação recursiva das unidades de posição e suporte na organização interna do SegT nos editoriais paulistas atuais:

(30a)	<u>Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise. No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor.</u>	1 2
	Em 2015, <u>as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica.</u> É o equivalente a quase seis usinas como Belo Monte e acarretou um investimento de US\$ 329 bilhões.	3 4 5
	Nesse mesmo ano, enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, <u>a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%.</u> O dado se encontra no “Balanco Energético Nacional 2016”, recém-divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e recebeu destaque no caderno especial “Brasil que Dá Certo – Energia Renovável”, publicado na quinta-feira (28) por esta Folha .	6 7 8 9 10
	<u>O desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país.</u> Com isso, <u>sua contribuição</u> firmou-se à frente da fatia das usinas nucleares (1,3%) na produção nacional. (Novos ventos na energia, <i>Folha de S. Paulo</i> , 1 ago. 2016).	11 12 13

O SegT em (30a) trata de questões que parecem ser favoráveis ao campo das fontes alternativas de energia, por isso, nomeamos esse tópico como *Aspectos favoráveis ao campo das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial*. No interior desse SegT, identificamos a unidade de posição nos enunciados nas linhas 1-2 e três unidades de suporte nas linhas 3-5, 6-10 e 11-13.

Cada uma dessas unidades de suporte apresenta uma ideia subsidiária no interior do SegT relativamente à ideia central do segmento. No agrupamento nas linhas 3-5, conforme destacamos, os enunciados abordam a grande produção de energia eólica em 2015, como indica o trecho *as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica* (linhas 3-4). Assim, a ideia parece ser a de que a grande produção de energia eólica no referido ano pode ser um dos aspectos que favorecem o campo das fontes alternativas de energia. No grupo de enunciados nas linhas 6-10, o segmento *enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%* (linhas 6-7) evidencia que a concentração específica do trecho argumenta que a energia proveniente do vento avançou significativamente apesar da retração do PIB brasileiro, o que pode ser visto como uma evidência de que há questões favoráveis às fontes alternativas de energia. Finalmente, no conjunto de enunciados nas linhas 11-13, discute-se a respeito da contribuição da energia eólica no setor de energias brasileiro, como mostra o segmento *O desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país* (linhas 11-12), o que colabora para a sustentação da ideia acerca dos aspectos favoráveis às fontes alternativas de energia.

Observe-se que cada uma das três unidades identificadas como suportes são tematicamente subordinadas ao segmento identificado como posição. Como enfatizamos, a posição apresenta a ideia nuclear do SegT e os suportes desenvolvem, cada um de forma específica, aspectos subsidiários em relação ao tópico do SegT. Todos os três suportes ocupam o mesmo nível de subordinação temática relativamente à posição, sendo, pois, equipolentes entre si.

No SegT mínimo em questão, ainda é possível observar que uma das unidades de suporte se organiza internamente também com base na relação posição-suporte. Nesse sentido, o exemplo em (30a) poderia ser segmentado da seguinte forma:

(30b)	<u>Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise. No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor.</u>	1 2
	Em 2015, <u>as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica.</u> É o equivalente a quase seis usinas como Belo Monte e acarretou um investimento de US\$ 329 bilhões.	3 4 5
	Nesse mesmo ano, enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, <u>a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%.</u>	6 7
	<u>O dado se encontra no “Balanço Energético Nacional 2016”, recém-divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e recebeu destaque no caderno especial “Brasil que Dá Certo – Energia Renovável”, publicado na quinta-feira (28) por esta Folha.</u>	8 9 10 11
	<u>O desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país.</u> Com isso, <u>sua contribuição</u> firmou-se à frente da fatia das usinas nucleares (1,3%) na produção nacional. (Novos ventos na energia, <i>Folha de S. Paulo</i> , 1 ago. 2016).	12 13 14

Nesse exemplo, no trecho nas linhas 6-11, as referências giram em torno da ideia central *O impressionante avanço da energia eólica apesar da retração do PIB*, como sugere o enunciado destacado nas linhas 6-7. As linhas 8-11, por sua vez, oferecem uma informação acerca da ideia apresentada em 6-7, centrando-se, especificamente, nos referentes sobre as *Fontes do dado sobre o avanço da energia eólica*, como mostra o trecho *O dado se encontra no “Balanço Energético Nacional 2016”* (linha 8). Nesse contexto, no âmbito do SegT como um todo, o segmento nas linhas 6-11 adquire estatuto de suporte, ao passo que, no âmbito do trecho nas linhas 6-11, as linhas 6-7 constituem-se como uma posição, e as linhas 8-11, como suporte. De acordo com essa análise, em (30b), podemos observar dois domínios de estruturação intratópica: domínio 1 (linhas 1-14), formado por uma posição (linhas 1-2) e três suportes (linhas 3-5, 6-11 e 12-14); domínio 2 (linhas 6-11), constituído por uma posição (linhas 6-7) e um suporte (linhas 8-11).

Corroborando Penhavel (2010), cabe destacar aqui que a identificação de domínios no interior do SegT mínimo é determinante para a análise da organização interna do SegT, dado que é no âmbito de um domínio, não no âmbito do SegT propriamente, que unidades textuais assumem estatuto tópico de posição ou de suporte. Como mostramos, o trecho nas linhas 6-11, em (30b), tem estatuto de suporte dentro do primeiro domínio, mas, no âmbito do segundo domínio, o segmento nas linhas 6-7 adquire estatuto de posição e o trecho nas linhas 8-11, de suporte.

O exemplo seguinte também ilustra a recursividade da relação posição-suporte na organização interna de SegTs mínimos nos editoriais analisados:

(31)	Examinada pelos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), <u>a situação financeira da maioria dos Estados é muito ruim</u> . No ano passado, 17 deles, além do Distrito Federal, registraram <u>gastos com pessoal superiores aos limites de prudência estabelecidos pela legislação</u> .	1 2 3 4
	Mas, na prática, <u>em muitos Estados a situação pode ser ainda pior do que aparenta</u> , pois, por meio de interpretação criativa, despesas que devem ser lançadas como gastos com pessoal são contabilizados em outras rubricas. O resultado é que, se já parecia escasso, <u>o volume de recursos de que os governos estaduais podem dispor para aplicar na melhoria, modernização e expansão dos serviços públicos é menor do que se imaginava</u> . ²⁰	5 6 7 8 9 10
	Benefícios conhecidos dos servidores públicos, como auxílio-paletó (este utilizado sobretudo por parlamentares), auxílio-combustível, auxílio-moradia, precatórios relativos a alimentação, além de pensões e aposentadorias estão entre <u>os gastos não contabilizados como despesas com pessoal</u> . Também estão fora da lista os pagamentos a terceirizados e a prestadores de serviços contratados por meio de organização social.	11 12 13 14 15 16
	Para especialistas em finanças públicas, <u>não é simples caracterizar essas práticas como ilegais</u> .	17 18
	Algumas foram <u>aprovadas por Tribunais de Contas dos Estados (TCEs)</u> e outras, <u>reconhecidas pela Justiça como legítimas</u> .	19 20
	Assim, <u>as demonstrações contábeis e financeiras</u> que os governos estaduais precisam enviar regularmente para o Tesouro Nacional, para comprovar o cumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, <u>excluem diversas despesas dos gastos com pessoal</u> .	21 22 23 24 25
	<u>“O que temos nos Estados é a pior das contabilidades criativas”</u> , disse ao Estado o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas.	26 27
	Isso porque <u>práticas que distorcem as demonstrações são referendadas pelos TCEs ou pela justiça</u> – em alguns, o próprio Tesouro Nacional as autoriza. (Pior do que parece, <i>O Estado de S. Paulo</i> , 1 ago. 2016).	28 29 30

Em (31), o tópico pode ser nomeado como *Situação pior do que aparenta na contabilidade dos gastos dos Estados*, como sugerem os enunciados nas linhas 5-10. No âmbito de todo o SegT, ou seja, no primeiro domínio de organização intratópica (linhas 1-30), as linhas 1-10 têm estatuto de posição, ao passo que os agrupamentos nas linhas 11-16, 17-25 e 26-30 se constituem como três diferentes suportes. Cada um desses suportes centra-se especificamente nas ideias *Gastos não contabilizados como despesas com pessoal*, *Dificuldade em caracterizar gastos não contabilizados como ilegais* e *Péssima contabilidade criativa nos Estados*, respectivamente.

No exemplo em (31), podemos verificar ainda que outros quatro segmentos mais específicos também podem ser analisados internamente em segmentos centrais e subsidiários.

²⁰ Nos casos de divisão de uma unidade de posição em partes e subpartes, dando origem a um novo domínio, decidimos por marcar o suporte desse novo domínio sem espaçamento de uma linha em relação à sua respectiva posição.

No âmbito das linhas 1-10, as linhas 1-4 podem ser analisadas como suporte, veiculando especificamente a ideia *Situação financeira ruim da maioria dos Estados brasileiros*, e o trecho em 5-10, como posição, instaurando diretamente o tópico como *Situação pior do que aparente na contabilidade dos gastos dos Estados*. No contexto das linhas 17-25, o trecho em 17-18 centra-se especificamente na ideia *Dificuldade em caracterizar gastos não contabilizados como ilegais*, constituindo-se como uma posição, e as referências em 19-25 giram em torno da *Aprovação na Justiça dos gastos não contabilizados*, formando um suporte. Já no âmbito das linhas 26-30, o segmento em 26-27 centra-se na ideia *Péssima contabilidade criativa nos Estados* e constitui-se, pois, como uma posição, e o agrupamento em 28-30 desenvolve especificamente a ideia *Aprovação na Justiça de práticas que distorcem as demonstrações contábeis*, consistindo, assim, em um suporte. Por fim, há outro segmento que ainda pode ser segmentado em posição e suporte menores. No contexto das linhas 19-25, o trecho em 19-20 veicula diretamente a ideia *Aprovação na Justiça dos gastos não contabilizados*, adquirindo, então, estatuto de posição, enquanto o agrupamento de enunciados em 21-25 desenvolve uma consequência dessa ideia, centrando-se especificamente na *Exclusão dos gastos com pessoal das demonstrações contábeis* e constituindo-se, pois, como um suporte.

Segundo essa análise, no exemplo ora discutido, podem ser reconhecidos cinco domínios de estruturação intratópica:

- domínio 1 (linhas 1-30): uma posição (1-10) e três suportes (11-16, 17-25 e 26-30);
- domínio 2 (linhas 1-10): um suporte (1-4) e uma posição (5-10);
- domínio 3 (linhas 17-25): uma posição (17-18) e um suporte (19-25);
- domínio 4 (linhas 26-30): uma posição (26-27) e um suporte (28-30);
- domínio 5 (linhas 19-25): uma posição (19-20) e um suporte (21-25).

Cabe aqui justificar a classificação das linhas 1-4 como um suporte dentro do segmento que identificamos como segundo domínio de organização tópica do exemplo em questão, e não dentro do primeiro domínio (linhas 1-30). A nosso ver, o trecho nas linhas 1-4 opera como uma contextualização (semelhante à *preparação*, nos termos da Teoria de Estrutura Retórica, de Mann e Thompson (1988)) da unidade de posição distinguida nas linhas 5-10. Por isso, acreditamos que, no âmbito de todo o SegT, as linhas 1-4 fazem parte da

posição e, então, não podem ser analisadas como pertencentes ao mesmo nível de organização intratópica que as unidades discriminadas em 11-16, 17-25 e 26-30. Em outros termos, como um segmento de contextualização, parece-nos que o segmento em 1-4 é mais intrínseco, mais “preso” ao trecho nas linhas 5-10 do que os três grupos de enunciados nas linhas 11-16, 17-25 e 26-30.²¹ É nesse sentido, pois, que classificamos o trecho em 1-4 como um suporte dentro do segundo domínio de organização tópica do exemplo ora analisado (linhas 1-10), não dentro do SegT como um todo. A esse respeito, verificamos em nossas análises que, em 83,33% dos casos (10/12 ocorrências) de divisão interna de uma unidade de posição, formando um novo domínio, verifica-se uma divisão em que ocorre suporte antes de posição, funcionando o suporte como uma contextualização da posição, dentro desse novo domínio.

Como apuramos em nossas análises, as unidades de estruturação intratópica chamadas de posição e suporte podem combinar-se de diferentes formas no interior de cada domínio, como combinações do tipo posição-suporte, suporte-posição, suporte-posição-suporte. A seguir, a tabela 5 demonstra as distintas combinações entre essas unidades dentro de cada um dos domínios identificados em nosso estudo:

²¹ Em nosso estudo, não chegamos a definir critérios mais específicos para estabelecer diferenças entre a unidade de suporte do segmento identificado como segundo domínio e todos os suportes distinguidos no primeiro domínio do SegT em (31). Contudo, reconhecemos que a definição dessas diferenças pode ser uma questão interessante a ser tratada em investigações futuras.

Tabela 5: Combinações entre posição-suporte dentro dos domínios de organização intratópica

Combinações	Percentual de ocorrências
Posição-Suporte	42,39% (64/151 casos)
Suporte-Posição	21,19% (32/151 casos)
Posição-Suporte-Suporte	15,23% (23/151 casos)
Posição-Suporte-Suporte-Suporte	11,26% (17/151 casos)
Suporte-Suporte-Posição	3,97% (6/151 casos)
Posição-Suporte-Suporte-Suporte-Suporte	1,33% (2/151 casos)
Suporte-Posição-Suporte	1,33% (2/151 casos)
Suporte-Suporte-Suporte-Suporte ²²	0,66% (1/151 casos)
Suporte-Suporte-Suporte	0,66% (1/151 casos)
Suporte-Suporte	0,66% (1/151 casos)
Posição-Suporte-Suporte-Suporte-Suporte-Suporte	0,66% (1/151 casos)
Posição-Suporte-Suporte-Posição-Suporte	0,66% (1/151 casos)

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme se pode observar na tabela 5, identificamos doze diferentes combinações das unidades de organização intratópica chamadas de posição e suporte, sendo as sequências posição-suporte e suporte-posição as combinações mais frequentes em nossos dados (42,39% e 21,19% dos casos, respectivamente).

Observe-se que, apesar de termos encontrado uma certa variedade de combinações das unidades de organização intratópica de posição e suporte, essas combinações não variam muito no que concerne à sua natureza. Por exemplo, as combinações posição-suporte-suporte, posição-suporte-suporte-suporte e as demais combinações cuja ordenação se baseia na sequência posição e seus respectivos suportes podem ser todas vistas como variáveis da

²² Nesta tabela, os casos de domínios que contêm apenas combinações de diferentes unidades de suporte são domínios que não apresentam a sua posição explicitamente. Mesmo assim, consideramos que esses casos não afetam a noção de *domínio de estruturação intratópica*, postulada por Penhavel (2010), porque mesmo não contendo um enunciado que expresse a ideia central do domínio de forma explícita, esses domínios também são organizados segundo a relação de organização intratópica típica dos editoriais (relação posição-suporte), de modo que a posição pode ser identificada pela apreensão de uma ideia comum ao que é tratado em todas as unidades de suporte desses domínios. Nessa mesma direção, esclarecemos que esses casos não constituem um desvio da regra de organização intratópica em editoriais, mas uma possibilidade de efetivação dessa regra.

combinação posição-suporte, a mais recorrente em nosso *corpus*. Similarmente, as sequências suporte-posição e suporte-suporte-posição também podem ser vistas como variáveis de uma mesma combinação, cuja base é a ordenação suporte-posição. No mesmo sentido, todas as combinações nas quais só é possível encontrar explicitamente unidades de suporte podem também ser entendidas como variáveis de um mesmo grupo de ordenação de unidades de organização intratópica. Ainda, temos duas outras combinações das referidas unidades, que não apresentaram variáveis em nossos dados: suporte-posição-suporte e posição-suporte-suporte-posição-suporte. Dessa forma, a variedade de combinações das unidades de organização intratópica identificadas em nossos dados pode ser agrupada em cinco grandes conjuntos:

- i) posição-suporte;
- ii) suporte-posição;
- iii) suporte-suporte;
- iv) suporte-posição-suporte;
- v) posição-suporte-suporte-posição-suporte.

Nos exemplos a seguir explicitaremos algumas combinações dessas unidades de organização intratópica dentro dos domínios. O exemplo em (32), bem como o ilustrado em (28), podem mostrar um domínio cuja organização se baseia na sequência posição-suporte:

(32)	Em termos relativos, contudo, essa situação anômala abre <u>perspectivas mais promissoras para energia eólica</u> (e até para a incipiente solar fotovoltaica).	1 2
	<u>O custo de seus equipamentos está caindo, o preço de geração já é competitivo e a instalação é mais rápida que a de usinas hidrelétricas e nucleares</u> – as preferidas das grandes empreiteiras, hoje enredadas com os próceres do setor elétrico nas malhas da Lava Jato. (Novos ventos na energia, <i>Folha de S. Paulo</i> , 1 ago. 2016).	3 4 5 6

Considere-se que o tópico do segmento em (32) seja *Boas perspectivas da crise para o setor de energia eólica*. Diante dessa ideia nuclear, as linhas 1-2 podem ser identificadas como posição e as linhas 3-6, como suporte. Nas linhas 1-2 há uma referência direta ao tópico do SegT (conforme destaca o trecho sublinhado), enquanto nas linhas 3-6 as referências à ideia central do SegT são construídas mais indiretamente, uma vez que a centração específica gira em torno da ideia *Diminuição do custo de produção e destaque do tempo de instalação da energia eólica*.

Em nossos dados, constatamos a recorrência de unidades de suporte que parecem funcionar como argumentos da unidade de posição, o que se justificaria em razão da natureza argumentativa do gênero editorial. Contudo, essa não é sempre a relação entre as unidades de organização intratópica identificadas em nosso *corpus*. Conforme observamos, a relação pode ser, por exemplo, entre a apresentação de um problema e a consequência desse problema, a exposição de uma informação seguida da fonte dessa informação, a contextualização de um fato acompanhada do próprio fato. De todo modo, ressaltamos que, em todos os casos, a relação depreendida é sempre entre enunciados que constroem referências centrais e enunciados que constroem referências subsidiárias em relação à ideia nuclear do SegT.

A seguir, ilustramos um caso de combinação do tipo suporte-posição:

(33)	<u>Militares não deveriam realizar o trabalho que cabe apenas à polícia</u> , salvo na vigilância das fronteiras.	1 2
	Mas já que de quando em quando são equiparados pela tarefa à polícia, que como ela <u>respondam por seus atos na Justiça comum</u> , a mesma dos demais cidadãos. (Os militares e a segurança pública, <i>O Estado de S. Paulo</i> , 1 ago. 2016).	3 4

A fim de esclarecer como procedemos para a identificação da combinação entre as unidades de organização intratópica ilustradas em (33), sintetizaremos o contexto em que se insere o exemplo em pauta. O editorial em que se encontra o SegT em (33) debate um projeto de lei que altera o Código Penal Militar, transferindo à Justiça Militar o julgamento de militares em caso de crimes contra civis. Em dois SegTs anteriores ao SegT ora ilustrado, o editorial focaliza a tramitação do projeto de lei que atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil ao tentar transferir o julgamento de militares à Justiça Militar no contexto de crimes contra civis e a ideia de que o projeto apresenta uma série de problemas que o tornam de má qualidade. Então, no SegT em (33), o último SegT do editorial, a centração volta-se para a *Pertinência do julgamento de militares na Justiça comum*, como sugere o enunciado destacado na linha 4.

Feita uma síntese do editorial do qual extraímos o exemplo em (33), podemos, enfim, tratar da combinação entre as unidades de posição e suporte distinguidas no caso aqui discutido. Como salientamos, o SegT em (33) apresenta o suporte antecedendo a posição, assim, a primeira unidade é distinguida nas linhas 1-2 (*Reprovação da atuação militar em operações policiais*) e a segunda, nas linhas 3-4 (*Pertinência do julgamento de militares na Justiça comum*). Para se reconhecer a ideia central do segmento, ou seja, a sua posição, levamos em conta todo o editorial do qual retiramos o exemplo em (33). Assim, concluímos

que em um editorial que apresenta o primeiro SegT tratando da tramitação de um projeto que sinaliza a fragilidade da segurança pública no Brasil ao tentar transmitir a responsabilidade do julgamento de militares à Justiça Militar e o segundo SegT focalizando a ideia de que tal projeto é problemático, a posição do SegT em pauta teria, então, a função de defender, mais explicitamente, o que todo o editorial já vinha deixando implícito – a opinião de que os militares devem ser julgados na Justiça comum. É nesse contexto que estabelecemos, então, que a ideia de que os militares não devem realizar o trabalho que cabe à polícia, expressa nas linhas 1-2, é subsidiária, ou seja, é um suporte em relação à opinião de que o julgamento dos militares deve ser realizado na Justiça comum, identificada como posição do SegT nas linhas 3-4. É nesse sentido que argumentamos que a combinação em (33) é do tipo suporte-posição.

Esse exemplo traz à tona a dificuldade, em alguns casos, para a distinção de quais segmentos podem ser considerados como posição ou como suporte no interior de um SegT mínimo. Além disso, o caso chama a atenção para a necessidade de uma análise da organização intratópica que seja fiel à propriedade da centração tópica, considerando, além do traço de *concernência* de cada conjunto de referentes no interior do SegT, a *relevância* desse conjunto de enunciados no *ponto* do texto em que está inserido. Assim, só conseguimos determinar que o conjunto de enunciados nas linhas 3-4 é central no interior do SegT em (33) relativamente ao trecho nas linhas 1-2 quando nos voltamos para a relevância desse conjunto dentro do editorial como um todo. Nesse cenário, destacamos que, na identificação das unidades de organização intratópica, estamos considerando estritamente os traços caracterizadores da centração tópica para distinguir quais partes e subpartes podem ser tomadas como centrais e como subsidiárias.

Ainda, o exemplo em (33) pode mostrar a aplicabilidade de um dos princípios teóricos que fundamentam a GTI – o de que os fatos linguísticos analisados têm as suas propriedades e funções definidas no uso, nas situações concretas de interlocução, envolvendo as circunstâncias enunciativas (cf. JUBRAN, 2007). Nesse sentido, a análise dos processos envolvidos na produção textual-interativa, como a análise do processo de Organização Tópica, deve basear-se na dinâmica dos processos formulativo-interacionais envolvidos na sua produção. Assim, a análise das unidades de organização intratópica precisa pautar-se em todo o contexto de interlocução em que o SegT está inserido para se identificar, portanto, os segmentos centrais e subsidiários relativamente à ideia central do SegT. Enfim, casos como o ilustrado em (33) revelam a pertinência dos conceitos teóricos e procedimentos de análise da

GTI, na medida em que mostram que esses conceitos e procedimentos têm condições de atuar na descrição textual-iterativa.

Na sequência, mostramos um exemplo de combinação suporte-suporte-suporte-suporte – um dos casos nos quais não reconhecemos um segmento textual que expressa a ideia central do SegT:

(34)	<p><u>O projeto</u>, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), <u>altera o Código Penal Militar</u>, introduzindo um parágrafo segundo o qual crimes dolorosos cometidos por militares contra civis serão da competência da Justiça Militar da União se forem praticados no contexto “do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo presidente da República ou o ministro de Estado da Defesa” e “de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou atribuição subsidiária”.</p> <p>A menção ao presidente, diz a justificativa do projeto, visou a “ampliar a guarida a ser conferida aos militares que estejam sendo empregados em atividades excepcionais”, pois não seria incomum, prossegue o texto, que o chefe de governo determine “o emprego das Forças Armadas em missões atípicas”. <u>A margem para a arbitrariedade que esse trecho da lei proporciona é gritante</u>, ao deixar à imaginação quais situações permitirão que os militares acusados de crimes dolorosos contra civis sejam julgados por seus pares, e não pela sociedade.</p> <p><u>A menção à manutenção da lei e da ordem é igualmente grave</u>, posto que tem sido recorrente o uso das Forças Armadas como órgão de segurança pública, conforme lembra o próprio projeto de lei, a título de argumentação a favor do texto: “Dessa forma, estando cada vez mais recorrente a atuação do militar em tais operações, nas quais, inclusive, ele se encontra mais exposto à prática da conduta delituosa em questão, nada mais correto do que buscar-se deixar de forma clarividente o seu amparo no projeto de lei”. Errado: <u>nada pior do que tentar corrigir um erro com outro</u>.</p> <p>([...] INSERÇÃO TÓPICA)²³</p> <p>O autor do <u>projeto</u> reconhece que se trata de <u>um “improviso na lei penal”</u>, mas diz que é necessário para dar segurança jurídica aos militares que trabalham em policiamento ostensivo. Ou seja, em vez de combater o sucateamento da polícia, criam-se <u>mecanismos provisórios</u> para conviver com seus efeitos nefastos. (Os militares e a segurança pública, <i>O Estado de S. Paulo</i>, 1 ago. 2016).</p>	<p>1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28</p>
------	---	--

Assim como procedemos na discussão do exemplo em (33), consideramos fundamental, para a compreensão da identificação da unidade de posição e das unidades de suporte distinguidas em (34), sintetizar o contexto em que se inscreve o exemplo em questão. O SegT em (34) foi extraído do mesmo editorial no qual se insere o SegT em (33). Além dos SegTs exemplificados em (33) e (34), o editorial comporta outros dois SegTs, que focalizam,

²³ No editorial original em que se insere o exemplo em (34), há um SegT inserido dentro do caso ora discutido. Porém, nesta seção, optamos por suprimir esse tópico inserido para facilitar a discussão da organização intratópica do SegT em (34).

respectivamente, o projeto de lei que atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil e um exemplo negativo de atuação militar em operação policial para a qual os militares não foram treinados. Feita essa contextualização, podemos discutir como reconhecemos a posição e os suportes do SegT ora em análise.

Com base na propriedade da centração e no contexto em que se encontra o SegT em (34), identificamos que a ideia central desse SegT, ou seja, a sua posição, é *Projeto de má qualidade*. Note-se que há quatro porções textuais que sugerem a ideia de que o projeto de lei discutido no editorial não é de boa qualidade (como apontamos nas linhas sublinhadas em todo o SegT). No primeiro conjunto de enunciados, nas linhas 1-7, as referências giram em torno da ideia *Alteração do Código Penal pelo Projeto*; no segundo agrupamento de enunciados, nas linhas 8-15, o foco recai especificamente sobre a *Arbitrariedade da lei*; no terceiro conjunto, nas linhas 16-23, o conjunto referencial parece se concentrar na ideia *Gravidade na menção da manutenção da lei e da ordem*; por fim, no quarto excerto, nas linhas 24-28, as referências centram-se na ideia *Improviso na lei penal*. Identificamos, então, todos esses quatro diferentes conjuntos de enunciados como quatro unidades de suporte na estruturação interna do SegT ora discutido.

As quatro unidades de suporte identificadas dão indícios a respeito da ideia *Projeto de má qualidade*, como sugerem os trechos *O projeto altera o Código Penal Militar* (linhas 1-2), *A margem para a arbitrariedade que esse trecho da lei proporciona é gritante* (linhas 12-13), *nada pior do que tentar corrigir um erro com outro* (linhas 22-23) e *um improviso na lei penal* (linha 24), porém, não há um enunciado ou um conjunto de enunciados que expressem o tópico do SegT de modo explícito, indicando, pois, a posição desse SegT. Desse modo, a apreensão da ideia central do SegT decorre do reconhecimento de uma ideia mais geral, comum ao que é tratado nos quatro grupos de enunciados distinguidos no SegT.

Observe-se, mais uma vez, a importância de tomarmos em conta o contexto para identificarmos as unidades de organização intratópica no interior de um domínio. Uma análise que desconsiderasse o contexto poderia propor, por exemplo, que o trecho em 24-28, especialmente o enunciado *em vez de combater o sucateamento da polícia, criam-se mecanismos provisórios para conviver com seus efeitos nefastos*, nas linhas 26-27, manifestaria a posição do domínio no SegT em questão, já que a posição, em muitos casos, pode estar associada à ideia de opinião e o enunciado em 26-27 parece justamente oferecer-nos um posicionamento a respeito do assunto focalizado no interior do SegT aqui discutido.

Contudo, todo o editorial do qual recortamos o SegT em (34) nos dá subsídios para defender que a posição do SegT é, de fato, *Projeto de má qualidade*.

Como destacamos, o tópico central do editorial focaliza um projeto de lei que altera o Código Penal Militar. Além disso, outros três SegTs mínimos do editorial – além do exemplificado em (34) – focalizam (i) a ideia de que o projeto de lei atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil, (ii) um exemplo negativo de atuação militar em operação policial para a qual os militares não foram treinados e (iii) a pertinência do julgamento de militares na justiça comum. Nesse contexto, pode-se dizer que a ideia de que o projeto seria um mecanismo provisório para conviver com os efeitos nefastos do sucateamento da polícia, destacado no trecho em 24-28, atua como um argumento, do mesmo nível de relevância na organização intratópica que a alteração do Código Penal pelo Projeto, a arbitrariedade da lei e a gravidade na menção da manutenção da lei e da ordem, assuntos focalizados nos três agrupamentos de enunciados nas linhas 1-7, 8-15 e 16-23, em (34), para convencer-nos de que o projeto em questão é de má qualidade. É nessa direção que consideramos que a ideia de que o projeto é de má qualidade perpassa todo o SegT, mas não aparece explicitamente no interior do SegT, tornando-se reconhecível pela apreensão de uma ideia comum ao que é tratado em todos os quatro conjuntos de enunciados identificados em (34). É nesse sentido, ainda, que reforçamos, em consonância com os pressupostos teóricos da GTI, que os fatos linguísticos devem ser analisados levando em conta o contexto de interlocução em que se efetivam.

Na sequência, ilustramos mais dois casos de SegTs com posição implícita. Nesses casos, buscamos argumentar que uma unidade de estruturação intratópica parece atuar, simultaneamente, como um suporte de determinado domínio e também como a ideia central de um tópico discursivo mais amplo, composto por tópicos discursivos de nível inferior na hierarquia tópica.

Antes de iniciar propriamente a discussão dos dois exemplos seguintes, cumpre esclarecer que a identificação de uma unidade de estruturação intratópica que aparentemente indicaria a ideia central de um tópico mais amplo não parece revelar uma característica própria da organização intratópica no gênero editorial, mas sim um aspecto da organização intratópica de modo mais geral. Desse modo, enfatizamos que a discussão acerca de uma unidade de estruturação intratópica que parece indicar a ideia central de um tópico mais abrangente pode contribuir para o entendimento do processo de organização intratópica e para o avanço dos estudos sobre tal processo, mas não sinaliza uma particularidade da organização intratópica em editoriais.

(35a)	<i>Ainda modestos, e sem a garantia de repetição no curto prazo, <u>alguns resultados positivos</u> começam a surgir, ao mesmo tempo que <u>medidas extraordinárias</u> – e, por isso, <u>surpreendentes</u> – têm sido tomadas, às vezes com <u>impacto negativo</u> sobre as demonstrações contábeis.</i>	1 2 3 4
	<i><u>O balanço do segundo trimestre é um bom retrato desse quadro.</u></i> ²⁴	5
	Depois de acumular <u>prejuízos</u> por três trimestres consecutivos, a Petrobrás alcançou lucro de R\$ 370 milhões de abril a junho deste ano. <u>Embora positivo, o resultado não animou analistas financeiros e investidores</u> , que projetavam lucro de até R\$ 2 bilhões no período.	6 7 8 9
	Além do resultado menor do que o esperado, <u>o balanço trimestral da empresa contém três outras informações não previstas.</u>	10 11
	A primeira é o <u>gasto de R\$ 1,21 bilhão com o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário</u> ; a segunda é a <u>baixa contábil de R\$ 1,124 bilhão</u> de ativos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro; e a terceira, <u>a devolução de blocos de petróleo</u> que ainda estão na fase exploratória.	12 13 14 15 16
	Com o plano de demissão voluntária, até <u>6 mil funcionários deixarão a empresa</u> , como parte do programa de ajuste. As baixas contábeis dão maior clareza aos balanços. E <u>a devolução de blocos</u> se deveu ao fato de que, para a empresa, <u>eles deixaram de ser econômicas</u> por causa do <u>baixo preço do petróleo</u> . “São eventos extraordinários”, justificou o diretor financeiro da Petrobrás, Ivan Monteiro. Enquanto não se aprovar o plano de negócios para os próximos cinco anos não é possível saber se novas baixas contábeis serão necessárias. (Recuperação lenta da Petrobrás, <i>O Estado de S. Paulo</i> , 13 ago. 2016). ²⁵	17 18 19 20 21 22 23 24 25

Para contextualizar a discussão a respeito da manifestação de uma unidade de estruturação intratópica que parece atuar, simultaneamente, como um suporte de certo domínio e também como ideia central de um tópico discursivo mais amplo, é necessário salientar que o tópico do SegT em (35a), assim como o tópico do SegT que ilustraremos em (35b), inserem-se em um tópico discursivo mais abrangente, do segundo nível na hierarquização tópica, intitulado *Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral*. Assim os tópicos discursivos instaurados nos SegTs demonstrados em (35a) e em (35b) formam-se a partir do desdobramento de um tópico do segundo nível hierárquico e ocupam o terceiro nível na hierarquização tópica.

²⁴ Nesta seção, nos casos em que uma unidade de estruturação intratópica parece funcionar, simultaneamente, como uma unidade de suporte e também como uma unidade que indica a ideia central de um tópico discursivo mais abrangente, destacamos essa unidade em itálico.

²⁵ De acordo com nossa análise, o SegT em (35a) apresenta quatro domínios: domínio 1: linhas 1-25; domínio 2: linhas 1-5; domínio 3: linhas 10-25; domínio 4: linhas 12-25. No entanto, trataremos aqui somente do domínio 1, pois é nesse domínio que se manifesta a unidade de suporte que, a nosso ver, pode também indicar a ideia central de um tópico discursivo mais amplo.

A princípio, na discussão do SegT em (35a), trataremos da porção textual identificada nas linhas 1-5 como uma unidade de suporte que atua no primeiro domínio de estruturação tópica desse exemplo, já que, a nosso ver, o trecho em 1-5 pode ser analisado como uma contextualização para o SegT em (35a). Todavia, posteriormente, buscaremos demonstrar que a porção textual identificada em 1-5, além de introduzir o SegT em (35a) na linearidade textual, funcionando, pois, como uma contextualização a esse SegT, pode funcionar também como uma *unidade de posição genérica*, que ultrapassa, de certa forma, o nível intratópico, uma vez que indica a ideia central de todo o tópico discursivo *Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral*, ao qual o tópico do SegT em (35a) está hierarquicamente subordinado. Desse modo, discutiremos o exemplo em pauta reconhecendo que, de fato, o segmento em 1-5 faz parte do SegT ilustrado em (35a), contudo, tentaremos demonstrar que esse segmento não atua somente no nível intratópico, com o estatuto de suporte no primeiro domínio, mas pode atuar também no nível intertópico, indicando a posição de um tópico discursivo mais amplo, ao qual os tópicos discursivos instaurados em (35a) e (35b) se subordinam.

Conforme nossa análise, o tópico do SegT em (35a) pode ser nomeado como *Aspectos negativos que dificultam a recuperação da Petrobrás*. Como se pode observar, há três porções textuais distintas que sugerem a ideia central (ou a posição desse SegT), configurando-se, portanto, como três unidades de suporte. No trecho em 1-5, o foco textual-interativo recai sobre o *Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral*, como indicam os trechos *alguns resultados positivos* (linhas 1-2) e *impacto negativo* (linha 4). Nesse contexto, como destacamos, o segmento em 1-5 pode funcionar como um suporte que contextualiza o tópico materializado no SegT em (35a), apresentando uma preocupação específica subsidiária em relação à ideia central que perpassa todo o SegT. No suporte em 6-9 a preocupação específica dá-se sobre *Resultados dos lucros menor do que o esperado*, como sugere o enunciado *embora positivo, o resultado não animou analistas financeiros e investidores* (linhas 6-7), evidenciando, então, que há aspectos negativos que prejudicam a Petrobrás. Por fim, no suporte em 10-25, a preocupação particulariza a ideia *Presença de informações não previstas no balanço trimestral*, como indica o enunciado *o balanço trimestral da empresa contém três outras informações não previstas* (linhas 10-11), servindo como um argumento para a ideia de que resultados negativos prejudicam a recuperação da Petrobrás. Observe-se, no entanto, que, assim como ocorre em (34), o SegT em (35a) comporta posição implícita, isto é, não apresenta um

enunciado ou conjunto de enunciados que expressem a ideia central do SegT explicitamente. De todo modo, a argumentação no SegT em (35a) focaliza os aspectos negativos que prejudicam a recuperação da Petrobrás.

Na sequência, mostramos o SegT que concretiza o segundo tópico subordinado ao tópico discursivo *Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral*. Após discutirmos o exemplo seguinte, teremos, então, condições de esclarecer por que o trecho em 1-5, no SegT em (35a), pode funcionar, além de suporte dentro do primeiro domínio do SegT em que está inserido, também como uma posição genérica, que indica a posição de um tópico discursivo mais amplo.

(35b)	Do lado positivo, o balanço trimestral registrou <u>a redução de 15% da dívida líquida</u> , para R\$ 332,29 bilhões.	1 2
	<u>A queda não se deveu</u> à quitação antecipada da dívida, mas <u>à desvalorização do dólar em relação ao real</u> (a dívida da estatal é preponderantemente em moeda americana).	3 4 5
	Apesar da diminuição, <u>a dívida ainda é muito alta e continua sendo o maior problema da empresa</u> .	6 7
	A Petrobrás destaca, também como fato positivo, que <u>o aumento da produção de petróleo e gás natural</u> , para a média de 2,8 milhões de barris equivalentes por dia, contribui para <u>melhorar seu desempenho</u> . (Recuperação lenta da Petrobrás, <i>O Estado de S. Paulo</i> , 13 ago. 2016).	8 9 10

O SegT em (35b) aborda os aspectos que contribuem positivamente para a recuperação da Petrobrás, como indicam as expressões *a redução de 15% da dívida líquida* (linhas 1-2) e *o aumento da produção de petróleo e gás natural* (linhas 8-9). Note-se que identificamos dois suportes no exemplo ora discutido, nas linhas 1-7 e 8-10, e em toda a organização textual-interativa desses suportes há elementos textuais que sugerem a ideia central desse SegT, mas não há um enunciado que explicita que o foco do SegT em (35b) seja *Aspectos positivos para a recuperação da Petrobrás*. Nesse âmbito, também em (35b), a posição do SegT se manifesta implicitamente e os dois suportes distinguidos contribuem para a apreensão dessa posição.²⁶

Feitas as explanações a respeito de como se manifestam as unidades de posição e de suporte no primeiro domínio dos casos em (35a) e em (35b), argumentamos agora a favor da manifestação de uma unidade de estruturação intratópica que parece atuar também no nível

²⁶ O SegT em (35b) apresenta dois domínios: domínio 1: linhas 1-10; domínio 2: linhas 1-7. Mas, neste ponto do texto, focalizaremos apenas o primeiro domínio para facilitar a discussão da unidade que estamos chamando de posição genérica.

intertópico, indicando a ideia central, ou seja, a posição de um tópico discursivo mais amplo, adquirindo, neste caso, estatuto de posição genérica.

Observe-se que tanto o SegT em (35a) quanto o SegT em (35b) tratam do quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral, ideia central do tópico discursivo ao qual os tópicos instaurados nos SegTs em (35a) e (35b) estão hierarquicamente subordinados. Como discutimos, em (35a), a posição, ou a ideia central do SegT, gira em torno dos aspectos negativos que dificultam a recuperação da Petrobrás, já em (35b), a ideia central focaliza os aspectos positivos que atuam na recuperação da empresa. Nesse sentido, a presença de aspectos negativos na recuperação da empresa – tópico abordado em (35a) – e a existência de resultados positivos para a recuperação da Petrobrás – tópico abordado em (35b) – mostram, ambos, que há um *Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral*, ideia central do tópico discursivo ao qual (35a) e (35b) estão subordinados. Seguindo essa interpretação, o trecho em 1-5, no exemplo em (35a), pode ser visto como uma unidade de organização intratópica que expressa a ideia central do tópico discursivo mais amplo no qual os tópicos específicos em (35a) e (35b) estão inseridos. Assim, acreditamos que tal trecho pode ultrapassar, de certo modo, o nível intratópico, pois parece exprimir a ideia central de todo um tópico discursivo, composto por dois tópicos discursivos mais particularizadores que ocupam o terceiro nível na hierarquização tópica, subordinados a um tópico comum. É essa função, então, de sinalizar a posição de um tópico discursivo mais abrangente ao qual o próprio tópico que materializa o trecho nas linhas 1-5, em (35a), está subordinado que nos permite chamar essa unidade de *posição genérica*.

Nesse sentido, por um lado, o segmento nas linhas 1-5, em (35a) pode ser analisado como um suporte que atua no primeiro domínio de estruturação tópica naquele exemplo, introduzindo o SegT mínimo. Por outro lado, o mesmo segmento pode ser analisado como uma posição genérica, que indica a ideia central do tópico discursivo mais amplo ao qual o tópico específico materializado no SegT em questão está subordinado. Em nosso *corpus*, identificamos que 2,66% dos SegTs mínimos (2/75 SegTs) apresentam a unidade de estruturação intratópica que chamamos de posição genérica. Esse percentual parece pequeno, mas pode representar uma constatação qualitativa bastante interessante para os trabalhos que se ocupam da descrição do processo de Organização Tópica em diferentes gêneros, na medida em que contribui para a maior sistematização da organização intratópica ao revelar que pode haver unidades de estruturação intratópica que, além de atuar no nível intratópico, também

atuam, em certa medida, no nível intertópico, sinalizando a ideia central de um tópico discursivo mais abrangente.

Ainda tratando dos SegTs em (35a) e em (35b), discutiremos por que analisamos esses dois SegTs como distintos, não como um único SegT mínimo que apresentasse uma posição comum, explícita, e dois suportes diferentes – um sobre os fatores que dificultam a recuperação da Petrobrás e outro que aborda os aspectos que colaboram para a recuperação da empresa. Dito de outra forma, trata-se de justificar por que a ideia *Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral*, lançada no interior do SegT em (35a), não foi analisada por nós como uma posição explícita de todo um SegT mínimo e os aspectos que colaboram negativa e positivamente para a recuperação da Petrobrás, tratados em (35a) e em (35b), respectivamente, não foram considerados como dois suportes da ideia *Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral*, constituindo, então, um único SegT mínimo.

Como dissemos, em (35a) a centração dá-se a respeito da ideia *Aspectos negativos que dificultam a recuperação da Petrobrás*. Durante toda a organização textual-interativa desse SegT, há trechos concernentes entre si que salientam essa ideia, como a expressão *prejuízos* (linha 3) e o enunciado *o resultado não animou analistas financeiros e investidores* (linha 8). Já em (35b), expressões como *a redução de 15% da dívida* (linha 1) e *o aumento da produção de petróleo e gás natural* (linhas 8-9) evidenciam que a centração gira em torno da ideia *Aspectos positivos para a recuperação da Petrobrás*. A identificação de dois SegTs distintos em (35a) e em (35b) pode encontrar justificativa no fato de haver mudança de centração do primeiro para o segundo SegT em questão na linearidade textual. Observe-se que até a linha 25 do SegT em (35a) há concernência específica sobre os aspectos que prejudicam a recuperação da Petrobrás. Já a partir da linha 1 do segmento textual em (35b), a concernência integra especificamente referentes acerca dos aspectos positivos que favorecem a recuperação de tal empresa. Aliás, essa mudança no foco textual-interativo é marcada pelo sintagma *do lado positivo*, que introduz o SegT em (35b). Além disso, em um editorial cujo tópico central é o início da difícil recuperação da Petrobrás, consideramos que dois SegTs circunvizinhos a respeito de *Aspectos negativos que dificultam a recuperação da Petrobrás* (tópico abordado no SegT em (35a)) e de *Aspectos positivos para a recuperação da Petrobrás* (tópico abordado em (35b)) têm relevância suficiente para adquirir estatuto de tópico discursivo.

Essa discussão faz-se necessária para que tentemos marcar o limite entre os níveis intertópico e o intratópico. Assim, com base em (35a) e em (35b), retomamos Jubran (2015b)

e destacamos que um segmento textual materializa um tópico discursivo específico e, portanto, adquire estatuto de SegT mínimo ao apresentar contração. Em outros termos, um segmento textual precisa ter uma relação de *concernência* entre os elementos textuais que o constituem, promovendo a integração desses elementos, e, ainda, ser contextualmente *relevante* no *ponto* do texto em que está inserido para adquirir estatuto de SegT mínimo. Caso uma porção textual não comporte, então, referentes concernentes entre si e contextualmente relevantes dentro do ponto do texto em que está inserido, deve ser analisada como uma unidade intratópica, de posição ou de suporte, por exemplo, que integre um segmento textual maior, que adquira, enfim, estatuto de SegT mínimo. Entretanto, assumimos que, em alguns casos, não é simples distinguir se um segmento textual pode ser considerado como um SegT mínimo ou como uma unidade de organização intratópica que faz parte de um SegT mínimo. No presente trabalho, não chegamos a propor critérios mais detalhados para a identificação de limites entre a organização intertópica e a intratópica. De todo modo, essa questão pode constituir um dos problemas de pesquisa a ser abordado na continuação deste trabalho.

Conforme esclarecemos no início da discussão dos exemplos em (35a) e em (35b), a constatação de uma unidade de estruturação intratópica que parece indicar a ideia de um tópico discursivo mais amplo não evidencia uma particularidade da organização intratópica em editoriais, mas revela uma questão que pode contribuir para a compreensão das diferentes possibilidades de organização da estruturação interna de SegT mínimos. O exemplo ilustrado em (36), a seguir, também parece não se relacionar especificamente com a organização intratópica em editoriais, mas demonstrar uma outra constatação que pode colaborar para os estudos sobre organização intratópica de modo geral. Neste caso específico, a organização interna do SegT baseia-se na sequência posição-suporte-suporte-suporte e a segunda unidade de suporte provoca a descontinuidade do suporte imediatamente anterior a ele, fazendo com que uma unidade de organização intratópica seja descontínua.

(36)	<u>Práticas irregulares na gestão do dinheiro público</u> disseminaram-se pelo País, como mostra o fato de que houve <u>alguma forma de corrupção em pelo menos 15,65% das ações de responsabilidade das prefeituras</u> bancadas com recursos da União.	1 2 3
	A constatação foi feita por <u>uma pesquisa baseada em auditorias realizadas pela antiga Controladoria-Geral da União (CGU)</u> , hoje Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.	4 5 6
	Dada a grande dificuldade na identificação e caracterização <u>dos atos de corrupção</u> , pois eles são praticados de maneira dissimulada e de modo a não deixar vestígios, não parece exagerado supor que deve ser ainda maior o índice de <u>ilegalidades</u> cometidas com o dinheiro que a União transfere para os municípios, por <u>imposição legal ou por decisões político-administrativas</u> .	7 8 9 10 11
	<u>A pesquisa teve como fonte as auditorias realizadas pela CGU</u> entre 2006 e 2010 em 840 municípios.	12 13
	Não parece coincidência que os atos ilegais detectados tenham ocorrido no <u>período</u> que começa pouco depois de vir à tona o escândalo do mensalão e abrange <u>aquele</u> em que, como vem mostrando a Operação Lava Jato, o governo PT coordenou um imenso esquema de assalto à Petrobrás. Os exemplos criminosos vinham de cima. (A corrupção nos municípios, <i>O Estado de S. Paulo</i> , 13 ago. 2016).	14 15 16 17 18

O tópico discursivo do SegT em questão pode ser nomeado como *Irregularidades na gestão do dinheiro público evidenciadas por práticas das prefeituras*. Diante dessa ideia central, as linhas 1-3 podem ser analisadas como posição e as linhas 4-6/12-13, 7-11 e 14-18 como três suportes. Observe-se que as linhas 1-3 sintetizam, estabelecem o tópico discursivo do SegT, ao passo que os três conjuntos de enunciados identificados como três suportes desenvolvem, cada um, aspectos específicos desse tópico. No conjunto nas linhas 4-6/12-13, a centração específica gira em torno da ideia *Fonte da pesquisa sobre corrupção nos municípios*, nas linhas 7-11, o foco textual-interativo recai sobre a *Possibilidade de ocorrência de ilegalidades por imposições legais ou político-administrativas* e no conjunto nas linhas 14-18, a centração dá-se em torno do *Período em que ocorreram os atos ilegais*, como sugerem os trechos sublinhados no interior de cada agrupamento de enunciados reconhecido como suporte no exemplo em (36).

Como se pode verificar no SegT em (36), um conjunto referencial mais específico, no caso, o primeiro suporte identificado no exemplo, pode ser identificado como uma unidade de organização intratópica descontínua, haja vista que os seus elementos referenciais constitutivos se distribuem em dois segmentos textuais não adjacentes – nas linhas 4-6 e nas linhas 12-13.

Observe-se que nas linhas 4-6 há elementos lexicais concernentes entre si que integram o conjunto referencial *Fonte da pesquisa sobre corrupção nos municípios*, como

sugere o enunciado *uma pesquisa baseada em auditorias realizadas pela antiga Controladoria-Geral da União (CGU)* (linhas 4-5). Os lexemas específicos concernentes à fonte de tal pesquisa, no entanto, deixam temporariamente de assumir posição focal no interior do SegT em (36) para que um novo conjunto referencial particular seja focalizado, no qual a concernência gira especialmente em torno da *Possibilidade de ocorrência de ilegalidades por imposições legais ou político-administrativas* (linhas 7-11). Após a finalização desse conjunto referencial particular, voltam a aparecer no interior do SegT em (36) referentes acerca da *Fonte da pesquisa sobre corrupção nos municípios*, como mostra o enunciado *A pesquisa teve como fonte as auditorias realizadas pela CGU* (linha 12). É, então, nesse sentido que acreditamos que o primeiro suporte em (36) pode ser analisado como uma unidade de organização intratópica descontínua, uma vez que é iniciado nas linhas 4-6 com os referentes acerca da fonte da pesquisa sobre corrupção nos municípios, em seguida é momentaneamente interrompido pelo suporte em 7-11, e, finalmente, as linhas 12-13 complementam a informação a respeito da referida pesquisa, constituindo-se, pois, como um segmento textual concernente à cadeia referencial específica iniciada nas linhas 4-6 acerca da fonte da pesquisa sobre corrupção nos municípios. Do total de 75 SegTs e 151 domínios analisados em nosso estudo, o caso em (36) é o único no qual identificamos uma unidade de suporte descontínua, o que significa, em termos percentuais, que 0,66% dos domínios apresentam esse tipo de unidade de estruturação intratópica, um caso um tanto raro em nosso *corpus*, mas que merece atenção por também contribuir para o entendimento das diferentes possibilidades de efetivação do processo de organização intratópica, não necessariamente em editoriais, mas acerca do processo em si, de modo geral.

Em síntese, conforme procuramos discutir nesta seção, os SegTs dos editoriais de jornais paulistas do século XXI apresentam uma regra geral de estruturação interna organizada de acordo com a relação de duas unidades de estruturação intratópica – posição e suporte. Segundo nossos dados, essas duas unidades identificadas tendem, com frequência, a subdividirem-se no interior do SegT com base na mesma relação depreendida no SegT como um todo, dando origem, então, a variados domínios de estruturação intratópica. Além disso, constatamos que os grupos de enunciados com estatuto de posição e aqueles com estatuto de suporte podem se organizar de variadas formas dentro de cada um dos domínios dos quais fazem parte, formando combinações como posição-suporte, suporte-posição, suporte-suporte e outras. Ainda, notamos que os segmentos textuais que comportam referências centrais e os que apresentam referências subsidiárias em relação ao tópico do SegT podem apresentar,

entre si, diferentes relações de sentido, na medida em que, em certos casos, a relação é entre tese-argumento, entre fato-consequência. Apesar disso, reconhecemos que a relação primordial é sempre entre ideia central e ideia(s) subsidiária(s) relativamente ao tópico do SegT.

Além dessas conclusões que permitem reforçar a hipótese formulada em Penhavel (2010) a respeito da sistematicidade do processo de estruturação intratópica e fazer generalizações a respeito da organização intratópica em editoriais, nossas análises ainda possibilitaram constatações que podem colaborar para a maior compreensão do processo de organização intratópica de modo geral. A identificação da unidade de organização intratópica que chamamos de posição genérica e da unidade intratópica descontínua demonstram, essencialmente, diferentes possibilidades de efetivação do processo de organização intratópica, contribuindo, desse modo, para o avanço dos estudos sobre esse processo.

2.3.3. Relação entre o processo de Organização Tópica em editoriais paulistas atuais e aspectos caracterizadores do gênero

Nesta seção, focalizaremos o desenvolvimento do terceiro objetivo de nossa pesquisa, que constitui uma análise da relação entre aspectos caracterizadores do gênero editorial, particularmente a sua finalidade sociocomunicativa, e as particularidades da Organização Tópica nesse gênero.

As reflexões lançadas nesta seção fundamentam-se em um postulado da GTI, segundo o qual as condições do processamento verbal inscrevem-se na superfície textual, de modo que é na materialidade linguística do texto que se encontram as marcas do processamento textual-interativo. Nesse sentido, a finalidade sociocomunicativa do gênero textual deixa pistas na materialidade do texto e faz com que essa materialidade seja toda perpassada por aspectos dessa finalidade. Assim, os processos de construção textual indicariam aspectos da finalidade sociocomunicativa dos contextos de interlocução verbal nos quais se inscrevem. Além disso, o processamento de textos é restrito à situação de interlocução verbal na qual estão inseridos. Nesse sentido, argumentamos que a Organização Tópica dos textos se dá de acordo com o seu funcionamento nas situações concretas de uso da linguagem. É nessa direção, pois, que acreditamos que a Organização Tópica nos editoriais, conforme discutimos neste trabalho, relaciona-se a aspectos caracterizadores do gênero textual aqui investigado, particularmente à sua finalidade sociocomunicativa, estando, inclusive, a serviço da efetivação do propósito sociocomunicativo do gênero.

No primeiro momento da análise da relação entre a Organização Tópica dos editoriais e os aspectos caracterizados do gênero, especialmente sua finalidade sociocomunicativa, retomamos a discussão iniciada na seção 1.4.2, particularmente o ponto do texto em que destacamos que Zavam (2009) argumenta que a finalidade sociocomunicativa dos gêneros textuais é ancorada no conteúdo temático de cada um dos gêneros. Nesse contexto, os tópicos discursivos instaurados nos editoriais vão estar em conformidade com o propósito sociocomunicativo do gênero. Considerando, então, que a finalidade sociocomunicativa do editorial é a defesa do posicionamento crítico assumido pelo jornal, os tópicos discursivos interacionalmente instaurados nos editoriais vão estar a serviço da efetivação dessa finalidade, funcionando, muitas vezes, como um meio de materialização dessa finalidade. Para argumentar a favor dessa nossa conclusão, que, em certa medida, retoma Zavam (2009), discutiremos alguns exemplos na sequência, iniciando com o SegT em (37):

- (37) Segundo os procuradores, as provas recolhidas até aqui no âmbito da Lava Jato permitem entender as formas pelas quais os operadores do propinoduto da Petrobrás repassaram o dinheiro desviado para seus beneficiários. Entre esses mecanismos estão “a compra e reforma de imóveis pelas empreiteiras ou empresas intermediárias da lavagem de ativos, em benefício dos destinatários finais da propina” – justamente a suspeita que recaí sobre Lula e os misteriosos imóveis sem dono em Atibaia e no Guarujá. 1
2
3
4
5
6
7
Outra forma de esquentar o dinheiro desviado da Petrobrás, dizem os procuradores, foi disfarçá-lo de doações eleitorais. Nesse caso, o parecer lembra que, “ainda em 2005, Lula admitiu ter conhecimento sobre a prática de caixa dois no financiamento de campanhas eleitorais ‘por fora’ e que havia um ávido loteamento de cargos públicos”. 8
9
10
11
12
Ademais, os procuradores lembram que a “estrutura criminosa perdurou por, pelo menos, uma década” e que Lula ocupou nesse período “posição central em relação a entidades e indivíduos que diretamente se beneficiaram do esquema”. Dizem também que “não é crível que ele desconhecesse a existência dos ilícitos” e que muito provavelmente “foi beneficiado direta e indiretamente por repasses financeiros de empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato”. 13
14
15
16
17
18
(O papel de Lula, *O Estado de S. Paulo*, 7 ago. 2016).

O tópico discursivo instaurado no SegT em (37) se centra na ideia *Provável envolvimento de Lula na Lava Jato*, como sugerem os trechos *não é crível que ele desconhecesse a existência dos ilícitos* (linha 16) e *muito provavelmente “foi beneficiado direta e indiretamente por repasses financeiros de empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato* (linhas 16-18), destacados no interior do SegT em questão. Com base nesses enunciados e nos demais trechos sublinhados no interior do SegT, pode-se dizer que esse conjunto referencial sugere a adoção de um posicionamento crítico que defende o envolvimento de Lula em corrupção, especialmente corrupção relacionada aos casos da Operação Lava Jato. Nesse sentido, podemos dizer que o tópico discursivo em (37) vincula-se à finalidade de

defesa de posicionamento crítico do editorial, uma vez que assume o posicionamento, por meio de um conjunto referencial construído por segmentos como *muito provavelmente “foi beneficiado direta e indiretamente por repasses financeiros de empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato*, de que há um provável envolvimento de Lula na Lava Jato, tópico discursivo abordado no SegT em (37).

No exemplo seguinte mostramos mais um tópico discursivo bastante indicativo da finalidade de defesa de posicionamento crítico do gênero editorial:

- | | | |
|------|--|----------------------------|
| (38) | O caminho não é sacrificar a independência, didático-científica ou financeira. Pelo contrário, <u>as universidades terão a ganhar com a adoção de regras mais flexíveis para contratar e demitir pessoal, além da autorização legal para a cobrança de mensalidades dos estudantes mais abonados.</u> Em contrapartida, as instituições devem sujeitar-se a metas de desempenho e à prestação transparente de contas. É à sociedade que elas servem, não aos funcionários. (Autonomia desvirtuada, <i>Folha de S. Paulo</i> , 19 ago. 2016). | 1
2
3
4
5
6 |
|------|--|----------------------------|

Em (38), o tópico discursivo pode ser nomeado como *Ganhos com a flexibilização de regras de contratação e com a cobrança de mensalidades nas universidades públicas*, como sugere o segmento *as universidades terão a ganhar com a adoção de regras mais flexíveis para contratar e demitir pessoal, além da autorização legal para a cobrança de mensalidades* (linhas 2-3). Considerando que o propósito sociocomunicativo do editorial é a defesa do posicionamento crítico assumido pelo jornal, podemos entender que o tópico discursivo em (38) associa-se a esse propósito, na medida em que envolve o posicionamento de que as universidades ganharão com a adoção de regras flexíveis para contratar e demitir pessoal e também com a autorização para a cobrança de mensalidades, como deixa evidente o trecho sublinhado nas linhas 2-3. Assim, é possível concluir que o tema interacionalmente instaurado no SegT em (38), ou seja, o tópico discursivo do exemplo em questão, materializa o propósito sociocomunicativo de defesa de um posicionamento crítico, no caso, o posicionamento de que haverá ganhos com a flexibilização de regras de contratação e com a cobrança de mensalidades nas universidades públicas.

A verificação de que os tópicos discursivos nos editoriais atuais se relacionam com a finalidade sociocomunicativa do gênero, atuando na efetivação dessa finalidade, estaria relacionada com o princípio da GTI de que os fatos linguísticos têm suas propriedades e funções definidas em situações concretas de uso da linguagem, posto que mostra que a instauração de tópicos discursivos nas situações de interlocução verbal se dá, de fato, dentro do quadro de suas condições de efetivação, no qual os usuários da língua se situam reciprocamente um em relação ao outro. Seguindo essa reflexão, consideramos que é, então, a

situação de uso da linguagem, neste caso, o gênero editorial, que determina que os tópicos discursivos sejam compatíveis com o propósito de defesa de um determinado posicionamento crítico.

A questão de se buscar explicar o funcionamento da linguagem dentro de suas condições de efetivação, ou, em termos mais específicos, de se tentar explicar a natureza dos tópicos discursivos nos editoriais atuais levando em conta a finalidade sociocomunicativa do gênero, sugere que a orientação pragmática que fundamenta o quadro teórico-metodológico aqui adotado é, com efeito, altamente relevante para a GTI e, por conseguinte, para o estudo do texto, visto que mostra que o princípio de que a linguagem é uma ação verbal efetivada por usuários situados em contextos concretos de uso da linguagem, postulado de orientação pragmática, tem condições de sustentar o estudo do funcionamento dos processos de construção textual.

Outra discussão que pode ser traçada a respeito da relação entre gênero e Organização Tópica concerne à relação entre a finalidade sociocomunicativa de defesa de posicionamento crítico e as unidades de organização intratópica identificadas em nossos dados, no caso, posição e suporte. Como apontamos, os tópicos discursivos reconhecidos em nosso *corpus* associam-se ao propósito de defesa de um determinado posicionamento crítico, como o de defender o provável envolvimento de Lula na Lava Jato e o de argumentar a favor de ganhos com a flexibilização de regras de contratação e com a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, tópicos discursivos instaurados nos SegTs exemplificados em (37) e (38), respectivamente. Nesse sentido, o segmento textual que expressa a ideia central do SegT, ou seja, a sua posição, poderia ser analisado como responsável pela defesa mais direta de um posicionamento crítico, ao passo que o suporte poderia ser entendido como um trecho textual que manifesta a defesa desse posicionamento de forma indireta. Veja-se o exemplo em (39):

- (39)
- | | |
|--|----|
| <u>Candidatos não são os melhores juízes</u> do que constitua o interesse público. | 1 |
| <u>Tampouco haverá regras abstratas</u> , como o tamanho de uma bancada federal, | 2 |
| <u>capazes de distinguir entre uma legenda de aluguel a serviço de um</u> | 3 |
| <u>microcandidato folclórico e o partido pequeno</u> , mas que apresente um candidato | 4 |
| sério e representativo. | 5 |
| | |
| <u>É aos próprios órgãos de comunicação</u> , a quem importa zelar pela qualidade do evento, | 6 |
| <u>que caberia decidir sobre seus participantes.</u> | 7 |
| | |
| <u>A relevância jornalística e o interesse público são os únicos critérios razoáveis a</u> | 8 |
| <u>seguir</u> . Num país sob domínio das regras burocráticas – e dos que sabem | 9 |
| manipulá-las em conveniência própria –, isso é o que menos conta. (Regras | 10 |
| demais, <i>Folha de S. Paulo</i> , 19 ago. 2016) | |

O tópico discursivo do SegT em (39) pode ser reconhecido como *Pertinência da decisão das regras de participação em debates eleitorais pelos órgãos de comunicação*. Nas linhas 6-7, esse tópico é expresso em termos mais gerais, como se pode ver no trecho *é aos próprios órgãos de comunicação que caberia decidir sobre seus participantes* (linhas 6-7). Já nos dois grupos de enunciados nas linhas 1-5 e 8-10, esse tópico é desenvolvido de maneira mais específica, mais indireta, de modo que nas linhas 1-5 a concernência se dá especificamente sobre a ideia *Juízes inapropriados para decidir as regras para participação em debates eleitorais*, como indica o enunciado *candidatos não são os melhores juízes* (linha 1), e nas linhas 8-10 a concernência dá-se a respeito dos *Crítérios a seguir para decidir a participação dos candidatos em debates eleitorais*, como sugere o enunciado *a relevância jornalística e o interesse público são os únicos critérios razoáveis a seguir* (linhas 8-9). Desse modo, no SegT em questão, as linhas 6-7 podem ser analisadas como posição e os dois agrupamentos de enunciados nas linhas 1-5 e 8-10, como dois suportes.

Considerando que, via de regra, o SegT, como um todo, sugere um posicionamento crítico a respeito de determinado assunto discutido no editorial e que a unidade de posição expressa a ideia central do SegT e as unidades de suporte, diferentes ideias subsidiárias relativamente a essa ideia central, podemos argumentar que a unidade de posição expressa, de forma direta, tal posicionamento crítico, enquanto as unidades de suporte o expressam de forma mais específica, indireta. Em outras palavras, podemos dizer que a unidade de posição estaria mais relacionada com a finalidade sociocomunicativa de defesa de um posicionamento crítico do editorial, ao passo que a unidade de suporte apresentaria referências subsidiárias quanto a tal finalidade. Observe-se que a defesa do posicionamento crítico no SegT em (39) é expressa diretamente pelo trecho distinguido em 6-7, identificado como posição, o qual reúne referentes concernentes ao posicionamento de que seria pertinente que os órgãos de comunicação decidissem as regras para participação em debates eleitorais, o que nos levou a reconhecer o tópico discursivo do SegT ora analisado como *Pertinência da decisão das regras de participação em debates eleitorais pelos órgãos de comunicação*. Já nos outros dois grupos de enunciados, recortados nas linhas 1-5 e 8-10 e reconhecidos como dois suportes, esse posicionamento é construído de forma indireta, como nos trechos *candidatos não são os melhores juízes* (linha 1) e *a relevância jornalística e o interesse público são os únicos critérios razoáveis a seguir* (linhas 8-10).

Como dissemos na seção 2.3.2, posição e suporte podem funcionar, respectivamente, como a apresentação de uma tese seguida de argumentos que dão sustentação a essa tese, como a proposição de um problema seguida de consequências desse problema. Assim, podemos concluir que as unidades de organização intratópica de posição e suporte se relacionariam com a finalidade sociocomunicativa de defesa de posicionamento crítico no editorial na medida em que a posição defenderia determinado posicionamento crítico, apresentando uma tese, propondo um problema, opinando de forma direta sobre um fato em pauta na sociedade. Já o suporte contribuiria para a defesa de tal posicionamento, argumentando a favor da uma tese, recortando consequências de um problema proposto, formulando opiniões sobre o fato em questão de forma indireta. É nessa direção que acreditamos que as unidades de posição e suporte se relacionam com a finalidade sociocomunicativa de defender um determinado posicionamento crítico, já que, ao apresentarem referências centrais e referências subsidiárias em relação ao tópico discursivo do SegT, posição e suporte manifestam também referências centrais e subsidiárias a um determinado posicionamento crítico assumido no interior do SegT.

Na sequência, ilustramos mais um caso que exemplifica a relação da finalidade sociocomunicativa do editorial com as unidades de posição e suporte:

- | | | |
|------|---|------------------|
| (40) | <p>Por ora, <u>a defesa de Lula preferiu recorrer a uma escalafobética denúncia à Comissão de Direitos Humanos da ONU</u> e apelar à ironia, ao dizer que o caso do sítio em Atibaia não pode ser julgado pela Justiça paranaense porque “Atibaia não é Atobá, uma cidade do Paraná”.</p> | 1
2
3
4 |
| | <p>A julgar pela força da acusação do Ministério Público, porém, <u>os mais de 20 advogados de Lula, mais cedo ou mais tarde, terão de ter argumentos um pouco mais sólidos para defendê-lo.</u> (O papel de Lula, <i>O Estado de S. Paulo</i>, 7 ago. 2016).</p> | 5
6
7 |

Em (40), o tópico discursivo pode ser reconhecido como *Necessidade de fortalecimento dos argumentos em defesa de Lula*. Nas linhas 1-4, esse tópico é expresso de forma mais particular, uma vez que a concernência específica gira em torno da ideia *Denúncia escalafobética da defesa de Lula à ONU*, como demonstra o enunciado *a defesa de Lula preferiu recorrer a uma escalafobética denúncia à Comissão de Direitos Humanos da ONU* (linhas 1-2). Por outro lado, nas linhas 5-6, o tópico discursivo do SegT ora discutido manifesta-se de maneira mais geral, como atesta o trecho *os mais de 20 advogados de Lula terão de ter argumentos um pouco mais sólidos para defendê-lo* (linhas 5-7). Seguindo essa análise, identificamos o segmento nas linhas 1-4 como suporte e o segmento em 5-7, como posição.

Levando em conta que o SegT como um todo pode defender um posicionamento crítico e que a unidade de posição expressa a ideia central do SegT e o suporte, uma ideia subsidiária concernente a essa ideia central, pode-se dizer que a posição nas linhas 5-7, em (40), relaciona-se com a finalidade sociocomunicativa de defesa de um posicionamento mediante a expressão direta do posicionamento, enquanto o suporte nas linhas 1-4 vincula-se à defesa de posicionalmente por meio da exposição de argumentação sobre o posicionamento. Note-se que o ponto de vista central defendido no segmento em (40) é o de necessidade de argumentos mais sólidos para defender o ex-presidente Lula, como indica o trecho *os mais de 20 advogados de Lula terão de ter argumentos um pouco mais sólidos para defendê-lo*, o que nos levou a analisar o segmento em 5-7 como posição. Nesse âmbito, o agrupamento de enunciados em 1-4 é subsidiário em relação a esse ponto de vista, haja vista que parece preparar o leitor para defender a necessidade de melhores argumentos em defesa de Lula ao desqualificar uma de suas tentativas de defesa, especificamente quando enuncia *a defesa de Lula preferiu recorrer a uma escalafobética denúncia* (linha 1). Essa análise permite-nos, então, dizer que a relação das unidades de posição e suporte em (40) com a finalidade sociocomunicativa do editorial é também de um conjunto de enunciados que expressam a ideia central e de um conjunto de enunciados que expressam uma ideia subsidiária relativamente à defesa de um determinado posicionamento crítico.

Com relação à variedade de domínios de estruturação intratópica identificada em nossas análises, acreditamos que essa quantidade também estaria relacionada com a finalidade de defesa de um posicionamento crítico e ainda com o teor persuasivo do editorial. Como apresentamos na tabela 4, constatamos que os editoriais investigados apresentam um, dois, três, quatro ou cinco domínios, o que seria uma variedade relativamente extensa de domínios, considerando o espaço em que os editoriais estudados são escritos nos jornais. Assim, a recursividade da relação posição-suporte no interior dos SegTs nos editoriais de jornais paulistas atuais, instalando diferentes domínios nesses SegTs, estaria vinculada à especificação de um esquema fundamentalmente argumentativo, que, via de regra, representa uma relação do tipo tese-argumento, na tentativa de convencer contundentemente sobre a opinião apresentada no editorial.

Como dissemos na seção 1.4.2, Gomes (2007) salienta que o editorial é um gênero com padrões estruturais bastante fixos, que segue um mesmo esquema de organização, o que determinaria a quantidade e também a extensão dos parágrafos e ainda caracterizaria o editorial como um gênero tipicamente regular. Além disso, conforme explicamos na seção de

procedimentos metodológicos, os editoriais investigados em nossa pesquisa ocupam um espaço delimitado no suporte em que são veiculados, de modo que todo o conjunto de editoriais publicado diariamente pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* ocupa, em cada um dos dias selecionados para coleta de dados, um espaço inferior a uma página de cada um dos jornais. Esse caráter bastante regular dos editoriais e também a restrição quanto ao espaço ocupado pelo gênero no jornal também nos oferecem subsídios para explicar a relação entre o processo de Organização Tópica nos editoriais paulistas atuais e aspectos caracterizadores do gênero.

Nossa pesquisa revelou, como já discutimos, que os editoriais paulistas se particularizam por apresentarem apenas dois, três ou quatro tópicos discursivos específicos, o que seria uma quantidade relativamente baixa de tópicos discursivos (e de SegTs mínimos) por editorial se comparada, por exemplo, à quantidade de tópicos identificada no gênero conversação espontânea, no qual Jubran *et al* (2002) identificaram uma conversação com sessenta e um tópicos discursivos mais particulares. Essa pouca diversidade na quantidade de tópicos discursivos estaria relacionada a um gênero de padrões estruturais bastante fixos, que ocupa um espaço restrito no jornal, cujos parágrafos são definidos previamente em termos de quantidade e de extensão.

O estudo do processo de Organização Tópica nos editoriais paulistas atuais também constatou que o gênero em apreço se caracteriza por apresentar um ou dois QTs, com predomínio de um QT. A nosso ver, a pouca especificação de tópicos mais abrangentes em tópicos mais específicos, dando origem a poucos QTs, também encontraria justificativa na extensão do editorial, na medida em que, ocupando uma área relativamente curta no jornal, o editorial não dispõe de espaço para discutir um problema detalhadamente, o que faria, então, que o tópico discursivo mais amplo do editorial se desdobrasse em poucos tópicos mais específicos e apenas em alguns poucos casos algum desses tópicos mais específicos se desdobrasse em outros tópicos ainda mais particularizadores, formando poucos QTs. Nesse sentido, a defesa do posicionamento crítico materializa-se nos editoriais paulistas atuais em apenas um ou dois QTs porque o gênero é limitado, no que diz respeito à extensão, a um pequeno espaço no jornal.

Quanto às formas de linearização tópica identificadas em nossos dados, o predomínio quase absoluto da continuidade tópica estaria relacionado com a elaboração de um gênero de padrões estruturais fixos, previamente planejado, reeditado, que busca uma construção textual estruturalmente clara e objetiva, desprovida de interrupções e inserções na linearidade dos

temas abordados (cf. PENHAVEL; GUERRA, 2016b). Desse modo, a predominância da continuidade tópica estaria vinculada ao funcionamento de um gênero altamente regular e à construção de uma argumentação objetiva, que procura atuar rigidamente no convencimento do seu interlocutor.

Como procuramos mostrar, a regularidade nos editoriais investigados quanto à quantidade de tópicos discursivos, de QTs e ao predomínio da continuidade tópica pode ser relacionada com o caráter sistemático, bastante fixo do gênero editorial. No entanto, casos que parecem se distanciar do que é mais regular na Organização Tópica nos editoriais paulistas atuais também podem ser explicados por características do próprio gênero, particularmente pela finalidade sociocomunicativa de defesa de um posicionamento crítico e pelo caráter persuasivo do editorial. Por exemplo, o movimento de tópico, encontrado apenas em 3,77% dos casos de linearização (2 ocorrências), poder ser entendido em um contexto em que dois tópicos discursivos específicos, concretizados em dois SegTs mínimos, exemplificam de dois diferentes modos uma questão tratada no tópico discursivo mais amplo ao qual esses tópicos são subordinados. Assim, o movimento de tópico encontrado em nossos dados também atuaria na tentativa de convencimento do posicionamento assumido no editorial, na medida em que, como decorrente de exemplos do que se trata no tópico mais amplo, os dois SegTs mínimos envolvidos no movimento sustentam um posicionamento assumido no tópico discursivo mais abrangente. Na sequência, retomamos o caso de movimento de tópico discutido no exemplo em (27) para exemplificar como essa forma de linearização poderia ser considerada uma forma de persuasão.

(41) Tópico central: *A incompetência do prefeito Haddad para administrar São Paulo*

[Tópico Discursivo1: *Falta de planejamento do prefeito Haddad*]

[Tópico Discursivo 1.1: SegT mínimo 1: *Falta de planejamento nas regras do táxi preto*]

Surpreende a falta de planejamento do prefeito Fernando Haddad. Periodicamente, ele 1
lança novas regras, muitas vezes em sentido oposto ao que ele próprio havia determinado anteriormente, 2
gerando insegurança jurídica, bagunçando a vida das pessoas e desestimulando investimentos. 3
Basta ver que, em dezembro do ano passado, por exemplo, a gestão Haddad promoveu 4
um sorteio de 5 mil alvarás do chamado “táxi preto”, cuja finalidade era oferecer um serviço de alto 5
padrão, com carros melhores. Muita gente se interessou, com mais de 27 mil inscrições para o sorteio. 6
Agora, menos de um ano depois, as regras são alteradas e quem investiu suas reservas para ingressar na 7
categoria dos táxis pretos – cujas tarifas originalmente podiam ser até 25% mais caras que as do táxi 8
comum – tem de se contentar em cobrar o preço mais baixo. 9

[Tópico Discursivo 1.2: SegT mínimo 2: *Falta de planejamento de regras para circulação de táxis nas faixas de ônibus*]

Outro exemplo de arbitrariedade da Prefeitura ocorreu com as regras para circulação de táxi nas faixas exclusivas de ônibus. Num determinado momento, a gestão Haddad proibiu a utilização dessas faixas pelos táxis, sob o argumento de que eles atrapalhavam a circulação dos ônibus. Na ocasião, não apresentou qualquer estudo para justificar a medida – ia ser assim e acabou. Passaram-se alguns meses e a Prefeitura regulamentou o serviço de transporte individual por aplicativo. Diante da oposição dos taxistas a essa medida municipal, a Prefeitura ofereceu-lhes uma espécie de presente de consolação, liberando novamente o uso das faixas de ônibus pelos táxis. (Haddad, o tormento, *O Estado de S. Paulo*, 25 ago. 2016)

Conforme discutimos na seção 2.3.1.3, a centração de todo o segmento textual ilustrado em (41) dá-se em torno do tópico discursivo *Falta de planejamento do prefeito Haddad*. No interior desse tópico discursivo, há dois tópicos discursivos mais específicos, materializados em dois SegTs mínimos. No SegT mínimo 1, a centração gira em torno do tópico *Falta de planejamento nas regras do táxi preto*, como sugerem os elementos textuais *a gestão Haddad promoveu um sorteio de 5 mil alvarás do chamado “táxi preto” (linhas 4-5) e agora, menos de um ano depois, as regras são alteradas (linha 7)*. Já no SegT mínimo 2, a centração dá-se a respeito da *Falta de planejamento de regras para circulação de táxi nas faixas de ônibus*, como indicam os trechos *a gestão Haddad proibiu a utilização dessas faixas pelos táxis (linhas 11-12) e não apresentou qualquer estudo para justificar a medida (linha 13)*. Como pode-se notar, os tópicos nos SegTs mínimos 1 e 2 desenvolvem, cada um, um exemplo da falta de planejamento do então prefeito Fernando Haddad para administrar a cidade de São Paulo, o que nos permite, então, defender que há movimento de tópico na disposição linear dos SegTs mínimos 1 e 2.

Uma vez reiterada a análise do exemplo em (41) como um caso de movimento de tópico, passamos a explicar, enfim, por que acreditamos que a ocorrência de movimento de tópico pode se justificar em razão da finalidade sociocomunicativa de defesa de posicionamento do editorial, podendo ainda ser analisada como uma estratégia de persuasão.

Retomando a discussão traçada anteriormente a respeito da efetivação da finalidade sociocomunicativa do gênero editorial por meio dos tópicos discursivos instaurados no gênero, podemos dizer que a finalidade de defesa de posicionamento crítico do editorial é materializada no tópico discursivo *Falta de planejamento do prefeito Haddad*, o que indica, portanto, que o trecho em (41) defende que Haddad não tem planejamento para administrar a capital paulista. Assim, os tópicos discursivos nos SegTs 1 e 2 no exemplo em questão podem ser analisados como argumentos que sustentam a defesa do posicionamento crítico a respeito da falta de planejamento de Haddad como prefeito da referida cidade.

Observe-se que a construção da tese de que falta planejamento a Haddad para administrar São Paulo perpassa toda a organização textual-interativa do segmento textual em

(41), como sugerem os trechos sublinhados no interior do exemplo em questão, mas pode ser sustentada por dois segmentos textuais distintos, os quais analisamos como SegTs 1 e 2 no exemplo em (41). Assim, no SegT 1, a sustentação da ideia de que falta planejamento a Haddad para administrar São Paulo é construída por uma primeira exemplificação da falta de planejamento do referido prefeito, *a falta de planejamento nas regras do táxi preto*, como indicam os trechos textuais *a gestão Haddad promoveu um sorteio de 5 mil alvarás do chamado “táxi preto”* (linhas 4-5) e *agora, menos de um ano depois, as regras são alteradas* (linha 7). No SegT 2, a sustentação do posicionamento de que falta planejamento a Haddad para administrar São Paulo advém de um segundo exemplo da administração não planejada de São Paulo por Haddad, o caso de *falta de planejamento para a definição de regras para circulação de táxi nas faixas de ônibus*, como apontam os trechos *a gestão Haddad proibiu a utilização dessas faixas pelos táxis* (linhas 11-12) e *não apresentou qualquer estudo para justificar a medida* (linha 13).

É, então, nesse sentido que defendemos que os tópicos discursivos materializados nos SegTs 1 e 2 no caso em (41) podem funcionar como argumentos que sustentam o posicionamento de que há falta de planejamento do prefeito Haddad, tópico discursivo mais amplo de todo o segmento textual demonstrado em (41). É, ainda, nessa mesma direção que cremos que o caso de movimento de tópico em (41) pode ser analisado como uma estratégia de persuasão que contribui para a efetivação da finalidade sociocomunicativa do gênero editorial, já que, ao constituírem-se como dois diferentes exemplos da *Falta de planejamento do prefeito Haddad*, os tópicos discursivos nos SegTs 1 e 2 parecem funcionar como comprovação da tese a respeito de tal falta de planejamento. Dito de maneira mais detalhada, os exemplos da falta de planejamento de Haddad nas regras do táxi preto e da falta de planejamento do referido prefeito nas regras sobre circulação de táxi nas faixas de ônibus, tópicos abordados nos SegTs mínimos 1 e 2, respectivamente, parecem atuar como provas de que Fernando Haddad, de fato, não tem planejamento para administrar São Paulo, ideia central de todo o segmento textual em (41). Dessa forma, podemos dizer que a relação entre o tópico discursivo mais abrangente do segmento em (41) e os seus dois tópicos discursivos mais específicos seria do tipo tese-argumento-argumento, o que se justificaria, então, em virtude da natureza argumentativa do gênero editorial e da finalidade sociocomunicativa de defesa de posicionamento dos editoriais.

De forma resumida, nesta seção, procuramos refletir sobre como a Organização Tópica em editoriais paulistas do século XXI poderia estar relacionada a aspectos caracterizadores do

gênero em questão, em particular, à finalidade sociocomunicativa de defesa de posicionamento crítico do editorial. Como demonstramos, o funcionamento do processo de Organização Tópica nos editoriais estudados parece estar bastante relacionado com a situação de uso da linguagem na qual se efetiva, no caso específico, com o propósito sociocomunicativo do gênero.

Conforme discutimos, a finalidade de defesa de posicionamento crítico do editorial pode ajudar a compreender a natureza dos tópicos discursivos abordados nos editoriais analisados neste estudo, uma vez que esses tópicos, via de regra, parecem vincular-se ao propósito de defesa de um ponto de vista. Nessa mesma direção, as unidades de organização intratópica de posição e suporte, ao manifestarem, respectivamente, referências centrais e referências subsidiárias relativamente ao tópico discursivo do SegT, manifestam também referências centrais e subsidiárias a um posicionamento crítico. Nossas discussões também mostram que o caráter bastante regular, fixo do editorial e ainda a restrição do gênero a um espaço muito delimitado no jornal pode contribuir para o entendimento do funcionamento do processo de Organização Tópica nos editoriais paulistas, oferecendo subsídios para explicar a quantidade de tópicos discursivos, de QTs e de formas de linearização tópica. Por fim, mostramos que mesmo uma forma de linearização pouco frequente nos editoriais, como o movimento de tópico, pode ser compreendida no contexto do gênero em que ocorre, o que reafirma nosso posicionamento (que também é assumido no âmbito da GTI) acerca da relação estreita entre a situação concreta de uso da linguagem e o funcionamento dos processos de construção textual.

2.4. Considerações finais

No presente capítulo, buscamos detalhar o *corpus* e os procedimentos de análise utilizados em nosso estudo, além de desenvolver cada um dos nossos objetivos de pesquisa, que levam, de modo geral, ao entendimento do funcionamento do processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI. As reflexões formuladas neste capítulo certificam a existência de uma unidade sistemática, estruturada no âmbito da organização textual da língua, o que sustenta a construção de uma abordagem gramatical do estudo do texto, e a possibilidade de se compreender o funcionamento da língua segundo as suas condições de efetivação. As formulações aqui empreendidas também reafirmam que o texto pode, de fato, ser estudado a partir de uma unidade de análise própria, de estatuto

textual, que extrapole o limite frasal, sendo uma unidade que atue na composição do texto e apresente dados informativo-interacionais semelhantes ao texto, como o Segmento Tópico, unidade considerada na GTI. Por fim, acreditamos que as discussões realizadas neste capítulo levam a pensar que a organização do texto em tópicos discursivos parece ser um elemento primordial na construção textual, o que colaboraria, então, para a confirmação do pressuposto assumido na GTI de que a Organização Tópica seria o fio condutor da organização textual-interativa.

CONCLUSÕES

Como definimos, o objetivo geral deste trabalho foi analisar o processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI e os objetivos específicos foram: (i) analisar se (e como) os editoriais paulistas atuais apresentam complexidade intertópica; (ii) analisar a organização intratópica em editoriais de jornais paulistas atuais, no intento de verificar se esse processo é sistemático ou essencialmente variável; (iii) descrever os principais aspectos da finalidade sociocomunicativa do gênero editorial e avaliar em que medida o processo de Organização Tópica em editoriais paulistas do século XXI está relacionado a esses aspectos.

No que diz respeito ao primeiro objetivo, nossas análises mostram que os editoriais apresentam complexidade intertópica, uma vez que se desdobram em dois, três ou quatro tópicos discursivos específicos. Trata-se de uma constatação diferente do que previa a hipótese que formulamos inicialmente, segundo a qual cada editorial tenderia a apresentar apenas um tópico discursivo. Assim, quanto à quantidade de tópicos discursivos específicos por editorial, os editoriais paulistas do século XXI são bastante semelhantes aos editoriais paulistas dos séculos XIX e XX investigados por Penhavel e Guerra (2016a, 2016b), haja vista que, nos editoriais do século XIX, os autores identificam complexidade intertópica em 68% dos casos e, nos editoriais do século XX, em 100% dos casos. Nesses dois séculos, os autores ainda verificam que o desdobramento do tópico central, na maioria dos casos, acarreta a formação de dois, três, quatro ou cinco subtópicos e, em alguns casos, um desses subtópicos subdivide-se em dois ou três subtópicos mais específicos. As constatações dos autores, juntamente com os resultados de nossa pesquisa, sugerem uma certa estabilidade do processo de organização intertópica nos editoriais paulistas ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Em nosso estudo, não chegamos a focalizar a comparação da organização tópica nos editoriais desses três períodos. De todo modo, esse poderia ser mais um dos trabalhos a ser desenvolvido na continuação desta pesquisa.

As análises relativas ao primeiro objetivo de nosso estudo ainda tentam mostrar que a questão da quantidade de tópicos discursivos específicos por editorial pode ser um fator que colabora para a caracterização do gênero textual editorial e para a distinção desse gênero de outro gênero textual. A instauração de dois, três ou quatro tópicos discursivos específicos nos editoriais pode sugerir uma diferença desse gênero em relação ao gênero artigo de opinião, investigado no trabalho de Hanisch (2017). Em uma análise realizada com vinte artigos de

opinião, a autora constatou que esse gênero tende a instaurar de três a nove tópicos discursivos específicos por artigo, com predomínio de três tópicos por artigo (40% dos casos). No que diz respeito à quantidade de QTs por artigo de opinião, a autora apurou que, assim como os editoriais, os artigos de opinião formam um ou dois QTs, havendo ocorrência maior de um QT por artigo (60% dos casos). Nesse contexto, a ocorrência de um ou dois QTs por artigo de opinião, com predomínio de um QT por artigo, indicaria uma certa semelhança na Organização Tópica nos gêneros editorial e artigo de opinião. Por outro lado, a instauração de três a nove tópicos discursivos mais particularizadores nos artigos poderia sinalizar uma certa diferença na Organização Tópica nos dois gêneros em questão. Assim, essa diferença poderia ser apontada como um fator que pode contribuir para particularizar os dois gêneros e os diferenciar entre si, comprovando, portanto, que as regularidades textuais identificadas no processo de Organização Tópica contribuem para a caracterização dos diferentes gêneros textuais.

Quanto ao segundo objetivo, nossa investigação mostra que os SegTs mínimos dos editoriais de jornais paulistas atuais podem, de fato, ser descritos em termos de uma regra geral de organização, que se baseia na combinação potencialmente recursiva das unidades de posição e suporte. Essa apuração confirma a nossa hipótese de que a regra de estruturação intratópica nos editoriais seria similar à regra de organização intratópica identificada por Penhavel (2010) no gênero relato de opinião, semelhança que se justificaria em virtude da natureza essencialmente argumentativa de ambos os gêneros. Ainda, a identificação de uma regra de organização intratópica no gênero editorial atua na confirmação da hipótese formulada por Penhavel (2010), a respeito da natureza essencialmente sistemática da estruturação interna de SegTs mínimos nos diversos gêneros, contribuindo, então, para a possibilidade de desenvolvimento de conjunto amplo de pesquisas voltadas para a análise das regras de estruturação interna de SegTs mínimos nos mais diversos gêneros e para a identificação de um inventário das regras à disposição dos interlocutores no momento da construção e da interpretação de textos.

Com relação a nosso terceiro objetivo, nosso trabalho buscou mostrar que a Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI é um recurso linguístico-textual utilizado a serviço da efetivação da finalidade sociocomunicativa do gênero. Essa relação entre a organização de um processo de construção textual em um gênero específico e a finalidade sociocomunicativa desse gênero estaria em conformidade com um dos pressupostos

da GTI, segundo o qual os processos de construção textual são determinados pelas situações de interlocução nas quais se efetivam.

Conforme destacamos em alguns pontos no decorrer de nosso trabalho, nossas análises ainda mostram a pertinência dos pressupostos teórico-metodológicos da GTI para o estudo do texto segundo uma gramática textual-interativa. Foi possível demonstrar, por exemplo, que a propriedade da centração permite, de fato, que o analista identifique os tópicos discursivos instaurados em um texto, bem como os seus respectivos SegT mínimos. Além disso, atestamos também que a propriedade da organicidade pode, efetivamente, colaborar para a identificação das relações entre os tópicos discursivos de um texto. Dessa forma, nosso trabalho comprova que o processo de Organização Tópica, particularizado pelas propriedades de centração e organicidade, pode ser entendido, de fato, com um processo central de construção textual

Nossas constatações acerca da validade da Organização Tópica para o estudo textual-interativo demonstram, especificamente, a importância da propriedade da centração para o reconhecimento do estatuto de tópico discursivo de determinado agrupamento de enunciados e também para a identificação de um conjunto de enunciados como central ou subsidiário relativamente ao tópico do SegT mínimo. Como procuramos demonstrar, é a concernência entre elementos textuais, bem como a relevância desses elementos no ponto do texto em que estão inseridos que devem guiar o reconhecimento do estatuto de tópico de determinado segmento textual e também a identificação do estatuto de unidade central ou subsidiária em relação ao tópico do SegT. Em alguns casos mais delicados, mostramos ainda que é fundamental levar em conta todo o contexto em que um agrupamento de enunciados se insere para defender o estatuto de tópico desse agrupamento ou a condição de agrupamento central ou subsidiário no interior do SegT, o que já evidencia a eficácia de se realizar uma análise textual-interativa levando em conta as funções e propriedades dos fatos linguísticos definidas nas situações concretas de interlocução.

A sistematização da Organização Tópica em um gênero específico confirma ainda que a proposta de uma gramática do texto, como a GTI, é, por certo, muito relevante para os estudos linguísticos de maneira geral e, em especial, para os estudos em Linguística de Texto, uma vez que demonstra que o texto é uma atividade estruturada, que apresenta regularidades próprias de organização e que, portanto, pode ser descrito segundo uma abordagem gramatical. Nesse sentido, ao apontar as regularidades do processo de Organização Tópica em

um determinado gênero, nosso estudo encontra relevância na medida em que contribui, então, para as reflexões sobre a construção de uma gramática do texto.

Como chamamos a atenção neste trabalho, nossa pesquisa apontou a dificuldade, em algumas ocasiões, para sistematizar algumas questões envolvidas no processo de Organização Tópica em editoriais paulistas atuais, a exemplo da dificuldade para estabelecer limites precisos entre os níveis intertópico e intratópico. Nesse sentido, reconhecemos que nosso trabalho não propõe critérios para a identificação de tal limite – nem nossos objetivos previam essa proposta –, todavia enfatizamos que algumas das questões não sistematizadas neste trabalho não indicam apenas os limites de nossa pesquisa, mas ressaltam, sobretudo, que há pontos sobre a organização textual-interativa que ainda precisam ser mais bem sistematizados no interior da GTI, uma abordagem, como dissemos na seção de introdução, relativamente recente. De todo modo, cremos que os pressupostos teórico-metodológicos da GTI são legítimos e válidos para a descrição do texto de um ponto de vista textual-interacional.

A constatação de que há questões sobre a organização textual-interativa que precisam ser mais bem sistematizadas no interior da GTI nos levou a identificar alguns possíveis temas de pesquisa a serem desenvolvidos na continuação deste trabalho, como chegamos a mencionar em alguns pontos de nossa dissertação. A lista apresentada a seguir sintetiza esses possíveis futuros temas de pesquisa:

i) observar se os diferentes tópicos discursivos de um texto teriam diferentes funções textual-interativas, de modo a verificar como se manifestaria a gradiência das funções textual-interativas no processo de Organização Tópica e, a partir dessa análise, propor uma tipologia das funções textual-interativas exercidas pela Organização Tópica, assim como já proposto em outros processos de construção textual reconhecidos no interior da GTI e no uso dos MDs, que podem assumir os papéis de basicamente sequenciadores ou de basicamente interacionais nas situações de interação verbal;

ii) estender a análise da organização intratópica para outros gêneros, com o intuito de verificar se as unidades de organização intratópica chamadas de posição e suporte poderiam ser identificadas nos mais diferentes gêneros textuais, ou se seriam unidades típicas de gêneros de cunho argumentativo, como o relato de opinião e o editorial;

iv) definir critérios mais precisos para o estabelecimento de limites entre os níveis intertópico e intratópico, com o intuito de colaborar para a definição da noção de SegT mínimo e de unidade de estruturação intratópica.

A análise que desenvolvemos em nosso trabalho evidencia que a Organização Tópica constitui um processo central de construção textual. Acreditamos, nesse sentido, que este estudo contribui para uma maior compreensão da sistematicidade da construção textual ao reconhecer a regularidade que rege o processo de Organização Tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI. Esperamos que nosso trabalho, seja por seus resultados, seja por seus limites, suscite novos objetos de pesquisa nos estudos linguísticos, especialmente nos estudos desenvolvidos no âmbito da GTI, contribuindo, assim, para a maior compreensão do funcionamento do português brasileiro, em especial, do português paulista, para o entendimento da sistematicidade do domínio da organização textual da língua e, ainda, para uma maior sistematização, avanço e consolidação da GTI, uma proposta brasileira de gramática de texto.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BHATIA, V. K. *Analysing genre: language use in professional settings*. New York: Longman, 1993.

_____. Genre Analysis Today. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 1997.

CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CASTILHO, A. T. O português culto falado no Brasil – história do Projeto Nurc no Brasil. In: PRETI, D. URBANO, H. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. v. IV, Estudos. São Paulo: T.A. Queiroz/Fapesp, 1990. p. 141-197.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L.; AQUINO, Z. Correção. In: JUBRAN, C. C. A. S. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 241-256.

GARCIA, A. G. *Análise do processo de linearização tópica em narrativas de experiência e descrições*. Relatório de Iniciação Científica (Licenciatura em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2015.

GOMES, V. S. G. *Traços de mudança e permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. 313f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GONÇALVES, S. C. L. *Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista): O português falado na região de São José do Rio Preto – constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo*. São José do Rio Preto: UNESP, 2007 (Relatório científico, FAPESP).

GRICE, P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Org.). *Syntax and semantics*. v. 3: Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 43-58.

GRICE, P. Further notes on logic and conversation. In: COLE, P. (Org.). *Syntax and semantics*. v. 9: Pragmatics. New York: Academic Press, 1978. p. 113-128.

GUERRA, A. R.; PENHAVEL, E. O processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XIX. *Revista Confluência*, n. 3738, p. 137-161, 2010.

HANISCH, C. V. Estudo do processo de Organização Tópica em artigos de opinião de alunos da Universidade Federal do Acre – Câmpus Floresta. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DA UNESP, 9., 2017, São José do Rio Preto. *Debates*. São José do Rio Preto: UNESP, 2017. Trabalho apresentado na modalidade debate.

JUBRAN, C. C. A. S. Introdução. In: _____ (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015a. p. 27-36.

_____. Tópico Discursivo. In: _____ (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015b. p. 85-126.

_____. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 89-132.

_____. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T. et al. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, 2007. p. 313-327.

JUBRAN, C. C. A. S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado: Níveis de análise linguística*. 4. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 341-420.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Desvendando os segredos do texto*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 62-71.

KOCH, I. G. V.; FÁVERO, L. L. Contribuição a uma tipologia textual. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 3, p. 3-10, 1987.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization. *Text*, Berlin, v.8, n.3, p.243-281, 1988.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELLO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MILLER, C. R. Genre as Social Action. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Org.). *Genre and the New Rethoric*. London: Taylor & Francis, 1984.

NEVES, M. H. M. Reflexões sobre a investigação gramatical. In: Anais do Congresso Internacional da ABRALIN, 1. Salvador: ABRALIN; FINEP; UFBA, 1996. p. 421-427.

OLIVEIRA, G. A. *Estudo do processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XXI*. 194f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.

PENHAVEL, E. Estudo do processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos Mínimos em diferentes gêneros textuais. Relatório Final de Pesquisa. São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista, 2017.

_____. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 168f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PENHAVEL, E.; DINIZ, T. C. G. O processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos Mínimos em Cartas de Leitores mineiras do início do século XXI. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 8, n. 11, p. 21-38, 2014.

PENHAVEL, E.; GARCIA, A. G. Tipos de linearização tópica na Gramática Textual-Interativa. *Fórum linguístico*, Florianópolis, v.14, n.1, p. 1792-1807, 2017.

PENHAVEL, E.; GUERRA, A. G. *Estudo do processo de Articulação Tópica em diferentes gêneros textuais na história do português paulista*. Projeto de Pesquisa. São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista, 2011.

_____. Estudo do processo de Articulação Tópica em diferentes gêneros textuais na história do português paulista. In: ALMEIDA, M. M. S. *Projeto de História do Português Paulista II*. Relatório de pesquisa apresentado à FAPESP (Proc.: 11/51787-5). São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista, 2015.

_____. Estudo do processo de Articulação Tópica em diferentes gêneros textuais na história do português paulista. In: ALMEIDA, M. M. S. *Projeto de História do Português Paulista II*. Relatório de pesquisa apresentado à FAPESP (Proc.: 11/51787-5). São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista, 2016a.

_____. O processo de Organização Tópica em editoriais oitocentistas do jornal O Estado de S. Paulo. *Acta Semiótica et Linguística*, Paraíba, v.21, p.14-28, 2016b.

PINHEIRO, C. L. Diacronia de processos constitutivos do texto: organização tópica de cartas de leitores. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE LA AMÉRICA LATINA, 16., 2011, Alcalá de Henares. *Actas...* Alcalá de Henares: ALFAL, 2011, p. 3617-3623.

_____. *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL, 2005.

SWALES, J. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ZAVAM, A. S. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornal*. 419f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ANEXO I: ANÁLISE INTERTÓPICA

Título do jornal: Folha de S. Paulo

Data: 1 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “Folha de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>)

Número do editorial: 1

Debate incipiente

[SegT mínimo 1]	
Dada a constante enxurrada de revelações da Operação Lava Jato, e ainda mais na iminência dos Jogos Olímpicos, parece distante das atenções gerais <u>a disputa pela Prefeitura de São Paulo</u> .	1 2 3
Apresentando os principais candidatos das eleições de outubro, as sabatinas realizadas pela Folha , pelo UOL e pelo SBT servem de <u>ponto de partida para um debate</u> ainda a ser travado com maior detalhamento e convergência temática.	4 5 6
<u>O caráter incipiente das discussões</u> ficou claro no caso do atual líder das pesquisas, Celso Russomano (PRB). Ele se esquivou de desenvolver o tema de seus vínculos com a Igreja Universal do Reino de Deus, ou de esclarecer quais seriam suas fontes de arrecadação.	7 8 9 10
Na outra ponta do espectro, Luiza Erundina (PSOL) teve o mérito de abordar um verdadeiro tabu eleitoral: aumento de impostos.	11 12
[SegT mínimo 2]	
Nas últimas administrações, o que se viu foram inúmeros obstáculos a novas correções do IPTU, dada a variedade das situações de renda e de localização imobiliária numa cidade como São Paulo.	13 14 15
<u>O debate sobre as finanças</u> , de todo modo, <u>é fundamental</u> para que qualquer projeto urbano ganhe um mínimo de consistência.	16 17
Não há de ser esquecido o caráter fantasioso do “Arco do Futuro” prometido por Fernando Haddad (PT) há quatro anos, em meio aos efeitos especiais do marqueteiro João Santana. Este, agora, abandona o desenho de viadutos de acrílico e trens de cristal para trilhar o amargo caminho da delação, em consequência de seu envolvimento com verbas de caixa dois.	18 19 20 21 22
Tem-se, portanto, uma dupla questão de “financiamento” na disputa para a prefeitura. Não só com respeito às obras urbanas, mas também no que tange às próprias campanhas eleitorais.	23 24 25
[SegT mínimo 3]	
<u>Sobressaem</u> , nesse quadro de penúria, <u>debates sobre as poucas inovações que podem ser feitas a baixo custo</u> – a exemplo das ciclovias e da redução dos limites de velocidade para automóveis, marcas da gestão de Fernando Haddad.	26 27 28
Em busca de um novo oposicionismo com vistas ao eleitorado de classe média – lógica que explica sua aliança com Andrea Matarazzo, antes também candidato pelo PSD – Marta Suplicy (PMDB) fala em rever a política de ciclovias.	29 30 31
João Doria Jr. (PSDB) promete elevar a velocidade permitida nas marginais. O tucano também cogita privatizar os corredores de ônibus e até a gestão das ciclovias.	32 33

[SegT mínimo 4]	
Sem dúvida, um novo tipo de relacionamento entre poder público e setor privado terá de ser imaginado nos próximos anos. Corrupção e obras são faces da mesma moeda. Além das questões urbanas pontuais, <u>a esses pontos os candidatos terão de dar urgente resposta.</u>	34 35 36 37

Análise

Editorial 1	<i>Debate incipiente</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	4
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	<p>Tópico central: <i>Início dos debates pela prefeitura de São Paulo</i></p> <p>Tópico 1: <i>O princípio dos debates pela prefeitura de São Paulo</i> (SegT mínimo 1)</p> <p>Tópico 2: <i>Necessidade de debates sobre finanças</i> (SegT mínimo 2)</p> <p>Tópico 3: <i>Destaque dos debates sobre inovações a baixo custo</i> (SegT mínimo 3)</p> <p>Tópico 3: <i>Necessidade de novo tipo de relacionamento entre poder público e setor privado</i> (SegT mínimo 4)</p>
Linearização	<p>SegT 1 > SegT 2: continuidade</p> <p>SegT 2 > SegT 3: continuidade</p> <p>SegT 3 > SegT 4: continuidade</p>

Título do jornal: Folha de S. Paulo

Data: 1 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “Folha de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>)

Número do editorial: 2

Novos ventos na energia

[SegT mínimo 1]	
Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise. <u>No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor.</u>	1 2
Em 2015, <u>as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica. É o equivalente a quase seis usinas como Belo Monte e acarretou um investimento de US\$ 329 bilhões.</u>	3 4 5
Nesse mesmo ano, enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, <u>a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%.</u>	6 7
O dado se encontra no “Balanço Energético Nacional 2016”, recém-divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e recebeu destaque no caderno especial “Brasil que Dá Certo – Energia Renovável”, publicado na quinta-feira (28) por esta Folha .	8 9 10 11
<u>O desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país. Com isso, sua contribuição firmou-se à frente da fatia das usinas nucleares (1,3%) na produção nacional.</u>	12 13 14
[SegT mínimo 2]	
<u>A liderança incontestada, como de sabe, segue com a hidroeletricidade. Turbinas movidas com a força dos rios produziram 66,7% da energia elétrica consumida no mercado doméstico.</u>	15 16 17
Como se trata de uma fonte renovável (assim como a eólica e a biomassa), essa modalidade contribui para manter a matriz elétrica brasileira como uma das mais limpas do planeta. Mais de três quartos da eletricidade aqui produzida provêm de fontes que não agravam o aquecimento global.	18 19 20 21
[SegT mínimo 3]	
<u>Todas elas, é verdade, inclusive a eólica, sofrem de um modo ou de outro as consequências da crise econômica que se abateu sobre o Brasil e da intervenção desastrosa do governo Dilma Rousseff (PT) no setor elétrico.</u>	22 23 24
<u>O consumo de eletricidade recuou 1,9% em 2015, como seria de esperar com a retração do PIB. Se há poucos anos se falava em risco de desabastecimento, por força da crise hídrica e do intervencionismo petista, agora se experimenta uma paradoxal sobra de energia contratada, o que decerto não ajuda a estimular investidores.</u>	25 26 27 28
[SegT mínimo 4]	
Em termos relativos, contudo, essa situação anômala abre <u>perspectivas mais promissoras para energia eólica (e até para a incipiente solar fotovoltaica).</u>	29 30

<u>O custo de seus equipamentos está caindo, o preço de geração já é competitivo e a instalação é mais rápida que a de usinas hidrelétricas e nucleares – as preferidas das grandes empreiteiras, hoje enredadas com os próceres do setor elétrico nas malhas da Lava Jato.</u>	31 32 33 34
---	----------------------

Análise

Editorial 2	<i>Novos ventos na energia</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	4
Hierarquia	
QTs	2
Níveis	3
Representação	<p>Tópico central: <i>Promessas para o setor de energia brasileiro</i></p> <p>Tópico 1: <i>Aspectos favoráveis ao campo das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial (SegT mínimo 1)</i></p> <p>Tópico 2: <i>A liderança da hidroeletricidade na produção de energia no Brasil (SegT mínimo 2)</i></p> <p>Tópico 3: <i>Consequências da crise econômica brasileira no setor de energias</i></p> <p> Tópico 3.1: <i>Consequências negativas da crise econômica no setor de energias (SegT mínimo 3)</i></p> <p> Tópico 3.2: <i>Boas perspectivas da crise para o setor de energia eólica (SegT mínimo 4)</i></p>
Linearização	<p>SegT 1 > SegT 2: continuidade</p> <p>SegT 2 > SegT 3: continuidade</p> <p>SegT 3 > SegT 4: continuidade</p>

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 1 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 3

Os militares e a segurança pública

[SegT mínimo 1]	
Está tramitando a toque de caixa no Congresso <u>um projeto de lei</u> que transfere à Justiça Militar o julgamento de crimes dolorosos cometidos por militares contra civis até o final deste ano. A intenção é evitar que os militares sejam julgados pela Justiça comum se cometerem algum delito enquanto estiverem atuando em alguma missão de manutenção da lei e da ordem. <u>Tal projeto</u> – que já foi aprovado na Câmara, em regime de urgência, e agora está no Senado – é uma clara violação do Estado Democrático de Direito, pois a lei deve ser igual para todos, e funciona como uma declaração da falência da segurança pública.	1 2 3 4 5 6 7 8
O caráter efêmero da <u>proposta</u> – <u>seus</u> efeitos cessam no fim do ano – indica que se trata de um improviso, como quase tudo o que diz respeito à crítica situação da segurança pública no Brasil. De acordo com o jornal <i>O Globo</i> , <u>o projeto</u> foi uma exigência das Forças Armadas, para dar a seus comandados “proteção e segurança jurídica” no cumprimento de missões como o policiamento durante grandes eventos neste ano. A intenção era que <u>a lei</u> já estivesse em vigor na Olimpíada do Rio, mas a tramitação, embora célere, não foi rápida o bastante. Se <u>a lei</u> passar, valerá, por exemplo, para as eleições municipais, cuja segurança também terá o reforço de militares, conforme requisição do Tribunal Superior Eleitoral.	9 10 11 12 13 14 15 16 17
[SegT mínimo 2]	
<u>O projeto, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), altera o Código Penal Militar</u> , introduzindo um parágrafo segundo o qual crimes dolorosos cometidos por militares contra civis serão da competência da Justiça Militar da União se forem praticados no contexto “do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo presidente da República ou o ministro de Estado da Defesa” e “de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou atribuição subsidiária”.	18 19 20 21 22 23 24
A menção ao presidente, diz a justificativa <u>do projeto</u> , visou a “ampliar a guarda a ser conferida aos militares que estejam sendo empregados em atividades excepcionais”, pois não seria incomum, prossegue <u>o texto</u> , que o chefe de governo determine “o emprego das Forças Armadas em missões atípicas”. <u>A margem para a arbitrariedade que esse trecho da lei proporciona é gritante</u> , ao deixar à imaginação quais situações permitirão que os militares acusados de crimes dolorosos contra civis sejam julgados por seus pares, e não pela sociedade.	25 26 27 28 29 30 31
<u>A menção à manutenção da lei e da ordem é igualmente grave</u> , posto que tem sido recorrente o uso das Forças Armadas como órgão de segurança pública, conforme lembra <u>o próprio projeto de lei</u> , a título de argumentação a favor do texto: “Dessa forma, estando cada vez mais recorrente a atuação do militar em tais operações, nas quais, inclusive, ele se encontra mais exposto à prática da conduta delituosa em	32 33 34 35 36

questão, nada mais correto do que buscar-se deixar de forma clarividente o seu amparo no projeto de lei”. Errado: <u>nada pior do que tentar corrigir um erro com outro.</u>	37 38
[SegT mínimo 3]	
Como exemplo <u>dessa atuação</u> , o texto faz referência às ocupações militares em alguns morros no Rio de Janeiro. O que o texto não diz é que a convocação da tropa foi tida como necessária justamente porque fracassou a chamada “pacificação” desses morros por parte do governo estadual. Ou seja, <u>os militares foram chamados para fazer o trabalho que deveria caber apenas à polícia e para o qual eles não foram treinados</u> – afinal, soldados devem atuar em ambientes nos quais não se dá voz de prisão ao inimigo. O resultado é que <u>a ocupação militar</u> não apenas não deu nenhum resultado prático, como indispôs os moradores com os soldados e ainda os submeteu a <u>servidões para as quais não estão preparados e não aceitam</u> . Haja vista a alegada necessidade de uma alteração legal que, de fato, apenas consagrará um privilégio indevido.	39 40 41 42 43 44 45 46 47 48
[SegT mínimo 2]	
O autor do <u>projeto</u> reconhece que se trata de um “ <u>improviso na lei penal</u> ”, mas diz que é necessário para dar segurança jurídica aos militares que trabalham em policiamento ostensivo. Ou seja, em vez de combater o sucateamento da polícia, <u>criam-se mecanismos provisórios</u> para conviver com seus efeitos nefastos.	49 50 51 52
[SegT mínimo 4]	
Militares não deveriam realizar o trabalho que cabe apenas à polícia, salvo na vigilância das fronteiras. Mas já que de quando em quando são equiparados pela tarefa à polícia, <u>que como ela respondam por seus atos na Justiça comum</u> , a mesma dos demais cidadãos.	53 54 55 56

Análise

Editorial 3	<i>Os militares e a segurança pública</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	4
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>Projeto de lei que altera o Código Penal Militar</i> Tópico 1: <i>Projeto de lei que atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil (SegT mínimo 1)</i>

	<p>Tópico 2: <i>Projeto de má qualidade</i> (SegT mínimo 2)</p> <p>Tópico 3: <i>Exemplo negativo de atuação militar em operação policial para a qual não foi treinada</i> (SegT mínimo 3)</p> <p>Tópico 4: <i>Pertinência do julgamento de militares na Justiça comum</i> (SegT mínimo 4)</p>
Linearização	<p>SegT 1 > SegT 2: continuidade</p> <p>SegT 2 > SegT 3: descontinuidade por inserção tópica</p> <p>SegT 3 > SegT 2: continuidade</p> <p>SegT 2 > SegT 4: continuidade</p>

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 1 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 4

O novo Ciência sem Fronteiras

[SegT mínimo 1]	
Lançado em 2011 pela presidente Dilma Rousseff como uma das mais importantes iniciativas de sua gestão no campo da educação, <u>o programa Ciência sem Fronteiras</u> foi implementado de forma tão inepta que <u>não restou ao governo do presidente em exercício Michel Temer outra saída a não ser reformulá-lo integralmente.</u>	1 2 3 4
Planejado para conceder 101 mil bolsas a estudantes brasileiros interessados em fazer cursos de iniciação científica, mestrado, doutorado, especialização e pós-doutorado em universidades conceituadas de países desenvolvidos, <u>o programa tinha por objetivo reduzir a distância entre as universidades brasileiras e as universidades estrangeiras mais bem classificadas nos rankings internacionais. Mas, em vez de definir critérios precisos, estabelecer metas e dar prioridade às áreas técnicas nas quais o Brasil é carente de especialistas e que são estratégicas para a qualificação de mão de obra e para o desenvolvimento econômico, como matemática, física, química e biologia, o governo Dilma financiou indiscriminadamente cursos em quase todas as áreas do conhecimento, inclusive aquelas em que o mercado de trabalho está saturado, como publicidade e comunicações.</u>	5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15
Como o governo não exigiu dos bolsistas proficiência no idioma em que as atividades didáticas seriam realizadas e as provas seriam aplicadas, <u>muitos não conseguiram acompanhar os cursos em que se matricularam e voltaram ao Brasil sem aperfeiçoar sua formação intelectual. Houve, também, bolsistas que não conseguiram ser aprovados nos exames seletivos das universidades e centros de pesquisa que escolheram.</u> E, por falta de acompanhamento acadêmico e cobrança de resultados, um contingente expressivo de bolsistas abandonou os estudos e usou o valor das bolsas para fazer turismo.	16 17 18 19 20 21 22 23
Só em 2015, o Ciência sem Fronteiras financiou 35 mil bolsistas, a um custo de R\$ 3,2 bilhões aos cofres públicos, valor equivalente ao que foi gasto pelo Ministério da Educação para atender 39 milhões de alunos do programa federal de merenda escolar. Por causa da sucessão de erros administrativos do governo Dilma, <u>parte desse investimento não retornará ao País em forma de capacitação profissional e qualificação acadêmica com padrão de excelência. Os gastos com estudantes que não conseguiram acompanhar aulas, não concluíram um curso acadêmico ou se limitaram a fazer turismo tiveram de ser contabilizados como prejuízo para os cofres públicos.</u>	24 25 26 27 28 29 30 31
[SegT mínimo 2]	
Para acabar com o buraco negro nas finanças públicas em que <u>o Ciência sem Fronteiras</u> se converteu, <u>o governo do presidente em exercício Michel Temer está avaliando as medidas que foram propostas pelos especialistas quando o programa foi lançado.</u> Em vez de conceder indiscriminadamente qualquer tipo de bolsa, <u>a ideia é acabar com as bolsas de graduação e concentrar recursos no financiamento do</u>	32 33 34 35 36

<u>intercâmbio de doutorandos e de estudantes da rede pública de ensino médio e oriundos de famílias de baixa renda.</u>	37
Além disso, <u>as autoridades educacionais pretendem criar mecanismos de acompanhamento acadêmico dos bolsistas, racionalizar os gastos com as bolsas e corrigir distorções.</u> O gasto com uma bolsa de graduação do Ciência sem Fronteiras equivale ao financiamento de um curso integral de quatro anos no Brasil para três alunos. “É preciso considerar a questão do custo/benefício porque o País tem carências, como é o caso do ensino básico”, diz o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), Geraldo Nunes. “O programa foi mal concebido e o MEC teve de tirar dinheiro de outras áreas e de pesquisas de pós-graduação para financiá-lo”, afirma Simon Schwartzman, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.	38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48
[SegT mínimo 3]	
Com a reformulação do Ciência sem Fronteiras, <u>o programa</u> será bem menos ambicioso do que o original. Mas, se for implementado com eficiência, <u>poderá dar muito mais resultados para a qualificação das novas gerações e para o desenvolvimento do País.</u>	49 50 51 52

Análise

Editorial 4	<i>O novo Ciência sem Fronteiras</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>O novo Ciência sem Fronteiras</i> Tópico 1: <i>Necessidade de reformulação do Ciência sem Fronteiras pelo governo Temer</i> (SegT mínimo 1) Tópico 2: <i>Medidas para acabar com o buraco negro nas finanças públicas em que o Ciência sem Fronteiras se converteu</i> (SegT mínimo 2) Tópico 3: <i>Novo Ciência sem Fronteiras como uma possibilidade de melhoras na qualificação profissional do país</i> (SegT mínimo 3)
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade SegT 2 > SegT 3: continuidade

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 1 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 5

Pior do que parece

[SegT mínimo 1]	
Examinada pelos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a situação financeira da maioria dos Estados é muito ruim. No ano passado, 17 deles, além do Distrito Federal, registraram gastos com pessoal superiores aos limites de prudência estabelecidos pela legislação. Mas, <u>na prática, em muitos Estados a situação pode ser ainda pior do que aparenta</u> , pois, por meio de interpretação criativa, <u>despesas que devem ser lançadas como gastos com pessoal são contabilizados em outras rubricas</u> . O resultado é que, se já parecia escasso, o volume de recursos de que os governos estaduais podem dispor para aplicar na melhoria, modernização e expansão dos serviços públicos é menor do que se imaginava.	1 2 3 4 5 6 7 8 9
Benefícios conhecidos dos servidores públicos, como auxílio-paletó (este utilizado sobretudo por parlamentares), auxílio-combustível, auxílio-moradia, precatórios relativos a alimentação, além de pensões e aposentadorias estão entre <u>os gastos não contabilizados como despesas com pessoal</u> . Também estão fora da lista <u>os pagamentos a terceirizados e a prestadores de serviços contratados por meio de organização social</u> .	10 11 12 13 14 15
Para especialistas em finanças públicas, não é simples caracterizar <u>essas práticas</u> como ilegais. Algumas foram aprovadas por Tribunais de Contas dos Estados (TCEs) e outras, reconhecidas pela Justiça como legítimas. Assim, <u>as demonstrações contábeis e financeiras que os governos estaduais precisam enviar regularmente para o Tesouro Nacional, para comprovar o cumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, excluem diversas despesas dos gastos com pessoal</u> .	16 17 18 19 20 21
“O que temos nos Estados é a pior das contabilidades criativas”, disse ao Estado o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas. Isso porque <u>práticas que distorcem as demonstrações são referendadas pelos TCEs ou pela justiça</u> – em alguns, o próprio Tesouro Nacional as autoriza.	22 23 24 25
[SegT mínimo 2]	
<u>A LRF estabelece que os gastos com a folha de pessoal não podem ultrapassar determinada porcentagem da receita corrente líquida</u> . O limite é de 50% para o governo federal e de 60% para Estados e municípios. Como medida para evitar que esses limites sejam alcançados, a lei criou dois outros limites inferiores, considerados prudenciais, que se superados, exigem a adoção de medidas de correção. O primeiro desses limites corresponde a 90% do teto; o segundo, a 95%.	26 27 28 29 30 31
<u>A lei também estabelece limites para cada um dos Poderes</u> . No caso do Poder Executivo federal, o teto para gastos com pessoal é de 40,9% da receita corrente líquida; para os Executivos estaduais, de 49%; e para as prefeituras, de 54%. Desse modo, para o Poder Executivo estadual, o primeiro limite de gastos com pessoal (de 90% do teto) é de 44,1% da receita líquida e o segundo (95% do teto), de 46,55%.	32 33 34 35 36

<u>Considerados os gastos dos Três Poderes, já no ano passado seis Estados – Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Goiás e Rio de Janeiro – romperam o limite de 60% de despesas com o funcionalismo, de acordo com o relatório elaborado há algum tempo pelo Ministério da Fazenda. O estudo mostra que, nos últimos anos, os gastos com pessoal nos Estados sempre cresceram mais do que a arrecadação tributária.</u>	37 38 39 40 41 42
[SegT mínimo 3]	
<u>A soma dos gastos normalmente contabilizados com a folha com aqueles que continuam ocultos nas demonstrações financeiras certamente mostraria uma situação muito mais dramática do que aquela que aparece nos relatórios convencionais.</u> A secretária da Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão Costa – que busca apresentar ao público demonstrações financeiras mais confiáveis –, estima que os gastos com o pessoal podem superar 80% da receita líquida. Sobra muito pouco para outras atividades.	43 44 45 46 47 48 49
Excessos de contratações e de generosidade na concessão de aumentos e benefícios armaram uma bomba-relógio nas contas dos Estados. Mas, <u>por causa das falhas de registro dessas despesas, não há certeza sobre o potencial destrutivo do artefato.</u>	50 51 52 53

Análise

Editorial 5	<i>Pior do que parece</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>A crítica situação financeira dos Estados brasileiros</i> Tópico 1: <i>Situação pior do que aparenta na contabilidade dos gastos dos Estados (SegT mínimo 1)</i> Tópico 2: <i>Rompimento do limite estabelecido pela LRF de gastos com pessoal (SegT mínimo 2)</i> Tópico 3: <i>Possibilidade de existência de uma situação mais dramática do que se imagina nas contas dos Estados (SegT mínimo 3)</i>
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade SegT 2 > SegT 3: continuidade

Título do jornal: Folha de S. Paulo

Data: 7 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “Folha de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>)

Número do editorial: 6

Obsoleta e excludente

[SegT mínimo 1]	
Como aconteceu há duas décadas, o <u>avanço do desemprego e da informalidade</u> despertou o mundo político para a obsolescência da legislação trabalhista no país.	1 2 3
Após anos de melhora quase contínua, <u>o mercado degradou-se rapidamente</u> . Desde 2015, <u>o contingente que busca ocupação foi de 8 milhões para além dos 11 milhões e segue em alta</u> .	4 5 6
Ao mesmo tempo, <u>encolheu de 41 milhões para 39 milhões o número de assalariados com carteira assinada</u> – os que desfrutam das garantias da septuagenária Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).	7 8 9
Tal grupo, em nome do qual se batem os adversários de reformas do diploma legal, constitui parcela minoritária entre os mais de 100 milhões de brasileiros ocupados ou à procura de emprego.	10 11 12
Além de servidores públicos, que dispõem de estatuto próprio, e patrões, há <u>o estrato, hoje mais numeroso que o dos celetistas, composto essencialmente por trabalhadores informais e autônomos</u> , que labutam, no mais das vezes, sob condições precárias.	13 14 15 16
[SegT mínimo 2]	
Forjada nos primórdios da industrialização do país, a <u>CLT impôs a tutela estatal sobre as relações entre os empregados e empregadores. A profusão e o detalhismo das regras criadas para proteger os primeiros mostraram-se, com o passar do tempo, empecilhos para os acertos entre as partes</u> .	17 18 19 20
Basta notar que, no ranking do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa vexatório 137º lugar, entre 140 países, quanto à facilidade de contratar e demitir mão de obra. Rever tais amarras será complexo.	21 22 23
O governo provisório de Michel Temer (PMDB) mede palavras e ambições ao anunciar o intento de modificar <u>a lei</u> e ampliar a possibilidade de negociações para reduzir salários e mudar jornadas em troca da preservação de vagas.	24 25 26
Mesmo admitidos pela Constituição e demandados pelos sindicatos, <u>tais acordos coletivos não raro esbarram na CLT ou nos tribunais</u> .	27 28
[SegT mínimo 3]	
<u>Há muita coisa mais a reformar, da representação sindical aos encargos sobre a folha</u> . Para além do alívio à recessão, o fim do paternalismo do Estado permitiria maior inclusão no mercado formal.	29 30 31

Análise

Editorial 6	<i>Obsoleta e excludente</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	<p>Tópico central: <i>Necessidade de novas leis trabalhistas no Brasil</i></p> <p> Tópico 1: <i>Degradação do mercado de trabalho (SegT mínimo 1)</i></p> <p> Tópico 2: <i>Dificuldade de acordos entre empregados e empregadores em razão da CLT (SegT mínimo 2)</i></p> <p> Tópico 3: <i>Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho (SegT mínimo 3)</i></p>
Linearização	<p>SegT 1 > SegT 2: continuidade</p> <p>SegT 2 > SegT 3: continuidade</p>

Título do jornal: Folha de S. Paulo

Data: 7 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “Folha de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>)

Número do editorial: 7

Impasse no Mercosul

[SegT mínimo 1]	
A reviravolta político-ideológica na América do Sul produz <u>lances irônicos</u> .	1
<u>A Venezuela</u> boliviana, regime que cerceia as liberdades civis e sufoca os controles republicanos, se esgueira de ser suspensa do Mercosul pela chamada cláusula democrática.	2 3 4
<u>Brasil, Argentina e Paraguai</u> , cujos governantes se distanciaram do populismo esquerdista hegemônico havia mais de uma década, <u>aparentemente relutam</u> em aplicar contra Caracas o dispositivo conhecido como Protocolo de Ushuaia.	5 6 7
<u>A ironia se completa porque a Venezuela só foi aceita no bloco, em 2012, graças ao emprego da cláusula contra o Paraguai</u> , que resistia ao novo parceiro, numa lamentável manobra da diplomacia brasileira. É bom, agora, que os métodos tenham mudado e se tenha evitado o revanchismo pueril.	8 9 10 11
Cogitava-se mobilizar o protocolo para desfazer <u>o impasse na presidência rotativa do bloco</u> . Pelo disposto nas regras, o Mercosul deveria ser liderado nos próximos seis meses pela Venezuela.	12 13 14
<u>Brasília, Buenos Aires e Assunção resistem a passar o bastão ao governo periclitante de Nicolás Maduro</u> , encurralado por uma crise que já deixou de ser apenas política e econômica para tornar-se humanitária. O Uruguai, porém, defende manter a ordem estabelecida para a chefia do Mercosul.	15 16 17 18
<u>A Venezuela também poderia sofrer sanção por descumprimento de quase metade dos compromissos tarifários e normativos assumidos na adesão</u> . Tal como no quesito direitos humanos, há razões várias para enquadrar o governo Maduro por deslealdade comercial.	19 20 21 22
[SegT mínimo 2]	
Por esses motivos, <u>teria sido melhor não incluir a Venezuela no Mercosul com tal açodamento</u> . Agora, com o fato consumado e o regime perto do colapso, <u>há que observar o cuidado diplomático</u> .	23 24 25
Maduro utiliza todo pretexto para adiar o referendo que pode revogar seu mandato. A oposição de Brasil, Argentina e Paraguai já é manipulada como trunfo pelo acossado dirigente, que aponta um complô regional da direita contra um governo popular.	26 27 28 29
Caso Maduro consiga arrastar o referendo além de 10 de janeiro de 2017, sua eventual substituição não ocorrerá por eleições diretas. Assumiria, com mandato até 2019, um vice indicado pelo chavismo.	30 31 32
Nessa hipótese, não se poderia descartar a conflagração civil em meio ao desabastecimento e à frustração dos venezuelanos. Para o Itamaraty, <u>evitar surtos de violência na transição política do vizinho ao norte é objetivo tão importante</u> quanto reativar a missão do Mercosul de abrir mercados.	33 34 35 36

Análise

Editorial 7	<i>Impasse no Mercosul</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	2
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	<p>Tópico central: <i>Impasse na presença da Venezuela no Mercosul</i></p> <p> Tópico 1: <i>Ironias político-ideológicas nas relações com a Venezuela (SegT mínimo 1)</i></p> <p> Tópico 2: <i>Necessidade de cuidados nas relações com a Venezuela (SegT mínimo 2)</i></p>
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 7 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 8

O papel de Lula

[SegT mínimo 1]	
Caberá à Justiça decidir se Lula da Silva é a “viva alma mais honesta do Brasil”, como o ex-presidente se jactou algumas vezes, ou se <u>o chefe petista não só “tinha ciência do estratagema criminoso” na Petrobrás, como “dele se beneficiou”</u> , como acusaram quatro procuradores da República que compõem a equipe da Operação Lava Jato, em um documento tornado público na sexta-feira passada.	1 2 3 4 5
Obviamente, uma das duas versões é completamente falsa, e será necessário aguardar a conclusão das investigações e do eventual julgamento para que o distinto público possa decidir em quem deve acreditar. No entanto, impressiona, nas 70 páginas do parecer do Ministério Público, <u>a quantidade de informações que, se acompanhadas de prova, podem comprometer Lula</u> , colocando-o na condição de beneficiário do assalto ao Estado realizado em seu governo e no de sua sucessora, Dilma Rousseff. A julgar pelo que lá vai, <u>difícilmente Lula poderá alegar que nada sabia</u> , como fez, candidamente, quando estourou o escândalo do mensalão, espécie de <i>avant-première</i> do monumental esquema que dilapidou a Petrobrás e outras estatais.	6 7 8 9 10 11 12 13 14
[SegT mínimo 2]	
A manifestação do Ministério Público Federal se deu em razão de uma consulta da 13. ^a Vara Federal de Curitiba, depois que a defesa de Lula alegou que <u>aquele tribunal, onde atua o juiz Sérgio Moro, não teria competência para avaliar as acusações relacionadas ao caso do sítio em Atibaia e do apartamento no Guarujá</u> . Como as propriedades estão em São Paulo, os advogados do ex-presidente entendem que o processo deveria ser julgado por um tribunal paulista.	15 16 17 18 19 20
Para o Ministério Público, <u>não se pode falar de exceção de incompetência em relação a Moro</u> a esta altura porque ainda não há nenhuma ação penal contra Lula, apenas investigações policiais. Mesmo assim, os procuradores entenderam que <u>o caso deva ser encaminhado ao juiz paranaense, responsável pela Lava Jato</u> , porque, em sua opinião, <u>as acusações contra Lula dizem respeito a desdobramentos do petróleo</u> . Trata-se, diz o Ministério Público, de “uma só organização, com o mesmo <i>modus operandi</i> , integrada pelos mesmos agentes, em contextos parcialmente diferentes, mas sempre com o mesmo fim: enriquecimento ilícito dos seus integrantes e manutenção do poder político”. Sendo assim, continua o parecer, <u>“a investigação e o processo de cada infração devem correr perante os mesmos órgãos, que possuem a visão de todo o esquema criminoso”</u> .	21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
[SegT mínimo 3]	
Segundo os procuradores, as provas recolhidas até aqui no âmbito da <u>Lava Jato</u> permitem entender as formas pelas quais os operadores do <u>propinoduto da Petrobrás</u>	32 33

repassaram o dinheiro desviado para seus beneficiários. Entre esses mecanismos estão	34
“a compra e reforma de imóveis pelas empreiteiras ou empresas intermediárias da	35
<u>lavagem de ativos</u> , em benefício dos destinatários finais da <u>propina</u> ” – justamente a	36
<u>suspeita que recai sobre Lula</u> e os misteriosos imóveis sem dono em Atibaia e no	37
Guarujá.	38
Outra forma de esquentar o <u>dinheiro desviado da Petrobrás</u> , dizem os	39
procuradores, foi disfarçá-lo de doações eleitorais. Nesse caso, o parecer lembra que,	40
“ainda em 2005, <u>Lula admitiu ter conhecimento sobre a prática de caixa dois no</u>	41
<u>financiamento de campanhas eleitorais ‘por fora’ e que havia um ávido loteamento de</u>	42
<u>cargos públicos</u> ”.	43
Ademais, os procuradores lembram que a “ <u>estrutura criminosa perdurou por,</u>	44
pelo menos, uma década” e que <u>Lula ocupou nesse período “posição central em relação</u>	45
<u>a entidades e indivíduos que diretamente se beneficiaram do esquema</u> ”. Dizem também	46
que “ <u>não é crível que ele desconhecesse a existência dos ilícitos</u> ” e que <u>muito</u>	47
<u>provavelmente “foi beneficiado direta e indiretamente por repasses financeiros de</u>	48
<u>empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato</u> ”.	49
[SegT mínimo 4]	
Por ora, a <u>defesa de Lula preferiu recorrer a uma escalafobética denúncia à</u>	50
<u>Comissão de Direitos Humanos da ONU e apelar à ironia, ao dizer que o caso do sítio</u>	51
em Atibaia não pode ser julgado pela Justiça paranaense porque “Atibaia não é Atobá,	52
uma cidade do Paraná”. A julgar pela força da acusação do Ministério Público, porém,	53
<u>os mais de 20 advogados de Lula, mais cedo ou mais tarde, terão de ter argumentos um</u>	54
<u>pouco mais sólidos para defendê-lo.</u>	55

Análise

Editorial 8	<i>O papel de Lula</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	4
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>A crítica situação de Lula nas investigações da Lava Jato</i> Tópico 1: <i>Dificuldade para Lula negar seu envolvimento em corrupção na Petrobrás</i> (SegT mínimo 1) Tópico 2: <i>Pertinência do julgamento de Lula perante Moro</i> (SegT mínimo 2) Tópico 3: <i>Provável envolvimento de Lula na Lava Jato</i> (SegT mínimo 3)

	Tópico 4: <i>Necessidade de fortalecimento dos argumentos em defesa de Lula</i> (SegT mínimo 4)
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade SegT 2 > SegT 3: continuidade SegT 3 > SegT 4: continuidade

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 7 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 9

O STF por seus ministros

[SegT mínimo 1]	
Na mesma semana que a 1. ^a Turma do Supremo Tribunal Federal (STF)	1
retomou o julgamento de recurso que discute se foi o Flamengo ou o Sport Club de	2
Recife o campeão brasileiro de 1987, três ministros da Corte – Luís Roberto Barroso,	3
Edson Fachin e Teori Zavascki – participaram de seminário em Brasília no qual	4
reconheceram que <u>os filtros processuais não estão impedindo a chegada de casos</u>	5
<u>repetitivos e temas corriqueiros à principal Corte do País.</u> Barroso foi o mais enfático ao	6
<u>defender a redução das competências do STF,</u> que hoje julga processos constitucionais,	7
recursos judiciais e ações ordinárias (como as que envolvem autoridades com direito a	8
foro privilegiado).	9
Só entre janeiro e julho deste ano, <u>a Corte recebeu mais de 44 mil processos,</u>	10
<u>que se somaram aos protocolados nos anos anteriores e que ainda não foram julgados.</u>	11
Ao todo, <u>o Supremo tem um acervo de 65.212 mil processos aguardando decisão,</u> dos	12
quais 736 estão prontos para serem submetidos ao plenário. Muitas ações discutem	13
questões importantes, como a constitucionalidade de antigos planos econômicos e	14
conflitos fiscais entre a União e os Estados e municípios. Mas também existem <u>casos</u>	15
<u>bizarros que acabam travando a pauta da Corte</u> – de briga de vizinhos e disputa da	16
propriedade de um par de chinelos a recursos impetrados por quem furtou uma caixa de	17
creme para dentaduras e por quem foi condenado por roubo de uma barra de chocolates	18
ou um frasco de protetor solar.	19
[SegT mínimo 2]	
“Esse é o maior problema do Supremo: racionalizar o trabalho e não julgar	20
mais do que podemos. <u>Dedicar tempo às ações penais, por exemplo, significa não</u>	21
<u>resolver as grandes questões que chegam até nós. Sempre que a gente está fazendo uma</u>	22
<u>coisa de menor importância, algo importante para a sociedade fica para trás”, afirma</u>	23
<u>Barroso, em sua exposição.</u> Segundo ele, alguns tipos de ações – como pedidos de	24
extradição e inquéritos e processos penais – poderiam deixar de fazer parte da	25
competência da Corte. E <u>os casos de foro privilegiado,</u> que desgastam o STF, <u>politizam</u>	26
<u>a jurisdição e atrasam o julgamento de questões constitucionais relevantes,</u> poderiam ser	27
julgados por uma vara federal de Brasília especializada em analisar os casos políticos	28
denunciados por corrupção. Atualmente, cada ministro tem sob sua responsabilidade 50	29
ações penais contra autoridades.	30
Para <u>tentar reduzir o excesso do recursos e acelerar os julgamentos,</u> os	31
<u>ministros passaram a tomar decisões monocráticas</u> – o que contraria o espírito de uma	32
corte concebida para atuar como órgão colegiado no exame de questões fundamentais	33
para o País. <u>Só no primeiro semestre de 2016 eles tomaram cerca de 52 mil decisões</u>	34
<u>individuais.</u> Além disso, na maioria absoluta dos casos <u>eles têm mantido as decisões</u>	35
<u>tomadas pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário.</u> Segundo a pesquisa “Supremo	36

em Números”, da FGV Direito Rio, em matéria de crimes de colarinho-branco, <u>o STF tem revertido apenas 3 de cada 100 decisões da Justiça Federal</u> . No caso de crimes hediondos, <u>a cada 100 recursos a Corte tem revertido 6</u> .	37 38 39
A mesma pesquisa também revelou que <u>90% dos processos levados ao Supremo vêm da esfera pública</u> , sendo 87% do Executivo. Só a Caixa Econômica Federal, a União e o Instituto Nacional do Seguro Social figuram em mais de 50% dos recursos, o que mostra que <u>o Executivo federal não tem interesse em apoiar a revisão das competências do Supremo</u> , já que usa e abusa dos recursos encaminhados à Corte com efeitos protelatórios – ou seja, para adiar os pagamentos de seus débitos.	40 41 42 43 44 45
[SegT mínimo 3]	
“ <u>O STF tem de julgar menos para poder julgar com mais qualidade</u> ”, disse Barroso, depois de compará-lo com as cortes supremas das nações desenvolvidas e de afirmar que se o Brasil não vencer <u>esse desafio</u> continuará sendo um país subdesenvolvido. “Considero terceiro-mundismo a gente não conseguir resolver <u>a questão</u> ”, afirmou – e que no que tem toda a razão, pois nada justifica que recursos judiciais permaneçam sem julgamento por décadas em nossos tribunais.	46 47 48 49 50 51

Análise

Editorial 9	<i>O STF por seus ministros</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>As excessivas competências do STF</i> Tópico 1: <i>Defesa de ministro sobre a redução das competências do STF (SegT mínimo 1)</i> Tópico 2: <i>O problema da racionalização do trabalho do STF e da diminuição da porção de julgamentos (SegT mínimo 2)</i> Tópico 3: <i>Necessidade de menos julgamentos e mais qualidade (SegT mínimo 3)</i>
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade SegT 2 > SegT 3: continuidade

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 7 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 10

Militares e segurança pública

[SegT mínimo 1]	
<u>A grave crise por que passa a segurança pública no Rio Grande do Norte</u>	1
expõe os principais <u>problemas que esse setor de importância vital para a população</u>	2
<u>enfrenta hoje em todos os Estados</u> , em especial os mais carentes de recursos. Eles vão	3
desde <u>a dificuldade – quando não a incapacidade – da polícia de manter a ordem pública</u>	4
até <u>a perda do controle do sistema penitenciário</u> , dominado pelo crime organizado. A	5
eles se acrescenta <u>o polêmico recurso às Forças Armadas</u> para suprir essas deficiências.	6
Isso, além de não ser a solução milagrosa que se imagina, ainda contraria a vocação	7
dessas forças.	8
<u>A situação naquele Estado é realmente delicada</u> e só tem feito piorar nos	9
últimos seis dias, com mais de <u>100 ataques coordenados em Natal e em 37 cidades do</u>	10
<u>interior</u> contra prédios públicos, ônibus e veículos oficiais e particulares, além de <u>atos de</u>	11
<u>vandalismo</u> . Já foram registrados quase <u>uma centena dessas ações</u> , desde que o governo	12
estadual anunciou a instalação de bloqueadores de telefones celulares na penitenciária de	13
Parnamirim, com o que não se conforma o chamado Sindicato do Crime, que utiliza	14
esses aparelhos para comandar o crime de dentro dos presídios.	15
Como o governador Robinson Faria (PSD) se mostrou firme até agora em	16
sua disposição de enfrentar os bandidos, decidindo inclusive instalar bloqueadores em	17
mais sete presídios, <u>a situação pode se degradar</u> , porque também os bandidos ainda não	18
deram sinais de que podem recuar. É por isso que o ministro da Defesa, Raul Jungmann,	19
classifica de “preocupante” o que se passa no Rio Grande do Norte.	20
Segundo ele, foi a “insuficiência das forças policiais” que levou o	21
governador a solicitar <u>o envio de tropas federais ao Estado</u> , autorizado pelo presidente	22
em exercício Michel Temer. É <u>um contingente importante</u> , de 1,3 mil homens, formado	23
<u>por soldados do Exército e fuzileiros navais</u> . Eles deverão atuar na segurança de ruas,	24
corredores de transporte, prédios públicos e locais de turismo, que é uma das principais	25
atividades econômicas do Estado. Isso permitirá liberar efetivos da Polícia Militar para	26
combater a violência na capital e no interior e atuar nos presídios.	27
[SegT mínimo 2]	
Se tudo correr como esperam as autoridades estaduais e federais, o melhor	28
que pode acontecer é, passada a fase aguda da crise, a segurança pública voltar ao nível	29
nada satisfatório antes existente, com os mesmos problemas que a ela deram origem.	30
Além desse resultado nada animador – o mesmo registrado em outros casos semelhantes	31
<u>–, o emprego de forças federais levanta questões da maior importância.</u>	32
A primeira é que <u>a atuação das Forças Armadas na manutenção de lei e da</u>	33
<u>ordem</u> , prevista pela Constituição, <u>não tem seguido o que estabelece a legislação</u> . O	34
esgotamento dos “instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da	35
incolumidade das pessoas e do patrimônio” que possibilitam a sua ação, deve ser	36

“formalmente” reconhecido pelo chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual. O controle operacional dos órgãos de segurança pública têm de ser transferidos às Forças Armadas, também por ato formal. Isso não tem ocorrido.	37 38 39
A segunda, tanto ou mais grave, é que <u>as forças militares não têm poder de polícia e por isso seus integrantes ficam legalmente vulneráveis quando empregados em missões como essa do Rio Grande do Norte e outras semelhantes</u> , como foi no passado o caso do Rio de Janeiro. O resultado é que, em consequência de atos que é levado a praticar para manter a lei e a ordem, <u>um militar que confronta criminosos armados pode ser acusado de homicídio e julgado pela Justiça comum</u> , como já aconteceu, o que é um contrassenso.	40 41 42 43 44 45 46
Finalmente, é preciso considerar que <u>esse tipo de intervenção das Forças Armadas, nas condições em que tem sido feito, violenta e desvirtua sua vocação</u> . Elas não podem ser apequenadas e transformadas numa espécie de força auxiliar da polícia – e ainda sem as garantias desta –, que intervém quando ela falha. Isso é algo inaceitável, e perigoso.	47 48 49 50 51

Análise

Editorial 10	<i>Militares e segurança pública</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	2
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>Problemas no setor de segurança pública no Brasil</i> Tópico 1: <i>Crise na segurança pública evidenciada pela crise desse setor no RN</i> (SegT mínimo 1) Tópico 2: <i>Questões levantadas pelo emprego de forças federais em operações civis</i> (SegT mínimo 2)
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade

Título do jornal: Folha de S. Paulo

Data: 13 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “Folha de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>)

Número do editorial: 11

Diversidade em alta

[SegT mínimo 1]	
Foi bastante controversa a seção da segunda turma do Supremo Tribunal Federal, na qual se decidiu absolver o deputado federal <u>Celso Russomanno (PRB-SP)</u> da acusação de ter utilizado dinheiro público para remunerar uma funcionária de sua produtora de vídeo.	1 2 3 4
Por 3 votos a 2, considerou-se que o crime, que seria de peculato, não se caracterizou: a funcionária não teria feito mais do que acumular duas tarefas, a de assessora parlamentar e a de funcionária na empresa particular do deputado.	5 6 7
Do ponto de vista ético, as ambiguidades do caso talvez não tenham sido resolvidas, mas dificilmente chegarão a abalar o <u>favoritismo</u> de que <u>Russomanno</u> ora desfruta, segundo pesquisa Datafolha.	8 9 10
Com 25% das preferências para a Prefeitura de São Paulo, o deputado do <u>PRB</u> agora vê sua candidatura livre dos entraves estabelecidos pela Lei da Ficha Limpa.	11 12
Tem <u>nove pontos de vantagem</u> contra Marta Suplicy (PMDB) e está bem à frente de Luiza Erundina (PSOL, 10%), Fernando Haddad (PT, 8%) e João Doria Jr (PSDB, 6%).	13 14 15
[SegT mínimo 2]	
A mera menção dos principais concorrentes dá ideia do <u>largo espectro de opções políticas e ideológicas na disputa</u> . Não se repete na eleição municipal o quadro de relativo vazio e perplexidade que marca as especulações sobre possíveis candidatos ao Planalto.	16 17 18 19
É como se à crise de credibilidade verificada no plano federal correspondesse, em São Paulo, <u>uma fragmentação maior das candidaturas viáveis</u> , com <u>nomes</u> que vão desde o <u>campo da esquerda</u> que se manteve poupado da desmoralização petista até <u>figuras identificadas com o ideário conservador</u> .	20 21 22 23
Por outro recorte, <u>Russomanno</u> , <u>ligado a correntes evangélicas</u> , obtém apoio nas faixas de menor renda e escolaridade, enquanto <u>João Doria Jr.</u> e <u>Marta Suplicy</u> , com <u>diferentes origens ideológicas</u> , disputam nas classes média e alta o espírito antipetista que mobilizou expressiva parcela de paulistanos.	24 25 26 27
[SegT mínimo 3]	
A <u>diversidade das candidaturas</u> , às quais se acrescenta a do prefeito Fernando Haddad, é <u>um fator positivo</u> . Se a experiência demonstra que mesmo identidades claramente marcadas tendem a dissolver-se rumo ao centro durante a campanha, há motivos para esperar algo distinto neste ano.	28 29 30 31
Sem marqueteiros de peso, é de imaginar que <u>as diferenças entre os candidatos</u> se mantenham, traduzindo-se em propostas concretas, num debate menos	32 33

artificial do que tem sido o costume.	34
Autorizado a disputar a Prefeitura de São Paulo, Celso Russomanno – como os demais postulantes – terá flancos e fragilidades a serem examinados nos próximos meses; <u>a campanha promete ser mais emocionante do que de hábito.</u>	35 36 37

Análise

Editorial 11	<i>Diversidade em alta</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>Diversidade de candidatos à prefeitura de SP</i> Tópico 1: <i>Dificuldade de abalo do favoritismo de Russomanno nas eleições municipais de SP</i> (SegT mínimo 1) Tópico 2: <i>Diversidade de opções políticas e ideológicas de candidatos à prefeitura paulistana</i> (SegT mínimo 2) Tópico 3: <i>A diversidade de candidaturas como um fator positivo</i> (SegT mínimo 3)
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade SegT 2 > SegT 3: continuidade

Título do jornal: Folha de S. Paulo

Data: 13 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “Folha de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>)

Número do editorial: 12

Injustiças com o SUS

[SegT mínimo 1]	
Absorvente íntimo, água de coco, enxaguante bucal, xampu, lenços umedecidos, fraldas, colchão e filtro de barro. Esses são alguns dos itens que autores de ações judiciais já tentaram fazer com que fossem custeados pelo Sistema Único de Saúde, o SUS.	1 2 3 4
A lista caricatural, ao destacar os aspectos pitorescos da chamada judicialização da saúde, leva atenção a <u>um problema real e intensificado ao longo dos anos</u> .	5 6 7
Como mostrou esta Folha , os gastos sanitários da União, de Estados e municípios efetuados por imposição do Poder Judiciário saltaram de R\$ 139,6 milhões, em 2010, para R\$ 7 bilhões, atualmente. Os dados são do Ministério da Saúde.	8 9 10
A maior parte dessas despesas se refere a medicamentos, cirurgias e terapias, não a xampu e água de coco. Mas isso não torna menos seu impacto negativo sobre o SUS.	11 12 13
[SegT mínimo 2]	
<u>Saúde pública é planejamento</u> . Na escala individual, não se sabe ao certo quem vai padecer de qual moléstia, mas, no agregado, obtém-se <u>uma ideia bem precisa do número de indivíduos que, a cada ano, sofrerá um ataque cardíaco ou desenvolverá um câncer</u> .	14 15 16 17
Em teoria, isso permite ao administrador racional programar a compra de insumos com antecedência, negociando preços e condições, e tentar ajustar a distribuição dos recursos humanos e materiais (fácil de falar, difícil de cumprir).	18 19 20
Outra tarefa sempre onerosa do administrador exige que, dispondo de um orçamento finito, defina quais tratamentos deixarão de ser cobertos pelo sistema, seja por falta de comprovação científica, seja por custarem mais que outras terapias de eficiência comparável.	21 22 23 24
Quando, porém, a decisão do gasto chega por via judicial, o administrador precisa cumpri-la em tempo exíguo, algo como 24 horas, sob o risco de ir para a cadeia. Os preços tendem a ficar mais salgados – há notícias até de esquemas de corrupção que se valem da Justiça – e cai por terra <u>a esperança de planejar melhor o sistema</u> .	25 26 27 28
[SegT mínimo 3]	
Como não dá para proibir as pessoas de recorrer à Justiça ou os juízes de conceder liminares, <u>o caminho para assegurar a racionalidade do SUS exigirá um trabalho mais complexo de esclarecimento dos magistrados</u> .	29 30 31
<u>É imperioso sensibilizá-los</u> , e não apenas para a dimensão do problema e o desequilíbrio bilionário que acarretam ao SUS. <u>Cumpra também fazer com que tenham</u>	32 33

<u>acesso fácil e rápido a informações técnicas sobre consensos médicos, equivalência de medicamentos e tratamentos e até sobre os combalidos orçamentos do ministério e das secretarias da Saúde.</u>	34 35 36
--	----------------

Análise

Editorial 12	<i>Injustiças com o SUS</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	<p>Tópico central: <i>Desafios orçamentários impostos ao SUS pela justiça</i></p> <p>Tópico 1: <i>Problema no SUS com a judicialização da saúde</i> (SegT mínimo 1)</p> <p>Tópico 2: <i>Saúde pública sinônimo de planejamento</i> (SegT mínimo 2)</p> <p>Tópico 3: <i>Necessidade de trabalho de esclarecimento dos magistrados para racionalizar o SUS</i> (SegT mínimo 3)</p>
Linearização	<p>SegT 1 > SegT 2: continuidade</p> <p>SegT 2 > SegT 3: continuidade</p>

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 13 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 13

A corrupção nos municípios

[SegT mínimo 1]	
Práticas irregulares na gestão do dinheiro público disseminaram-se pelo País, como mostra o fato de que houve alguma forma de <u>corrupção</u> em pelo menos 15,65% das ações de responsabilidade das <u>prefeituras</u> bancadas com recursos da União. A constatação foi feita por uma pesquisa baseada em auditorias realizadas pela antiga Controladoria-Geral da União (CGU), hoje Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Dada a grande dificuldade na identificação e caracterização dos <u>atos de corrupção</u> , pois eles são praticados de maneira dissimulada e de modo a não deixar vestígios, não parece exagerado supor que deve ser ainda maior o índice de <u>ilegalidades cometidas com o dinheiro que a União transfere para os municípios</u> , por imposição legal ou por decisões político-administrativas.	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
A pesquisa teve como fonte as auditorias realizadas pela CGU entre 2006 e 2010 em 840 <u>municípios</u> . Não parece coincidência que <u>os atos ilegais</u> detectados tenham ocorrido no período que começa pouco depois de vir à tona o escândalo do mensalão e abrange aquele em que, como vem mostrando a Operação Lava Jato, o governo PT coordenou um imenso esquema de assalto à Petrobrás. Os exemplos criminosos vinham de cima.	11 12 13 14 15 16
[SegT mínimo 2]	
É imenso <u>o custo social dessa prática</u> , que se tornou endêmica no País, como mostra a pesquisa, cujas conclusões foram divulgadas pelo <i>Broadcast</i> , serviço de informação em tempo real da <i>Agência Estado</i> . Os pesquisadores Olavo Venturim Caldas, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU; Cristiano Machado Costa, da Unisinos (RS); e Marcelo Sanches Pagliarussi, da Faculdade de Economia e Administração da USP de Ribeirão Preto, responsáveis pela pesquisa, concluíram que <u>a corrupção nos municípios se concentra nas áreas de saúde</u> (houve irregularidades em 19% das ordens de serviços analisadas) e <u>educação</u> (17,5%). Irregularidades foram identificadas também em 1,25% das ações da <u>área de assistência social</u> e em 6,56% das demais.	17 18 19 20 21 22 23 24 25 26
Entre <u>os efeitos maléficos da corrupção para a economia nacional</u> , os autores apontam <u>a redução do crescimento, a diminuição dos investimentos públicos e, em consequência, a gradativa deterioração da infraestrutura</u> . Para a população, <u>a corrupção tem efeitos que, embora não tão notáveis, podem ser mais perniciosos e duradouros, como a perda da qualidade do ensino e dos serviços de saúde oferecidos à população</u> .	27 28 29 30 31
Em balanço divulgado no início do ano, a CGU mostrou que, desde 2003, irregularidades constatadas em 199 dos 2,7 mil municípios fiscalizados resultaram no <u>desvio de R\$ 2 bilhões destinados à merenda e ao transporte escolar por meio de programas federais</u> . Há relação estreita entre a má gestão pública e o desempenho dos estudantes. Nos municípios onde a corrupção é mais intensa o desempenho é pior.	32 33 34 35 36

<u>A corrupção tem outro aspecto particularmente nocivo, pois ela prejudica mais os mais carentes. “Nos municípios com maior incidência de corrupção as escolas têm infraestrutura pior, os professores recebem menos treinamento e relatam maior preocupação com a falta de recursos”, diz o estudo.</u>	37 38 39 40
“Infelizmente há um ciclo viciado que impede que o povo seja mais educado e tenha mais poder de fiscalizar” observa Olavo Caldas, um dos autores do trabalho. No atual ambiente institucional, diz ele, <u>as políticas sociais não alcançam plenamente seus objetivos, “pois o dinheiro para essas áreas é desviado”.</u>	41 42 43 44
[SegT mínimo 3]	
Além do controle falho, também <u>normas legais favorecem o desvio dos recursos que as prefeituras destinam para a área social.</u> Uma delas é a que obriga as prefeituras a aplicarem pelo menos 25% da receita na área da educação e 15% em saúde – ou seja, 40% da receita tem destino certo. <u>“A obrigatoriedade de alcançar o mínimo exigido pela legislação frequentemente resulta em gastos não prioritários, gerando incentivos para que os agentes se engajem em atividades consideradas corrupção”,</u> afirmam os autores do estudo. Em outras palavras, <u>a vinculação das receitas, como é conhecida a obrigatoriedade de aplicação do dinheiro em determinados setores, alimenta a ineficiência e a corrupção.</u>	45 46 47 48 49 50 51 52 53

Análise

Editorial 13	<i>A corrupção nos municípios</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>A corrupção nos municípios</i> Tópico 1: <i>Irregularidades na gestão do dinheiro público evidenciadas por práticas das prefeituras</i> (SegT mínimo 1) Tópico 2: <i>Imenso custo social da corrupção</i> (SegT mínimo 2) Tópico 3: <i>O favorecimento de desvio de recursos por normas legais</i> (SegT mínimo 3)
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade SegT 2 > SegT 3: continuidade

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 13 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 14

Recuperação lenta da Petrobrás

[SegT mínimo 1]	
O resultado foi pior do que o esperado, <u>graves dificuldades financeiras persistem</u> e, por isso, a venda de ativos continua sendo essencial para <u>a busca do equilíbrio das contas</u> , da mesma forma que os <u>investimentos precisam ser cortados, mas o balanço do segundo trimestre da Petrobrás indica que ela está no caminho da recuperação</u> . É a primeira demonstração contábil de responsabilidade da diretoria presidida por Pedro Parente.	1 2 3 4 5 6
Pilhada durante anos por um esquema de corrupção cuja extensão vai sendo desvendada pelo avanço da Operação Lava Jato e utilizada politicamente pelo governo petista de acordo com seu projeto de perpetuar-se no poder, <u>a empresa teve suas finanças destroçadas, sua capacidade de investimento comprometida e sua credibilidade fortemente corroída</u> . Desde a troca de sua diretoria, promovida pelo governo do presidente em exercício Michel Temer, <u>está sendo recuperada</u> . No entanto, <u>recolocá-la nos eixos, restaurando sua capacidade financeira, técnica e operacional por anos utilizada ilegalmente para enriquecimento de agentes públicos, políticos e empresas privadas, é tarefa difícil e demorada</u> .	7 8 9 10 11 12 13 14 15
[SegT mínimo 2]	
Ainda modestos, e sem a garantia de repetição no curto prazo, alguns resultados positivos começam a surgir, ao mesmo tempo que <u>medidas extraordinárias</u> – e, por isso, surpreendentes – <u>têm sido tomadas, às vezes com impacto negativo</u> sobre as demonstrações contábeis. O balanço do segundo trimestre é um bom retrato desse quadro.	16 17 18 19 20
Depois de acumular prejuízos por três trimestres consecutivos, <u>a Petrobrás alcançou lucro de R\$ 370 milhões de abril a junho deste ano</u> . Embora positivo, <u>o resultado não animou analistas financeiros e investidores</u> , que projetavam lucro de até R\$ 2 bilhões no período. Além <u>do resultado menor do que o esperado, o balanço trimestral da empresa contém três outras informações não previstas</u> . A primeira é o gasto de R\$ 1,21 bilhão com o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário; a segunda é a baixa contábil de R\$ 1,124 bilhão de ativos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro; e a terceira, a devolução de blocos de petróleo que ainda estão na fase exploratória.	21 22 23 24 25 26 27 28 29
Com o plano de demissão voluntária, <u>até 6 mil funcionários deixarão a empresa</u> , como parte do programa de ajuste. As baixas contábeis dão maior clareza aos balanços. E <u>a devolução de blocos</u> se deveu ao fato de que, para <u>a empresa</u> , eles deixaram de ser econômicas por causa <u>do baixo preço do petróleo</u> . “São eventos extraordinários”, justificou o diretor financeiro da <u>Petrobrás</u> , Ivan Monteiro. Enquanto não se aprovar o plano de negócios para os próximos cinco anos não é possível saber se novas baixas contábeis serão necessárias.	30 31 32 33 34 35 36

[SegT mínimo 3]	
<u>Do lado positivo, o balanço trimestral registrou a redução de 15% da dívida líquida</u> , para R\$ 332,29 bilhões. A queda não se deveu à quitação antecipada da dívida, mas à desvalorização do dólar em relação ao real (a dívida da estatal é preponderantemente em moeda americana). Apesar da diminuição, a dívida ainda é muito alta e continua sendo o maior problema da empresa.	37 38 39 40 41
<u>A Petrobrás destaca, também como fato positivo, que o aumento da produção de petróleo e gás natural</u> , para a média de 2,8 milhões de barris equivalentes por dia, <u>contribui para melhorar seu desempenho</u> .	42 43 44
[SegT mínimo 4]	
O severo ajuste financeiro e operacional que está sendo conduzido pela atual diretoria da empresa já resultou na venda, por US\$ 2,5 bilhões, da área de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos. <u>A medida foi criticada por sindicalistas ainda presos a padrões ideológicos nacionalistas e estatizantes que predominaram no governo do PT, mas destacada pela Agência Internacional de Energia</u> . Em seu mais recente relatório, <u>a agência dedica duas páginas à avaliação das transformações pelas quais passam a Petrobrás e o setor de petróleo no Brasil</u> . <u>Destaca a produção do pré-sal, que em julho alcançou 1,11 milhão de barris por dia, e as iniciativas para mudar o regime de exploração dessa área</u> , eliminando a obrigatoriedade da presença da Petrobrás e abrindo espaço para o investimento privado.	45 46 47 48 49 50 51 52 53 54

Análise

Editorial 14	<i>Recuperação lenta da Petrobrás</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	4
Hierarquia	
QTs	2
Níveis	3
Representação	<p>Tópico central: <i>Início da difícil recuperação da Petrobrás</i></p> <p>Tópico 1: <i>Difícil e demorada tarefa de recolocar a Petrobrás nos eixos</i> (SegT mínimo 1)</p> <p>Tópico 2: <i>Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral</i></p> <p style="padding-left: 40px;">Tópico 2.1: <i>Aspectos negativos que dificultam a recuperação da Petrobrás</i> (SegT mínimo 2)</p>

	<p>Tópico 2.2: <i>Aspectos positivos para a recuperação da Petrobrás</i> (SegT mínimo 3)</p> <p>Tópico 3: <i>Destaque dado pela Agência Internacional de Energia à transformação na Petrobrás</i> (SegT mínimo 4)</p>
Linearização	<p>SegT 1 > SegT 2: continuidade</p> <p>SegT 2 > SegT 3: continuidade</p> <p>SegT 2 > SegT 3: movimento</p> <p>SegT 3 > SegT 4: continuidade</p>

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 13 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 15

Selo de qualidade

[SegT mínimo 1]	
<u>O acordo concluído pelo Brasil com os Estados Unidos para a exportação de carne bovina <i>in natura</i> cria a possibilidade de exportações adicionais do Brasil de até US\$ 900 milhões por ano – de acordo com estimativas oficiais, que alguns produtores consideram otimistas –, mas seu impacto poderá ser bem mais amplo. Além do acesso ao mercado americano, o acordo – cujas negociações foram concluídas na semana passada, 17 anos depois de iniciadas – <u>podrá facilitar a venda do produto brasileiro para grandes países importadores que ainda impõem restrições à sua entrada.</u></u>	1 2 3 4 5 6 7
Responsável por quase 20% de toda a carne bovina consumida no mundo, o que o torna o maior do planeta, o mercado americano é de difícil acesso, pois as autoridades sanitárias dos Estados Unidos impõem exigências rigorosas para a entrada de produtos importados. Dessa forma, <u>os países que conseguem fornecer para os Estados Unidos obtêm o equivalente a um selo de qualidade para seus produtos, o que tende a facilitar sua exportação para outros mercados.</u>	8 9 10 11 12 13
No caso da carne brasileira, <u>esse selo poderá abrir caminho para a venda do produto <i>in natura</i> para o México e o Canadá – que, com os EUA, compõem o Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) – e também para o Japão e a Coreia do Sul. Os três últimos países estão entre os dez maiores importadores de carne bovina do mundo, mas não integram a lista dos principais destinos da carne bovina de origem brasileira.</u>	14 15 16 17 18 19
O Brasil solicitou a abertura do mercado americano de carne bovina <i>in natura</i> em 1999, no início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Desde aquela época, os governos dos dois países vinham trocando informações a respeito do controle da saúde animal no Brasil. No ano passado, <u>o governo americano autorizou a entrada da carne procedente de alguns Estados brasileiros, mas o acordo definitivo só foi concluído com a viagem a Washington do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, há alguns dias. Na ocasião, as autoridades dos dois países concordaram com os termos da carta de reconhecimento da equivalência sanitária e os acordos sanitários.</u>	20 21 22 23 24 25 26 27 28
“Agora podemos dizer que nosso status sanitário é compatível com os dos EUA. <u>É uma estrada que se abre para nós</u> ”, disse Maggi, em solenidade no Palácio do Planalto, com a presença do presidente em exercício Michel Temer, para celebrar a conclusão dos entendimentos entre os dois países.	29 30 31 32
[SegT mínimo 2]	
Embora não seja o maior produtor mundial – a liderança é ocupada pelos Estados Unidos –, <u>o Brasil é o maior exportador de carne bovina do planeta. No primeiro semestre, as vendas externas totalizaram US\$ 2,8 bilhões, resultado do</u>	33 34 35

<u>embarque de mais de 736 mil toneladas do produto. O aumento em relação às vendas do primeiro semestre do ano passado foi de 1,3% em valor e de 12% em volume.</u>	36
<u>O principal destino do produto brasileiro</u> tem sido Hong Kong, porta de entrada para o mercado chinês. <u>As exportações</u> diretas para a China colocam o gigante da Ásia como <u>o segundo principal destino da carne bovina brasileira</u> . <u>Em seguida</u> vêm a União Europeia, Egito, Rússia, Irã, Chile, Estados Unidos, Venezuela e Arábia Saudita.	37
	38
	39
	40
	41
Ao longo dos governos do PT, a Rússia mereceu tratamento especial das autoridades brasileiras. O governo de Moscou impôs exigências fitossanitárias específicas para a compra de <u>carne brasileira</u> , sendo atendido na maior parte dos casos. Mas, como o segundo maior importador de carne do mundo, a Rússia não deu ao Brasil tratamento compatível com o que recebeu das autoridades brasileiras.	42
	43
	44
	45
	46
Já <u>os Estados Unidos voltaram a ficar entre os dez principais destinos das exportações brasileiras</u> porque suas importações (de 14 mil toneladas de janeiro a junho deste ano) aumentaram 39% em valor. É uma amostra dos ganhos adicionais que o acordo recém-concluído poderá trazer para os produtores brasileiros. Haverá, obviamente, a contrapartida das exportações de carne americana para o Brasil.	47
	48
	49
	50
	51

Análise

Editorial 15	<i>Selo de qualidade</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	2
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>Novos caminhos para a exportação da carne bovina brasileira</i> Tópico 1: <i>A possível facilidade para a venda de carne brasileira para grandes países importadores (SegT mínimo 1)</i> Tópico 2: <i>Brasil maior exportador de carne bovina do planeta (SegT mínimo 2)</i>
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade

Título do jornal: Folha de S. Paulo

Data: 19 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “Folha de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>)

Número do editorial: 16

Regras demais

[SegT mínimo 1]	
Em terceiro lugar na última pesquisa Datafolha, com 10% das intenções de voto, a deputada federal Luiza Erundina (PSOL) se vê impedida de participar do debate entre candidatos à Prefeitura de São Paulo que será promovido pela Folha , pelo UOL e pelo SBT no dia 23 de setembro.	1 2 3 4
<u>Pela legislação em vigor, apenas candidatos de partidos com um mínimo de nove deputados federais têm assegurada sua presença em encontros desse tipo. É paradoxal: a regra garante a participação a postulantes de menor representatividade, como Major Olímpio, com 2% das preferências, pois seu partido, Solidariedade, conta com 14 deputados em Brasília.</u>	5 6 7 8 9
<u>A norma procura, sem dúvida, evitar a ocorrência tumultuária e não raro ridícula dos chamados “nanicos” em debates de inegável interesse público. O mesmo interesse, todavia, sai prejudicado quando a terceira colocada nas pesquisas, que já exerceu o cargo de prefeita de São Paulo, é impedida de discutir.</u>	10 11 12 13
<u>O paradoxo ganha intensidade quando se leva em conta uma bizarra exceção prevista na norma: candidatos cujos partidos não atendem ao mínimo estipulado poderão participar desde que dois terços dos “autorizados” assim o permitam. Na prática, os participantes têm o poder de decidir sobre a presença de um adversário.</u>	14 15 16 17
Foi o que transpareceu da decisão dos candidatos João Doria (PSDB), Marta Suplicy (PMDB) e Major Olímpio (SSD) de vetar o convite a Erundina. Celso Russomanno (PRB) e Fernando Haddad (PT) aceitaram sua participação.	18 19 20
Não consta que a ex-prefeita seja temível pela retórica destrutiva, pelo sarcasmo ou pela habilidade em vencer debates eleitorais. Num quadro marcado pela fragmentação do eleitorado, e tendo em vista que o PSOL dispõe de um mínimo tempo na propaganda obrigatória, a estratégia de excluir Erundina visa sobretudo a desidratar sua candidatura.	21 22 23 24 25
[SegT mínimo 2]	
Candidatos não são os melhores juízes do que constitua o interesse público. Tampouco haverá regras abstratas, como o tamanho de uma bancada federal, capazes de distinguir entre uma legenda de aluguel a serviço de um microcandidato folclórico e o partido pequeno, mas que apresente um candidato sério e representativo.	26 27 28 29
<u>É aos próprios órgãos de comunicação, a quem importa zelar pela qualidade do evento, que caberia decidir sobre seus participantes.</u>	30 31
<u>A relevância jornalística e o interesse público são os únicos critérios razoáveis a seguir.</u> Num país sob domínio das regras burocráticas – e dos que sabem manipulá-las em conveniência própria –, isso é o que menos conta.	32 33 34

Análise

Editorial 16	<i>Regras demais</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	2
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	<p>Tópico central: <i>Burocracia das regras para participação em debates eleitorais</i></p> <p>Tópico 1: <i>Caráter paradoxal da regra que veta a participação de certos candidatos em debates eleitorais</i> (SegT mínimo 1)</p> <p>Tópico 2: <i>Pertinência da decisão das regras de participação em debates eleitorais pelos órgãos de comunicação</i> (SegT mínimo 2)</p>
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade

Título do jornal: Folha de S. Paulo

Data: 19 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “Folha de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>)

Número do editorial: 17

Autonomia desvirtuada

[SegT mínimo 1]	
As explicações mais habituais para o colapso das finanças públicas culpam os pendores perdulários da classe política nacional, espelhados nas leis e nas medidas de governo. O que quer dizer, entretanto, quando se flagra <u>o descalabro administrativo na melhor universidade do país?</u>	1 2 3 4
<u>O Tribunal de Contas do Estado acaba de reprovar, por unanimidade, as contas de 2013 da Universidade de São Paulo – antes, portanto, do início da recessão que derrubou a arrecadação tributária. As conclusões do TCE ajudam a entender como decisões autônomas da USP desencadearam uma crise que perdura até hoje.</u>	5 6 7 8
Em apenas quatro anos, <u>as despesas com técnicos e docentes passaram por escandalosa expansão de 84%</u> , enquanto a inflação no período ficou nos 26%. No ano avaliado, somaram R\$ 4,4 bilhões, equivalentes a toda a parcela da receita do ICMS destinada obrigatoriamente à instituição.	9 10 11 12
Os demais compromissos, de custeio e investimento, atingiram o montante de R\$ 1,3 bilhão, coberto, principalmente, com <u>a dilapidação das reservas financeiras minguantes da própria USP.</u>	13 14 15
Multado pelo tribunal, o ex-reitor João Grandino Rodas saiu-se com uma defesa tortuosa: argumentou que os encargos com pessoal já haviam ultrapassado os patamares recomendáveis antes de sua gestão; disse ainda que nas outras universidades estaduais, Unicamp e Unesp, o cenário não seria diferente.	16 17 18 19
Tais alegações apenas escancaram a passividade, quando não cumplicidade, com que a comunidade acadêmica e os governantes assistem <u>ao desvirtuamento do ensino superior brasileiro – e, em particular, da experiência pioneira de autonomia das instituições paulistas – pelo corporativismo.</u>	20 21 22 23
Após esbaldar-se em contratações e reajustes salariais, a USP despencou no ranking THE, que considera a reputação de universidades em todo o mundo, passando da faixa de 51-60 para a 91-100. Deve-se lutar, agora, para que seja ao menos mantida a colocação entre as cem melhores.	24 25 26 27
[SegT mínimo 2]	
O caminho não é sacrificar a independência, didático-científica ou financeira. Pelo contrário, <u>as universidades terão a ganhar com a adoção de regras mais flexíveis para contratar e demitir pessoal, além da autorização legal para a cobrança de mensalidades dos estudantes mais abonados.</u>	28 29 30 31
Em contrapartida, as instituições devem sujeitar-se a metas de desempenho e à prestação transparente de contas. É à sociedade que elas servem, não aos funcionários.	32 33

Análise

Editorial 17	<i>Autonomia desvirtuada</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	2
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>Autonomia desvirtuada das universidades públicas</i> Tópico 1: <i>Crise na USP causada por decisões autônomas da universidade</i> (SegT mínimo 1) Tópico 2: <i>Ganhos com a flexibilização de regras de contratação e com a cobrança de mensalidades nas universidades públicas</i> (SegT mínimo 2)
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 19 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 18

O parto da montanha

[SegT mínimo 1]	
Na fábula de Esopo, depois de muito estrondo a montanha pariu um rato.	1
<u>Dilma Rousseff repetiu a proeza com a divulgação da “mensagem” com a qual pretende</u>	2
<u>convencer de sua inocência</u> o mundo e especialmente os senadores que vão decidir sobre	3
o impeachment no fim do mês. Mas, depois de tanta hesitação, <u>Dilma acabou</u>	4
<u>escolhendo um mau momento para falar de inocência e se apresentar, mais uma vez,</u>	5
<u>como uma mulher honesta,</u> pois, simultaneamente, o Supremo Tribunal Federal (STF)	6
autorizou o Ministério Público a abrir inquérito contra ela, o ex-presidente Lula, os ex-	7
ministros Aloizio Mercadante e José Eduardo Cardozo e dois ministros do STJ,	8
destinado a investigar a tentativa de obstrução da Justiça no âmbito da Operação Lava	9
Jato.	10
Na mensagem lida no Palácio da Alvorada, <u>a presidente afastada reitera,</u>	11
candidamente, seu “compromisso com a democracia e com a necessidade da “superação	12
do impasse político que tantos prejuízos já causou ao País”. <u>Parecia estar falando de um</u>	13
<u>outro país e de outra pessoa que não ela, cuja biografia revela total falta de compromisso</u>	14
<u>com a democracia e a proeza de ter arruinado o Brasil.</u> Finalmente, <u>fez um apelo</u>	15
<u>patético a seus julgadores:</u> “Não se faça a injustiça de me condenar por um crime que	16
não cometi”. A uma plateia de jornalistas a quem proibiu de fazer perguntas, Dilma	17
repetiu a necessidade de “diálogo”, defendeu um plebiscito e a delirante ideia da	18
antecipação das eleições presidenciais. Distanciou-se assim, ainda mais, da Nação e até	19
da posição oficial do PT. Promete, agora, comparecer ao Senado para defender-se	20
pessoalmente.	21
<u>O melancólico evento mostrou ao País exatamente a mesma Dilma cujos</u>	22
<u>defeitos seis anos na Presidência da República só fizeram acentuar:</u> a arrogância, a	23
teimosia, a hipocrisia mal disfarçada na tentativa de parecer humilde, a falta de senso	24
crítico que a impede de se ver como responsável por erros e omissões graves cometidos	25
no catastrófico exercício da Presidência da República. Quando, logo nas primeiras	26
linhas, menciona o “impasse político que tantos prejuízos causou ao País”, fala sobre	27
sujeito indeterminado para não ter que admitir o seu autoritarismo empedernido que	28
envenenou as relações do Executivo com o Legislativo e, depois, com toda a Nação.	29
[SegT mínimo 2]	
O argumento central da defesa de Dilma <u>no processo de impeachment,</u> por	30
ela insistentemente repetido na tal carta, é o de que, como presidente da República, não	31
cometeu nenhum crime de responsabilidade e não pode ser julgada pelo “conjunto da	32
obra”. <u>O julgamento do impeachment pelo Parlamento, no entanto, é essencialmente</u>	33
<u>político, sustentado pela comprovação jurídica do crime de responsabilidade.</u> No caso de	34
Dilma <u>o crime de responsabilidade foi reconhecido,</u> por ampla maioria de deputados e	35
senadores, nas votações de admissibilidade do processo.	36

A defesa tem, é claro, o direito de alegar que não houve crime e tentar provar isso. Cabe aos jurados, no caso os senadores, em sessão presidida pelo chefe do poder Judiciário, decidir pela culpa ou pela absolvição. Trata-se, portanto, não de um golpe, mas de <u>um procedimento público – na verdade, escancarado – regido pela Constituição e pelas leis e que segue rito determinado pelo Poder Judiciário.</u>	37 38 39 40 41
Mas esse está sendo um julgamento essencialmente político, alega Dilma. É claro que é, pois <u>se refere a um crime de responsabilidade.</u> Os crimes de responsabilidades imputados à presidente são inexpressivos, protestam os dilmistas. <u>As pedaladas fiscais e a liberação de recursos sem autorização prévia do Congresso objetos do processo não são fatos isolados nem corriqueiros. Foram violações flagrantes da lei que constituem, na verdade, o <i>modus operandi</i> de um governo autoritário que desprezava o papel constitucional e as finalidades precípuaas do Parlamento como órgão da soberania nacional e de representação do povo.</u>	42 43 44 45 46 47 48 49
[SegT mínimo 3]	
<u>A patética manifestação epistolar de Dilma Rousseff é um conjunto de frases feitas, tiradas retóricas, expressões piegas. De platitudes e obviedades que inevitavelmente assomam em discursos políticos que, por falta de conteúdo fático e genuinamente programático, abusam de falsidades demagógicas na tentativa de conquistar o ouvinte pela emoção. Mas a paciência do povo brasileiro com o ilusionismo lulopetista está esgotada.</u>	50 51 52 53 54 55

Análise

Editorial 18	<i>O parto da montanha</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>A carta de Dilma sobre o impeachment</i> Tópico 1: <i>Mau momento para Dilma falar de sua inocência</i> (SegT mínimo 1) Tópico 2: <i>Caráter político do julgamento de impeachment</i> (SegT mínimo 2) Tópico 3: <i>Patética manifestação epistolar de Dilma</i> (SegT mínimo 3)
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade SegT 2 > SegT 3: continuidade

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 19 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 19

O difícil combate ao PCC

[SegT mínimo 1]	
<u>Um novo ataque a empresas transportadoras de valores</u> – o quarto em seis	1
meses em São Paulo –, desta vez em Santo André, na madrugada de quarta-feira	2
passada, deixa evidente tanto a ousadia dos bandidos, que parece não ter limites, como a	3
<u>dificuldade das autoridades de segurança pública de prevenir e combater essas ações.</u>	4
Embora nessa última <u>os criminosos</u> tenham sido obrigados a recuar, nada levando,	5
mesmo assim ela atingiu o que parece ser o seu outro objetivo – semear o pânico na	6
vizinhança e chocar a opinião pública, dando com isso uma demonstração de força.	7
Pelo menos 30 bandidos fortemente armados com fuzis, metralhadoras,	8
granadas e levando explosivos fecharam as ruas próximas e tentaram invadir a sede da	9
<u>empresa Protege</u> . A reação dos vigilantes da <u>empresa</u> e a rápida intervenção da Polícia	10
Militar impediram o roubo. Mas os bandidos só recuaram depois de um intenso tiroteio	11
que durou cerca de 40 minutos. Para possibilitar a fuga, jogaram pregos retorcidos nas	12
ruas, que depois de sua passagem foram bloqueadas com 11 carros e caminhões	13
incendiados.	14
Houve pânico entre os moradores de um condomínio localizado em frente da	15
<u>Protege</u> , atingido por disparos. O aparato montado pelos <u>bandidos</u> foi semelhante ao	16
utilizado <u>nos três assaltos anteriores</u> – em março, em Campinas, também contra a	17
<u>Protege</u> ; em abril, em Santos; e em julho, em Ribeirão Preto, estes últimos contra a	18
<u>Prosegur</u> . Em todos eles, segundo os vizinhos e a própria polícia, foram impressionantes	19
as cenas <u>dos assaltos</u> .	20
Nos três primeiros, foram roubados mais de R\$ 130 milhões. No último, em	21
Santo André, além de nada ter sido roubado, a polícia ainda conseguiu prender, na tarde	22
da quarta-feira, numa chácara em Itapeverica da Serra, oito suspeitos e apreender armas,	23
munições e um dos carros blindados usados na ação. Mais armas, explosivos e coletes a	24
prova de bala, que segundo a polícia pertencem ao mesmo grupo, foram encontrados	25
numa casa no Jardim Ibitirama, na zona leste.	26
[SegT mínimo 2]	
É de esperar que, com esse resultado, a polícia consiga avançar no	27
esclarecimento <u>dos quatro assaltos que, segundo o diretor do Departamento Estadual de</u>	28
<u>investigações Criminais (Deic), delegado Emygdio Machado Neto, estão ligados.</u> A	29
exemplo do que colegas seus do próprio Deic já haviam dito a respeito dessas ações, por	30
ocasião do assalto em Ribeirão Preto, Machado Neto também vê nelas <u>o dedo do</u>	31
<u>Primeiro Comando da Capital (PCC)</u> . Para o delegado Fabiano Barbeiro, <u>o PCC tem</u>	32
<u>grupos especializados em cada aspecto desses crimes, que são reunidos e coordenados</u>	33
<u>para executar os grandes assaltos.</u>	34
<u>A ligação do PCC com esses roubos parece óbvia. Não se conhece, pelo</u>	35
<u>menos em São Paulo, nenhum grupo criminoso além dele que disponha da capacidade</u>	36

de organização, planejamento e mobilização de pessoal e recursos demonstrada nos	37
<u>quatro assaltos dos últimos meses.</u> O fato de as altas autoridades da segurança pública	38
ainda não terem apontado, de forma clara, <u>o envolvimento direto do PCC com tais</u>	39
<u>assaltos</u> deve ser atribuído à dificuldade de admitir que <u>essa organização criminosa está</u>	40
<u>mais viva e forte do que nunca, ampliando e diversificando suas atividades.</u>	41
Prova disso é a ação do Ministério Público Estadual, que denunciou à	42
Justiça, em 2014, <u>a relação do PCC com as vans da capital</u> , usadas para lavar dinheiro	43
das drogas – que já se transformou numa de <u>suas</u> principais fontes de renda – e a do	44
Ministério Público Federal que procedeu da mesma maneira com <u>a sua ligação com a</u>	45
<u>N'Draghetta</u> , um do ramos da máfia italiana, também por tráfico de cocaína.	46
[SegT mínimo 3]	
Como sempre, o primeiro passo para tentar resolver um problema é	47
reconhecer realisticamente e sem rodeios o seu tamanho e a sua gravidade. É o que se	48
tem de fazer com <u>o PCC</u> , que acaba de dar mais uma prova de sua força e sua audácia.	49
<u>Combatê-lo com a eficiência que se espera</u> , muito maior que a demonstrada até agora, <u>é</u>	50
<u>uma tarefa difícil e longa. E que é preciso iniciar logo.</u>	51

Análise

Editorial 19	<i>O difícil combate ao PCC</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>O difícil combate ao PCC</i> Tópico 1: <i>Dificuldade das autoridades de prevenir ataques a transportadoras de valores</i> (SegT mínimo 1) Tópico 2: <i>Óbvia ligação do PCC a roubos de transportadoras de valores</i> (SegT mínimo 2) Tópico 3: <i>Necessidade de combate eficiente e imediato ao PCC</i> (SegT mínimo 3)
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade SegT 2 > SegT 3: continuidade

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 19 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 20

A herança do desemprego

[SegT mínimo 1]	
<u>O desemprego, o efeito mais cruel da recessão, continuou em alta no segundo trimestre e ainda atormentará os brasileiros até a recuperação ganhar impulso e a confiança dos empresários se firmar. A expectativa do empresariado industrial tem melhorado e esse dado é especialmente importante, porque o dinamismo da economia ainda é muito dependente, no Brasil, do ritmo de atividade das fábricas. Mas as melhores notícias, por enquanto, apenas indicam uma estabilização dos negócios e, em alguns segmentos, um tímido começo de reação. Enquanto se esperam sinais mais fortes de reativação, é inevitável prosseguir no balanço dos estragos causados pelos erros e desmandos acumulados principalmente a partir de 2009-2010, quando o Brasil começou a vencer o primeiro impacto da grande crise internacional.</u>	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
<u>O desemprego aumentou de 10,9% no primeiro trimestre para 11,3% da força de trabalho no segundo, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgada na quarta-feira passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</u>	11 12 13 14
A Pnad-Contínua, atualizada e publicada mensalmente, substituiu no começo do ano a velha série estatística do desemprego, limitada às seis maiores áreas metropolitanas. O levantamento do IBGE cobre agora, em cada trimestre, 211 mil domicílios de 3.464 municípios de todo o País.	15 16 17 18
<u>No segundo trimestre, 11,586 milhões de pessoas estavam desempregadas. Entre abril e junho de 2015 eram 8,354 milhões, correspondentes a 8,3% da população economicamente ativa. Nesse intervalo, a força de trabalho passou de 100,57 milhões para 102,38 milhões de pessoas, mas o mercado de trabalho, já com enorme número de excedentes, foi incapaz de absorver os novos candidatos.</u>	19 20 21 22 23
[SegT mínimo 2]	
<u>Desde o fim do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o Brasil tem seguido rumo inverso ao das economias desenvolvidas e da maior parte das emergentes. A produção e o emprego voltaram a crescer nos países mais afetados pela crise iniciada em 2008. Desde fevereiro de 2010 foram abertos 15 milhões de postos de trabalhos nos Estados Unidos, onde o desemprego chegou nos últimos meses a 4,9% da força de trabalho. Na Europa, a desocupação ficou pouco acima de 10% da força de trabalho no segundo trimestre deste ano, abaixo, portanto, da taxa brasileira.</u>	24 25 26 27 28 29 30
<u>No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) ficou estagnado em 2014, diminuiu 3,8% em 2015 e continua a encolher. O déficit público nominal – com inclusão, portanto, dos juros da dívida pública – bateu em 10% do PIB, mais que o triplo da média europeia. A situação fiscal brasileira é muito pior que a da maior parte das economias emergentes e a inflação no Brasil, ainda acima de 8% nos últimos 12 meses, é muito maior que na maior parte do mundo.</u>	31 32 33 34 35 36

[SegT mínimo 3]	
É preciso levar em conta essas comparações para <u>avaliar com algum realismo a política econômica da presidente Dilma Rousseff</u> – uma continuação, em vários aspectos, daquela desenvolvida por seu antecessor. A distribuição de benefícios fiscais e financeiros a grupos e setores escolhidos, a estratégia de escolha de campeões nacionais e a promiscuidade entre o Tesouro e os bancos estatais, o loteamento e o aparelhamento da máquina federal são algumas das características comuns aos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de sua sucessora.	37 38 39 40 41 42 43
<u>A recessão, o desarranjo das contas públicas, a inflação elevada, a recessão e o desemprego são os efeitos – previsíveis e previstos por vários analistas – desse tipo de política.</u> Não se pode cassar um governante pelo conjunto de sua obra, disse a presidente afastada Dilma Rousseff. Não há, no entanto, como separar pedaladas e decretos ilegais desse conjunto.	44 45 46 47 48
[SegT mínimo 4]	
<u>As melhores notícias, por enquanto, indicam tendência à estabilização.</u> Em junho, a indústria paulista demitiu 6 mil pessoas. <u>A queda do emprego, de 1,5% com ajuste sazonal, é menos intensa e tende a se esgotar,</u> comentou o diretor do departamento econômico da Fiesp, Paulo Francini. Com o impeachment, pode-se acrescentar, a recuperação deverá ser mais fácil.	49 50 51 52 53

Análise

Editorial 20	<i>A herança do desemprego</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	4
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	Tópico central: <i>Efeitos do desemprego na economia brasileira</i> Tópico 1: <i>Balanços de estragos no setor trabalhista causados por erros e desmandos administrativos (SegT mínimo 1)</i> Tópico 2: <i>Rumo inverso da economia brasileira em relação a países desenvolvidos e emergentes (SegT mínimo 2)</i> Tópico 3: <i>Avaliação da política econômica da presidente Dilma (SegT mínimo 3)</i> Tópico 4: <i>Tendência à estabilização do mercado de trabalho (SegT mínimo 4)</i>

Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade SegT 2 > SegT 3: continuidade SegT 3 > SegT 4: continuidade
--------------	---

Título do jornal: Folha de S. Paulo

Data: 25 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “Folha de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>)

Número do editorial: 21

Sem tempo a perder

[SegT mínimo 1]	
Com o início do julgamento do impeachment nesta quinta-feira (25) e a iminência de um desfecho com a efetivação de Michel Temer (PMDB) na Presidência, torna-se mais aguda a percepção de que <u>o Planalto precisa avançar em suas negociações com o Congresso.</u>	1 2 3 4
É exíguo, com efeito, o calendário disponível para discussão de pontos nevrálgicos da gestão das finanças federais. A campanha eleitoral nas prefeituras tende a esvaziar o Legislativo nas próximas semanas, ademais de torná-lo ainda menos propenso do que de costume a <u>aprovar medidas de controle de gastos públicos.</u>	5 6 7 8
Em pauta estaria, entre outras, <u>a proposta de emenda constitucional (PEC)</u> que limita de forma rigorosa o aumento das despesas governamentais por vários anos, restringindo-o à taxa de inflação do ano anterior.	9 10 11
Apresentada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a medida poderia reverter significativamente as expectativas dos agentes econômicos, desestimulados ao extremo diante dos sinais de irresponsabilidade orçamentária prodigalizados durante o mandato de Dilma Rousseff (PT).	12 13 14 15
O mesmo se pode dizer <u>da reforma da Previdência</u> , cujos déficit têm comprometido a capacidade de investimento federal. Impõe-se adotar um regime único e uma idade mínima para as aposentadorias, entre outras providências para deter a expansão das despesas do INSS, que hoje representam quase o dobro dos gastos com saúde, educação e assistência social.	16 17 18 19 20
<u>A renegociação da dívida dos Estados</u> , objeto de seguidos recuos do governo Temer, é ainda um ponto para o qual convergem as incertezas no mercado. Com <u>a votação na Câmara</u> por concluir, a repactuação tem sido um barômetro da efetiva disposição do novo governo para impor um mínimo de racionalidade ao cenário econômico.	21 22 23 24 25
[SegT mínimo 2]	
São incertas as perspectivas de que, uma vez confirmado no cargo, Michel Temer consiga cumprir suas promessas de <u>reinstaurar a responsabilidade fiscal</u> , com apoio do Congresso.	26 27 28
Terá sido em função desta circunstância, sem dúvida, que o governo federal decidiu frear, por enquanto, a votação de projetos com vistas ao aumento dos salários no funcionalismo. O impacto cumulativo de tais aumentos acenderia, com efeito, o alerta máximo no que tange às <u>possibilidades de recuperação da economia.</u>	29 30 31 32
Por enquanto, o governo Michel Temer cuida de ganhar tempo. <u>É difícil dizer, contudo, se na verdade não está perdendo instantes preciosos para fazer valer</u> , enquanto dispõe de força política, <u>projetos de austeridade inadiáveis para a economia do país.</u>	33 34 35 36

Análise

Editorial 21	<i>Sem tempo a perder</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	2
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	<p>Tópico central: <i>Importância de medidas imediatas para recompor a economia</i></p> <p> Tópico 1: <i>Necessidade de avanço das negociações do Planalto com o Congresso (SegT mínimo 1)</i></p> <p> Tópico 2: <i>Tempo desperdiçado por Temer para recompor a economia do país (SegT mínimo 2)</i></p>
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade

Título do jornal: Folha de S. Paulo

Data: 25 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “Folha de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>)

Número do editorial: 22

Compêndio de falcatruas

[SegT mínimo 1]	
O extenso catálogo de <u>desvios da administração pública brasileira</u> acaba de receber novos anexos com um levantamento sobre a ação fiscalizadora do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE).	1 2 3
O balanço de 2015 do órgão de controle enumera <u>uma série de suspeitas de fraudes detectadas em editais e contratos firmados pelo governo estadual e por municípios paulistas nos últimos anos.</u>	4 5 6
Um pregão de compra de 89 mil ventiladores de parede para escolas paulistas em 2010 previa gastos de R\$ 25 milhões. O vencedor, porém, informou como sede um local ocupado pelo bar Point do Churrasco em Suzano, na Grande São Paulo.	7 8 9
Outro contrato, firmado em 2010 pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação do governo paulista para a construção de uma escola em São Luiz do Paraitinga, estipulava o plantio de 2.641 árvores ornamentais no terreno da instituição.	10 11 12
Não só a quantidade pareceu exagerada, à primeira vista, como a área na qual as mudas seriam plantadas comportaria, no máximo, metade delas. E o documento ainda obrigava a vencedora a construir um elevador no prédio – desnecessário, segundo o TCE – e “subtraía a possibilidade de participação de diversos interessados”.	13 14 15 16
Restrições que diminuem o alcance da competição nos certames são um dos principais <u>subterfúgios detectados</u> , talvez para afastar concorrentes menos inclinados a propinas. Outro é a criação de condições que direcionam a licitação para determinada empresa.	17 18 19 20
<u>Um quarto dos 1.135 editais analisados pelo TCE no ano passado continha irregularidades.</u> Com relação aos contratos firmados entre administrações públicas e empresas, a situação se mostra mais grave: dos 2.905 vistoriados, 45% apresentavam problemas.	21 22 23 24
[SegT mínimo 2]	
<u>Desvios dessa natureza</u> , por óbvio, não se restringem ao Estado de São Paulo nem são exclusividade de governos ou prefeituras.	25 26
Prova disso é o <u>fato do Tribunal de Contas da União (TCU) ter condenado a Força Sindical a devolver R\$ 1,6 milhão ao Ministério do Trabalho.</u> O montante fora recebido pelo <u>sindicato</u> em 2001 e 2002 para projetos que ajudam pessoas desempregadas a encontrar ocupação.	27 28 29 30
Entre <u>outras irregularidades</u> , o tribunal apontou a falta de comprovação de que os recursos tenham sido utilizados para as finalidades previstas no convênio estabelecido com o ministério.	31 32 33
[SegT mínimo 3]	
Não basta os tribunais de contas, porém, exercerem a contento sua função de	34

controle. <u>Só a garantia de punições aos fraudadores terá o poder de deletar esse capítulo deprimente da realidade social.</u>	35 36
--	----------

Análise

Editorial 22	<i>Compêndio de falcatruas</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	<p>Tópico central: <i>Rede de desvios do dinheiro público</i></p> <p>Tópico 1: <i>Série de suspeitas de fraudes em editais e contratos firmados pelo governo estadual e municípios paulistas (SegT mínimo 1)</i></p> <p>Tópico 2: <i>Desvio fora de SP e em setor diferente de governos e prefeituras (SegT mínimo 2)</i></p> <p>Tópico 3: <i>Necessidade de punições aos fraudadores da verba pública (SegT mínimo 3)</i></p>
Linearização	<p>SegT 1 > SegT 2: continuidade</p> <p>SegT 2 > SegT 3: continuidade</p>

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 25 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 23

Exige-se serenidade

[SegT mínimo 1]	
Não será com insinuações, disse que disse e maledicências que as autoridades farão o saneamento da profunda crise moral que atinge o País. <u>A desavença entre o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, não produziu outra coisa senão <u>desconfiança na capacidade das instituições – ou de seus dirigentes – de conduzir com a serenidade necessária o processo de depuração que os brasileiros de bem tanto exigem.</u></u>	1 2 3 4 5 6
No fim de semana passado, a revista <i>Veja</i> publicou uma reportagem que relatava ter sido o ministro do STF Dias Toffoli citado na proposta de delação premiada de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS. O vazamento dessa informação, cujo teor ainda carece de confirmação, levou <u>Janot</u> a mandar suspender as negociações para a delação de Pinheiro. A Procuradoria-Geral considerou que a publicação teve o propósito de pressionar os procuradores a fechar o acordo com Pinheiro. É uma versão cuja lógica é difícil de acompanhar, pois não é possível dizer o que Léo Pinheiro ganharia mandando vazar eventual menção a um ministro do Supremo no âmbito de um acordo de delação que ele se empenhava tanto em obter.	7 8 9 10 11 12 13 14 15
Está claro, portanto, que <u>Janot</u> , antes de mais nada, deveria ter mandado investigar imediatamente a origem do vazamento – e não apenas deste, mas de todos os outros que ocorreram até agora no âmbito da Lava Jato e que se transformaram em armas políticas, prática que desde sempre ameaça tisonar o excelente trabalho dos procuradores envolvidos na operação.	16 17 18 19 20
<u>O procurador geral</u> , no entanto, preferiu mover-se no pantanoso terreno da especulação. “Reafirmo que não houve, nas negociações de colaboração dessa empreiteira, nenhuma referência, nenhum anexo, nenhum fato enviado ao Ministério Público que envolvesse essa alta autoridade do Judiciário”, disse Janot. “A gente vaza aquilo que tem. Se você não tem a informação, nem tem o acesso, você vaza o quê? Você vaza o nada, aquilo que você não tem. Não vaza. Não sei a quem interessa essa cortina de fumaça.” Ora, se não sabe, o natural é que procure saber, e não adotar medidas radicais e extemporâneas. O procurador-geral disse que, em sua opinião, se trata de um “estelionato delacional” em que “inventar-se um fato, divulgar-se o fato para que haja pressão ao Ministério Público para aceitar, desta ou daquela maneira, eventual acordo de colaboração”. Ele afirmou que decidiu interromper o acordo com Léo Pinheiro por quebra de confiança – portanto, sem nenhum tipo de comprovação, Janot considera que a informação sobre Toffoli foi divulgada pelo empreiteiro.	21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33
<u>O ministro Gilmar Mendes</u> , por sua vez, também se atirou à mais desbragada especulação ao dizer que o vazamento foi um “acerto de contas” da Lava Jato contra Toffoli, em razão da decisão do ministro de soltar o ex-ministro Paulo Bernardo e de fatiar a investigação sobre a senadora Gleisi Hoffman (PT-PR). Para <u>Mendes</u> , “provavelmente” Toffoli “entrou na mira dos investigadores por uma ou outra decisão que os desagradou”.	34 35 36 37 38 39

<p><u>Mendes</u> foi além, ao dizer que “é preciso colocar freios nisso, nesse tipo de conduta”, e acrescentou, enigmático: “Isso já ocorreu antes no Brasil. O cemitério está cheio desses heróis”. Ao que <u>Janot</u> respondeu, também apelando à imaginação: “A Lava Jato, hoje, está incomodando tanto e a quem e por quê?”. Mas a resposta a essas perguntas, é ocioso dizer, são conhecidas até pelas pedras da rua.</p> <p style="text-align: center;">[SegT mínimo 2]</p> <p>Homens públicos que ocupam cargos em instituições centrais para a manutenção do Estado de Direito não deveriam agir como se estivessem em um saloon do Velho Oeste. As ilações disparadas por Janot e Mendes um contra o outro dizem tudo sobre os duelistas e nada sobre o que realmente interessa aos brasileiros: até onde pode ir a Lava Jato?</p> <p>Por ser o resultado de um grande esforço de policiais, promotores e juízes para pôr atrás das grades os corruptos que tomaram de assalto o Estado na última década, a Lava Jato merece apoio entusiasmado da sociedade. No entanto, <u>esse apoio não pode ser justificativa para que a força-tarefa da Lava-Jato se considere acima da lei</u> nem sirva para que qualquer crítica a seus eventuais abusos seja confundida, automaticamente, com alguma forma de conluio com corruptos. Para resumir, <u>a legitimidade da Lava Jato não depende de suas boas intenções, mas do absoluto respeito à lei.</u></p>	<p>40</p> <p>41</p> <p>42</p> <p>43</p> <p>44</p> <p>45</p> <p>46</p> <p>47</p> <p>48</p> <p>49</p> <p>50</p> <p>51</p> <p>52</p> <p>53</p> <p>54</p> <p>55</p> <p>56</p> <p>57</p>
--	---

Análise

Editorial 23	<i>Exige-se serenidade</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	2
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
Representação	<p>Tópico central: <i>Falta de serenidade na Lava Jato</i></p> <p>Tópico 1: <i>Desconfiança da capacidade das instituições públicas causada pela desavença entre Gilmar Mendes e Rodrigo Janot (SegT mínimo 1)</i></p> <p>Tópico 2: <i>Dependência da Lava Jato ao respeito à lei (SegT mínimo 2)</i></p>
Linearização	SegT 1 > SegT 2: continuidade

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 25 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 24

Haddad, o tormento

[SegT mínimo 1]	
Parece não ter limites a insana capacidade do prefeito Fernando Haddad de	1
desrespeitar <u>a cidade de São Paulo</u> e seus cidadãos com sua caótica gestão, confirmando	2
cada vez mais aquilo que os paulistanos há muito perceberam – <u>a absoluta falta de</u>	3
<u>planejamento da administração petista. O caso mais recente ocorreu justamente no setor</u>	4
<u>onde Haddad imagina que deixará um importante legado para a cidade – a área de</u>	5
<u>mobilidade.</u>	6
Sem maiores avisos, a Secretaria Municipal de Transportes (SMT) publicou	7
no <i>Diário Oficial da Cidade de São Paulo</i> do dia 19 de agosto <u>uma portaria</u> – em vigor	8
desde o dia 24 – <u>que altera significativamente o serviço de táxi da cidade.</u>	9
Entre as novidades, a Prefeitura de São Paulo igualou os valores por	10
bandeirada, tarifa quilométrica e horária de todas as categorias de táxi – comum,	11
comum-rádio, especial, preto e luxo. Agora, os valores cobrados devem ser equiparados	12
aos da categoria de táxi comum, a mais barata. Por exemplo, o valor inicial da corrida (a	13
bandeirada) passa a ser sempre de R\$ 4,50. Já a tarifa por quilômetro percorrido será de	14
R\$ 2,75 e a tarifa horária – quando o carro fica parado ou trafega a menos de 20	15
quilômetros por hora –, de R\$ 33. Com <u>as mudanças</u> , a bandeira 2 torna-se opcional e já	16
não mais existe o extra de 50% entre municípios.	17
A Prefeitura afirma que <u>as alterações</u> têm a finalidade de baratear o serviço,	18
aproximando o preço da corrida de táxi aos de outros serviços de transporte de	19
passageiros, como o aplicativo Uber, recentemente regulamentado pela municipalidade.	20
Longe de ser consensual, <u>a medida</u> gerou revolta em muitos taxistas. “Vai	21
sucatear a frota de São Paulo”, afirmou Antônio Matias, presidente do Sindicato dos	22
Motoristas nas Empresas de Táxi do Estado (Simtetaxi). “O taxista não vai conseguir	23
manter seu carro novo, da forma como é hoje. O passageiro pode gostar agora, mas não	24
vê que, a longo prazo, a qualidade do serviço vai cair”, ponderou Matias.	25
Para o taxista André Ricardo Lopes, que trabalha na região da Avenida	26
Paulista, “perder a bandeira 2 e a taxa de 50% é como você perder seu adicional	27
noturno, seu décimo terceiro, seus benefícios. Não é uma coisa boa”.	28
[SegT mínimo 2]	
Surpreende <u>a falta de planejamento do prefeito Fernando Haddad.</u>	29
Periodicamente, ele lança novas regras, muitas vezes em sentido oposto ao que ele	30
próprio havia determinado anteriormente, gerando insegurança jurídica, bagunçando a	31
vida das pessoas e desestimulando investimentos.	32
Basta ver que, em dezembro do ano passado, por exemplo, <u>a gestão Haddad</u>	33
<u>promoveu um sorteio de 5 mil alvarás do chamado “táxi preto”</u> , cuja finalidade era	34
oferecer um serviço de alto padrão, com carros melhores. Muita gente se interessou,	35
com mais de 27 mil inscrições para o sorteio. <u>Agora, menos de um ano depois, as regras</u>	36
<u>são alteradas</u> e quem investiu suas reservas para ingressar na categoria dos <u>táxis pretos</u> –	37

cuja tarifas originalmente podiam ser até 25% mais caras que as do táxi comum – tem de se contentar em cobrar o preço mais baixo.	38 39
[SegT mínimo 3]	
<u>Outro exemplo de arbitrariedade da Prefeitura ocorreu com as regras para circulação de táxi nas faixas exclusivas de ônibus. Num determinado momento, a gestão Haddad proibiu a utilização dessas faixas pelos táxis, sob o argumento de que eles atrapalhavam a circulação dos ônibus. Na ocasião, não apresentou qualquer estudo para justificar a medida – ia ser assim e acabou. Passaram-se alguns meses e a Prefeitura regulamentou o serviço de transporte individual por aplicativo. Diante da oposição dos taxistas a essa medida municipal, a Prefeitura ofereceu-lhes uma espécie de presente de consolação, liberando novamente o uso das faixas de ônibus pelos táxis.</u>	40 41 42 43 44 45 46 47
[SegT mínimo 4]	
Faz-se necessário lembrar que vivemos numa democracia e quem governa precisa prestar contas à população. <u>É inaceitável o autoritarismo de Fernando Haddad, submetendo a população aos seus caprichos. As urnas de outubro certamente resolverão esse problema.</u>	48 49 50 51

Análise

Editorial 24	<i>Haddad, o tormento</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	4
Hierarquia	
QTs	2
Níveis	3
Representação	<p>Tópico central: <i>A incompetência do prefeito Haddad para administrar São Paulo</i></p> <p>Tópico 1: <i>Alteração na área de mobilidade de São Paulo como um caso da falta de planejamento da administração Haddad (SegT mínimo 1)</i></p> <p>Tópico 2: <i>Falta de planejamento do prefeito Haddad</i></p> <p>Tópico 2.1: <i>Falta de planejamento nas regras do táxi preto (SegT mínimo 2)</i></p> <p>Tópico 2.2: <i>Falta de planejamento de regras para circulação de táxis nas faixas de ônibus (SegT mínimo 3)</i></p> <p>Tópico 3: <i>Reprovação do autoritarismo do prefeito Haddad (SegT mínimo 4)</i></p>
Linearização	<p>SegT 1 > SegT 2: continuidade</p> <p>SegT 2 > SegT 3: continuidade</p>

	SegT 2 > SegT 3: movimento SegT 3 > SegT 4: continuidade
--	---

Título do jornal: O Estado de S. Paulo

Data: 25 de agosto de 2016

Fonte: Acervo digital do jornal “O Estado de S. Paulo” (disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>)

Número do editorial: 25

O julgamento

[SegT mínimo 1]	
Oito meses depois do início do <u>processo</u> , começa hoje no Senado o <u>juízo final do impeachment da presidente Dilma Rousseff</u> . De acordo com o cronograma estabelecido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski – que preside também o julgamento desde a fase da pronúncia –, tudo será decidido até o dia 31. <u>Os votos de pelo menos 54 dos 81 senadores decretarão a perda definitiva do mandato de Dilma e a suspensão de seus direitos políticos por 8 anos</u> . Se o <u>impeachment</u> não atingir o quórum qualificado, o <u>processo</u> será arquivado e Dilma Rousseff reassumirá imediatamente a Presidência da República.	1 2 3 4 5 6 7 8
De acordo com todos os prognósticos, inclusive de quem se opõe ao <u>impeachment</u> , a <u>condenação de Dilma Rousseff é líquida e certa</u> . De pouco adiantará, para efeitos práticos, que à acusada seja permitido apresentar suas razões, agora pessoalmente, em atendimento ao princípio constitucional de ampla defesa.	9 10 11 12
Aproxima-se de seu desfecho, assim, o <u>conturbado processo</u> que, ao permanecer rigorosamente dentro dos parâmetros legais e do rito estabelecido pelo Poder Judiciário para a adoção da medida extrema da cassação de um mandato eletivo, reafirma a solidez das instituições democráticas brasileiras e abre perspectiva para a criação de um novo consenso para a reconstrução nacional.	13 14 15 16 17
[SegT mínimo 2]	
Hoje <u>serão ouvidas as testemunhas a favor e contra o impeachment</u> , logo depois que for superada a previsível tentativa dos defensores de procrastinar ao máximo os trabalhos com a repetição das mesmas questões de ordem que têm levantado em vão desde a primeira fase do processo. É compreensível: trata-se de uma rara oportunidade para parlamentares ávidos por promoção pessoal se exibirem diante das câmeras de televisão em rede nacional. Oportunidade de que se aproveitarão, também, os defensores do impeachment. <u>Todos, a favor e contra, serão vistos e ouvidos por uma massa de eleitores</u> que a esta altura estão fartos de retórica e ansiosos pelo encerramento desse lamentável episódio da história da República.	18 19 20 21 22 23 24 25 26
Na próxima segunda-feira, <u>Dilma Rousseff comparecerá ao plenário para defender-se</u> . Quando decidiu que iria pessoalmente à sessão, Dilma imaginava que poderia impor a condição de não ter de responder a questionamentos. Essa possibilidade, que só poderia ser cogitada por uma mente autoritária, foi obviamente negada. Assim, ela terá de se haver com perguntas sobre como e por que se dispôs a convalidar com sua presença um julgamento que insiste em definir como “golpe”. Ou por que se compromete a, se for reconduzida à Presidência, convocar um plebiscito para definir a realização de eleições presidenciais antecipadas, o que implicaria sua renúncia e a consequente confissão de fracasso na missão que lhe foi atribuída por 54 milhões de brasileiros.	27 28 29 30 31 32 33 34 35 36

[SegT mínimo 3]	
Se todas as previsões se confirmarem, o Brasil entrará no mês de setembro com <u>um governo livre da incômoda condição de provisório</u> e presumivelmente mais apto a enfrentar politicamente o enorme desafio de propor, ver aprovadas pelo Congresso quando for o caso, e implantar com eficácia tanto medidas necessárias ao saneamento das contas públicas e ao equilíbrio fiscal como outras, de caráter estruturante, destinadas a corrigir desvios da gestão pública e a criar condições para a retomada do crescimento econômico com os consequentes benefícios sociais, como a redução do desemprego, a mais amarga herança social do ciclo lulopetista.	37 38 39 40 41 42 43 44
Esse é, vale repetir, um enorme desafio, que <u>o governo</u> só poderá enfrentar – e esse é um fundamento essencial do sistema democrático – na medida em que se mantiver atento às genuínas e espontâneas manifestações do interesse público, sabendo distingui-las das vociferações revoltadas ou populistas. E se souber também promover, com coragem e sem concessões demagógicas, o sentimento de união nacional, de unidade na diversidade, capaz de relegar ao passado o período negro da História em que o Brasil foi dividido entre “nós” e “eles”.	45 46 47 48 49 50 51

Análise

Editorial 25	<i>O julgamento</i>
Quantidade de tópicos discursivos específicos	3
Hierarquia	
QTs	1
Níveis	2
representação	Tópico central: <i>O desfecho do impeachment da presidenta Dilma</i> Tópico 1: <i>Condenação certa de Dilma no processo de impeachment</i> (SegT mínimo 1) Tópico 2: <i>Depoimentos das testemunhas a favor e contra o impeachment</i> (SegT mínimo 2) Tópico 3: <i>O governo brasileiro sem a condição de provisório</i> (SegT mínimo 3)
Linearidade	SegT 1 > SegT 2: continuidade SegT 2 > SegT 3: continuidade

ANEXO II: ANÁLISE INTRATÓPICA

Editorial 1

SegT 1 (Editorial 1; <i>Debate incipiente</i> , Folha de S. Paulo, 01/08/2016)	
Dada a constante enxurrada de revelações da Operação Lava Jato, e ainda mais na iminência dos Jogos Olímpicos, <u>parece distante das atenções gerais a disputa pela Prefeitura de São Paulo.</u>	1 2 3
Apresentando os principais candidatos das eleições de outubro, as sabatinas realizadas pela Folha , pelo UOL e pelo SBT servem de ponto de partida para <u>um debate ainda a ser travado</u> com maior detalhamento e convergência temática.	4 5 6
O caráter incipiente das discussões ficou claro no caso <u>do atual líder das pesquisas, Celso Russomano (PRB)</u> . Ele se esquivou de desenvolver o tema de seus vínculos com a Igreja Universal do Reino de Deus, ou de esclarecer quais seriam suas fontes de arrecadação.	7 8 9 10
Na outra ponta do espectro, <u>Luiza Erundina (PSOL)</u> teve o mérito de abordar um verdadeiro tabu eleitoral: aumento de impostos.	11 12
Análise	
Tópico: <i>O princípio dos debates pela prefeitura de São Paulo</i>	
Domínio 1: linhas 1-12: <i>O princípio dos debates pela prefeitura de São Paulo</i>	
Posição: linhas 1-6: <i>O princípio dos debates pela prefeitura de São Paulo</i>	
Suporte: linhas 7-12: <i>Comportamento de alguns candidatos nos primeiros debates</i>	

SegT 2 (Editorial 1; <i>Debate incipiente</i> , Folha de S. Paulo, 01 ago. 2016)	
<u>Nas últimas administrações, o que se viu foram inúmeros obstáculos a novas correções do IPTU</u> , dada a variedade das situações de renda e de localização imobiliária numa cidade como São Paulo.	1 2 3
<u>O debate sobre as finanças, de todo modo, é fundamental</u> para que qualquer projeto urbano ganhe um mínimo de consistência.	4 5
Não há de ser esquecido o caráter fantasioso do “ <u>Arco do Futuro</u> ” prometido por <u>Fernando Haddad</u> (PT) há quatro anos, em meio aos efeitos especiais do marqueteiro João Santana. Este, agora, abandona o desenho de viadutos de acrílico e trens de cristal para trilhar o amargo caminho da delação, em consequência de seu envolvimento com verbas de caixa dois.	6 7 8 9 10
Tem-se, portanto, <u>uma dupla questão de “financiamento” na disputa para a prefeitura</u> . Não só com respeito às obras urbanas, mas também no que tange às próprias campanhas eleitorais.	11 12 13
Análise	
Tópico: <i>Necessidade de debates sobre finanças</i>	

Domínio 1: linhas 1-13: *Necessidade de debates sobre finanças*

Posição: linhas 1-5: *Necessidade de debates sobre finanças*

Suporte: linhas 6-13: *Duplo financiamento na disputa para a prefeitura de SP*

Domínio 2: linhas 1-5: *Necessidade de debates sobre finanças*

Suporte: linhas 1-3: *Obstáculos a novas correções de IPTU nas últimas administrações paulistanas*

Posição: linhas 4-5: *Necessidade de debates sobre finanças*

Domínio 3: linhas 6-13: *Duplo financiamento na disputa para a prefeitura de SP*

Suporte: linhas 6-10: *Financiamento de promessa de governo do Haddad*

Posição: linhas 11-13: *Duplo financiamento na disputa para a prefeitura de SP*

SegT 3 (Editorial 1; *Debate incipiente*, Folha de S. Paulo, 01/08/2016)

Sobressaem, nesse quadro de penúria, debates sobre as poucas inovações que podem ser feitas a baixo custo – a exemplo das ciclovias e da redução dos limites de velocidade para automóveis, marcas da gestão de Fernando Haddad.

Em busca de um novo oposicionismo com vistas ao eleitorado de classe média – lógica que explica sua aliança com Andrea Matarazzo, antes também candidato pelo PSD – Marta Suplicy (PMDB) fala em rever a política de ciclovias.

João Doria Jr. (PSDB) promete elevar a velocidade permitida nas marginais. O tucano também cogita privatizar os corredores de ônibus e até a gestão das ciclovias.

Análise

Tópico: *Destaque dos debates sobre inovações a baixo custo*

Domínio 1: linhas 1-9: *Destaque dos debates sobre inovações a baixo custo*

Posição: linhas 1-3: *Destaque dos debates sobre inovações a baixo custo*

Suporte: linhas 4-9: *Promessas de alguns candidatos sobre inovações a baixo custo*

SegT 4 (Editorial 1; *Debate incipiente*, Folha de S. Paulo, 01/08/2016)

Sem dúvida, um novo tipo de relacionamento entre poder público e setor privado terá de ser imaginado nos próximos anos.

Corrupção e obras são faces da mesma moeda. Além das questões urbanas pontuais, a esses pontos os candidatos terão de dar urgente resposta.

Análise

Tópico: *Necessidade de novo tipo de relacionamento entre poder público e setor privado*

Domínio 1: linhas 1-4: *Necessidade de novo tipo de relacionamento entre poder público e setor privado*

Posição: linhas 1-2: *Necessidade de novo tipo de relacionamento entre poder público e setor privado*

Suporte: linhas 3-4: *Necessidade de resposta dos candidatos sobre as relações entre poder público e setor privado*

Editorial 2

SegT 5 (Editorial 2; <i>Novos ventos na energia</i> , Folha de S. Paulo, 01/08/2016)	
<u>Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise. No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor.</u>	1 2
Em 2015, <u>as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica.</u> É o equivalente a quase seis usinas como Belo Monte e acarretou um investimento de US\$ 329 bilhões.	3 4 5
Nesse mesmo ano, enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, <u>a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%.</u>	6 7
<u>O dado se encontra no “Balanço Energético Nacional 2016”, recém-divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e recebeu destaque no caderno especial “Brasil que Dá Certo – Energia Renovável”, publicado na quinta-feira (28) por esta Folha.</u>	8 9 10 11
<u>O desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país.</u> Com isso, <u>sua contribuição</u> firmou-se à frente da fatia das usinas nucleares (1,3%) na produção nacional.	12 13 14
Análise	
Tópico: <i>Aspectos favoráveis ao campo das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial</i>	
Domínio 1: linhas 1-14: <i>Aspectos favoráveis ao campo das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial</i>	
Posição: linhas 1-2: <i>Aspectos favoráveis ao campo das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial</i>	
Suporte: linhas 3-5: <i>Grande produção de energia eólica em 2015</i>	
Suporte: linhas 6-11: <i>O impressionante avanço da energia eólica apesar da retração do PIB</i>	
Suporte: linhas 12-14: <i>Contribuição da energia eólica à produção de eletricidade no Brasil</i>	
Domínio 2: linhas 6-11: <i>O impressionante avanço da energia eólica apesar da retração do PIB</i>	
Posição: linhas 6-7: <i>O impressionante avanço da energia eólica apesar da retração do PIB</i>	
Suporte: linhas 8-11: <i>Fontes do dado sobre o avanço da energia eólica</i>	

SegT 6 (Editorial 2; <i>Novos ventos na energia</i> , Folha de S. Paulo, 01/08/2016)	
<u>A liderança incontestada, como de sabe, segue com a hidroeletricidade.</u>	1
Turbinas movidas com <u>a força dos rios</u> produziram <u>66,7% da energia elétrica consumida no mercado doméstico.</u>	2 3
Como se trata de uma fonte renovável (assim como a eólica e a biomassa), <u>essa modalidade contribuiu para manter a matriz elétrica brasileira como uma das mais limpas do planeta.</u>	4 5 6
<u>Mais de três quartos da eletricidade aqui produzida provêm de fontes que não agravam o aquecimento global.</u>	7 8
Análise	
Tópico: <i>A liderança da hidroeletricidade na produção de energia no Brasil</i>	
Domínio 1: linhas 1-8: <i>A liderança da hidroeletricidade na produção de energia no Brasil</i>	
Posição: linha 1: <i>A liderança da hidroeletricidade na produção de energia no Brasil</i>	
Suporte: linhas 2-3: <i>Alta produção de energia hidroelétrica quanto à energia consumida no meio doméstico</i>	
Suporte: linhas 4-8: <i>Contribuição da hidroeletricidade na manutenção da matriz elétrica brasileira como uma das mais limpas do planeta</i>	
Domínio 2: linhas 4-8: <i>Contribuição da hidroeletricidade na manutenção da matriz elétrica brasileira como uma das mais limpas do planeta</i>	
Posição: linhas 4-6: <i>Contribuição da hidroeletricidade na manutenção da matriz elétrica brasileira como uma das mais limpas do planeta</i>	
Suporte: linhas 7-8: <i>Alta porção de eletricidade produzida no Brasil não contribui para o aquecimento global</i>	

SegT 7 (Editorial 2; <i>Novos ventos na energia</i> , Folha de S. Paulo, 01/08/2016)	
<u>Todas elas, é verdade, inclusive a eólica, sofrem de um modo ou de outro as consequências da crise econômica que se abateu sobre o Brasil</u> e da intervenção desastrosa do governo Dilma Rousseff (PT) no setor elétrico.	1 2 3
<u>O consumo de eletricidade recuou 1,9% em 2015</u> , como seria de esperar com a retração do PIB.	4 5
Se há poucos anos se falava em risco de desabastecimento, por força da crise hídrica e do intervencionismo petista, agora se experimenta uma paradoxal <u>sobra de energia contratada</u> , o que decerto não ajuda a estimular investidores.	6 7 8 9
Análise	

Tópico: *Consequências negativas da crise econômica no setor de energias*

Domínio 1: linhas 1-8: *Consequências negativas da crise econômica no setor de energias*

Posição: linhas 1-3: *Consequências negativas da crise econômica no setor de energias*

Suporte: linhas 4-9: *Diminuição do consumo de eletricidade em 2015*

Domínio 2: linhas 4-9: *Diminuição do consumo de eletricidade em 2015*

Posição: linhas 4-5: *Diminuição do consumo de eletricidade em 2015*

Suporte: linhas 6-9: *Atual sobra de energia contratada*

SegT 8 (Editorial 2; *Novos ventos na energia*, Folha de S. Paulo, 01/08/2016)

Em termos relativos, contudo, essa situação anômala abre perspectivas mais promissoras para energia eólica (e até para a incipiente solar fotovoltaica).

1
2

O custo de seus equipamentos está caindo, o preço de geração já é competitivo e a instalação é mais rápida que a de usinas hidrelétricas e nucleares – as preferidas das grandes empreiteiras, hoje enredadas com os próceres do setor elétrico nas malhas da Lava Jato.

3
4
5
6

Análise

Tópico: *Boas perspectivas da crise para o setor de energia eólica*

Domínio 1: linhas 1-6: *Boas perspectivas da crise para o setor de energia eólica*

Posição: linhas 1-2: *Boas perspectivas da crise para o setor de energia eólica*

Suporte: linhas 3-6: *Diminuição do custo de produção e destaque do tempo de instalação da energia eólica*

Editorial 3

SegT 9 (Editorial 3; <i>Os militares e a segurança pública</i> , O Estado de S. Paulo, 01/08/2016)	
Está tramitando a toque de caixa no Congresso <u>um projeto de lei que transfere à Justiça Militar o julgamento de crimes dolorosos cometidos por militares contra civis</u> até o final deste ano. A intenção é evitar que os militares sejam julgados pela Justiça comum se cometerem algum delito enquanto estiverem atuando em alguma missão de manutenção da lei e da ordem.	1 2 3 4 5
Tal <u>projeto</u> – que já foi aprovado na Câmara, em regime de urgência, e agora está no Senado – é uma clara <u>violação do Estado Democrático de Direito</u> , pois a lei deve ser igual para todos, e funciona como <u>uma declaração da falência da segurança pública</u> .	6 7 8
O caráter efêmero da <u>proposta</u> – <u>seus</u> efeitos cessam no fim do ano – indica que se trata de um improviso, como quase tudo o que diz respeito à crítica situação da segurança pública no Brasil.	9 10 11
De acordo com o jornal <i>O Globo</i> , o <u>projeto</u> foi <u>uma exigência das Forças Armadas</u> , para dar a seus comandados “proteção e segurança jurídica” no cumprimento de missões como o policiamento durante grandes eventos neste ano.	12 13 14
A intenção era que <u>a lei</u> já estivesse <u>em vigor</u> na Olimpíada do Rio, mas a tramitação, embora célere, não foi rápida o bastante. Se <u>a lei</u> passar, <u>valerá, por exemplo, para as eleições municipais</u> , cuja segurança também terá o reforço de militares, conforme requisição do Tribunal Superior Eleitoral.	15 16 17 18
Análise	
Tópico: <i>Projeto de lei que atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil</i>	
Domínio 1: linhas 1-18: <i>Projeto de lei que atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil</i>	
Posição: linhas 1-8: <i>Projeto de lei que atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil</i>	
Suporte: linhas 9-11: <i>Improviso na segurança pública no Brasil</i>	
Suporte: linhas 12-14: <i>Intenção das Forças Armadas com o projeto</i>	
Suporte: linhas 15-18: <i>Vigência da lei</i>	
Domínio 2: linhas 1-8: <i>Projeto de lei que atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil</i>	
Suporte: linhas 1-5: <i>Tramitação do projeto de lei no Congresso</i>	
Posição: linhas 6-8: <i>Projeto de lei que atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil</i>	

SegT 10 (Editorial 3; <i>Os militares e a segurança pública</i> , O Estado de S. Paulo, 01/08/2016)	
<u>O projeto</u> , do deputado Esperidião Amin (PP-SC), <u>altera o Código Penal Militar</u> , introduzindo um parágrafo segundo o qual crimes dolorosos cometidos por	1 2

<p> militares contra civis serão da competência da Justiça Militar da União se forem praticados no contexto “do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo presidente da República ou o ministro de Estado da Defesa” e “de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou atribuição subsidiária”. </p> <p> A menção ao presidente, diz a justificativa do projeto, visou a “ampliar a guarida a ser conferida aos militares que estejam sendo empregados em atividades excepcionais”, pois não seria incomum, prossegue o texto, que o chefe de governo determine “o emprego das Forças Armadas em missões atípicas”. <u>A margem para a arbitrariedade que esse trecho da lei proporciona é gritante</u>, ao deixar à imaginação quais situações permitirão que os militares acusados de crimes dolorosos contra civis sejam julgados por seus pares, e não pela sociedade. </p> <p> <u>A menção à manutenção da lei e da ordem é igualmente grave</u>, posto que tem sido recorrente o uso das Forças Armadas como órgão de segurança pública, conforme lembra o próprio projeto de lei, a título de argumentação a favor do texto: “Dessa forma, estando cada vez mais recorrente a atuação do militar em tais operações, nas quais, inclusive, ele se encontra mais exposto à prática da conduta delituosa em questão, nada mais correto do que buscar-se deixar de forma clarividente o seu amparo no projeto de lei”. Errado: <u>nada pior do que tentar corrigir um erro com outro</u>. </p> <p> ([...] INSERÇÃO TÓPICA) </p> <p> O autor do projeto reconhece que se trata de um “improviso na lei penal”, mas diz que é necessário para dar segurança jurídica aos militares que trabalham em policiamento ostensivo. Ou seja, em vez de combater o sucateamento da polícia, criam-se <u>mecanismos provisórios</u> para conviver com seus efeitos nefastos. </p>	<p>3</p> <p>4</p> <p>5</p> <p>6</p> <p>7</p> <p>8</p> <p>9</p> <p>10</p> <p>11</p> <p>12</p> <p>13</p> <p>14</p> <p>15</p> <p>16</p> <p>17</p> <p>18</p> <p>19</p> <p>20</p> <p>21</p> <p>22</p> <p>23</p> <p>24</p> <p>25</p>
<p>Análise</p> <p>Tópico: <i>Projeto de má qualidade</i></p> <p>Domínio 1: <i>Projeto de má qualidade</i></p> <p>Posição: IMPLÍCITA</p> <p>Suporte: linhas 1-6: <i>Alteração do Código Penal pelo projeto</i></p> <p>Suporte: linhas 7-13: <i>Arbitrariedade da lei</i></p> <p>Suporte: linhas 14-20: <i>Gravidade na menção da manutenção da lei e da ordem</i></p> <p>Suporte: linhas 21-24: <i>Improviso na lei penal</i></p>	

<p>SegT 11 (Editorial 3; <i>Os militares e a segurança pública</i>, O Estado de S. Paulo, 01/08/2016)</p>	
<p> Como exemplo dessa atuação, o texto faz referência às ocupações militares em alguns morros no Rio de Janeiro. O que o texto não diz é que <u>a convocação da tropa foi tida como necessária justamente porque fracassou a chamada “pacificação” desses morros por parte do governo estadual</u>. Ou seja, <u>os militares foram chamados para fazer o trabalho que deveria caber apenas à polícia e para o qual eles não foram treinados</u> – </p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>3</p> <p>4</p> <p>5</p>

afinal, soldados devem atuar em ambientes nos quais não se dá voz de prisão ao inimigo.	6
O resultado é <u>que a ocupação militar não apenas não deu nenhum resultado prático, como indispsôs os moradores com os soldados e ainda os submeteu a servidões para as quais não estão preparados e não aceitam.</u> Haja vista a alegada necessidade de uma alteração legal que, de fato, apenas consagrará um privilégio indevido.	7 8 9 10 11

Análise

Tópico: *Exemplo negativo de atuação militar em operação policial para a qual não foi treinada*

Domínio 1: linhas 1-11: *Atuação militar em operação policial para a qual não foi treinada*

Posição: linhas 1-6: *Atuação militar em operação policial para a qual não foi treinada*

Suporte: linhas 7-11: *Insucesso do trabalho militar em operação que seria de responsabilidade da polícia*

SegT 12 (Editorial 3; *Os militares e a segurança pública*, O Estado de S. Paulo, 01/08/2016)

<u>Militares não deveriam realizar o trabalho que cabe apenas à polícia, salvo na vigilância das fronteiras.</u>	1 2
Mas já que de quando em quando são equiparados pela tarefa à polícia, que como ela <u>respondam por seus atos na Justiça comum</u> , a mesma dos demais cidadãos.	3 4

Análise

Tópico: *Pertinência do julgamento de militares na Justiça comum*

Domínio 1: linhas 1-4: *Pertinência do julgamento de militares na Justiça comum*

Suporte: linhas 1-2: *Reprovação da atuação militar em operações policiais*

Posição: linhas 3-4: *Pertinência do julgamento de militares na Justiça comum*

Editorial 4

SegT 13 (Editorial 4; <i>O novo Ciência sem Fronteiras</i> , O Estado de S. Paulo, 01/08/2016)	
Lançado em 2011 pela presidente Dilma Rousseff como uma das mais importantes iniciativas de sua gestão no campo da educação, <u>o programa Ciência sem Fronteiras foi implementado de forma tão inepta que não restou ao governo do presidente em exercício Michel Temer outra saída a não ser reformulá-lo integralmente.</u>	1 2 3 4
Planejado para conceder 101 mil bolsas a estudantes brasileiros interessados em fazer cursos de iniciação científica, mestrado, doutorado, especialização e pós-doutorado em universidades conceituadas de países desenvolvidos, o programa tinha por objetivo reduzir a distância entre as universidades brasileiras e as universidades estrangeiras mais bem classificadas nos rankings internacionais. Mas, em vez de definir critérios precisos, estabelecer metas e dar prioridade às <u>áreas técnicas</u> nas quais o Brasil é carente de especialistas e que são estratégicas para a qualificação de mão de obra e para o desenvolvimento econômico, como matemática, física, química e biologia, <u>o governo Dilma financiou indiscriminadamente cursos em quase todas as áreas do conhecimento, inclusive aquelas em que o mercado de trabalho está saturado</u> , como publicidade e comunicações.	5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16
Como o governo não exigiu dos bolsistas proficiência no idioma em que as atividades didáticas seriam realizadas e as provas seriam aplicadas, <u>muitos não conseguiram acompanhar os cursos em que se matricularam e voltaram ao Brasil sem aperfeiçoar sua formação intelectual.</u> Houve, também, <u>bolsistas que não conseguiram ser aprovados nos exames seletivos das universidades e centros de pesquisa que escolheram.</u> E, por falta de acompanhamento acadêmico e cobrança de resultados, <u>um contingente expressivo de bolsistas abandonou os estudos e usou o valor das bolsas para fazer turismo.</u>	17 18 19 20 21 22 23 24
Só em 2015, o Ciência sem Fronteiras <u>financiou 35 mil bolsistas, a um custo de R\$ 3,2 bilhões aos cofres públicos, valor equivalente ao que foi gasto pelo Ministério da Educação para atender 39 milhões de alunos do programa federal de merenda escolar.</u> Por causa da sucessão de erros administrativos do governo Dilma, <u>parte desse investimento não retornará ao País em forma de capacitação profissional e qualificação acadêmica com padrão de excelência.</u>	25 26 27 28 29 30
<u>Os gastos com estudantes que não conseguiram acompanhar aulas, não concluíram um curso acadêmico ou se limitaram a fazer turismo tiveram de ser contabilizados como prejuízo para os cofres públicos.</u>	31 32 33
Análise	
Tópico: <i>Necessidade de reformulação do Ciência sem Fronteiras pelo governo Temer</i>	
Domínio 1: linhas 1-33: <i>Necessidade de reformulação do Ciência sem Fronteiras pelo governo Temer</i>	
Posição: linhas 1-4: <i>Necessidade de reformulação do Ciência sem Fronteiras pelo</i>	

<p><i>governo Temer</i></p> <p>Suporte: linhas 5-16: <i>Financiamento indiscriminado de cursos em diversas áreas do conhecimento</i></p> <p>Suporte: linhas 17-24: <i>Bolsistas que não obtiveram êxito no programa</i></p> <p>Suporte: linhas 25-33: <i>Falta de retorno dos gastos no programa em forma de qualificação profissional</i></p> <p>Domínio 2: linhas 25-33: <i>Falta de retorno dos gastos no programa em forma de qualificação profissional</i></p> <p>Posição: linhas 25-30: <i>Falta de retorno dos gastos no programa em forma de qualificação profissional</i></p> <p>Suporte: linhas 31-33: <i>Conversão de gastos em prejuízos aos cofres públicos</i></p>
--

SegT 14 (Editorial 4; <i>O novo Ciência sem Fronteiras</i> , O Estado de S. Paulo, 01/08/2016)	
Para <u>acabar com o buraco negro nas finanças públicas em que o Ciência sem Fronteiras se converteu, o governo do presidente em exercício Michel Temer está avaliando as medidas que foram propostas pelos especialistas quando o programa foi lançado.</u>	1 2 3
<u>Em vez de conceder indiscriminadamente qualquer tipo de bolsa, a ideia é acabar com as bolsas de graduação e concentrar recursos no financiamento do intercâmbio de doutorandos e de estudantes da rede pública de ensino médio e oriundos de famílias de baixa renda.</u>	4 5 6 7
Além disso, as autoridades educacionais pretendem <u>criar mecanismos de acompanhamento acadêmico dos bolsistas, racionalizar os gastos com as bolsas e corrigir distorções.</u>	8 9 10
<u>O gasto com uma bolsa de graduação do Ciência sem Fronteiras equivale ao financiamento de um curso integral de quatro anos no Brasil para três alunos. “É preciso considerar a questão do custo/benefício porque o País tem carências, como é o caso do ensino básico”, diz o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Geraldo Nunes. “O programa foi mal concebido e o MEC teve de tirar dinheiro de outras áreas e de pesquisas de pós-graduação para financiá-lo”, afirma Simon Schwartzman, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.</u>	11 12 13 14 15 16 17 18
Análise	
Tópico: <i>Medidas para acabar com o buraco negro nas finanças públicas em que o Ciência sem Fronteiras se converteu</i>	
Domínio 1: linhas 1-18: <i>Medidas para acabar com o buraco negro nas finanças públicas em que o Ciência sem Fronteiras se converteu</i>	
Posição: linhas 1-3: <i>Medidas para acabar com o buraco negro nas finanças públicas em que o Ciência sem Fronteiras se converteu</i>	
Suporte: linhas 4-7: <i>Mudanças no público-alvo do programa</i>	
Suporte: linhas 8-18: <i>Criação de mecanismos para racionalizar o programa</i>	

Domínio 2: linhas 8-18: *Criação de mecanismos para racionalizar o programa*
 Posição: linhas 8-10: *Criação de mecanismos para racionalizar o programa*
 Suporte: linhas 11-18: *Racionalização dos gastos no programa*

SegT 15 (Editorial 4; *O novo Ciência sem Fronteiras*, O Estado de S. Paulo, 01/08/2016)

Com a reformulação do Ciência sem Fronteiras, o programa será bem menos ambicioso do que o original.

1
2

Mas, se for implementado com eficiência, poderá dar muito mais resultados para a qualificação das novas gerações e para o desenvolvimento do País.

3
4

Análise

Tópico: *Novo Ciência sem Fronteiras como uma possibilidade de melhoras na qualificação profissional do país*

Domínio 1: linhas 1-4: *Novo Ciência sem Fronteiras como uma possibilidade de melhoras na qualificação profissional do país*

Suporte: linhas 1-2: *Menor ambição do novo Ciência sem Fronteiras*

Posição: linhas 3-4: *Novo Ciência sem Fronteiras como uma possibilidade de melhoras na qualificação profissional do país*

Editorial 5

SegT 16 (Editorial 5; <i>Pior do que parece</i> , O Estado de S. Paulo, 01/08/2016)	
Examinada pelos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), <u>a situação financeira da maioria dos Estados é muito ruim</u> . No ano passado, 17 deles, além do Distrito Federal, registraram <u>gastos com pessoal superiores aos limites de prudência estabelecidos pela legislação</u> .	1 2 3 4
Mas, na prática, <u>em muitos Estados a situação pode ser ainda pior do que aparenta</u> , pois, por meio de interpretação criativa, despesas que devem ser lançadas como gastos com pessoal são contabilizados em outras rubricas. O resultado é que, se já parecia escasso, <u>o volume de recursos de que os governos estaduais podem dispor para aplicar na melhoria, modernização e expansão dos serviços públicos é menor do que se imaginava</u> .	5 6 7 8 9
Benefícios conhecidos dos servidores públicos, como auxílio-paletó (este utilizado sobretudo por parlamentares), auxílio-combustível, auxílio-moradia, precatórios relativos a alimentação, além de pensões e aposentadorias estão entre <u>os gastos não contabilizados como despesas com pessoal</u> . Também estão fora da lista os pagamentos a terceirizados e a prestadores de serviços contratados por meio de organização social.	10 11 12 13 14 15
Para especialistas em finanças públicas, <u>não é simples caracterizar essas práticas como ilegais</u> .	16 17
Algumas foram <u>aprovadas por Tribunais de Contas dos Estados (TCEs)</u> e outras, <u>reconhecidas pela Justiça como legítimas</u> .	18 19
Assim, <u>as demonstrações contábeis e financeiras</u> que os governos estaduais precisam enviar regularmente para o Tesouro Nacional, para comprovar o cumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, <u>excluem diversas despesas dos gastos com pessoal</u> .	20 21 22 23 24
“ <u>O que temos nos Estados é a pior das contabilidades criativas</u> ”, disse ao Estado o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas.	25 26
Isso porque <u>práticas que distorcem as demonstrações são referendadas pelos TCEs ou pela justiça</u> – em alguns, o próprio Tesouro Nacional as autoriza.	27 28
Análise	
Tópico: <i>Situação pior do que aparenta na contabilidade dos gastos dos Estados</i>	
Domínio 1: linhas 1-28: <i>Situação pior do que aparenta na contabilidade dos gastos dos Estados</i>	
Posição: linhas 1-9: <i>Situação pior do que aparenta na contabilidade dos gastos dos Estados</i>	
Suporte: linhas 10-15: <i>Gastos não contabilizados como despesas com pessoal</i>	
Suporte: linhas 16-24: <i>Dificuldade em caracterizar gastos não contabilizados como</i>	

<i>ilegais</i>	
Suporte: linhas 25-28: <i>Péssima contabilidade criativa nos Estados</i>	
Domínio 2: linhas 1-9: <i>Situação pior do que aparenta na contabilidade dos gastos dos Estados</i>	
Suporte: linhas 1-4: <i>Situação financeira ruim da maioria dos Estados brasileiros</i>	
Posição: linhas 5-9: <i>Situação pior do que aparenta na contabilidade dos gastos dos Estados</i>	
Domínio 3: linhas 16-24: <i>Dificuldade em caracterizar gastos não contabilizados como ilegais</i>	
Posição: linhas 16-17: <i>Dificuldade em caracterizar gastos não contabilizados como ilegais</i>	
Suporte: linhas 18-24: <i>Aprovação na Justiça dos gastos não contabilizados</i>	
Domínio 4: linhas 25-28: <i>Péssima contabilidade criativa nos Estados</i>	
Posição: linhas 25-26: <i>Péssima contabilidade criativa nos Estados</i>	
Suporte: linhas 27-28: <i>Aprovação na Justiça de práticas que distorcem as demonstrações contábeis</i>	
Domínio 5: linhas 18-24: <i>Aprovação na Justiça dos gastos não contabilizados</i>	
Posição: linhas 18-19: <i>Aprovação na Justiça dos gastos não contabilizados</i>	
Suporte: linhas 20-24: <i>Exclusão dos gastos com pessoal das demonstrações contábeis</i>	

SegT 17 (Editorial 5; <i>Pior do que parece</i> , O Estado de S. Paulo, 01/08/2016)	
<u>A LRF estabelece que os gastos com a folha de pessoal não podem ultrapassar determinada porcentagem da receita corrente líquida. O limite é de 50% para o governo federal e de 60% para Estados e municípios. Como medida para evitar que esses limites sejam alcançados, a lei criou dois outros limites inferiores, considerados prudenciais, que se superados, exigem a adoção de medidas de correção. O primeiro desses limites corresponde a 90% do teto; o segundo, a 95%.</u>	1 2 3 4 5 6
A lei também estabelece <u>limites para cada um dos Poderes.</u>	7
No caso do Poder Executivo federal, <u>o teto para gastos com pessoal é de 40,9% da receita corrente líquida; para os Executivos estaduais, de 49%; e para as prefeituras, de 54%. Desse modo, para o Poder Executivo estadual, o primeiro limite de gastos com pessoal (de 90% do teto) é de 44,1% da receita líquida e o segundo (95% do teto), de 46,55%.</u>	8 9 10 11 12
Considerados os gastos dos Três Poderes, já no ano passado <u>seis Estados – Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Goiás e Rio de Janeiro – romperam o limite de 60% de despesas com o funcionalismo</u> , de acordo com o relatório elaborado há algum tempo pelo Ministério da Fazenda. O estudo mostra que, nos últimos anos, <u>os gastos com pessoal nos Estados sempre cresceram mais do que a arrecadação tributária.</u>	13 14 15 16 17
Análise	

Tópico: *Rompimento do limite estabelecido pela LRF de gastos com pessoal*

Domínio 1: linhas 1-17: *Rompimento do limite estabelecido pela LRF de gastos com pessoal*

Suporte: linhas 1-6: *Estabelecimento de limite de gastos para os governos*

Suporte: linhas 7-12: *Estabelecimento de limites de gastos para cada um dos Poderes*

Posição: linhas 13-17: *Rompimento do limite estabelecido pela LRF de gastos com pessoal*

Domínio 2: linhas 7-12: *Estabelecimento de limites de gastos para cada um dos Poderes*

Posição: linha 7: *Estabelecimento de limites de gastos para cada um dos Poderes*

Suporte: linhas 8-12: *Porcentagem limite de gastos para cada um dos Poderes*

SegT 18 (Editorial 5; *Pior do que parece*, O Estado de S. Paulo, 01/08/2016)

<u>A soma dos gastos normalmente contabilizados com a folha com aqueles que continuam ocultos nas demonstrações financeiras certamente mostraria uma situação muito mais dramática do que aquela que aparece nos relatórios convencionais.</u>	1
	2
	3

<u>A secretária da Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão Costa – que busca apresentar ao público demonstrações financeiras mais confiáveis –, estima que os gastos com o pessoal podem superar 80% da receita líquida. Sobra muito pouco para outras atividades.</u>	4
	5
	6
	7

<u>Excessos de contratações e de generosidade na concessão de aumentos e benefícios armaram uma bomba-relógio nas contas dos Estados. Mas, por causa das falhas de registro dessas despesas, não há certeza sobre o potencial destrutivo do artefato.</u>	8
	9
	10
	11

Análise

Tópico: *Possibilidade de existência de uma situação mais dramática do que se imagina nas contas dos Estados*

Domínio 1: linhas 1-11: *Possibilidade de existência de uma situação mais dramática do que se imagina nas contas dos Estados*

Posição: linhas 1-3: *Possibilidade de existência de uma situação mais dramática do que se imagina nas contas dos Estados*

Suporte: linhas 4-7: *Estimativa da secretária da Fazenda de Goiás sobre os excessivos gastos com pessoal*

Suporte: linhas 8-11: *Incerteza acerca dos efeitos destrutivos dos gastos não contabilizados nas contas dos Estados*

Editorial 6

SegT 19 (Editorial 6; <i>Obsoleta e excludente</i> , Folha de S. Paulo, 07/08/2016)	
Como aconteceu há duas décadas, o avanço do desemprego e da informalidade despertou o mundo político para <u>a obsolescência da legislação trabalhista no país</u> .	1 2
Após anos de melhora quase contínua, <u>o mercado degradou-se rapidamente</u> .	3
Desde 2015, <u>o contingente que busca ocupação foi de 8 milhões para além dos 11 milhões</u> e segue em alta.	4 5
Ao mesmo tempo, <u>encolheu de 41 milhões para 39 milhões o número de assalariados com carteira assinada</u> – os que desfrutam das garantias da septuagenária Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).	6 7 8
<u>Tal grupo</u> , em nome do qual se batem os adversários de reformas do diploma legal, constitui <u>parcela minoritária</u> entre os mais de 100 milhões de brasileiros ocupados ou à procura de emprego.	9 10 11
Além de servidores públicos, que dispõem de estatuto próprio, e patrões, há o estrato, hoje mais numeroso que o dos celetistas, composto essencialmente por <u>trabalhadores informais e autônomos</u> , que labutam, no mais das vezes, sob condições precárias.	12 13 14 15
Análise	
Tópico: <i>Degradação do mercado de trabalho</i>	
Domínio 1: linhas 1-15: <i>Degradação do mercado de trabalho</i>	
Posição: linhas 1-3: <i>Degradação do mercado de trabalho</i>	
Suporte: linhas 4-5: <i>Aumento do número de desempregados</i>	
Suporte: linhas 6-11: <i>Diminuição do número de trabalhadores com carteira assinada</i>	
Suporte: linhas 12-15: <i>Alto número de trabalhadores informais e autônomos que comumente trabalham sob condições precárias</i>	
Domínio 2: linhas 1-3: <i>Degradação do mercado de trabalho</i>	
Suporte: linhas 1-2: <i>Obsolescência da legislação trabalhista</i>	
Posição: linha 3: <i>Degradação do mercado de trabalho</i>	
Domínio 3: linhas 6-11: <i>Diminuição do número de trabalhadores com carteira assinada</i>	
Posição: linhas 6-8: <i>Diminuição do número de trabalhadores com carteira assinada</i>	
Suporte: linhas 9-11: <i>Minoria de trabalhadores com carteira assinada</i>	

SegT 20 (Editorial 6; <i>Obsoleta e excludente</i> , Folha de S. Paulo, 07/08/2016)	
Forjada nos primórdios da industrialização do país, a CLT impôs a tutela estatal sobre as relações entre os empregados e empregadores.	1 2
<u>A profusão e o detalhismo das regras</u> criadas para proteger os primeiros mostraram-se, com o passar do tempo, <u>empecilhos para os acertos entre as partes</u> .	3 4
Basta notar que, no ranking do Fórum Econômico Mundial, <u>o Brasil ocupa vexatório 137º lugar</u> , entre 140 países, <u>quanto à facilidade de contratar e demitir mão de obra</u> .	5 6 7
<u>Rever tais amarras será complexo</u> .	8
<u>O governo provisório de Michel Temer (PMDB) mede palavras e ambições ao anunciar o intento de modificar a lei</u> e ampliar a possibilidade de negociações para reduzir salários e mudar jornadas em troca da preservação de vagas.	9 10 11 12
Mesmo admitidos pela Constituição e demandados pelos sindicatos, <u>tais acordos coletivos não raro esbarram na CLT</u> ou nos tribunais.	13 14
Análise	
Tópico: <i>Dificuldade de acertos entre empregados e empregadores em razão da CLT</i>	
Domínio 1: linhas 1-14: <i>Dificuldade de acertos entre empregados e empregadores em razão da CLT</i>	
Posição: linhas 1-4: <i>Dificuldade de acertos entre empregados e empregadores em razão da CLT</i>	
Suporte: linhas 5-7: <i>O Brasil como um dos piores países para contratar e demitir mão de obra</i>	
Suporte: linhas 8-12: <i>Complexidade para fazer alterações na CLT</i>	
Suporte: linhas 13-14: <i>A CLT impede acordos coletivos</i>	
Domínio 2: linhas 1-4: <i>Dificuldade de acertos entre empregados e empregadores em razão da CLT</i>	
Suporte: linhas 1-2: <i>Imposição de tutela estatal nas relações entre empregados e empregadores</i>	
Posição: linhas 3-4: <i>Dificuldade de acertos entre empregados e empregadores em razão da CLT</i>	
Domínio 3: linhas 8-12: <i>Complexidade de alterações na CLT</i>	
Posição: linha 8: <i>Complexidade de alterações na CLT</i>	
Suporte: linhas 9-12: <i>Cautela do governo Temer para modificar a lei trabalhista</i>	

SegT 21 (Editorial 6; <i>Obsoleta e excludente</i> , Folha de S. Paulo, 07/08/2016)	
<u>Há muita coisa mais a reformar</u> , da representação sindical aos encargos sobre a folha.	1
Para além do alívio à recessão, <u>o fim do paternalismo do Estado permitiria maior inclusão no mercado formal.</u>	2 3
Análise	
Tópico: <i>Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho</i>	
Domínio 1: linhas 1-3: <i>Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho</i>	
Posição: linha 1: <i>Necessidade de maior reformulação das leis de trabalho</i>	
Suporte: <i>Benefício ao mercado formal proporcionado pela reformulação das leis trabalhistas</i>	

Editorial 7

SegT 22 (Editorial 7; <i>Impasse no Mercosul</i> , Folha de S. Paulo, 07/08/2016)	
A reviravolta político-ideológica na América do Sul produz lances irônicos.	1
<u>A Venezuela boliviana</u> , regime que cerceia as liberdades civis e sufoca os controles republicanos, <u>se esgueira de ser suspensa do Mercosul</u> pela chamada cláusula democrática.	2 3 4
Brasil, Argentina e Paraguai, cujos governantes se distanciaram do populismo esquerdista hegemônico havia mais de uma década, aparentemente relutam em aplicar contra Caracas o dispositivo conhecido como Protocolo de Ushuaia.	5 6 7
A ironia se completa porque a Venezuela só foi aceita no bloco, em 2012, graças ao emprego da cláusula contra o Paraguai, que resistia ao novo parceiro, numa lamentável manobra da diplomacia brasileira. É bom, agora, que os métodos tenham mudado e se tenha evitado o revanchismo pueril.	8 9 10 11
Cogitava-se mobilizar o protocolo para desfazer o <u>impasse na presidência</u> rotativa do bloco. Pelo disposto nas regras, <u>o Mercosul deveria ser liderado</u> nos próximos seis meses pela Venezuela.	12 13 14
Brasília, Buenos Aires e Assunção resistem a <u>passar o bastão</u> ao governo periclitante de Nicolás Maduro, encurralado por uma crise que já deixou de ser apenas política e econômica para tornar-se humanitária. O Uruguai, porém, defende manter a ordem estabelecida para <u>a chefia do Mercosul</u> .	15 16 17 18
<u>A Venezuela também poderia sofrer sanção por descumprimento de quase metade dos compromissos tarifários e normativos</u> assumidos na adesão. Tal como no quesito direitos humanos, há razões várias para <u>enquadrar o governo Maduro por deslealdade comercial</u> .	19 20 21 22
Análise	
Tópico: <i>Ironias político-ideológicas nas relações com a Venezuela</i>	
Domínio 1: linhas 1-22: <i>Ironias político-ideológicas nas relações com a Venezuela</i>	
Posição: linha 1: <i>Ironias político-ideológicas nas relações com a Venezuela</i>	
Suporte: linhas 2-11: <i>Ironias na atuação da Venezuela no bloco</i>	
Suporte: linhas 12-18: <i>Impasse na atribuição da presidência do bloco</i>	
Suporte: linhas 19-22: <i>Descumprimento dos compromissos comerciais por parte da Venezuela</i>	

SegT 23 (Editorial 7; <i>Impasse no Mercosul</i> , Folha de S. Paulo, 07/08/2016)	
Por esses motivos, teria sido melhor não incluir a Venezuela no Mercosul com tal aqodamento. Agora, com o fato consumado e o regime perto do colapso, <u>há que observar o cuidado diplomático.</u>	1 2 3
<u>Maduro utiliza todo pretexto para adiar o referendo</u> que pode revogar seu mandato.	4 5
<u>A oposição de Brasil, Argentina e Paraguai já é manipulada como trunfo pelo acochado dirigente</u> , que aponta um complô regional da direita contra um governo popular.	6 7 8
<u>Caso Maduro consiga arrastar o referendo</u> além de 10 de janeiro de 2017, <u>sua eventual substituição não ocorrerá por eleições diretas.</u>	9 10
Assumiria, com mandato até 2019, <u>um vice indicado pelo chavismo.</u>	11
Nessa hipótese, não se poderia descartar <u>a conflagração civil em meio ao desabastecimento e à frustração dos venezuelanos.</u>	12 13
Para o Itamaraty, <u>evitar surtos de violência na transição política do vizinho ao norte é objetivo</u> tão <u>importante</u> quanto reativar a missão do Mercosul de abrir mercados.	14 15 16
Análise	
Tópico: <i>Necessidade de cuidados nas relações com a Venezuela</i>	
Domínio 1: linhas 1-16: <i>Necessidade de cuidados nas relações com a Venezuela</i> Posição: linhas 1-3: <i>Necessidade de cuidados nas relações com a Venezuela</i> Suporte: linhas 4-8: <i>Utilização de pretexto por Maduro para estender seu mandato</i> Suporte: linhas 9-11: <i>Possibilidade de substituição de Maduro por meio de eleições indiretas</i> Suporte: linhas 12-16: <i>Possibilidade de conflagração civil</i>	
Domínio 2: linhas 4-8: <i>Utilização de pretexto por Maduro para estender seu mandato</i> Posição: linhas 4-5: <i>Utilização de pretexto por Maduro para estender seu mandato</i> Suporte: linhas 6-8: <i>Trunfo de Maduro na oposição de Brasil, Argentina e Paraguai</i>	
Domínio 3: linhas 9-11: <i>Possibilidade de substituição de Maduro por meio de eleições indiretas</i> Posição: linhas 9-10: <i>Possibilidade de substituição de Maduro por meio de eleições indiretas</i> Suporte: linha 11: <i>Possível sucessor de Maduro</i>	
Domínio 4: linhas 12-16: <i>Possibilidade de conflagração civil</i> Posição: linhas 12-13: <i>Possibilidade de conflagração civil</i> Suporte: linhas 14-16: <i>Importância de se evitar surtos de violência na transição político-administrativa da Venezuela</i>	

Editorial 8

SegT 24 (Editorial 8; <i>O papel de Lula</i> , O Estado de S. Paulo, 07/08/2016)	
<p><u>Caberá à Justiça decidir se Lula da Silva é a “viva alma mais honesta do Brasil”, como o ex-presidente se jactou algumas vezes, ou se o chefe petista não só “tinha ciência do estratagema criminoso” na Petrobrás, como “dele se beneficiou”, como acusaram quatro procuradores da República que compõem a equipe da Operação Lava Jato, em um documento tornado público na sexta-feira passada.</u></p>	1 2 3 4 5
<p>Obviamente, <u>uma das duas versões é completamente falsa</u>, e será necessário aguardar a conclusão das investigações e do eventual julgamento para que o distinto público possa decidir em quem deve acreditar.</p>	6 7 8
<p>No entanto, impressiona, nas 70 páginas do parecer do Ministério Público, a <u>quantidade de informações que, se acompanhadas de prova, podem comprometer Lula</u>, colocando-o na condição de beneficiário do assalto ao Estado realizado em seu governo e no de sua sucessora, Dilma Rousseff.</p>	9 10 11 12
<p>A julgar pelo que lá vai, <u>difícilmente Lula poderá alegar que nada sabia</u>, como fez, candidamente, quando estourou o escândalo do mensalão, espécie de <i>avant-première</i> do monumental esquema que dilapidou a Petrobrás e outras estatais.</p>	13 14 15
Análise	
Tópico: <i>Dificuldade para Lula negar seu envolvimento em corrupção na Petrobrás</i>	
Domínio 1: linhas 1-15: <i>Dificuldade para Lula negar seu envolvimento em corrupção na Petrobrás</i>	
Suporte: linhas 1-12: <i>Reponsabilidade de a justiça decidir sobre o envolvimento ou não de Lula em corrupção na Petrobrás</i>	
Posição: linhas 13-15: <i>Dificuldade para Lula negar seu envolvimento nos escândalos de corrupção na Petrobrás</i>	
Domínio 2: linhas 1-12: <i>Reponsabilidade de a justiça decidir sobre o envolvimento ou não de Lula em corrupção na Petrobrás</i>	
Posição: linhas 1-5: <i>Reponsabilidade de a justiça decidir sobre o envolvimento ou não de Lula em corrupção na Petrobrás</i>	
Suporte: linhas 6-8: <i>Certeza a respeito da falsidade de uma das versões sobre o envolvimento ou não de Lula em corrupção</i>	
Suporte: linhas 9-12: <i>Impressionante quantidade de informações que podem comprometer Lula</i>	

SegT 25 (Editorial 8; <i>O papel de Lula</i> , O Estado de S. Paulo, 07/08/2016)	
<p>A manifestação do Ministério Público Federal se deu em razão de uma consulta da 13.^a Vara Federal de Curitiba, depois que a defesa de Lula alegou que aquele</p>	1 2

tribunal, onde atua o juiz Sérgio Moro, não teria competência para avaliar as <u>acusações relacionadas ao caso do sítio em Atibaia e do apartamento no Guarujá.</u>	3
Como <u>as propriedades</u> estão em São Paulo, os advogados do ex-presidente	4
entendem que <u>o processo deveria ser julgado por um tribunal paulista.</u>	5
	6
Para o Ministério Público, <u>não se pode falar de exceção de incompetência em</u>	7
<u>relação a Moro a esta altura</u> porque ainda não há nenhuma ação penal contra Lula,	8
apenas investigações policiais.	9
Mesmo assim, os procuradores entenderam que <u>o caso deva ser encaminhado ao juiz</u>	10
<u>paranaense</u> , responsável pela Lava Jato, porque, em sua opinião, as acusações contra	11
Lula dizem respeito a desdobramentos do petróleo.	12
Trata-se, diz o Ministério Público, de “ <u>uma só organização, com o mesmo <i>modus</i></u>	13
<u><i>operandi</i></u> , integrada pelos mesmos agentes, em contextos parcialmente diferentes,	14
mas sempre com o mesmo fim: enriquecimento ilícito dos seus integrantes e	15
manutenção do poder político”.	16
Sendo assim, continua o parecer, “ <u>a investigação e o processo de cada infração</u>	17
<u>devem correr perante os mesmos órgãos</u> , que possuem a visão de todo o esquema	18
criminoso”.	19
Análise	
Tópico: <i>Pertinência do julgamento de Lula perante Moro</i>	
Domínio 1: linhas 1-19: <i>Pertinência do julgamento de Lula perante Moro</i>	
Posição: linhas 1-12: <i>Pertinência do julgamento de Lula perante Moro</i>	
Suporte: linhas 13-16: <i>Ligação das propriedades paulistas com os desdobramentos do</i> <i>petróleo</i>	
Suporte: linhas 17-19: <i>Necessidade do julgamento de cada infração perante o mesmo</i> <i>órgão</i>	
Domínio 2: linhas 1-12: <i>Pertinência do julgamento de Lula perante Moro</i>	
Suporte: linhas 1-6: <i>Alegação da defesa de Lula da pertinência do julgamento por um</i> <i>tribunal paulista</i>	
Suporte: linhas 7-9: <i>Momento inadequado para tratar de exceção de incompetência em</i> <i>relação a Moro</i>	
Posição: linhas 10-12: <i>Pertinência do julgamento de Lula perante Moro</i>	

SegT 26 (Editorial 8; *O papel de Lula*, O Estado de S. Paulo, 07/08/2016)

Segundo os procuradores, as provas recolhidas até aqui no âmbito da Lava Jato permitem entender as formas pelas quais os operadores do propinoduto da Petrobrás repassaram o dinheiro desviado para seus beneficiários.

Entre esses mecanismos estão “a compra e reforma de imóveis pelas empreiteiras ou empresas intermediárias da lavagem de ativos, em benefício dos destinatários finais da propina” – justamente a suspeita que recai sobre Lula e os misteriosos imóveis sem dono em Atibaia e no Guarujá.

Outra forma de esquentar o dinheiro desviado da Petrobrás, dizem os procuradores, foi disfarçá-lo de doações eleitorais.

Nesse caso, o parecer lembra que, “ainda em 2005, Lula admitiu ter conhecimento sobre a prática de caixa dois no financiamento de campanhas eleitorais ‘por fora’ e que havia um ávido loteamento de cargos públicos”.

Ademais, os procuradores lembram que a “estrutura criminoso perdurou por, pelo menos, uma década” e que Lula ocupou nesse período “posição central em relação a entidades e indivíduos que diretamente se beneficiaram do esquema”.

Dizem também que “não é crível que ele desconhecesse a existência dos ilícitos” e que muito provavelmente “foi beneficiado direta e indiretamente por repasses financeiros de empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato”.

Análise

Tópico: *Provável envolvimento de Lula na Lava Jato*

Domínio 1: linhas 1-19: *Provável envolvimento de Lula na Lava Jato*

Suporte: linhas 1-13: *Formas pelas quais o dinheiro da Petrobrás era desviado a seus beneficiários*

Suporte: linhas 14-16: *Posição central de Lula em relação a envolvidos no esquema de corrupção*

Posição: linhas 17-19: *Provável envolvimento de Lula na Lava Jato*

Domínio 2: linhas 1-13: *Formas pelas quais o dinheiro da Petrobrás era desviado a seus beneficiários*

Posição: linhas 1-3: *Formas pelas quais o dinheiro da Petrobrás era desviado a seus beneficiários*

Suporte: linhas 4-7: *Compra e reforma de imóveis por empreiteiras em benefício de terceiros*

Suporte: linhas 8-13: *Doações eleitorais*

Domínio 3: linhas 8-13: *Doações eleitorais*

Posição: linhas 8-9: *Doações eleitorais*

Suporte: linhas 10-13: *Admissão por Lula da existência de práticas de corrupção nas campanhas eleitorais e mandatos políticos*

SegT 27 (Editorial 8; <i>O papel de Lula</i> , O Estado de S. Paulo, 07/08/2016)	
Por ora, <u>a defesa de Lula preferiu recorrer a uma escalafobética denúncia à Comissão de Direitos Humanos da ONU e apelar à ironia</u> , ao dizer que o caso do sítio em Atibaia não pode ser julgado pela Justiça paranaense porque “Atibaia não é Atobá, uma cidade do Paraná”.	1 2 3 4
A julgar pela força da acusação do Ministério Público, porém, <u>os mais de 20 advogados de Lula</u> , mais cedo ou mais tarde, <u>terão de ter argumentos um pouco mais sólidos para defendê-lo</u> .	5 6 7
Análise	
Tópico: <i>Necessidade de fortalecimento dos argumentos em defesa de Lula</i>	
Domínio 1: linhas 1-7: <i>Necessidade de fortalecimento dos argumentos em defesa de Lula</i>	
Suporte: linhas 1-4: <i>Denúncia escalafobética da defesa de Lula à ONU</i>	
Posição: linhas 5-7: <i>Necessidade de fortalecimento dos argumentos em defesa de Lula</i>	

Editorial 9

SegT 28 (Editorial 9; <i>O STF por seus ministros</i> , O Estado de S. Paulo, 07/08/2016)	
Na mesma semana que a 1. ^a Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento de recurso que discute se foi o Flamengo ou o Sport Club de Recife o campeão brasileiro de 1987, três ministros da Corte – Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Teori Zavascki – participaram de seminário em Brasília no qual reconheceram que <u>os filtros processuais não estão impedindo a chegada de casos repetitivos e temas corriqueiros à principal Corte do País</u> . Barroso foi o mais enfático ao <u>defender a redução das competências do STF</u> , que hoje julga processos constitucionais, recursos judiciais e ações ordinárias (como as que envolvem autoridades com direito a foro privilegiado).	1 2 3 4 5 6 7 8
Só entre janeiro e julho deste ano, <u>a Corte recebeu mais de 44 mil processos</u> , que se somaram aos protocolados nos anos anteriores e que ainda não foram julgados.	9 10 11
Ao todo, <u>o Supremo tem um acervo de 65.212 mil processos aguardando decisão</u> , dos quais 736 estão prontos para serem submetidos ao plenário.	12 13
<u>Muitas ações discutem questões importantes</u> , como a constitucionalidade de antigos planos econômicos e conflitos fiscais entre a União e os Estados e municípios.	14 15 16
Mas também existem <u>casos bizarros que acabam travando a pauta da Corte</u> – de briga de vizinhos e disputa da propriedade de um par de chinelos a recursos impetrados por quem furtou uma caixa de creme para dentaduras e por quem foi condenado por roubo de uma barra de chocolates ou um frasco de protetor solar.	17 18 19 20
Análise	
Tópico: <i>Defesa de ministro sobre a redução das competências do STF</i>	
Domínio 1: linhas 1-20: <i>Defesa de ministro sobre a redução das competências do STF</i> Posição: linhas 1-8: <i>Defesa da redução das competências do STF</i> Suporte: linhas 9-13: <i>Grande quantidade de processos a serem julgados</i> Suporte: linhas 14-20: <i>Existência de casos bizarros que travam a pauta da Corte</i>	
Domínio 2: linhas 9-13: <i>Grande quantidade de processos a serem julgados</i> Suporte: linhas 9-11: <i>Alta quantidade de processos recebidos entre janeiro e julho de 2016</i> Posição: linhas 12-13: <i>Grande quantidade de processos a serem julgados</i>	
Domínio 3: linhas 14-20: <i>Existência de casos bizarros que travam a pauta da Corte</i> Suporte: linhas 14-16: <i>Existência de casos que discutem questões importantes para o país</i> Posição: linhas 17-20: <i>Existência de casos bizarros que travam a pauta da Corte</i>	

SegT 29 (Editorial 9; *O STF por seus ministros*, O Estado de S. Paulo, 07/08/2016)

“Esse é o maior problema do Supremo: racionalizar o trabalho e não julgar mais do que podemos. Dedicar tempo às ações penais, por exemplo, significa não resolver as grandes questões que chegam até nós. Sempre que a gente está fazendo uma coisa de menor importância, algo importante para a sociedade fica para trás”, afirma Barroso, em sua exposição.

Segundo ele, alguns tipos de ações – como pedidos de extradição e inquéritos e processos penais – poderiam deixar de fazer parte da competência da Corte. E os casos de foro privilegiado, que desgastam o STF, politizam a jurisdição e atrasam o julgamento de questões constitucionais relevantes, poderiam ser julgados por uma vara federal de Brasília especializada em analisar os casos políticos denunciados por corrupção.

Atualmente, cada ministro tem sob sua responsabilidade 50 ações penais contra autoridades.

Para tentar reduzir o excesso do recursos e acelerar os julgamentos, os ministros passaram a tomar decisões monocráticas – o que contraria o espírito de uma corte concebida para atuar como órgão colegiado no exame de questões fundamentais para o País. Só no primeiro semestre de 2016 eles tomaram cerca de 52 mil decisões individuais.

Além disso, na maioria absoluta dos casos eles têm mantido as decisões tomadas pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário.

Segundo a pesquisa “Supremo em Números”, da FGV Direito Rio, em matéria de crimes de colarinho-branco, o STF tem revertido apenas 3 de cada 100 decisões da Justiça Federal. No caso de crimes hediondos, a cada 100 recursos a Corte tem revertido 6.

A mesma pesquisa também revelou que 90% dos processos levados ao Supremo vêm da esfera pública, sendo 87% do Executivo.

Só a Caixa Econômica Federal, a União e o Instituto Nacional do Seguro Social figuram em mais de 50% dos recursos, o que mostra que o Executivo federal não tem interesse em apoiar a revisão das competências do Supremo, já que usa e abusa dos recursos encaminhados à Corte com efeitos protelatórios – ou seja, para adiar os pagamentos de seus débitos.

Análise

Tópico: *O problema da racionalização do trabalho do STF e da diminuição da porção de julgamentos*

Domínio 1: linhas 1-32: *O problema da racionalização do trabalho do STF e da diminuição da porção de julgamentos*

Posição: linhas 1-5: *O problema da racionalização do trabalho do STF e da*

<i>diminuição da porção de julgamentos</i>	
Suporte: linhas 6-13: <i>Possibilidade de algumas ações deixarem de fazer parte da competência da Corte</i>	
Suporte: linhas 14-18: <i>Decisões monocráticas dos ministros para acelerar os julgamentos</i>	
Suporte: linhas 19-32: <i>Manutenção de decisões tomadas por instâncias inferiores ao Poder Judiciário</i>	
Domínio 2: linhas 6-13: <i>Possibilidade de algumas ações deixarem de fazer parte da competência da Corte</i>	
Posição: linhas 6-11: <i>Possibilidade de algumas ações deixarem de fazer parte da competência da Corte</i>	
Suporte: linhas 12-13: <i>Número de julgamentos contra autoridades por ministro</i>	
Domínio 3: linhas 19-32: <i>Manutenção de decisões tomadas por instâncias inferiores ao Poder Judiciário</i>	
Posição: linhas 19-20: <i>Manutenção de decisões tomadas por instâncias inferiores ao Poder Judiciário</i>	
Suporte: linhas 21-24: <i>Número de decisões de processos revertidas pelo STF</i>	
Suporte: linhas 25-32: <i>Grande número de processos do STF oriundos da esfera pública</i>	
Domínio 4: linhas 25-32: <i>Grande número de processos do STF oriundos da esfera pública</i>	
Posição: linhas 25-26: <i>Grande número de processos do STF oriundos da esfera pública</i>	
Suporte: linhas 27-32: <i>Falta de interesse do Executivo federal em apoiar a revisão das competências do Supremo</i>	

SegT 30 (Editorial 9; <i>O STF por seus ministros</i> , O Estado de S. Paulo, 07/08/2016)	
“O STF tem de julgar menos para poder julgar com mais qualidade”, disse Barroso, depois de compará-lo com as cortes supremas das nações desenvolvidas e de afirmar que se o Brasil não vencer <u>esse desafio</u> continuará sendo um país subdesenvolvido.	1 2 3
“Considero <u>terceiro-mundismo a gente não conseguir resolver a questão</u> ”, afirmou – e que no que tem toda a razão, pois <u>nada justifica que recursos judiciais permaneçam sem julgamento por décadas em nossos tribunais</u> .	4 5 6
Análise	
Tópico: <i>Necessidade de menos julgamentos e mais qualidade</i>	
Domínio 1: linhas 1-6: <i>Necessidade de menos julgamentos e mais qualidade</i>	
Posição: linhas 1-3: <i>Necessidade de menos julgamentos e mais qualidade</i>	
Suporte: linhas 4-6: <i>Permanência de recursos judiciais sem julgamento por décadas nos tribunais como um terceiro-mundismo</i>	

Editorial 10

SegT 31 (Editorial 10; <i>Militares e segurança pública</i> , O Estado de S. Paulo, 07/08/2016)	
<u>A grave crise por que passa a segurança pública no Rio Grande do Norte expõe os principais problemas que esse setor de importância vital para a população enfrenta hoje em todos os Estados, em especial os mais carentes de recursos.</u>	1 2 3
<u>Eles</u> vão desde <u>a dificuldade – quando não a incapacidade – da polícia de manter a ordem pública até a perda do controle do sistema penitenciário</u> , dominado pelo crime organizado. <u>A eles se acrescenta o polêmico recurso às Forças Armadas para suprir essas deficiências</u> . Isso, além de não ser a solução milagrosa que se imagina, ainda contraria a vocação dessas forças.	4 5 6 7 8
<u>A situação naquele Estado é realmente delicada</u> e só tem feito piorar nos últimos seis dias, com mais de <u>100 ataques coordenados</u> em Natal e em 37 cidades do interior contra prédios públicos, ônibus e veículos oficiais e particulares, além de atos de vandalismo.	9 10 11 12
Já foram registrados quase <u>uma centena dessas ações</u> , desde que o governo estadual anunciou <u>a instalação de bloqueadores de telefones celulares na penitenciária</u> de Parnamirim, com o que não se conforma o chamado Sindicato do Crime, que utiliza esses aparelhos para comandar o crime de dentro dos presídios.	13 14 15 16 17
Como o governador Robinson Faria (PSD) se mostrou firme até agora em sua disposição de enfrentar os bandidos, decidindo inclusive instalar bloqueadores em mais sete presídios, <u>a situação pode se degradar</u> , porque também os bandidos ainda não deram sinais de que podem recuar.	18 19 20 21
É por isso que o ministro da Defesa, Raul Jungmann, classifica de <u>“preocupante” o que se passa no Rio Grande do Norte</u> .	22 23
Segundo ele, foi a <u>“insuficiência das forças policiais”</u> que levou o governador a solicitar <u>o envio de tropas federais ao Estado</u> , autorizado pelo presidente em exercício Michel Temer.	24 25 26
É <u>um contingente importante</u> , de 1,3 mil homens, formado por soldados do Exército e fuzileiros navais.	27 28
Eles deverão <u>atuar na segurança de ruas, corredores de transporte, prédios públicos e locais de turismo</u> , que é uma das principais atividades econômicas do Estado. Isso permitirá liberar efetivos da Polícia Militar para combater a violência na capital e no interior e atuar nos presídios.	29 30 31 32
Análise	
Tópico: <i>Crise na segurança pública evidenciada pela crise desse setor no RN</i>	
Domínio 1: linhas 1-32: <i>Crise na segurança pública evidenciada pela crise desse setor no</i>	

RN

Posição: linhas 1-8: *Crise na segurança pública evidenciada pela crise desse setor no RN*

Suporte: linhas 9-17: *Ocorrência de ataques coordenados e atos de vandalismo no RN*

Suporte: linhas 18-23: *Enfrentamento entre governo e bandidos*

Suporte: linhas 24-32: *Envio de tropas federais ao Estado*

Domínio 2: linhas 1-8: *Crise na segurança pública evidenciada pela crise desse setor no RN*

Posição: linhas 1-3: *Crise na segurança pública evidenciada pela crise desse setor no RN*

Suporte: linhas 4-8: *Lista dos principais problemas de segurança pública*

Domínio 3: linhas 9-17: *Ocorrência de ataques coordenados e atos de vandalismo no RN*

Posição: linhas 9-12: *Ocorrência de ataques coordenados e atos de vandalismo no RN*

Suporte: linhas 13-17: *Instalação de bloqueadores de celulares em penitenciária*

Domínio 4: linhas 18-23: *Possibilidade de degradação da situação*

Posição: linhas 18-21: *Possibilidade de degradação da situação*

Suporte: linhas 22-23: *Situação preocupante no RN*

Domínio 5: linhas 24-32: *Envio de tropas federais ao Estado*

Posição: linhas 24-26: *Envio de tropas federais ao Estado*

Suporte: linhas 27-32: *Importância da Atuação de Forças Armadas federais no RN*

SegT 32 (Editorial 10; *Militares e segurança pública*, O Estado de S. Paulo, 07/08/2016)

Se tudo correr como esperam as autoridades estaduais e federais, o melhor que pode acontecer é, passada a fase aguda da crise, a segurança pública voltar ao nível nada satisfatório antes existente, com os mesmos problemas que a ela deram origem.

Além desse resultado nada animador – o mesmo registrado em outros casos semelhantes –, o emprego de forças federais levanta questões da maior importância

A primeira é que a atuação das Forças Armadas na manutenção de lei e da ordem, prevista pela Constituição, não tem seguido o que estabelece a legislação.

O esgotamento dos “instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” que possibilitam a sua ação, deve ser “formalmente” reconhecido pelo chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual.

O controle operacional dos órgãos de segurança pública têm de ser transferidos às Forças Armadas, também por ato formal. Isso não tem ocorrido.

A segunda, tanto ou mais grave, é que as forças militares não têm poder de polícia e por isso seus integrantes ficam legalmente vulneráveis quando empregados em

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17

<u>missões como essa do Rio Grande do Norte e outras semelhantes, como foi no passado o caso do Rio de Janeiro.</u>	18 19
O resultado é que, em consequência de atos que é levado a praticar para manter a lei e a ordem, <u>um militar que confronta criminosos armados pode ser acusado de homicídio e julgado pela Justiça comum</u> , como já aconteceu, o que é um contrassenso.	20 21 22 23
Finalmente, é preciso considerar <u>que esse tipo de intervenção das Forças Armadas, nas condições em que tem sido feito, violenta e desvirtua sua vocação.</u>	24 25
<u>Elas não podem ser apequenadas e transformadas numa espécie de força auxiliar da polícia</u> – e ainda sem as garantias desta –, que intervém quando ela falha. Isso é algo inaceitável, e perigoso.	26 27 28
Análise	
Tópico: <i>Questões levantadas pelo emprego de forças federais em operações civis</i>	
Domínio 1: linhas 1-28: <i>Questões levantadas pelo emprego de forças federais em operações civis</i>	
Posição: linhas 1-6: <i>Questões levantadas pelo emprego de forças federais em operações civis</i>	
Suporte: linhas 7-15: <i>Atuação militar em desacordo com a legislação</i>	
Suporte: linhas 16-23: <i>Vulnerabilidade dos militares</i>	
Suporte: linhas 24-28: <i>Violência à vocação das Forças Armadas</i>	
Domínio 2: linhas 1-6: <i>Questões levantadas pelo emprego de forças federais em operações civis</i>	
Suporte: linhas 1-4: <i>Perspectiva sobre a volta do nível insatisfatório da segurança pública</i>	
Posição: linhas 5-6: <i>Questões levantadas pelo emprego de forças federais em operações civis</i>	
Domínio 3: linhas 7-15: <i>Atuação militar em desacordo com a legislação</i>	
Posição: linhas 7-8: <i>Atuação militar em desacordo com a legislação</i>	
Suporte: linhas 9-12: <i>Necessidade de reconhecimento formal do esgotamento de instrumentos de preservação da ordem e da lei</i>	
Suporte: linhas 13-15: <i>Necessidade de transferência do controle dos órgãos de segurança às Forças Armadas</i>	
Domínio 4: linhas 16-23: <i>Vulnerabilidade dos militares</i>	
Posição: linhas 16-19: <i>Vulnerabilidade dos militares</i>	
Suporte: 20-23: <i>Possibilidade de os militares serem julgados pela Justiça comum</i>	
Domínio 5: linhas 24-28: <i>Violência à vocação das Forças Armadas</i>	
Posição: linhas 24-25: <i>Violência à vocação das Forças Armadas</i>	
Suporte: linhas 26-28: <i>Inaceitável transformação das Forças Armadas em força auxiliar de polícia</i>	

Editorial 11

SegT 33 (Editorial 11; <i>Diversidade em alta</i> , Folha de S. Paulo, 13/08/2016)	
Foi bastante controversa a seção da segunda turma do Supremo Tribunal Federal, na qual <u>se decidiu absolver o deputado federal Celso Russomanno (PRB-SP) da acusação de ter utilizado dinheiro público para remunerar uma funcionária de sua produtora de vídeo.</u>	1 2 3 4
Por 3 votos a 2, <u>considerou-se que o crime, que seria de peculato, não se caracterizou:</u> a funcionária não teria feito mais do que acumular duas tarefas, a de assessora parlamentar e a de funcionária na empresa particular do deputado.	5 6 7
Do ponto de vista ético, as ambiguidades do caso talvez não tenham sido resolvidas, mas <u>dificilmente chegarão a abalar o favoritismo de que Russomanno ora desfruta, segundo pesquisa Datafolha.</u>	8 9 10
Com <u>25% das preferências para a Prefeitura de São Paulo, o deputado do PRB agora vê sua candidatura livre dos entraves estabelecidos pela Lei da Ficha Limpa.</u>	11 12
Tem nove pontos de vantagem contra Marta Suplicy (PMDB) e está bem à frente de <u>Luiza Erundina (PSOL, 10%), Fernando Haddad (PT, 8%) e João Doria Jr (PSDB, 6%).</u>	13 14 15
Análise	
Tópico: <i>Dificuldade de abalo do favoritismo de Russomanno nas eleições municipais de SP</i>	
Domínio 1: linhas 1-15: <i>Dificuldade de abalo do favoritismo de Russomanno nas eleições municipais de SP</i>	
Posição: linhas 1-10: <i>Dificuldade de abalo do favoritismo de Russomanno nas eleições municipais de SP</i>	
Suporte: linhas 11-12: <i>O livramento da candidatura de Russomanno da Lei da Ficha Limpa</i>	
Suporte: linhas 13-15: <i>Vantagem de Russomanno em relação a alguns candidatos</i>	
Domínio 2: linhas 1-10: <i>Dificuldade de abalo do favoritismo de Russomanno nas eleições municipais de SP</i>	
Suporte: linhas 1-7: <i>Absolvição de Russomanno no “caso funcionária”</i>	
Posição: linhas 8-10: <i>Dificuldade de abalo do favoritismo de Russomanno nas eleições municipais de SP</i>	
SegT 34 (Editorial 11; <i>Diversidade em alta</i> , Folha de S. Paulo, 13/08/2016)	
A mera menção dos principais concorrentes dá ideia do <u>largo espectro de opções políticas e ideológicas na disputa.</u>	1 2
<u>Não se repete na eleição municipal o quadro de relativo vazio e perplexidade que marca as especulações sobre possíveis candidatos ao Planalto.</u>	3 4

É como se à crise de credibilidade verificada no plano federal correspondesse, em São Paulo, <u>uma fragmentação maior das candidaturas viáveis, com nomes que vão desde o campo da esquerda que se manteve poupado da desmoralização petista até figuras identificadas com o ideário conservador.</u>	5 6 7 8 9
Por outro recorte, <u>Russomanno</u> , ligado a correntes evangélicas, <u>obtem apoio nas faixas de menor renda e escolaridade</u> , enquanto <u>João Doria Jr. e Marta Suplicy</u> , com diferentes origens ideológicas, <u>disputam nas classes média e alta</u> o espírito antipetista que mobilizou expressiva parcela de paulistanos.	10 11 12 13

Análise

Tópico: *Diversidade de opções políticas e ideológicas de candidatos à prefeitura paulistana*

Domínio 1: linhas 1-13: *Diversidade de opções políticas e ideológicas de candidatos à prefeitura paulistana*

Posição: linhas 1-2: *Diversidade de opções políticas e ideológicas de candidatos à prefeitura paulistana*

Suporte: linhas 3-9: *Diferença no cenário de candidatos à prefeitura paulistana em 2016 e ao Planalto em 2018*

Suporte: linhas 10-13: *Apoio dado aos diferentes candidatos nos variados grupos sociais*

Domínio 2: linhas 3-9: *Diferença no cenário de candidatos à prefeitura paulistana em 2016 e ao Planalto em 2018*

Posição: linhas 3-4: *Diferença no cenário de candidatos à prefeitura paulistana em 2016 e ao Planalto em 2018*

Suporte: linhas 5-9: *Fragmentação de candidaturas viáveis à prefeitura paulistana*

SegT 35 (Editorial 11; *Diversidade em alta*, Folha de S. Paulo, 13/08/2016)

<u>A diversidade das candidaturas</u> , às quais se acrescenta a do prefeito Fernando Haddad, é um fator positivo.	1 2
Se a experiência demonstra que mesmo identidades claramente marcadas tendem a dissolver-se rumo ao centro durante a campanha, há <u>motivos para esperar algo distinto neste ano.</u>	3 4 5
Sem marqueteiros de peso, é de imaginar que as diferenças entre os candidatos se mantenham, traduzindo-se em <u>propostas concretas, num debate menos artificial do que tem sido o costume.</u>	6 7 8
Autorizado a disputar a Prefeitura de São Paulo, Celso Russomanno – como os demais postulantes – terá flancos e fragilidades a serem examinados nos próximos meses; <u>a campanha promete ser mais emocionante do que de hábito.</u>	9 10 11

Análise

Tópico: *A diversidade de candidaturas como um fator positivo*

Domínio 1: linhas 1-11: *A diversidade de candidaturas como um fator positivo*

Posição: linhas 1-5: *A diversidade de candidaturas como um fator positivo*

Suporte: linhas 6-8: *Ganho de propostas concretas e debates menos artificiais*

Suporte: linhas 9-11: *Campanha mais emocionante do que hábito*

Domínio 2: linhas 1-5: *A diversidade de candidaturas como um fator positivo*

Posição: linhas 1-2: *A diversidade de candidaturas como um fator positivo*

Suporte: linhas 3-5: *Campanha distinta das anteriores*

Editorial 12

SegT 36 (Editorial 12; <i>Injustiças com o SUS</i> , Folha de S. Paulo, 13 ago. 2016)	
<u>Absorvente íntimo, água de coco, enxaguante bucal, xampu, lenços umedecidos, fraldas, colchão e filtro de barro. Esses são alguns dos itens que autores de ações judiciais já tentaram fazer com que fossem custeados pelo Sistema Único de Saúde, o SUS.</u>	1 2 3 4
<u>A lista caricatural, ao destacar os aspectos pitorescos da chamada judicialização da saúde, leva atenção a um problema real e intensificado ao longo dos anos.</u>	5 6
Como mostrou esta Folha , <u>os gastos sanitários da União, de Estados e municípios efetuados por imposição do Poder Judiciário saltaram de R\$ 139,6 milhões, em 2010, para R\$ 7 bilhões, atualmente. Os dados são do Ministério da Saúde.</u>	7 8 9
A maior parte dessas despesas se refere <u>a medicamentos, cirurgias e terapias, não a xampu e água de coco. Mas isso não torna menos seu impacto negativo sobre o SUS.</u>	10 11 12
Análise	
Tópico: <i>Problema no SUS com a judicialização da saúde</i>	
Domínio 1: linhas 1-12: <i>Problema no SUS com a judicialização da saúde</i> Posição: linhas 1-6: <i>Problema no SUS com a judicialização da saúde</i> Suporte: linhas 7-9: <i>Aumento dos gastos do SUS por imposição judicial</i> Suporte: linhas 10-12: <i>Impacto negativo das despesas impostas judicialmente sobre o SUS</i>	
Domínio 2: linhas 1-6: <i>Problema no SUS com a judicialização da saúde</i> Suporte: linhas 1-4: <i>Lista dos itens solicitados ao SUS por ações judiciais</i> Posição: linhas 5-6: <i>Problema no SUS com a judicialização da saúde</i>	

SegT 37 (Editorial 12; <i>Injustiças com o SUS</i> , Folha de S. Paulo, 13 ago. 2016)	
<u>Saúde pública é planejamento.</u>	1
Na escala individual, não se sabe ao certo quem vai padecer de qual moléstia, mas, <u>no agregado, obtém-se uma ideia bem precisa do número de indivíduos que, a cada ano, sofrerá um ataque cardíaco ou desenvolverá um câncer.</u>	2 3 4
Em teoria, isso permite <u>ao administrador racional programar a compra de insumos com antecedência, negociando preços e condições, e tentar ajustar a distribuição dos recursos humanos e materiais</u> (fácil de falar, difícil de cumprir).	5 6 7
Outra tarefa sempre onerosa <u>do administrador</u> exige que, dispendo de um orçamento finito, defina <u>quais tratamentos deixarão de ser cobertos pelo sistema,</u> seja por falta de comprovação científica, seja por custarem mais que outras	8 9 10

terapias de eficiência comparável.	11
<u>Quando, porém, a decisão do gasto chega por via judicial, o administrador precisa cumpri-la em tempo exíguo, algo como 24 horas, sob o risco de ir para a cadeia.</u>	12 13
<u>Os preços tendem a ficar mais salgados</u> – há notícias até de esquemas de corrupção que se valem da Justiça – <u>e cai por terra a esperança de planejar melhor o sistema.</u>	14 15 16
Análise	
Tópico: <i>Saúde pública sinônimo de planejamento</i>	
Domínio 1: linhas 1-16: <i>Saúde pública sinônimo de planejamento</i> Posição: linhas 1-4: <i>Saúde pública sinônimo de planejamento</i> Suporte: linhas 5-7: <i>Possibilidade de o administrador planejar o SUS com antecedência</i> Suporte: linhas 8-11: <i>Tarefa do administrador de decidir quais tratamentos deixarão de ser cobertos pelo SUS</i> Suporte: linhas 12-16: <i>Necessidade de cumprir a decisão judicial em tempo exíguo</i>	
Domínio 2: linhas 1-4: <i>Saúde pública sinônimo de planejamento</i> Posição: linha 1: <i>Saúde pública sinônimo de planejamento</i> Suporte: linhas 2-4: <i>Estimativa precisa do número de pessoas que sofrerão de cada problema de saúde</i>	
Domínio 3: linhas 12-16: <i>Necessidade de cumprir a decisão judicial em tempo exíguo</i> Posição: linhas 12-13: <i>Necessidade de cumprir a decisão judicial em tempo exíguo</i> Suporte: linhas 14-16: <i>Prejuízos ao SUS na situação de cumprimento imediato de decisão judicial</i>	

SegT 38 (Editorial 12; <i>Injustiças com o SUS</i> , Folha de S. Paulo, 13 ago. 2016)	
<u>Como não dá para proibir as pessoas de recorrer à Justiça ou os juízes de conceder liminares, o caminho para assegurar a racionalidade do SUS exigirá um trabalho mais complexo de esclarecimento dos magistrados.</u>	1 2 3
<u>É imperioso sensibilizá-los</u> , e não apenas para a dimensão do problema e o desequilíbrio bilionário que acarretam ao SUS. <u>Cumpre também fazer com que tenham acesso fácil e rápido a informações técnicas</u> sobre consensos médicos, equivalência de medicamentos e tratamentos e até sobre os combalidos orçamentos do ministério e das secretarias da Saúde.	4 5 6 7 8
Análise	
Tópico: <i>Necessidade de trabalho de esclarecimento dos magistrados para racionalizar o SUS</i>	

Domínio 1: linhas 1-8: *Necessidade de trabalho de esclarecimento dos magistrados para racionalizar o SUS*

Posição: linhas 1-3: *Necessidade de trabalho de esclarecimento dos magistrados para racionalizar o SUS*

Suporte: linhas 4-8: *Medidas para esclarecimento dos magistrados*

Editorial 13

SegT 39 (Editorial 13; <i>A corrupção nos municípios</i> , O Estado de S. Paulo, 13 ago. 2016)	
<u>Práticas irregulares na gestão do dinheiro público</u> disseminaram-se pelo País, como mostra o fato de que houve <u>alguma forma de corrupção</u> em pelo menos 15,65% das <u>ações de responsabilidade das prefeituras</u> bancadas com recursos da União.	1 2 3
A constatação foi feita por <u>uma pesquisa baseada em auditorias realizadas pela antiga Controladoria-Geral da União (CGU)</u> , hoje Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.	4 5 6
Dada a grande dificuldade na identificação e caracterização <u>dos atos de corrupção</u> , pois eles são praticados de maneira dissimulada e de modo a não deixar vestígios, não parece exagerado supor que deve ser ainda maior o índice de <u>ilegalidades</u> cometidas com o dinheiro que a União transfere para os municípios, por <u>imposição legal</u> ou por <u>decisões político-administrativas</u> .	7 8 9 10 11
<u>A pesquisa teve como fonte as auditorias realizadas pela CGU</u> entre 2006 e 2010 em 840 municípios.	12 13
Não parece coincidência que os atos ilegais detectados tenham ocorrido no <u>período</u> que começa pouco depois de vir à tona o escândalo do mensalão e abrange <u>aquele</u> em que, como vem mostrando a Operação Lava Jato, o governo PT coordenou um imenso esquema de assalto à Petrobrás. Os exemplos criminosos vinham de cima.	14 15 16 17 18
Análise	
Tópico: <i>Irregularidades na gestão do dinheiro público evidenciadas por práticas das prefeituras</i>	
Domínio 1: linhas 1-18: <i>Irregularidades na gestão do dinheiro público evidenciadas por práticas das prefeituras</i>	
Posição: linhas 1-3: <i>Irregularidades na gestão do dinheiro público evidenciadas por práticas das prefeituras</i>	
Suporte: linhas 4-6/12-13: <i>Fonte da pesquisa sobre corrupção nos municípios</i>	
Suporte: linhas 7-11: <i>Possibilidade de ocorrência de ilegalidades por imposições legais ou político-administrativas</i>	
Suporte: linhas 14-18: <i>Período em que ocorreram os atos ilegais</i>	

SegT 40 (Editorial 13; *A corrupção nos municípios*, O Estado de S. Paulo, 13 ago. 2016)

É imenso o custo social dessa prática, que se tornou endêmica no País, como mostra a pesquisa, cujas conclusões foram divulgadas pelo *Broadcast*, serviço de informação em tempo real da *Agência Estado*.

Os pesquisadores Olavo Venturim Caldas, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU; Cristiano Machado Costa, da Unisinos (RS); e Marcelo Sanches Pagliarussi, da Faculdade de Economia e Administração da USP de Ribeirão Preto, responsáveis pela pesquisa, concluíram que a corrupção nos municípios se concentra nas áreas de saúde (houve irregularidades em 19% das ordens de serviços analisadas) e educação (17,5%). Irregularidades foram identificadas também em 1,25% das ações da área de assistência social e em 6,56% das demais.

Entre os efeitos maléficos da corrupção para a economia nacional, os autores apontam a redução do crescimento, a diminuição dos investimentos públicos e, em consequência, a gradativa deterioração da infraestrutura. Para a população, a corrupção tem efeitos que, embora não tão notáveis, podem ser mais perniciosos e duradouros, como a perda da qualidade do ensino e dos serviços de saúde oferecidos à população.

Em balanço divulgado no início do ano, a CGU mostrou que, desde 2003, irregularidades constatadas em 199 dos 2,7 mil municípios fiscalizados resultaram no desvio de R\$ 2 bilhões destinados à merenda e ao transporte escolar por meio de programas federais.

Há relação estreita entre a má gestão pública e o desempenho dos estudantes. Nos municípios onde a corrupção é mais intensa o desempenho é pior. A corrupção tem outro aspecto particularmente nocivo, pois ela prejudica mais os mais carentes. “Nos municípios com maior incidência de corrupção as escolas têm infraestrutura pior, os professores recebem menos treinamento e relatam maior preocupação com a falta de recursos”, diz o estudo.

“Infelizmente há um ciclo viciado que impede que o povo seja mais educado e tenha mais poder de fiscalizar” observa Olavo Caldas, um dos autores do trabalho. No atual ambiente institucional, diz ele, as políticas sociais não alcançam plenamente seus objetivos, “pois o dinheiro para essas áreas é desviado”.

Análise

Tópico: *Imenso custo social da corrupção*

Domínio 1: linhas 1-32: *Imenso custo social da corrupção*

Posição: linhas 1-3: *Imenso custo social da corrupção*

Suporte: linhas 4-11: *Áreas com maior concentração de corrupção nos municípios*

Suporte: linhas 12-17: *Efeitos da corrupção para a economia e para a população*

Suporte: linhas 18-21: *Grande desvio de dinheiro público destinado à merenda e ao transporte escolar*

Suporte: linhas 22-27: *Relação entre Relação entre corrupção e problemas na*

educação
 Suporte: linhas 28-31: *Considerações de Caldas sobre o desvio de dinheiro público*

SegT 41 (Editorial 13; *A corrupção nos municípios*, O Estado de S. Paulo, 13 ago. 2016)

Além do controle falho, também normas legais favorecem o desvio dos recursos que as prefeituras destinam para a área social.

1
2

Uma delas é a que obriga as prefeituras a aplicarem pelo menos 25% da receita na área da educação e 15% em saúde – ou seja, 40% da receita tem destino certo. “A obrigatoriedade de alcançar o mínimo exigido pela legislação frequentemente resulta em gastos não prioritários, gerando incentivos para que os agentes se engajem em atividades consideradas corrupção”, afirmam os autores do estudo. Em outras palavras, a vinculação das receitas, como é conhecida a obrigatoriedade de aplicação do dinheiro em determinados setores, alimenta a ineficiência e a corrupção.

3
4
5
6
7
8
9
10

Análise

Tópico: *O favorecimento de desvio de recursos por normas legais*

Domínio 1: linhas 1-10: *O favorecimento de desvio de recursos por normas legais*

Posição: linhas 1-2: *O favorecimento de desvio de recursos por normas legais*

Suporte: linhas 3-10: *O favorecimento da corrupção pela obligatoriedade da aplicação de recursos em certas áreas*

Editorial 14

SegT 42 (Editorial 14; <i>Recuperação lenta da Petrobrás</i> , O Estado de S. Paulo, 13 ago. 2016)	
O resultado foi pior do que o esperado, graves dificuldades financeiras persistem e, por isso, a venda de ativos continua sendo essencial para a busca do equilíbrio das contas, da mesma forma que os investimentos precisam ser cortados, <u>mas o balanço do segundo trimestre da Petrobrás indica que ela está no caminho da recuperação.</u>	1 2 3 4 5
É a primeira <u>demonstração contábil</u> de responsabilidade da <u>diretoria</u> presidida por Pedro Parente.	6 7
Pilhada durante anos por <u>um esquema de corrupção</u> cuja extensão vai sendo desvendada pelo avanço da Operação Lava Jato e <u>utilizada politicamente pelo governo petista de acordo com seu projeto de perpetuar-se no poder</u> , a empresa teve suas finanças destruídas, sua capacidade de investimento comprometida e sua credibilidade fortemente corroída.	8 9 10 11 12
<u>Desde a troca de sua diretoria</u> , promovida pelo governo do presidente em exercício Michel Temer, <u>está sendo recuperada.</u>	13 14
No entanto, <u>recolocá-la nos eixos</u> , restaurando sua capacidade financeira, técnica e operacional por anos utilizada ilegalmente para enriquecimento de agentes públicos, políticos e empresas privadas, <u>é tarefa difícil e demorada.</u>	15 16 17
Análise	
Tópico: <i>Difícil e demorada tarefa de recolocar a Petrobrás nos eixos</i>	
Domínio 1: linhas 17: <i>Difícil e demorada tarefa de recolocar a Petrobrás nos eixos</i> Suporte: linhas 1-7: <i>Demonstração de início da recuperação da Petrobrás dada pelo balanço do segundo trimestre</i> Suporte: linhas 8-14: <i>Recuperação da Petrobrás a partir da troca de sua diretoria</i> Posição: linhas 15-17: <i>Difícil e demorada tarefa de recolocar a Petrobrás nos eixos</i>	
Domínio 2: linhas 1-7: <i>Demonstração de início da recuperação da Petrobrás dada pelo balanço do segundo trimestre</i> Posição: linhas 1-5: <i>Demonstração de início da recuperação da Petrobrás dada pelo balanço do segundo trimestre</i> Suporte: linhas 6-7: <i>Primeira demonstração contábil da diretoria de Pedro Parente</i>	
Domínio 3: linhas 8-14: <i>Recuperação da Petrobrás a partir da troca de sua diretoria</i> Suporte: linhas 8-12: <i>Existência de prejuízos à Petrobrás por ação do governo petista</i> Posição: linhas 13-14: <i>Recuperação da Petrobrás a partir da troca de sua diretoria</i>	

SegT 43 (Editorial 14; *Recuperação lenta da Petrobrás*, O Estado de S. Paulo, 13 ago. 2016)

Ainda modestos, e sem a garantia de repetição no curto prazo, alguns resultados positivos começam a surgir, ao mesmo tempo que medidas extraordinárias – e, por isso, surpreendentes – têm sido tomadas, às vezes com impacto negativo sobre as demonstrações contábeis.
O balanço do segundo trimestre é um bom retrato desse quadro.

Depois de acumular prejuízos por três trimestres consecutivos, a Petrobrás alcançou lucro de R\$ 370 milhões de abril a junho deste ano. Embora positivo, o resultado não animou analistas financeiros e investidores, que projetavam lucro de até R\$ 2 bilhões no período.

Além do resultado menor do que o esperado, o balanço trimestral da empresa contém três outras informações não previstas.

A primeira é o gasto de R\$ 1,21 bilhão com o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário; a segunda é a baixa contábil de R\$ 1,124 bilhão de ativos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro; e a terceira, a devolução de blocos de petróleo que ainda estão na fase exploratória.

Com o plano de demissão voluntária, até 6 mil funcionários deixarão a empresa, como parte do programa de ajuste. As baixas contábeis dão maior clareza aos balanços. E a devolução de blocos se deveu ao fato de que, para a empresa, eles deixaram de ser econômicas por causa do baixo preço do petróleo. “São eventos extraordinários”, justificou o diretor financeiro da Petrobrás, Ivan Monteiro. Enquanto não se aprovar o plano de negócios para os próximos cinco anos não é possível saber se novas baixas contábeis serão necessárias.

Análise

Tópico: *Aspectos negativos que dificultam a recuperação da Petrobrás*

Domínio 1: linhas 1-23: *Aspectos negativos que dificultam a recuperação da Petrobrás*

Posição: IMPLÍCITA

Suporte: linhas 1-5: *Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral*

Suporte: linhas 6-9: *Resultado dos lucros menor do que o esperado*

Suporte: linhas 10-23: *Presença de informações não previstas no balanço trimestral*

Domínio 2: linhas 1-5: *Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral*

Suporte: linhas 1-4: *Convivência de resultados negativos e positivos na Petrobrás*

Posição: linha 5: *Quadro heterogêneo sobre a recuperação da Petrobrás indicado pelo balanço trimestral*

Domínio 3: linhas 10-23: *Presença de informações não previstas no balanço trimestral*

Posição: linhas 10-11: *Presença de informações não previstas no balanço trimestral*

Suporte: linhas 12-23: *Lista de informações não previstas*

Domínio 4: linhas 12-23: *Lista de informações não previstas*
 Posição: linhas 12-15: *Lista de informações não previstas*
 Suporte: linhas 16-23: *Eventos que justificam a informações não previstas*

SegT 44 (Editorial 14; *Recuperação lenta da Petrobrás*, O Estado de S. Paulo, 13 ago. 2016)

Do lado positivo, o balanço trimestral registrou a redução de 15% da dívida líquida, para R\$ 332,29 bilhões.

1
2

A queda não se deveu à quitação antecipada da dívida, mas à desvalorização do dólar em relação ao real (a dívida da estatal é preponderantemente em moeda americana).

3
4
5

Apesar da diminuição, a dívida ainda é muito alta e continua sendo o maior problema da empresa.

6
7

A Petrobrás destaca, também como fato positivo, que o aumento da produção de petróleo e gás natural, para a média de 2,8 milhões de barris equivalentes por dia, contribui para melhorar seu desempenho.

8
9
10

Análise

Tópico: *Aspectos positivos para a recuperação da Petrobrás*

Domínio 1: linhas 1-10:

Posição: IMPLÍCITA

Suporte: linhas 1-7: *Redução de 15% da dívida líquida*

Suporte: linhas 8-10: *Aumento da produção de petróleo e gás natural*

Domínio 2: linhas 1-7: *Redução de 15% da dívida líquida*

Posição: linhas 1-2: *Redução de 15% da dívida líquida*

Suporte: linhas 3-5: *Motivo da redução da dívida líquida*

Suporte: linhas 6-7: *Maior problema da empresa na dívida líquida*

SegT 45 (Editorial 14; *Recuperação lenta da Petrobrás*, O Estado de S. Paulo, 13 ago. 2016)

O severo ajuste financeiro e operacional que está sendo conduzido pela atual diretoria da empresa já resultou na venda, por US\$ 2,5 bilhões, da área de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos.

1
2
3

A medida foi criticada por sindicalistas ainda presos a padrões ideológicos nacionalistas e estatizantes que predominaram no governo do PT, mas destacada pela Agência Internacional de Energia.

4
5
6

Em seu mais recente relatório, a agência dedica duas páginas à avaliação das transformações pelas quais passam a Petrobrás e o setor de petróleo no Brasil.

7
8

<p><u>Destaca a produção do pré-sal</u>, que em julho alcançou 1,11 milhão de barris por dia, e <u>as iniciativas para mudar o regime de exploração dessa área</u>, eliminando a obrigatoriedade da presença da Petrobrás e abrindo espaço para o investimento privado.</p>	<p>9 10 11 12</p>
<p>Análise</p> <p>Tópico: <i>Destaque dado pela Agência Internacional de Energia à transformação na Petrobrás</i></p> <p>Domínio 1: linhas 1-12: <i>Destaque pela Agência Internacional de Energia de transformação na Petrobrás</i> Posição: linhas 1-6: <i>Destaque pela Agência Internacional de Energia de transformação na Petrobrás</i> Suporte: linhas 7-12: <i>Elogios às mudanças na Petrobrás publicados no Relatório da Agência Nacional de Energia</i></p> <p>Domínio 2: linhas 1-6: <i>Destaque pela Agência Internacional de Energia de transformação na Petrobrás</i> Suporte: linhas 1-3: <i>Venda de área do pré-sal da Petrobrás</i> Posição: linhas 4-6: <i>Destaque pela Agência Internacional de Energia de transformação na Petrobrás</i></p>	

Editorial 15

SegT 46 (Editorial 15; *Selo de qualidade*, O Estado de S. Paulo, 13 ago. 2016)

<u>O acordo concluído pelo Brasil com os Estados Unidos para a exportação de carne bovina <i>in natura</i> cria a possibilidade de exportações adicionais do Brasil de até US\$ 900 milhões por ano – de acordo com estimativas oficiais, que alguns produtores consideram otimistas –, mas seu impacto poderá ser bem mais amplo.</u>	1 2 3 4
Além do <u>acesso ao mercado americano, o acordo</u> – cujas negociações foram concluídas na semana passada, 17 anos depois de iniciadas – <u>poderá facilitar a venda do produto brasileiro para grandes países importadores que ainda impõem restrições à sua entrada.</u>	5 6 7
Responsável por quase 20% de toda a carne bovina consumida no mundo, o que o torna o maior do planeta, <u>o mercado americano</u> é de difícil acesso, pois as autoridades sanitárias <u>dos Estados Unidos</u> impõem exigências rigorosas para a entrada de produtos importados. Dessa forma, <u>os países que conseguem fornecer para os Estados Unidos obtêm o equivalente a um selo de qualidade para seus produtos</u> , o que tende a facilitar sua exportação para outros mercados.	8 9 10 11 12 13
No caso da carne brasileira, <u>esse selo poderá abrir caminho para a venda do produto <i>in natura</i> para o México e o Canadá</u> – que, com <u>os EUA</u> , compõem o Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) – e também para <u>o Japão e a Coreia do Sul</u> . Os três últimos <u>países</u> estão entre os dez maiores importadores de <u>carne bovina</u> do mundo, mas não integram a lista dos principais destinos da <u>carne bovina de origem brasileira</u> .	14 15 16 17 18 19
O Brasil solicitou a abertura <u>do mercado americano de carne bovina <i>in natura</i></u> em 1999, no início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Desde aquela época, <u>os governos dos dois países vinham trocando informações a respeito do controle da saúde animal no Brasil</u> . No ano passado, <u>o governo americano autorizou a entrada da carne procedente de alguns Estados brasileiros</u> , mas <u>o acordo definitivo só foi concluído com a viagem a Washington do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, há alguns dias</u> . Na ocasião, as autoridades <u>dos dois países concordaram com os termos da carta de reconhecimento da equivalência sanitária e os acordos sanitários</u> .	20 21 22 23 24 25 26 27 28
“Agora podemos dizer que nosso status sanitário é compatível com os <u>dos EUA</u> . É <u>uma estrada que se abre para nós</u> ”, disse Maggi, em solenidade no Palácio do Planalto, com a presença do presidente em exercício Michel Temer, para celebrar a <u>conclusão dos entendimentos entre os dois países</u> .	29 30 31 32

Análise

Tópico: *A possível facilidade para a venda de carne brasileira para grandes países importadores*

Domínio 1: linhas 1-32: *A possível facilidade para a venda de carne brasileira para grandes países importadores*

Posição: linhas 1-7: *A possível facilidade para a venda de carne brasileira para*

<i>grandes países importadores</i>	
Suporte: linhas 8-19: <i>Obtenção de um “selo de qualidade” a partir da venda de produtos para os EUA</i>	
Suporte: linhas 20-28: <i>Negociações para o acordo de entrada de carne bovina brasileira in natura nos EUA</i>	
Suporte: linhas 29-32: <i>Consequências para mercado brasileiro segundo Maggi</i>	
Domínio 2: linhas 1-7: <i>A possível facilidade para a venda de carne brasileira para grandes países importadores</i>	
Suporte: linhas 1-4: <i>Possibilidade de exportações adicionais do Brasil a partir de acordo com os EUA</i>	
Posição: linhas 5-7: <i>A possível facilidade para a venda de carne brasileira para grandes países importadores</i>	
Domínio 3: linhas 8-19: <i>Obtenção de um “selo de qualidade” a partir da venda de produtos para os EUA</i>	
Posição: linhas 8-13: <i>Obtenção de um “selo de qualidade” a partir da venda de produtos para os EUA</i>	
Suporte: linhas 14-19: <i>Caminho aberto para venda de carne brasileira para diferentes países</i>	

SegT 47 (Editorial 15; <i>Selo de qualidade</i> , O Estado de S. Paulo, 13 ago. 2016)	
Embora não seja o maior produtor mundial – a liderança é ocupada pelos Estados Unidos –, <u>o Brasil é o maior exportador de carne bovina do planeta.</u>	1 2
<u>No primeiro semestre, as vendas externas totalizaram US\$ 2,8 bilhões, resultado do embarque de mais de 736 mil toneladas do produto. O aumento em relação às vendas do primeiro semestre do ano passado foi de 1,3% em valor e de 12% em volume.</u>	3 4 5 6
<u>O principal destino do produto brasileiro tem sido Hong Kong, porta de entrada para o mercado chinês. As exportações diretas para a China colocam o gigante da Ásia como o segundo principal destino da carne bovina brasileira. Em seguida vêm a União Europeia, Egito, Rússia, Irã, Chile, Estados Unidos, Venezuela e Arábia Saudita.</u>	7 8 9 10 11
Ao longo dos governos do PT, <u>a Rússia mereceu tratamento especial das autoridades brasileiras. O governo de Moscou impôs exigências fitossanitárias específicas para a compra de carne brasileira, sendo atendido na maior parte dos casos. Mas, como o segundo maior importador de carne do mundo, a Rússia não deu ao Brasil tratamento compatível com o que recebeu das autoridades brasileiras.</u>	12 13 14 15 16 17
Já <u>os Estados Unidos voltaram a ficar entre os dez principais destinos das exportações brasileiras</u> porque suas importações (de 14 mil toneladas de janeiro a junho deste ano) aumentaram 39% em valor.	18 19 20

<p>É uma amostra dos <u>ganhos adicionais</u> que o acordo recém-concluído poderá trazer para os produtores brasileiros. Haverá, obviamente, a contrapartida das exportações de carne americana para o Brasil.</p>	<p>21 22 23</p>
<p>Análise</p> <p>Tópico: <i>Brasil maior exportador de carne bovina do planeta</i></p> <p>Domínio 1: linhas 1-23: <i>Brasil maior exportador de carne bovina do planeta</i> Posição: linhas 1-2: <i>Brasil maior exportador de carne bovina do planeta</i> Suporte: linhas 3-6: <i>Alto volume de vendas externas no primeiro semestre</i> Suporte: linhas 7-11: <i>Principais destinos da carne bovina brasileira</i> Suporte: linhas 12-17: <i>Tentativa de negociação da carne bovina brasileira com a Rússia</i> Suporte: linhas 18-23: <i>Volta dos EUA ao grupo dos dez principais destinos das exportações brasileiras</i></p> <p>Domínio 2: linhas 18-23: <i>Volta dos EUA ao grupo dos dez principais destinos das exportações brasileiras</i> Posição: linhas 18-20: <i>Volta dos EUA ao grupo dos dez principais destinos das exportações brasileiras</i> Suporte: linhas 21-23: <i>Amostra de ganhos adicionais do acordo com os EUA</i></p>	

Editorial 16

SegT 48 (Editorial 16; <i>Regras demais</i> , Folha de S. Paulo, 19 ago. 2016)	
Em terceiro lugar na última pesquisa Datafolha, com 10% das intenções de voto, <u>a deputada federal Luiza Erundina (PSOL) se vê impedida de participar do debate entre candidatos à Prefeitura de São Paulo</u> que será promovido pela Folha, pelo UOL e pelo SBT no dia 23 de setembro.	1 2 3 4
Pela <u>legislação em vigor, apenas candidatos de partidos com um mínimo de nove deputados federais têm assegurada sua presença em encontros desse tipo.</u>	5 6
<u>É paradoxal: a regra garante a participação a postulantes de menor representatividade,</u> como Major Olimpio, com 2% das preferências, pois seu partido, Solidariedade, conta com 14 deputados em Brasília.	7 8 9
A norma procura, sem dúvida, evitar a ocorrência tumultuária e não raro ridícula dos chamados “nanicos” em <u>debates de inegável interesse público.</u> O mesmo interesse, todavia, sai <u>prejudicado quando a terceira colocada nas pesquisas,</u> que já exerceu o cargo de prefeita de São Paulo, <u>é impedida de discutir.</u>	10 11 12 13
O paradoxo ganha intensidade quando se leva em conta uma <u>bizarra exceção prevista na norma: candidatos cujos partidos não atendem ao mínimo estipulado poderão participar desde que dois terços dos “autorizados” assim o permitam.</u> Na prática, <u>os participantes têm o poder de decidir sobre a presença de um adversário.</u>	14 15 16 17
Foi o que transpareceu da decisão <u>dos candidatos João Doria (PSDB), Marta Suplicy (PMDB) e Major Olimpio (SSD) de vetar o convite a Erundina.</u> Celso Russomanno (PRB) e Fernando Haddad (PT) aceitaram <u>sua participação.</u>	18 19 20 21
Não consta que <u>a ex-prefeita</u> seja temível pela retórica destrutiva, pelo sarcasmo ou pela habilidade em vencer debates eleitorais. Num quadro marcado pela fragmentação do eleitorado, e tendo em vista que <u>o PSOL</u> dispõe de um mínimo tempo na propaganda obrigatória, <u>a estratégia de excluir Erundina visa sobretudo a desidratar sua candidatura.</u>	22 23 24 25 26
Análise	
Tópico: <i>Caráter paradoxal da regra que veta a participação de certos candidatos em debates eleitorais</i>	
Domínio 1: linhas 1-26: <i>Caráter paradoxal da regra que veta a participação de certos candidatos em debates eleitorais</i>	
Posição: linhas 1-9: <i>Caráter paradoxal da regra que veta a participação de certos candidatos em debates eleitorais</i>	
Suporte: linhas 10-13: <i>Prejuízo aos debates de interesse público</i>	
Suporte: linhas 14-21: <i>Bizarra exceção prevista na norma</i>	
Suporte: linhas 22-26: <i>Estratégia para desidratar a candidatura de Erundina</i>	
Domínio 2: linhas 1-9: <i>Caráter paradoxal da regra que veta a participação de certos</i>	

candidatos em debates eleitorais

Suporte: linhas 1-6: *Veto da participação de alguns candidatos em debates eleitorais pela legislação em vigor*

Posição: linhas 7-9: *Caráter paradoxal da regra que veta a participação de certos candidatos em debates eleitorais*

Domínio 3: linhas 14-21: *Bizarra exceção prevista na norma*

Posição: linhas 14-17: *Bizarra exceção prevista na norma*

Suporte: linhas 18-21: *Veto dado por candidatos à participação de Erundina*

SegT 49 (Editorial 16; *Regras demais*, Folha de S. Paulo, 19 ago. 2016)

Candidatos não são os melhores juízes do que constitua o interesse público. Tampouco haverá regras abstratas, como o tamanho de uma bancada federal, capazes de distinguir entre uma legenda de aluguel a serviço de um microcandidato folclórico e o partido pequeno, mas que apresente um candidato sério e representativo.

1
2
3
4
5

É aos próprios órgãos de comunicação, a quem importa zelar pela qualidade do evento, que caberia decidir sobre seus participantes.

6
7

A relevância jornalística e o interesse público são os únicos critérios razoáveis a seguir. Num país sob domínio das regras burocráticas – e dos que sabem manipulá-las em conveniência própria –, isso é o que menos conta.

8
9
10

Análise

Tópico: *Pertinência da decisão das regras de participação em debates eleitorais pelos órgãos de comunicação*

Domínio 1: linhas 1-10: *Pertinência da decisão das regras de participação em debates eleitorais pelos órgãos de comunicação*

Suporte: linhas 1-5: *Juízes inapropriados para decidir as regras para participação em debates eleitorais*

Posição: linhas 6-7: *Pertinência da decisão das regras de participação em debates eleitorais pelos órgãos de comunicação*

Suporte: linhas 8-9: *Critérios a seguir para decidir a participação dos candidatos em debates eleitorais*

Editorial 17

SegT 50 (Editorial 17; <i>Autonomia desvirtuada</i> , Folha de S. Paulo, 19 ago. 2016)	
As explicações mais habituais para o colapso das finanças públicas culpam os pendoros perdulários da classe política nacional, espelhados nas leis e nas medidas de governo. O que quer dizer, entretanto, quando se flagra <u>o descalabro administrativo na melhor universidade do país?</u>	1 2 3 4
O Tribunal de Contas do Estado acaba de <u>reprovar</u> , por unanimidade, <u>as contas de 2013 da Universidade de São Paulo</u> – antes, portanto, do início da recessão que derrubou a arrecadação tributária.	5 6 7
As conclusões do TCE ajudam a entender como <u>decisões autônomas da USP desencadearam uma crise que perdura até hoje.</u>	8 9
Em apenas quatro anos, <u>as despesas com técnicos e docentes passaram por escandalosa expansão de 84%</u> , enquanto a inflação no período ficou nos 26%. No ano avaliado, somaram R\$ 4,4 bilhões, equivalentes a toda a parcela da receita do ICMS destinada obrigatoriamente à instituição.	10 11 12 13
Os demais <u>compromissos, de custeio e investimento, atingiram o montante de R\$ 1,3 bilhão</u> , coberto, principalmente, com a dilapidação das reservas financeiras minguantes da própria USP.	14 15 16
Multado pelo tribunal, <u>o ex-reitor João Grandino Rodas</u> saiu-se com uma defesa tortuosa: argumentou que os encargos com pessoal já haviam ultrapassado os patamares recomendáveis antes de <u>sua gestão</u> ; disse ainda que nas outras universidades estaduais, Unicamp e Unesp, o cenário não seria diferente.	17 18 19 20
Tais alegações apenas escancaram a passividade, quando não cumplicidade, com que a comunidade acadêmica e os governantes assistem <u>ao desvirtuamento do ensino superior brasileiro</u> – e, em particular, <u>da experiência pioneira de autonomia das instituições paulistas</u> – pelo corporativismo.	21 22 23 24
Após esbaldar-se em contratações e reajustes salariais, <u>a USP despencou no ranking THE</u> , que considera a reputação de universidades em todo o mundo, passando da faixa de 51-60 para a 91-100. Deve-se lutar, agora, para que <u>seja ao menos mantida a colocação entre as cem melhores.</u>	25 26 27 28
Análise	
Tópico: <i>Crise na USP causada por decisões autônomas da universidade</i>	
Domínio 1: linhas 1-28: <i>Crise na USP causada por decisões autônomas da universidade</i>	
Posição: linhas 1-9: <i>Crise na USP causada por decisões autônomas da universidade</i>	
Suporte: linhas 10-16: <i>Aumento das despesas da USP</i>	
Suporte: linhas 17-20: <i>Palavra do reitor sobre a crise na universidade</i>	
Suporte: linhas 21-28: <i>Desvirtuamento da experiência pioneira de autonomia das instituições paulistas</i>	
Domínio 2: linhas 1-9: <i>Crise na USP causada por decisões autônomas da universidade</i>	

Suporte: linhas 1-7: *Reprovação das contas da USP*

Posição: linhas 8-9: *Crise na USP causada por decisões autônomas da universidade*

Domínio 3: linhas 21-28: *Desvirtuamento da experiência pioneira de autonomia das instituições paulistas*

Posição: linhas 21-24: *Desvirtuamento da experiência pioneira de autonomia das instituições paulistas*

Suporte: linhas 25-28: *Colocação da USP em rankings das melhores universidades*

SegT 51 (Editorial 17; *Autonomia desvirtuada*, Folha de S. Paulo, 19 ago. 2016)

O caminho não é sacrificar a independência, didático-científica ou financeira. Pelo contrário, as universidades terão a ganhar com a adoção de regras mais flexíveis para contratar e demitir pessoal, além da autorização legal para a cobrança de mensalidades dos estudantes mais abonados.

1

2

3

4

Em contrapartida, as instituições devem sujeitar-se a metas de desempenho e à prestação transparente de contas. É à sociedade que elas servem, não aos funcionários.

5

6

7

Análise

Tópico: *Ganhos com a flexibilização de regras de contratação e com a cobrança de mensalidades nas universidades públicas*

Domínio 1: linhas 1-7: *Ganhos com a flexibilização de regras de contratação e com a cobrança de mensalidades nas universidades públicas*

Posição: linhas 1-4: *Ganhos com a flexibilização de regras de contratação e com a cobrança de mensalidades nas universidades públicas*

Suporte: linhas 5-7: *Obrigação das instituições de prestarem contas à sociedade*

Editorial 18

SegT 52 (Editorial 18; <i>O parto da montanha</i> , O Estado de S. Paulo, 19 ago. 2016)	
Na fábula de Esopo, depois de muito estrondo a montanha pariu um rato. <u>Dilma Rousseff</u> repetiu a proeza com a divulgação da “mensagem” com a qual pretende convencer de sua inocência o mundo e especialmente os senadores que vão decidir sobre o impeachment no fim do mês.	1 2 3 4
Mas, depois de tanta hesitação, <u>Dilma</u> acabou escolhendo um mau momento para falar de inocência e se apresentar, mais uma vez, como uma mulher honesta, pois, simultaneamente, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o Ministério Público a abrir inquérito contra <u>ela</u> , o ex-presidente Lula, os ex-ministros Aloizio Mercadante e José Eduardo Cardozo e dois ministros do STJ, destinado a investigar a tentativa de obstrução da Justiça no âmbito da Operação Lava Jato.	5 6 7 8 9 10
Na mensagem lida no Palácio da Alvorada, <u>a presidente afastada reitera, candidamente, seu “compromisso com a democracia e com a necessidade da “superação do impasse político que tantos prejuízos já causou ao País”</u> . Parecia estar falando de um outro país e de outra pessoa que não ela, cuja biografia revela total falta de compromisso com a democracia e a proeza de ter arruinado o Brasil. Finalmente, <u>fez um apelo patético a seus julgadores</u> : “Não se faça a injustiça de me condenar por um crime que não cometi”. A uma plateia de jornalistas a quem proibiu de fazer perguntas, <u>Dilma repetiu a necessidade de “diálogo”, defendeu um plebiscito e a delirante ideia da antecipação das eleições presidenciais</u> . Distanciou-se assim, ainda mais, da Nação e até da posição oficial do PT. Promete, agora, comparecer ao Senado para defender-se pessoalmente.	11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21
<u>O melancólico evento mostrou ao País exatamente a mesma Dilma</u> cujos defeitos seis anos na Presidência da República só fizeram acentuar: <u>a arrogância, a teimosia, a hipocrisia mal disfarçada</u> na tentativa de parecer humilde, <u>a falta de senso crítico</u> que a impede de se ver como responsável por erros e omissões graves cometidos no catastrófico exercício da Presidência da República. Quando, logo nas primeiras linhas, menciona o “impasse político que tantos prejuízos causou ao País”, fala sobre sujeito indeterminado para não ter que admitir <u>o seu autoritarismo empedernido</u> que envenenou as relações do Executivo com o Legislativo e, depois, com toda a Nação.	22 23 24 25 26 27 28 29 30
Análise	
Tópico: <i>Mau momento para Dilma falar de sua inocência</i>	
Domínio 1: linhas 1-30: <i>Mau momento para Dilma falar de sua inocência</i> Posição: linhas 1-10: <i>Mau momento para Dilma falar de sua inocência</i> Suporte: linhas 11-21: <i>Argumentos de Dilma na carta</i> Suporte: linhas 22-30: <i>Características de Dilma mostradas na carta</i>	
Domínio 2: linhas 1-10: <i>Mau momento para Dilma falar de sua inocência</i> Suporte: linhas 1-4: <i>Divulgação da mensagem com a qual Dilma pretende convencer sobre sua inocência</i>	

Posição: linhas 5-10: *Mau momento para Dilma falar de sua inocência*

SegT 53 (Editorial 18; *O parto da montanha*, O Estado de S. Paulo, 19 ago. 2016)

O argumento central da defesa de Dilma <u>no processo de impeachment</u> , por ela insistentemente repetido na tal carta, é o de que, como presidente da República, não cometeu nenhum crime de responsabilidade e não pode ser julgada pelo “conjunto da obra”.	1 2 3 4
<u>O julgamento do impeachment pelo Parlamento, no entanto, é essencialmente político, sustentado pela comprovação jurídica do crime de responsabilidade.</u>	5 6
No caso de Dilma <u>o crime de responsabilidade foi reconhecido</u> , por ampla maioria de deputados e senadores, nas votações de admissibilidade do processo. A defesa tem, é claro, o direito de alegar que não houve crime e tentar provar isso. Cabe aos jurados, no caso os senadores, em sessão presidida pelo chefe do poder Judiciário, decidir pela culpa ou pela absolvição.	7 8 9 10 11
Trata-se, portanto, não de um golpe, mas de <u>um procedimento público</u> – na verdade, escancarado – <u>regido pela Constituição e pelas leis</u> e que segue rito determinado pelo Poder Judiciário.	12 13 14
Mas esse está sendo <u>um julgamento essencialmente político</u> , alega Dilma. É claro que é, pois se refere a um crime de responsabilidade.	15 16
Os crimes de responsabilidades imputados à presidente são inexpressivos, protestam os dilmistas. <u>As pedaladas fiscais e a liberação de recursos sem autorização prévia do Congresso objetos do processo não são fatos isolados nem corriqueiros. Foram violações flagrantes da lei que constituem, na verdade, o <i>modus operandi</i> de um governo autoritário que desprezava o papel constitucional e as finalidades precípuas do Parlamento como órgão da soberania nacional e de representação do povo.</u>	17 18 19 20 21 22 23

Análise

Tópico: *Caráter político do julgamento de impeachment*

Domínio 1: linhas 1-23: *Caráter político do julgamento de impeachment*

Posição: linhas 1-6: *Caráter político do julgamento de impeachment*

Suporte: linhas 7-11: *Reconhecimento do crime de responsabilidade*

Suporte: linhas 12-14: *Procedimento público regido pela Constituição*

Posição: linhas 15-16: *Caráter político do julgamento de impeachment*

Suporte: linhas 17-23: *Violações da lei*

Domínio 2: linhas 1-6: *Caráter político do julgamento de impeachment*

Suporte: linhas 1-4: *Argumento de Dilma sobre não ter cometido crime de responsabilidade*

Posição: linhas 5-8: *Caráter político do julgamento de impeachment*

SegT 54 (Editorial 18; <i>O parto da montanha</i> , O Estado de S. Paulo, 19 ago. 2016)	
<u>A patética manifestação epistolar de Dilma Rousseff é um conjunto de frases feitas, tiradas retóricas, expressões piegas. De platitudes e obviedades que inevitavelmente assomam em discursos políticos que, por falta de conteúdo fático e genuinamente programático, abusam de falsidades demagógicas na tentativa de conquistar o ouvinte pela emoção.</u>	1 2 3 4 5
Mas a paciência do povo brasileiro com o ilusionismo lulopetista está esgotada.	6
Análise	
Tópico: <i>Patética manifestação epistolar de Dilma</i>	
Domínio 1: linhas 1-6: <i>Patética manifestação epistolar de Dilma</i>	
Posição: linhas 1-5: <i>Patética manifestação epistolar de Dilma</i>	
Suporte: linha 6: <i>Fim da paciência do povo brasileiro com o ilusionismo lulopetista</i>	

Editorial 19

SegT 55 (Editorial 19; <i>O difícil combate ao PCC</i> , O Estado de S. Paulo, 19 ago. 2016)	
Um novo ataque a empresas transportadoras de valores – o quarto em seis meses em São Paulo –, desta vez em Santo André, na madrugada de quarta-feira passada, deixa evidente tanto a ousadia dos <u>bandidos</u> , que parece não ter limites, como a <u>dificuldade das autoridades de segurança pública de prevenir e combater essas ações</u> .	1 2 3 4
Embora nessa última <u>os criminosos</u> tenham sido obrigados a recuar, nada levando, mesmo assim ela atingiu o que parece ser o seu outro objetivo – semear o pânico na vizinhança e chocar a opinião pública, dando com isso uma <u>demonstração de força</u> .	5 6 7 8
Pelo menos 30 <u>bandidos</u> fortemente armados com <u>fuzis, metralhadoras, granadas</u> e levando <u>explosivos</u> fecharam as ruas próximas e tentaram invadir <u>a sede da empresa Protege</u> . A reação dos vigilantes <u>da empresa</u> e a rápida intervenção da Polícia Militar impediram <u>o roubo</u> . Mas <u>os bandidos</u> só recuaram depois de um intenso <u>tiroteio</u> que durou cerca de 40 minutos. Para possibilitar a fuga, jogaram <u>pregos retorcidos</u> nas ruas, que depois de sua passagem foram bloqueadas com 11 carros e <u>caminhões incendiados</u> .	9 10 11 12 13 14 15
Houve <u>pânico entre os moradores</u> de um condomínio localizado em frente da Protege, atingido por disparos. O aparato montado pelos bandidos foi semelhante ao utilizado nos três <u>assaltos</u> anteriores – em março, em Campinas, também contra a <u>Protege</u> ; em abril, em Santos; e em julho, em Ribeirão Preto, estes últimos contra a Prosegur. Em todos eles, segundo os vizinhos e a própria polícia, foram <u>impressionantes as cenas dos assaltos</u> .	16 17 18 19 20 21
Nos três primeiros, foram roubados mais de R\$ 130 milhões. No último, em Santo André, além de nada ter sido roubado, <u>a polícia ainda conseguiu prender</u> , na tarde da quarta-feira, numa chácara em Itapeverica da Serra, <u>oito suspeitos</u> e <u>apreender armas, munições</u> e um <u>dos carros blindados usados na ação</u> . <u>Mais armas, explosivos e coletes a prova de bala</u> , que segundo a polícia pertencem ao mesmo grupo, foram encontrados numa casa no Jardim Ibitirama, na zona leste.	22 23 24 25 26 27 28
Análise	
Tópico: <i>Dificuldade das autoridades de prevenir ataques a transportadoras de valores</i>	
Domínio 1: linhas 1-28: <i>Dificuldade das autoridades de prevenir ataques a transportadoras de valores</i>	
Posição: linhas 1-8: <i>Dificuldade das autoridades de prevenir ataques a transportadoras de valores</i>	
Suporte: linhas 9-15: <i>Tentativa de invasão da empresa Protege</i>	
Suporte: linhas 16-28: <i>Impressionantes cenas de quatro assaltos a empresas transportadoras de valores</i>	
Domínio 2: linhas 1-8: <i>Dificuldade das autoridades de prevenir ataques a transportadoras</i>	

de valores

Posição: linhas 1-4: *Dificuldade das autoridades de prevenir ataques a transportadoras de valores*

Suporte: linhas 5-8: *Demonstração de força dos bandidos*

Domínio 3: linhas 16-28: *Impressionantes cenas de quatro assaltos a empresas transportadoras de valores*

Posição: linhas 16-21: *Impressionantes cenas de quatro assaltos a empresas transportadoras de valores*

Suporte: linhas 22-28: *Apreensões da polícia em quatro assaltos*

SegT 56 (Editorial 19; *O difícil combate ao PCC*, O Estado de S. Paulo, 19 ago. 2016)

É de esperar que, com esse resultado, a polícia consiga avançar no esclarecimento dos quatro assaltos que, segundo o diretor do Departamento Estadual de investigações Criminais (Deic), delegado Emygdio Machado Neto, estão ligados. A exemplo do que colegas seus do próprio Deic já haviam dito a respeito dessas ações, por ocasião do assalto em Ribeirão Preto, Machado Neto também vê nelas o dedo do Primeiro Comando da Capital (PCC). Para o delegado Fabiano Barbeiro, o PCC tem grupos especializados em cada aspecto desses crimes, que são reunidos e coordenados para executar os grandes assaltos.

A ligação do PCC com esses roubos parece óbvia.

Não se conhece, pelo menos em São Paulo, nenhum grupo criminoso além dele que disponha da capacidade de organização, planejamento e mobilização de pessoal e recursos demonstrada nos quatro assaltos dos últimos meses.

O fato de as altas autoridades da segurança pública ainda não terem apontado, de forma clara, o envolvimento direto do PCC com tais assaltos deve ser atribuído à dificuldade de admitir que essa organização criminosa está mais viva e forte do que nunca, ampliando e diversificando suas atividades.

Prova disso é a ação do Ministério Público Estadual, que denunciou à Justiça, em 2014, a relação do PCC com as vans da capital, usadas para lavar dinheiro das drogas – que já se transformou numa de suas principais fontes de renda – e a do Ministério Público Federal que procedeu da mesma maneira com a sua ligação com a N'Draghetta, um do ramos da máfia italiana, também por tráfico de cocaína.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22

Análise

Tópico: *Óbvvia ligação do PCC a roubos de transportadoras de valores*

Domínio 1: linhas 1-22: *Óbvvia ligação do PCC a roubos de transportadoras de valores*

Posição: linhas 1-9: *Óbvvia ligação do PCC a roubos de transportadoras de valores*

Suporte: linhas 10-12: *Diferenciação do PCC pela capacidade de organização do grupo*

Suporte: linhas 13-22: *Dificuldade de admissão da força do PCC*

Domínio 2: linhas 1-9: *Óbvvia ligação do PCC a roubos de transportadoras de valores*

Suporte: linhas 1-8: *Opinião da polícia sobre a provável ligação do PCC a roubos de transportadoras de valores*

Posição: linha 9: *Óbvvia ligação do PCC a roubos de transportadoras de valores*

Domínio 3: linhas 13-22: *Dificuldade de admissão da força do PCC*

Posição: linhas 13-16: *Dificuldade de admissão da força do PCC*

Suporte: linhas 17-22: *Provas da força do PCC*

SegT 57 (Editorial 19; *O difícil combate ao PCC*, O Estado de S. Paulo, 19 ago. 2016)

Como sempre, o primeiro passo para tentar resolver um problema <u>é reconhecer</u>	1
<u>realisticamente e sem rodeios o seu tamanho e a sua gravidade.</u>	2
<u>É o que se tem de</u>	3
<u>fazer com o PCC</u> , que acaba de dar mais uma prova de sua força e sua audácia.	

<u>Combatê-lo com a eficiência que se espera</u> , muito maior que a demonstrada até agora, <u>é</u>	4
<u>uma tarefa difícil e longa. E que é preciso iniciar logo.</u>	5

Análise

Tópico: *Necessidade de combate eficiente e imediato ao PCC*

Domínio 1: linhas 1-5: *Necessidade de combate eficiente e imediato ao PCC*

Suporte: linhas 1-3: *Necessidade de reconhecimento real da atuação do PCC*

Posição: linhas 4-5: *Necessidade de combate eficiente e imediato ao PCC*

Editorial 20

SegT 58 (Editorial 20; <i>A herança do desemprego</i> ; O Estado de S. Paulo, 19 ago. 2016)	
O desemprego, o efeito mais cruel da recessão, continuou em alta no segundo trimestre e ainda atormentará os brasileiros até a recuperação ganhar impulso e a <u>confiança dos empresários</u> se firmar. <u>A expectativa do empresariado industrial tem melhorado</u> e esse dado é especialmente importante, porque o dinamismo da economia ainda é muito dependente, no Brasil, do ritmo de atividade das fábricas. Mas as melhores notícias, por enquanto, apenas indicam <u>uma estabilização dos negócios</u> e, em alguns segmentos, <u>um tímido começo de reação</u> .	1 2 3 4 5 6 7 8
Enquanto se esperam sinais mais fortes de reativação, é inevitável prosseguir <u>no balanço dos estragos causados pelos erros e desmandos</u> acumulados principalmente a partir de 2009-2010, quando o Brasil começou a vencer o primeiro impacto da grande crise internacional.	9 10 11 12
<u>O desemprego aumentou</u> de 10,9% no primeiro trimestre para 11,3% da força de trabalho no segundo, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgada na quarta-feira passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	13 14 15 16
<u>A Pnad-Contínua</u> , atualizada e publicada mensalmente, substituiu no começo do ano a velha série estatística do desemprego, limitada às seis maiores áreas metropolitanas. <u>O levantamento do IBGE</u> cobre agora, em cada trimestre, 211 mil domicílios de 3.464 municípios de todo o País.	17 18 19 20
No segundo trimestre, <u>11,586 milhões de pessoas estavam desempregadas</u> . Entre abril e junho de 2015 eram <u>8,354 milhões</u> , correspondentes a 8,3% da população economicamente ativa. Nesse intervalo, <u>a força de trabalho</u> passou de 100,57 milhões para 102,38 milhões de pessoas, mas <u>o mercado de trabalho</u> , já com enorme número de excedentes, <u>foi incapaz de absorver os novos candidatos</u> .	21 22 23 24 25
Análise	
Tópico: <i>Balanços de estragos no setor trabalhista causados por erros e desmandos administrativos</i>	
Domínio 1: linhas 1-25: <i>Balanços de estragos no setor trabalhista causados por erros e desmandos administrativos</i>	
Posição: linhas 1-12: <i>Balanços de estragos no setor trabalhista causados por erros e desmandos administrativos</i>	
Suporte: linhas 13-20: <i>Aumento do desemprego no segundo trimestre de 2016</i>	
Suporte: linhas 21-25: <i>Quantidade de pessoas desempregadas no segundo trimestre de 2016</i>	
Domínio 2: linhas 1-12: <i>Balanços de estragos no setor trabalhista causados por e desmandos administrativos</i>	
Suporte: linhas 1-8: <i>Indício de estabilização e tímida reação do mercado de trabalho</i>	

Posição: linhas 9-12: *Balanços de estragos no setor trabalhista causados por erros e desmandos administrativos*

Domínio 3: linhas 13-20: *Aumento do desemprego no segundo trimestre de 2016*

Posição: linhas 13-16: *Aumento do desemprego no segundo trimestre de 2016*

Suporte: linhas 17-20: *Informações sobre a pesquisa fonte dos dados sobre o aumento do desemprego*

SegT 59 (Editorial 20; *A herança do desemprego*; O Estado de S. Paulo, 19 ago. 2016)

Desde o fim do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, <u>o Brasil tem seguido rumo inverso ao das economias desenvolvidas e da maior parte das emergentes.</u>	1 2
<u>A produção e o emprego voltaram a crescer nos países mais afetados pela crise iniciada em 2008.</u>	3 4
Desde fevereiro de 2010 foram <u>abertos 15 milhões de postos de trabalhos nos Estados Unidos</u> , onde o desemprego chegou nos últimos meses a 4,9% da força de trabalho. <u>Na Europa, a desocupação ficou pouco acima de 10% da força de trabalho no segundo trimestre deste ano</u> , abaixo, portanto, da taxa brasileira.	5 6 7 8 9
<u>No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) ficou estagnado em 2014, diminuiu 3,8% em 2015 e continua a encolher. O déficit público nominal – com inclusão, portanto, dos juros da dívida pública – bateu em 10% do PIB, mais que o triplo da média europeia. A situação fiscal brasileira é muito pior que a da maior parte das economias emergentes e a inflação no Brasil</u> , ainda acima de 8% nos últimos 12 meses, é muito maior que na maior parte do mundo.	10 11 12 13 14 15

Análise

Tópico: *Rumo inverso da economia brasileira em relação a países desenvolvidos e emergentes*

Domínio 1: linhas 1-15: *Rumo inverso da economia brasileira em relação a países desenvolvidos e emergentes*

Posição: linhas 1-2: *Rumo inverso da economia brasileira em relação a países desenvolvidos e emergentes*

Suporte: linhas 3-9: *Volta do crescimento da produção e do emprego nos países mais afetados pela crise em 2008*

Suporte: linhas 10-15: *Crise na situação fiscal brasileira*

Domínio 2: linhas 3-9: *Volta do crescimento da produção e do emprego nos países mais afetados pela crise em 2008*

Posição: linhas 3-4: *Volta do crescimento da produção e do emprego nos países mais afetados pela crise em 2008*

Suporte: linhas 5-9: *Crescimento do mercado de trabalho nos EUA e na Europa*

SegT 60 (Editorial 20; <i>A herança do desemprego</i> ; O Estado de S. Paulo, 19 ago. 2016)	
É preciso levar em conta essas comparações para <u>avaliar com algum realismo a política econômica da presidente Dilma Rousseff</u> – uma continuação, em vários aspectos, daquela desenvolvida por seu antecessor.	1 2 3
<u>A distribuição de benefícios fiscais e financeiros a grupos e setores escolhidos, a estratégia de escolha de campeões nacionais e a promiscuidade entre o Tesouro e os bancos estatais, o loteamento e o aparelhamento da máquina federal</u> são algumas das características comuns aos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de sua sucessora.	4 5 6 7 8
<u>A recessão, o desarranjo das contas públicas, a inflação elevada, a recessão e o desemprego</u> são os efeitos – previsíveis e previstos por vários analistas – <u>desse tipo de política</u> . Não se pode cassar um governante pelo conjunto de sua obra, disse a presidente afastada Dilma Rousseff. Não há, no entanto, como separar <u>pedaladas e decretos ilegais</u> desse conjunto.	9 10 11 12 13
Análise	
Tópico: <i>Avaliação da política econômica da presidente Dilma</i>	
Domínio 1: <i>Avaliação da política econômica da presidente Dilma</i>	
Posição: linhas 1-3: <i>Avaliação da política econômica da presidente Dilma</i>	
Suporte: linhas 4-8: <i>Características comuns dos governos de Lula e de Dilma</i>	
Suporte: linhas 9-13: <i>Efeitos do tipo de política econômica assumido por Dilma</i>	
SegT 61 (Editorial 20; <i>A herança do desemprego</i> ; O Estado de S. Paulo, 19 ago. 2016)	
As melhores notícias, por enquanto, indicam <u>tendência à estabilização</u> .	1
Em junho, a indústria paulista demitiu 6 mil pessoas. <u>A queda do emprego, de 1,5% com ajuste sazonal, é menos intensa e tende a se esgotar</u> , comentou o diretor do departamento econômico da Fiesp, Paulo Francini. Com o impeachment, pode-se acrescentar, <u>a recuperação</u> deverá ser mais fácil.	2 3 4 5
Análise	
Tópico: <i>Tendência à estabilização do mercado de trabalho</i>	
Domínio 1: linhas 1-5: <i>Tendência à estabilização do mercado de trabalho</i>	
Posição: linha 1: <i>Tendência à estabilização do mercado de trabalho</i>	
Suporte: linhas 2-5: <i>Tendência ao esgotamento da queda do emprego</i>	

Editorial 21

SegT 62 (Editorial 21; <i>Sem tempo a perder</i> ; Folha de S. Paulo, 25 ago. 2016)	
Com o início do julgamento do impeachment nesta quinta-feira (25) e a iminência de um desfecho com a efetivação de Michel Temer (PMDB) na Presidência, torna-se mais aguda a percepção de que <u>o Planalto precisa avançar em suas negociações com o Congresso.</u>	1 2 3 4
É exíguo, com efeito, o calendário disponível para discussão de <u>pontos nevrálgicos da gestão das finanças federais</u> . A campanha eleitoral nas prefeituras tende a esvaziar o Legislativo nas próximas semanas, ademais de torná-lo ainda menos propenso do que de costume a aprovar <u>medidas de controle de gastos públicos</u> .	5 6 7 8 9
Em pauta estaria, entre outras, <u>a proposta de emenda constitucional (PEC) que limita de forma rigorosa o aumento das despesas governamentais por vários anos, restringindo-o à taxa de inflação do ano anterior</u> . Apresentada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, <u>a medida</u> poderia reverter significativamente as expectativas dos agentes econômicos, desestimulados ao extremo diante dos sinais de irresponsabilidade orçamentária prodigalizados durante o mandato de Dilma Rousseff (PT).	10 11 12 13 14 15 16 17
O mesmo se pode dizer da <u>reforma da Previdência</u> , cujos déficit têm comprometido a capacidade de investimento federal. Impõe-se adotar um regime único e uma idade mínima para <u>as aposentadorias</u> , entre outras providências para deter a expansão das <u>despesas do INSS</u> , que hoje representam quase o dobro dos gastos com saúde, educação e assistência social.	18 19 20 21 22 23
<u>A renegociação</u> da dívida dos Estados, objeto de seguidos recuos do governo Temer, é ainda um ponto para o qual convergem as incertezas no mercado. Com a votação na Câmara por concluir, <u>a repactuação</u> tem sido um barômetro da efetiva <u>disposição do novo governo para impor um mínimo de racionalidade ao cenário econômico</u> .	24 25 26 27 28
Análise	
Tópico: <i>Necessidade de avanço das negociações do Planalto com o Congresso</i>	
Domínio 1: linhas 1-28: <i>Necessidade de avanço das negociações do Planalto com o Congresso</i>	
Posição: linhas 1-4: <i>Necessidade de avanço das negociações do Planalto com o Congresso</i>	
Suporte: linhas 5-23: <i>Calendário exíguo para a aprovação de medidas de controle de gastos públicos</i>	
Suporte: <i>Disposição do novo governo para a imposição de racionalidade ao cenário econômico</i>	

Domínio 2: linhas 5-23: *Calendário exíguo para a aprovação de medidas de controle de gastos públicos*
 Posição: linhas 5-9: *Calendário exíguo para a aprovação de medidas de controle de gastos públicos*
 Suporte: linhas 10-17: *Proposta de emenda constitucional (PEC)*
 Suporte: linhas 18-23: *Reforma da Previdência*

SegT 63 (Editorial 21; *Sem tempo a perder*; Folha de S. Paulo, 25 ago. 2016)

São incertas as perspectivas de que, uma vez confirmado no cargo, <u>Michel Temer consiga cumprir suas promessas de reinstaurar a responsabilidade fiscal, com apoio do Congresso.</u>	1 2 3
Terá sido em função desta circunstância, sem dúvida, que o governo federal decidiu <u>frear, por enquanto, a votação de projetos com vistas ao aumento dos salários no funcionalismo.</u>	4 5 6
<u>O impacto</u> cumulativo de <u>tais aumentos</u> acenderia, com efeito, o alerta máximo no que tange às <u>possibilidades de recuperação da economia.</u>	7 8
Por enquanto, o governo Michel Temer cuida de ganhar tempo. É difícil dizer, contudo, se na verdade não <u>está perdendo instantes preciosos para fazer valer, enquanto dispõe de força política, projetos de austeridade inadiáveis para a economia do país.</u>	9 10 11 12

Análise

Tópico: *Tempo desperdiçado por Temer para recompor a economia do país*

Domínio 1: linhas 1-12: *Tempo desperdiçado por Temer para recompor a economia do país*

Suporte: linhas 1-3: *Incerteza acerca da recomposição da economia prometida por Temer*

Suporte: linhas 4-8: *Freio na votação dos projetos com vistas ao aumento dos salários do funcionalismo*

Posição: linhas 9-12: *Tempo desperdiçado por Temer para recompor a economia do país*

Domínio 2: linhas 4-8: *Freio na votação dos projetos com vistas ao aumento dos salários do funcionalismo*

Posição: linhas 4-6: *Freio na votação dos projetos com vistas ao aumento dos salários do funcionalismo*

Suporte: linhas 7-8: *Impacto dos aumentos dos salários do funcionalismo na possibilidade de recuperação da economia*

Editorial 22

SegT 64 (Editorial 22; <i>Compêndio de falcatruas</i> ; Folha de S. Paulo, 25 ago. 2016)	
O extenso <u>catálogo de desvios da administração pública brasileira</u> acaba de receber <u>novos anexos</u> com um levantamento sobre a ação fiscalizadora do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE).	1 2 3
O balanço de 2015 do órgão de controle enumera <u>uma série de suspeitas de fraudes detectadas em editais e contratos firmados pelo governo estadual e por municípios paulistas</u> nos últimos anos.	4 5 6
Um pregão de <u>compra de 89 mil ventiladores de parede para escolas paulistas</u> em 2010 previa gastos de R\$ 25 milhões. O vencedor, porém, informou como sede um local ocupado pelo bar Point do Churrasco em Suzano, na Grande São Paulo.	7 8 9 10
Outro contrato, firmado em 2010 pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação do governo paulista para a construção de uma escola em São Luiz do Paraitinga, estipulava <u>o plantio de 2.641 árvores ornamentais no terreno da instituição</u> . Não só <u>a quantidade pareceu exagerada</u> , à primeira vista, como a <u>área na qual as mudas seriam plantadas comportaria, no máximo, metade delas</u> . E o documento ainda obrigava a vencedora a <u>construir um elevador no prédio</u> – desnecessário, segundo o TCE – e <u>“subtraía a possibilidade de participação de diversos interessados”</u> .	11 12 13 14 15 16 17 18
Restrições que diminuem o alcance da competição nos certames são um dos <u>principais subterfúgios detectados</u> , talvez para afastar concorrentes menos inclinados a propinas. Outro é a criação de condições que direcionam a licitação para determinada empresa.	19 20 21 22
<u>Um quarto dos 1.135 editais analisados pelo TCE no ano passado continha irregularidades</u> . Com relação aos contratos firmados entre administrações públicas e empresas, a situação se mostra mais grave: dos <u>2.905 vistoriados, 45% apresentavam problemas</u> .	23 24 25 26
Análise	
Tópico: <i>Série de suspeitas de fraudes em editais e contratos firmados pelo governo estadual e municípios paulistas</i>	
Domínio 1: linhas 1-26: <i>Série de suspeitas de fraudes em editais e contratos firmados pelo governo estadual e municípios paulistas</i>	
Posição: linhas 1-6: <i>Série de suspeitas de fraudes em editais e contratos firmados pelo governo estadual e municípios paulistas</i>	
Suporte: linhas 7-10: <i>Suspeita de fraude na compra de ventiladores para escolas paulistanas</i>	
Suporte: linhas 11-18: <i>Suspeita de fraude no plantio de árvores ornamentais</i>	
Suporte: linhas 19-22: <i>Principais subterfúgios detectados</i>	
Suporte: linhas 23-26: <i>Quantidade de editais com problemas</i>	

Domínio 2: linhas 1-6: *Série de suspeitas de fraudes em editais e contratos firmados pelo governo estadual e municípios paulistas*
 Suporte: linhas 1-3: *Novos anexos no catálogo de desvios de dinheiro público brasileiro*
 Posição: linhas 3-6: *Série de suspeitas de fraudes em editais e contratos firmados pelo governo estadual e municípios paulistas*

SegT 65 (Editorial 22; *Compêndio de falcatruas*; Folha de S. Paulo, 25 ago. 2016)

<u>Desvios dessa natureza, por óbvio, não se restringem ao Estado de São Paulo nem são exclusividade de governos ou prefeituras.</u>	1 2
<u>Prova disso é o fato do Tribunal de Contas da União (TCU) ter condenado a Força Sindical a devolver R\$ 1,6 milhão ao Ministério do Trabalho. O montante fora recebido pelo sindicato em 2001 e 2002 para projetos que ajudam pessoas desempregadas a encontrar ocupação.</u>	3 4 5 6
<u>Entre outras irregularidades, o tribunal apontou a falta de comprovação de que os recursos tenham sido utilizados para as finalidades previstas no convênio estabelecido com o ministério.</u>	7 8 9

Análise

Tópico: *Desvio fora de SP e em setor diferente de governos e prefeituras*

Domínio 1: linhas 1-9: *Desvio fora de SP e em setor diferente de governos e prefeituras*

Posição: linhas 1-2: *Desvio fora de SP e em setor diferente de governos e prefeituras*

Suporte: linhas 3-9: *Condenação da Força Sindical a devolver dinheiro ao Ministério do Trabalho*

Domínio 2: linhas 3-9: *Condenação da Força Sindical a devolver dinheiro ao Ministério do Trabalho*

Posição: linhas 3-6: *Condenação da Força Sindical a devolver dinheiro ao Ministério do Trabalho*

Suporte: linhas 7-9: *Falta de comprovação da utilização de recursos*

SegT 66 (Editorial 22; *Compêndio de falcatruas*; Folha de S. Paulo, 25 ago. 2016)

<u>Não basta os tribunais de contas, porém, exercerem a contento sua função de controle.</u>	1 2
<u>Só a garantia de punições aos fraudadores terá o poder de deletar esse capítulo deprimente da realidade social.</u>	3 4

Análise

Tópico: *Necessidade de punições aos fraudadores da verba pública*

Domínio 1: linhas 1-4: *Necessidade de punições aos fraudadores da verba pública*

Suporte: linhas 1-2: *Insuficiência do controle por parte do tribunal de contas*

Posição: linhas 3-4: *Necessidade de punições aos fraudadores da verba pública*

Editorial 23

SegT 67 (Editorial 23; <i>Exige-se serenidade</i> ; O Estado de S. Paulo, 25 ago. 2016)	
Não será com <u>insinuações</u> , <u>disse que disse</u> e <u>maledicências</u> que as autoridades farão o saneamento da profunda crise moral que atinge o País.	1 2
<u>A desavença entre o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, não produziu outra coisa senão desconfiança na capacidade das instituições</u> – ou de seus dirigentes – de conduzir com a serenidade necessária o processo de depuração que os brasileiros de bem tanto exigem.	3 4 5 6 7
No fim de semana passado, a revista <i>Veja</i> <u>publicou uma reportagem</u> que relatava ter sido o ministro do STF Dias Toffoli citado na proposta de delação premiada de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS. <u>O vazamento dessa informação</u> , cujo teor ainda carece de confirmação, levou <u>Janot a mandar</u> suspender as negociações para a delação de Pinheiro. A Procuradoria-Geral considerou que <u>a publicação</u> teve o propósito de pressionar os procuradores a fechar o acordo com Pinheiro.	8 9 10 11 12 13 14
<u>É uma versão cuja lógica é difícil de acompanhar</u> , pois não é possível dizer o que Léo Pinheiro ganharia mandando vazar eventual menção a um ministro do Supremo no âmbito de um acordo de delação que ele se empenhava tanto em obter.	15 16 17 18
Está claro, portanto, que <u>Janot</u> , antes de mais nada, deveria ter mandado investigar imediatamente a origem do vazamento – e não apenas deste, mas de todos os outros que ocorreram até agora no âmbito da Lava Jato e que se transformaram em armas políticas, prática que desde sempre ameaça tisonar o excelente trabalho dos procuradores envolvidos na operação.	19 20 21 22 23
<u>O procurador geral</u> , no entanto, preferiu mover-se no pantanoso terreno da especulação. “Reafirmo que não houve, nas negociações de colaboração dessa empreiteira, nenhuma referência, nenhum anexo, nenhum fato enviado ao Ministério Público que envolvesse essa alta autoridade do Judiciário”, disse <u>Janot</u> . “A gente vaza aquilo que tem. Se você não tem a informação, nem tem o acesso, você vaza o quê? Você vaza o nada, aquilo que você não tem. Não vaza. Não sei a quem interessa essa cortina de fumaça.” Ora, se não sabe, o natural é que procure saber, e não adotar medidas radicais e extemporâneas. <u>O procurador-geral</u> disse que, em sua opinião, se trata de um “estelionato delacional” em que “inventa-se um fato, divulga-se o fato para que haja pressão ao Ministério Público para aceitar, desta ou daquela maneira, eventual acordo de colaboração”. <u>Ele</u> afirmou que decidiu interromper o acordo com Léo Pinheiro por quebra de confiança – portanto, sem nenhum tipo de comprovação, <u>Janot</u> considera que a informação sobre Toffoli foi divulgada pelo empreiteiro.	24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38
<u>O ministro Gilmar Mendes</u> , por sua vez, também se atirou à mais desbragada especulação ao dizer que o vazamento foi um “acerto de contas” da Lava Jato contra Toffoli, em razão da decisão <u>do ministro</u> de soltar o ex-ministro Paulo	39 40 41

Bernardo e de fatiar a investigação sobre a senadora Gleisi Hoffman (PT-PR).	42
Para <u>Mendes</u> , “provavelmente” Toffoli “entrou na mira dos investigadores por uma ou outra decisão que os desagradou”.	43
<u>Mendes</u> foi além, ao dizer que “é preciso colocar freios nisso, nesse tipo de conduta”, e acrescentou, enigmático: “Isso já ocorreu antes no Brasil. O cemitério está cheio desses heróis”. Ao que <u>Janot</u> respondeu, também apelando à imaginação: “A Lava Jato, hoje, está incomodando tanto e a quem e por quê?”. Mas a resposta a essas perguntas, é ocioso dizer, são conhecidas até pelas pedras da rua.	44
	45
	46
	47
	48
	49
	50

Análise

Tópico: *Desconfiança da capacidade das instituições públicas causada pela desavença entre Gilmar Mendes e Rodrigo Janot*

Domínio 1: linhas 1-50: *Desconfiança da capacidade das instituições públicas causada pela desavença entre Gilmar Mendes e Rodrigo Janot*

Posição: linhas 1-7: *Desconfiança da capacidade das instituições públicas causada pela desavença entre Gilmar Mendes e Rodrigo Janot*

Suporte: linhas 8-18: *Publicação de um suposto vazamento de informação*

Suporte: linhas 19-38: *Conduta de Janot perante o vazamento de informação*

Suporte: linhas 39-50: *Posicionamento de Gilmar Mendes perante o vazamento de informação*

Domínio 2: linhas 1-7: *Desconfiança da capacidade das instituições públicas causada pela desavença entre Gilmar Mendes e Rodrigo Janot*

Suporte: linhas 1-2: *Insinuações no saneamento da crise moral brasileira*

Posição: linhas 3-7: *Desconfiança da capacidade das instituições públicas causada pela desavença entre Gilmar Mendes e Rodrigo Janot*

Domínio 3: linhas 8-18: *Publicação de um suposto vazamento de informação*

Posição: linhas 8-14: *Publicação de um suposto vazamento de informação*

Suporte: linhas 15-18: *Versão ilógica do suposto vazamento de informação*

SegT 68 (Editorial 23; *Exige-se serenidade*; O Estado de S. Paulo, 25 ago. 2016)

Homens públicos que ocupam cargos em instituições centrais para a manutenção do Estado de Direito não deveriam agir como se estivessem em um saloon do Velho Oeste. <u>As ilações disparadas por Janot e Mendes um contra o outro dizem tudo sobre os duelistas e nada sobre o que realmente interessa aos brasileiros: até onde pode ir a Lava Jato?</u>	1
	2
	3
	4
	5
Por ser o resultado de um grande esforço de policiais, promotores e juízes para pôr atrás das grades os corruptos que tomaram de assalto o Estado na última década, <u>a Lava Jato merece apoio entusiasmado da sociedade. No entanto, esse apoio não pode ser justificativa para que a força-tarefa da Lava-Jato se considere acima da lei</u> nem sirva para que qualquer crítica a seus eventuais abusos seja confundida, automaticamente, com alguma forma	6
	7
	8
	9
	10
	11

de conluio com corruptos.	12
Para resumir, a <u>legitimidade da Lava Jato não depende de suas boas intenções, mas do absoluto respeito à lei.</u>	13 14
<p>Análise</p> <p>Tópico: <i>Dependência da Lava Jato ao respeito à lei</i></p> <p>Domínio 1: linhas 1-14: <i>Dependência da Lava Jato ao respeito à lei</i> Suporte: linhas 1-5: <i>Duelo entre Janot e Mendes</i> Suporte: linhas 5-12: <i>Necessidade de subordinação da Lava Jato à lei</i> Posição: linhas 13-14: <i>Dependência da Lava Jato ao respeito à lei</i></p>	

Editorial 24

SegT 69 (Editorial 24; <i>Haddad, o tormento</i> , O Estado de S. Paulo, 25/08/2016)	
Parece não ter limites a insana capacidade do prefeito Fernando Haddad de desrespeitar a cidade de São Paulo e seus cidadãos com sua caótica gestão, confirmando cada vez mais aquilo que os paulistanos há muito perceberam – <u>a absoluta falta de planejamento da administração petista</u> . O caso mais recente ocorreu justamente no setor onde Haddad imagina que deixará um importante legado para a cidade – <u>a área de mobilidade</u> .	1 2 3 4 5
Sem maiores avisos, a Secretaria Municipal de Transportes (SMT) publicou no Diário Oficial da Cidade de São Paulo do dia 19 de agosto <u>uma portaria</u> – em vigor desde o dia 24 – <u>que altera significativamente o serviço de táxi da cidade</u> .	6 7 8
Entre as novidades, a Prefeitura de São Paulo igualou <u>os valores</u> por bandeirada, tarifa quilométrica e horária de todas as categorias de táxi – comum, comum-rádio, especial, preto e luxo. Agora, <u>os valores</u> cobrados devem ser equiparados aos da categoria de táxi comum, a mais barata. Por exemplo, <u>o valor</u> inicial da corrida (a bandeirada) passa a ser sempre de R\$ 4,50. Já <u>a tarifa</u> por quilômetro percorrido será de R\$ 2,75 e <u>a tarifa</u> horária – quando o carro fica parado ou trafega a menos de 20 quilômetros por hora –, de R\$ 33. Com as mudanças, a bandeira 2 torna-se opcional e já não mais existe o extra de 50% entre municípios.	9 10 11 12 13 14 15 16 17
A Prefeitura afirma que as alterações têm a finalidade de baratear o serviço, aproximando <u>o preço</u> da corrida de táxi aos de outros serviços de transporte de passageiros, como o aplicativo Uber, recentemente regulamentado pela municipalidade.	18 19 20 21
Longe de ser consensual, a medida gerou revolta em <u>muitos taxistas</u> . “Vai sucatear a frota de São Paulo”, afirmou <u>Antônio Matias, presidente do Sindicato dos Motoristas nas Empresas de Táxi do Estado (Simtetaxi)</u> . “O taxista não vai conseguir manter seu carro novo, da forma como é hoje. O passageiro pode gostar agora, mas não vê que, a longo prazo, a qualidade do serviço vai cair”, ponderou <u>Matias</u> .	22 23 24 25 26 27
Para <u>o taxista André Ricardo Lopes</u> , que trabalha na região da Avenida Paulista, “perder a bandeira 2 e a taxa de 50% é como você perder seu adicional noturno, seu décimo terceiro, seus benefícios. Não é uma coisa boa”.	28 29 30 31
Análise	
Tópico: <i>Alteração na área de mobilidade de São Paulo como um caso da falta de planejamento da administração Haddad</i>	
Domínio 1: linhas 1-31: <i>Alteração na área de mobilidade de São Paulo como um caso da falta de planejamento da administração Haddad</i>	
Posição: linhas 1-5: <i>Alteração na área de mobilidade de São Paulo como um caso da falta de planejamento da administração Haddad</i>	
Suporte: linhas 6-31: <i>Alteração do serviço de táxi da cidade de São Paulo</i>	

Domínio 2: linhas 6-31: *Alteração do serviço de táxi da cidade de São Paulo*
 Posição: linhas 6-8: *Alteração do serviço de táxi da cidade de São Paulo*
 Suporte: linhas 9-21: *Mudanças nos valores das categorias de táxi*
 Suporte: linhas 22-31: *Revolta de muitos taxistas causada pela alteração do serviço de táxi de São Paulo*

SegT 70 (Editorial 24; *Haddad, o tormento*, O Estado de S. Paulo, 25/08/2016)

Surpreende a falta de planejamento do prefeito Fernando Haddad. Periodicamente, ele lança novas regras, muitas vezes em sentido oposto ao que ele próprio havia determinado anteriormente, gerando insegurança jurídica, bagunçando a vida das pessoas e desestimulando investimentos.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11

Basta ver que, em dezembro do ano passado, por exemplo, a gestão Haddad promoveu um sorteio de 5 mil alvarás do chamado “táxi preto”, cuja finalidade era oferecer um serviço de alto padrão, com carros melhores. Muita gente se interessou, com mais de 27 mil inscrições para o sorteio. Agora, menos de um ano depois, as regras são alteradas e quem investiu suas reservas para ingressar na categoria dos táxis pretos – cujas tarifas originalmente podiam ser até 25% mais caras que as do táxi comum – tem de se contentar em cobrar o preço mais baixo.

Análise

Tópico: *Falta de planejamento nas regras do táxi preto*

Domínio 1: linhas 1-11: *Falta de planejamento nas regras do táxi preto*

Suporte: linha 1-4: *Falta de planejamento do prefeito Haddad*

Posição: linhas 5-11: *Falta de planejamento para regras do táxi preto*

Domínio 2: linhas 1-4: *Falta de planejamento do prefeito Haddad*

Posição: linha 1: *Falta de planejamento do prefeito Haddad*

Suporte: linhas 2-4: *Recorrência do lançamento de regras que se contradizem*

SegT 71 (Editorial 24; *Haddad, o tormento*, O Estado de S. Paulo, 25/08/2016)

Outro exemplo de arbitrariedade da Prefeitura ocorreu com as regras para circulação de táxi nas faixas exclusivas de ônibus.

1
2
3
4
5
6
7
8
9

Num determinado momento, a gestão Haddad proibiu a utilização dessas faixas pelos táxis, sob o argumento de que eles atrapalhavam a circulação dos ônibus. Na ocasião, não apresentou qualquer estudo para justificar a medida – ia ser assim e acabou. Passaram-se alguns meses e a Prefeitura regulamentou o serviço de transporte individual por aplicativo. Diante da oposição dos taxistas a essa medida municipal, a Prefeitura ofereceu-lhes uma espécie de presente de consolação, liberando novamente o uso das faixas de ônibus pelos táxis.

Análise	
Tópico: <i>Falta de planejamento de regras para circulação de táxis nas faixas de ônibus</i>	
Domínio 1: linhas 1-10: <i>Falta de planejamento de regras para circulação de táxis nas faixas de ônibus</i>	
Posição: linhas 1-2: <i>Falta de planejamento de regras para circulação de táxis nas faixas de ônibus</i>	
Suporte: linhas 3-10: <i>Proibição e liberação da circulação de táxis nas faixas de ônibus</i>	

SegT 72 (Editorial 24; <i>Haddad, o tormento</i> , O Estado de S. Paulo, 25/08/2016)	
Faz-se necessário lembrar que vivemos numa democracia e <u>quem governa precisa prestar contas à população.</u>	1 2
<u>É inaceitável o autoritarismo de Fernando Haddad</u> , submetendo a população aos seus caprichos. As urnas de outubro certamente resolverão <u>esse problema.</u>	3 4
Análise	
Tópico: <i>Reprovação do autoritarismo do prefeito Haddad</i>	
Domínio 1: <i>Reprovação do autoritarismo do prefeito Haddad</i>	
Suporte: linhas 1-2: <i>Obrigação de um governante de prestar contas à população</i>	
Posição: linhas 3-4: <i>Reprovação do autoritarismo do prefeito Haddad</i>	

Editorial 25

SegT 73 (Editorial 25; <i>O julgamento</i> , O Estado de S. Paulo, 25 ago. 2016)	
Oito meses depois do início do <u>processo</u> , começa hoje no Senado <u>o julgamento final do impeachment da presidente Dilma Rousseff</u> . De acordo com o cronograma estabelecido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski – que preside também <u>o julgamento</u> desde a fase da pronúncia –, <u>tudo será decidido até o dia 31</u> . Os votos de pelo menos 54 dos 81 senadores decretarão a perda definitiva do mandato de Dilma e a suspensão de seus direitos políticos por 8 anos. Se <u>o impeachment</u> não atingir <u>o quórum</u> qualificado, o processo será arquivado e Dilma Rousseff reassumirá imediatamente a Presidência da República.	1 2 3 4 5 6 7 8 9
De acordo com todos os prognósticos, inclusive de quem se opõe ao <u>impeachment</u> , <u>a condenação de Dilma Rousseff é líquida e certa</u> . De pouco adiantará, para efeitos práticos, que à acusada seja permitido apresentar suas razões, agora pessoalmente, em atendimento ao princípio constitucional de ampla defesa.	10 11 12 13
Aproxima-se de seu desfecho, assim, o conturbado processo que, ao permanecer <u>rigorosamente dentro dos parâmetros legais e do rito estabelecido pelo Poder Judiciário</u> para a adoção da medida extrema da cassação de um mandato eletivo, reafirma <u>a solidez das instituições democráticas brasileiras</u> e abre perspectiva para a criação de um novo consenso para a reconstrução nacional.	14 15 16 17 18 19
Análise	
Tópico: <i>Condenação certa de Dilma no processo de impeachment</i>	
Domínio 1: linhas 1-19: <i>Condenação certa de Dilma no processo de impeachment</i> Posição: linhas 1-13: <i>Condenação certa de Dilma no processo de impeachment</i> Suporte: linhas 14-19: <i>Solidez das instituições democráticas brasileiras</i>	
Domínio 2: linhas 1-13: <i>Condenação certa de Dilma no processo de impeachment</i> Suporte: linhas 1-9: <i>Início do julgamento final do impeachment de Dilma</i> Posição: linhas 10-13: <i>Condenação certa de Dilma no processo de impeachment</i>	

SegT 74 (Editorial 25; <i>O julgamento</i> , O Estado de S. Paulo, 25 ago. 2016)	
Hoje serão ouvidas <u>as testemunhas a favor e contra o impeachment, logo depois que for superada a previsível tentativa dos defensores da afastada de procrastinar ao máximo os trabalhos</u> com a repetição das mesmas questões de ordem que têm levantado em vão desde a primeira fase do processo.	1 2 3 4
É compreensível: trata-se de <u>uma rara oportunidade para parlamentares ávidos por promoção pessoal se exibirem</u> diante das câmeras de televisão em rede nacional. <u>Oportunidade</u> de que se aproveitarão,	5 6 7

também, os defensores do impeachment.	8
<u>Todos, a favor e contra, serão vistos e ouvidos</u> por uma massa de eleitores que a esta altura estão fartos de retórica e ansiosos pelo encerramento desse lamentável episódio da história da República.	9 10 11
Na próxima segunda-feira, <u>Dilma Rousseff comparecerá ao plenário para defender-se</u> . Quando decidiu que <u>iria pessoalmente à sessão</u> , <u>Dilma</u> imaginava que poderia impor a condição de não ter de responder a questionamentos. Essa possibilidade, que só poderia ser cogitada por uma mente autoritária, foi obviamente negada. Assim, <u>ela</u> terá de se haver com perguntas sobre como e por que se dispôs a <u>convalidar com sua presença um julgamento</u> que insiste em definir como “golpe”. Ou por que se compromete a, se for reconduzida à Presidência, convocar um plebiscito para definir a realização de eleições presidenciais antecipadas, o que implicaria sua renúncia e a consequente confissão de fracasso na missão que lhe foi atribuída por 54 milhões de brasileiros.	12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22
Análise	
Tópico: <i>Depoimentos das testemunhas a favor e contra o impeachment</i>	
Domínio 1: linhas 1-22: <i>Depoimentos das testemunhas a favor e contra o impeachment</i> Suporte: linhas 1-8: <i>Depoimentos das testemunhas depois da tentativa de procrastinação do processo por parte dos dilmistas</i> Posição: linhas 9-11: <i>Depoimentos das testemunhas a favor e contra o impeachment</i> Suporte: linhas 12-22: <i>Comparecimento de Dilma ao plenário para defender-se</i>	
Domínio 2: linhas 1-8: <i>Depoimentos das testemunhas depois da tentativa de procrastinação do processo por parte dos dilmistas</i> Posição: linhas 1-4: <i>Depoimentos das testemunhas depois da tentativa de procrastinação do processo por parte dos dilmistas</i> Suporte: linhas 5-8: <i>Oportunidade rara para a exibição de parlamentares</i>	

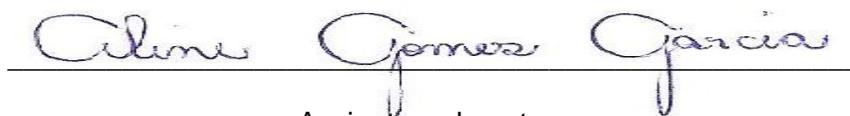
SegT 75 (Editorial 25; <i>O julgamento</i> , O Estado de S. Paulo, 25 ago. 2016)	
Se todas as previsões se confirmarem, o Brasil entrará no mês de setembro com <u>um governo livre da incômoda condição de provisório</u> e presumivelmente mais apto a enfrentar politicamente o enorme desafio de propor, ver aprovadas pelo Congresso quando for o caso, e implantar com eficácia tanto medidas necessárias ao saneamento das contas públicas e ao equilíbrio fiscal como outras, de caráter estruturante, destinadas a corrigir desvios da gestão pública e a criar condições para a retomada do crescimento econômico com os consequentes benefícios sociais, como a redução do desemprego, a mais amarga herança social do ciclo lulopetista.	1 2 3 4 5 6 7 8
Esse é, vale repetir, <u>um enorme desafio, que o governo só poderá enfrentar</u> – e esse é um fundamento essencial do sistema democrático – <u>na medida em que se</u>	9 10

<p><u>mantiver atento às genuínas e espontâneas manifestações do interesse público, sabendo distingui-las das vociferações revoltadas ou populistas. E se souber também promover, com coragem e sem concessões demagógicas, o sentimento de união nacional, de unidade na diversidade, capaz de relegar ao passado o período negro da História em que o Brasil foi dividido entre “nós” e “eles”.</u></p>	<p>11 12 13 14 15</p>
<p>Análise</p> <p>Tópico: <i>O governo brasileiro sem a condição de provisório</i></p> <p>Domínio 1: linhas 1-15: <i>O governo brasileiro sem a condição de provisório</i> Posição: linhas 1-15: <i>O governo brasileiro sem a condição de provisório</i> Suporte: linhas 9-15: <i>Condições para enfrentar o desafio de retomada do crescimento brasileiro</i></p>	

TERMO DE REPRODUÇÃO XEROGRÁFICA

Autorizo a reprodução xerográfica do presente Trabalho de Conclusão, na íntegra ou em partes, para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 02/05/2018.



Assinatura da autora